



ANDRÉ LUIZ DE PAIVA

**MUDANÇAS E LÓGICAS INSTITUCIONAIS: UM ESTUDO
SOBRE TRABALHOS INSTITUCIONAIS NO CAMPO DA
CACHAÇA DE ALAMBIQUE EM MINAS GERAIS**

LAVRAS – MG

2021

ANDRÉ LUIZ DE PAIVA

**MUDANÇAS E LÓGICAS INSTITUCIONAIS: UM ESTUDO
SOBRE TRABALHOS INSTITUCIONAIS NO CAMPO DA
CACHAÇA DE ALAMBIQUE EM MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para a obtenção do título de Doutor.

Prof. Dr. Mozar José de Brito

Orientador

LAVRAS-MG

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Paiva, André Luiz de.

Mudanças e Lógicas Institucionais: Um Estudo Sobre
Trabalhos Institucionais no Campo da Cachaça de Alambique em
Minas Gerais / André Luiz de Paiva. - 2021.

285 p. : il.

Orientador(a): Mozar José de Brito.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. Cachaça de Alambique. 2. Trabalho institucional. 3. Lógicas
Institucionais. I. Brito, Mozar José de. . II. Título.

ANDRÉ LUIZ DE PAIVA

**MUDANÇAS E LÓGICAS INSTITUCIONAIS: UM ESTUDO SOBRE TRABALHOS
INSTITUCIONAIS NO CAMPO DA CACHAÇA DE ALAMBIQUE EM MINAS GERAIS
INSTITUTIONAL CHANGE AND LOGICS: A STUDY ON INSTITUTIONAL WORK
IN THE FIELD OF ALEMBIC CACHAÇA IN MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para a obtenção do título de Doutor.

APROVADA EM 27 de agosto de 2021.

Dr. Alex Fernando Borges	UFU
Dr. César Augusto Tureta de Moraes	UFES
Dr. Daniel Calbino Pinheiro	UFJS
Dr. Luiz Marcelo Antonialli	UFLA

Prof. Dr. Mozar José de Brito
Orientador

LAVRAS-MG

2021

RESUMO

A cachaça de alambique é considerada um patrimônio cultural do estado de Minas Gerais. Entretanto, durante sua trajetória centenária, o consumo desta bebida esteve envolto em contextos de grande popularidade e, ao mesmo tempo, estigmas negativos. Desde o início da década de 1980, um conjunto de agentes tem se engajado buscando produzir mudanças no campo institucional que constitui este mercado. Considerando que este arranjo é marcado por diferentes lógicas, moldadas por trabalhos institucionais, este estudo teve como objetivo geral compreender o trabalho institucional de construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada em uma perspectiva interpretativista, a partir da coleta de dados documentais e da condução de entrevistas narrativas em profundidade com diferentes sujeitos deste campo. Estes dados foram analisados seguindo o método da análise temática de conteúdo. Para a compreensão dessa dinâmica institucional procedeu-se uma demarcação do contexto sócio-histórico do campo da cachaça de alambique em Minas Gerais particularizando as lógicas institucionais características deste mercado até o início da década de 1980. Entende-se que, naquele recorte temporal, as lógicas de maior proeminência eram: lógica da produção tradicional, lógica da moralidade, lógica regulatória e lógica da informalidade. A partir de 1982, por meio da liderança institucional de alguns sujeitos interessados em promover transformações nesse campo, emergiram diferentes tipos de trabalhos institucionais interessados na construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais. Notadamente, destacam-se os trabalhos de: construção da lógica da coletividade; construção da lógica técnico-científica; reparação da lógica da produção tradicional; reparação da lógica regulatória; reparação da lógica da moralidade e interrupção da lógica da informalidade. Na realização destes esforços, foram empenhados diferentes tipos de trabalhos institucionais, tais como trabalhos políticos, técnicos, culturais, educativos, de padronização, de fronteira, entre outros. Estes trabalhos produziram efeitos no campo e provocaram respostas diversas por parte dos agentes. A pesquisa revela como a mudança institucional ocorre em um mercado de produtos típicos. Nesse sentido, tanto agentes periféricos quanto centrais se empenharam em práticas estratégicas. Identificou-se que existiu uma certa interdependência na ordem dos esforços. Alguns tipos de trabalhos institucionais (especialmente os de criação das lógicas da coletividade e técnico-científica) foram essenciais para que outros fossem realizados (a exemplo dos trabalhos de reparação). Ressalta-se, ainda, que a dinâmica deste mercado foi marcada pela agência (considerando uma perspectiva multidimensional para este conceito) dos sujeitos envolvidos e pela materialidade que permitiu que trabalhos e lógicas institucionais fossem promulgados. Esta tese serve como referência para que avanços ocorram no campo do institucionalismo organizacional, especialmente a partir da relação entre trabalho e lógicas institucionais e da compreensão dos trabalhos de reparação de lógicas, bem como da constituição de instituições de mercado. Por fim, a realidade da cachaça de alambique em Minas Gerais é um importante caso de mudança, o qual pode contribuir para um entendimento mais substancial destes processos em outros campos institucionais.

Palavras-chave: Cachaça de alambique; Lógicas Institucionais; Trabalho Institucional; Mudança Institucional; Agência; Materialidade

ABSTRACT

The alembic cachaça is considered a cultural heritage of the state of Minas Gerais. However, during its centenary trajectory, the consumption of this drink was involved in contexts of great popularity and, at the same time, negative stigmas. Since the beginning of the 1980s, a group of agents has been engaged seeking to produce changes in the institutional field that constitute this market. Considering that this arrangement is marked by different logics, shaped by institutional work, this study aimed to understand the institutional work of construction, repair and interruption of institutional logics in the still cachaça market in Minas Gerais. Therefore, a qualitative research was carried out, based on an interpretive perspective, from the collection of documentary data and conducting in-depth narrative interviews with different subjects in this field. These data were analyzed following the thematic content analysis method. To understand this institutional dynamic, a demarcation of the socio-historical context of the still cachaça field in Minas Gerais was carried out, particularizing the institutional logics characteristic of this market until the beginning of the 1980s. The most prominent logics were: logic of traditional production, logic of morality, regulatory logic, and logic of informality. From 1982, through the institutional leadership of some subjects interested in promoting changes in this field, different types of institutional work emerged, interested in the construction, repair and interruption of institutional logics. Notably, the following works stand out: construction of the logic of collectivity; construction of technical-scientific logic; repair of the logic of traditional production; repair of regulatory logic; repair of the logic of morality and interruption of the logic of informality. In carrying out these efforts, different types of institutional work were undertaken, such as political, technical, cultural, educational, standardization, border work, among others. These works produced effects in the field and provoked different responses from agents. The research reveals how institutional change takes place in a typical product market. In this sense, both peripheral and central agents engaged in strategic practices. It was identified that there was a certain interdependence in the order of efforts. Some types of institutional work (especially the creation of collective and technical-scientific logics) were essential for others to be carried out (such as repair work). It is noteworthy, still, that the dynamics of this market was marked by the agency (considering a multidimensional perspective for this concept) of the subjects involved and by the materiality that allowed institutional works and logics to be promulgated. This thesis serves as a reference for advances to occur in the field of organizational institutionalism, especially from the relationship between work and institutional logics and the understanding of the work of repairing logics, as well as the constitution of market institutions. Finally, the reality of still cachaça in Minas Gerais is an important case of change, which can contribute to a more substantial understanding of these processes in other institutional fields.

Keywords: Alembic Cachaça; Institutional Logics; Institutional Work; Institutional Change; Agency; Materiality

AGRADECIMENTOS

Muito além de um relatório de pesquisa (cujos resultados e discussões podem contribuir para os campos do conhecimento abordados), esta tese de Doutorado representa a conclusão de uma etapa muito significativa em minha trajetória de vida. Neste momento, gostaria de tecer alguns agradecimentos.

Primeiramente, a Deus e à toda espiritualidade que me proporcionaram a oportunidade de seguir por este caminho, permitindo significado, força de vontade e resiliência.

À minha família, sobretudo minha mãe Toninha, meu pai Bertinho, meu irmão Fernando, minha sogra Glória, meu sogro José e minhas cunhadas Adriana, Izabel e Laís. Saibam que não seria possível chegar até aqui sem contar com o apoio, as orações e a confiança de vocês durante todos os momentos. Agradeço também a todos os tios, tias, primos e primas, e todos os meus antepassados.

Agradeço especialmente à Alice, minha querida esposa e companheira de longa data (literalmente desde o início de minha jornada acadêmica). Certamente não teria conseguido chegar a este ponto sem seu amor, carinho, paciência, conselhos, incentivos e, principalmente, sua crença incondicional em minha capacidade.

Ao meu orientador, Prof. Mozar Brito. Serei eternamente grato pelas contribuições durante estes seis anos. Muito obrigado pelo acolhimento e pelas possibilidades de crescimento acadêmico, profissional e pessoal. Neste ensejo, agradeço também à Profa. Valéria pelos momentos de aprendizado.

Aos meus amigos. Agradeço àqueles que me acompanham há muitos anos, especialmente Artur Silva, Bruno Dornela, Diego Costa, Diogo Soares, Gustavo Godoy, Luiz Otávio Oliveira, Maycon Moreira, Renato Mendes e Wagner Barbosa. Também àqueles cuja amizade foi construída nos caminhos da vida acadêmica como Álvaro Leonel, André Spuri, José Willer, Kelly Santos, Kelly Vieira, Lília Andrade, Lindsay Sant'anna, Luís Fernando, Marcello Cunha, Mírian Rosa, Raphael Morais, Valderí Alcântara, entre tantos outros.

À Universidade Federal de Lavras, por me proporcionar uma estrutura de excelência para desenvolvimento acadêmico. Especificamente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Administração, envolvendo todos os docentes, discentes e corpo técnico. Nesta direção, também agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos a mim concedida.

Às instituições que permitiram que eu me desenvolvesse como docente (outro aspecto diretamente relacionado ao processo de doutoramento). Agradeço à Universidade Federal de Viçosa, *campus* Rio Paranaíba, por me acolher enquanto aluno, durante a graduação, e, mais à frente, como professor substituto. E, especialmente, ao Centro de Ensino Superior de São Gotardo (CESG), na figura do Professor João Eduardo Lopes Queiroz, pela oportunidade e a confiança em meu trabalho. Muito obrigado, ainda, aos meus alunos e alunas.

À banca avaliadora deste trabalho, professores Dr. Alex Fernando Borges, Dr. César Augusto Tureta de Moraes, Dr. Daniel Calbino Pinheiro e Dr. Luiz Marcelo Antonialli. Suas observações críticas foram muito significativas para o ajuste deste trabalho.

Aos sujeitos de pesquisa que contribuíram para a construção desta tese. Ao longo destes seis anos imerso no ‘mundo da cachaça’, conheci pessoas cujas trajetórias são muito inspiradoras e que fazem jus a todo o universo simbólico que permeia esta bebida. A sabedoria destes agentes também contribuiu para meu crescimento pessoal e intelectual.

À todos, muito obrigado e que Deus lhes dê o retorno!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação recursiva entre instituições e ação.....	57
Figura 2 - Framework de análise da mudança institucional em mercados.....	74
Figura 3 - Análise temática das lógicas institucionais do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais.....	90
Figura 4 - Análise temática dos trabalhos institucionais do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais.....	91
Figura 5 - Capa da revista “Cachaça com Notícias” destacando a criação da ANPAQ.....	129
Figura 6 - Produção de teses e dissertações envolvendo a cachaça de alambique.	141
Figura 7 - Selo de certificação emitido pela AMPAQ.....	143
Figura 8 - Uso do <i>storytelling</i> como resposta ao trabalho de reparação da lógica da produção tradicional.	164
Figura 9 - Embalagens de cachaças que remetem à bebidas <i>premium</i>	185
Figura 10 - III Edição do Festival da Cachaça de Sabará.....	187
Figura 11 - Expocachaça realizada em Belo Horizonte-MG.....	188
Figura 12 - Marcas e embalagens de cachaças de alambique de Minas Gerais.	192
Figura 13 - Instalações de produção de cachaça que incorporam uma estética mais sofisticada.	193
Figura 14 - Publicação realizada pelo Sebrae voltada à educação de produtores de cachaça quanto à formalização do negócio.	204
Figura 15 - Relação entre tipos de trabalho e as lógicas institucionais do campo da cachaça alambique em Minas Gerais.	216

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistema interinstitucional	46
Quadro 2 - Dimensões da agência e formas de trabalho institucional.....	56
Quadro 3 - Tipos de trabalho institucional voltados à criação de instituições	58
Quadro 4 - Tipos de trabalho institucional voltados à manutenção de instituições.	59
Quadro 5 - Tipos de trabalho institucional voltados à interrupção de instituições	60
Quadro 6 - Fontes documentais utilizadas na pesquisa.	84
Quadro 7 - Lista de entrevistados(as) da pesquisa	87

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRABE	Associação Brasileira de Bebidas
AMPAQ	Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Alambique
ANPAQ	Associação Nacional dos Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva e de Valor da Cachaça de Alambique
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APACAP	Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça de Paraty
APACERJ	Associação de Produtores e Amigos da Cachaça do Estado do Rio de Janeiro
APACS	Associação dos Produtores Artesanais de Cachaça de Salinas
APAR	Associação Pernambucana dos Produtores de Aguardente de Cana e Rapadura
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
BH	Belo Horizonte
BPF	Boas Práticas de Fabricação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CETEC	Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EUA	Estados Unidos da América
FAEMG	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAPEMIG	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FENACA	Federação Nacional das Associações das Produtoras de Cachaça de Alambique
FENAFISCO	Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital
IBRAC	Instituto Brasileiro da Cachaça
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

IG	Indicação geográfica
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
IN	Instrução Normativa
INDI	Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Intelectual
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ	Imposto de Renda para Pessoa Jurídica
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PBDAC	Programa Brasileiro para o Desenvolvimento da Aguardente de Cana, Caninha ou Cachaça
PIS	Programa de Integração Social
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei Complementar
PRO-CACHAÇA	Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardentes
SBAC	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade
SEAPA	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIMPLES NACIONAL	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SINDBEBIDAS	Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral do Estado de Minas Gerais
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFV	Universidade Federal de Viçosa
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Contextualização	17
1.2 Problema e Objetivos de Pesquisa.....	23
1.3 Justificativas do estudo.....	27
2. ARCABOUÇO TEÓRICO.....	31
2.1 Institucionalismo Sociológico e Mudança Institucional: Conceitos e pressupostos centrais	31
2.1.1 Origens e desenvolvimento do institucionalismo sociológico	31
2.1.2 Considerações sobre a mudança institucional	39
2.2 Fundamentos teóricos e revisão de literatura no estudo das lógicas institucionais	44
2.3 Trabalho Institucional: Fundamentos teóricos e possibilidades de pesquisa	50
2.3.1 Pressupostos teóricos do Trabalho Institucional	50
2.3.2 Tipos de trabalho institucional	57
2.4 Trabalho institucional e lógicas institucionais: direcionamentos para o estudo do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais	65
2.4.1 Aproximações teóricas entre trabalho institucional e lógicas institucionais	66
2.4.2 <i>Framework</i> para o estudo da mudança de lógicas de mercado promulgada pelo trabalho institucional	74
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	80
3.1 Fundamentos ontológicos e epistemológicos do estudo.....	80
3.2 Caracterização da pesquisa.....	83
3.3 Estratégias de coleta de dados	83
3.4 Procedimentos de análise de dados	88
3.5 Síntese dos procedimentos metodológicos	93

CAPÍTULO 4 – CONTEXTO HISTÓRICO E LÓGICAS INSTITUCIONAIS DO CAMPO DA CACHAÇA DE ALAMBIQUE EM MINAS GERAIS	94
4.1 Versões e contradições: A origem da cachaça brasileira.....	94
4.2 A constituição histórica do mercado de cachaça em Minas Gerais.....	99
4.3 Práticas tradicionais de produção de cachaça em Minas Gerais	103
4.4 Origens da lógica regulatória do mercado	107
4.5 O surgimento e difusão da produção industrial de cachaça de coluna	111
4.6 As Lógicas Institucionais do Mercado da Cachaça de Alambique em Minas Gerais até meados da década de 1980	115
CAPÍTULO 5 – TRABALHO INSTITUCIONAL E MUDANÇA DE LÓGICAS NO MERCADO DA CACHAÇA DE ALAMBIQUE EM MINAS GERAIS	120
5.1 Prelúdio das mudanças no campo: a liderança institucional de Sr. João.....	120
5.2 Trabalho institucional de criação da lógica da coletividade.....	122
5.2.1 Processo de construção e características da lógica da coletividade.....	123
5.2.2 Efeitos e respostas ao processo de construção da lógica da coletividade.....	130
5.2.3 Resumo do trabalho institucional de criação da lógica da coletividade	135
5.3 Trabalho institucional de criação da lógica técnico-científica	136
5.3.1 Processo de construção e características da lógica técnico-científica	136
5.3.2 Efeitos e respostas ao processo de construção da lógica técnico-científica	146
5.3.3 Síntese integrativa dos aspectos da lógica institucional técnico-científica	155
5.4 Trabalho institucional de reparação da lógica da produção tradicional	157
5.4.1 Processo de reparação e características da lógica da produção tradicional	157
5.4.2 Efeitos e respostas ao processo de reparação da lógica da produção tradicional ..	163
5.4.3 Síntese integrativa dos aspectos da lógica institucional da produção tradicional .	167
5.5 Trabalho institucional de reparação da lógica regulatória.....	168
5.5.1 Processo de reparação e características da lógica regulatória	168
5.5.2 Efeitos e respostas ao processo de reparação da lógica regulatória	175

5.5.3 Síntese integrativa do trabalho de reparação da lógica institucional regulatória ..	179
5.6 Trabalho institucional de reparação da lógica da moralidade	180
5.6.1 Processo de reparação e características da lógica da moralidade	180
5.6.2 Efeitos e respostas ao processo de reparação da lógica da moralidade	192
5.6.3 Síntese integrativa dos aspectos da lógica da moralidade	196
5.7 Trabalho institucional de interrupção da lógica da informalidade	197
5.7.1 O processo de interrupção da lógica da informalidade	197
5.7.2 Efeitos e respostas ao processo de interrupção da lógica da informalidade	206
5.7.3 Síntese integrativa dos aspectos da lógica da informalidade.....	210
5.8 Discussão dos resultados	211
5.8.1 Compreendendo a mudança institucional a partir do caso da caça de alambique em Minas Gerais	211
5.8.2 Efeitos não esperados e trabalhos institucionais não concluídos	218
5.8.3 Trabalho institucional, agência e materialidade	221
CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	237
ANEXO	281
APÊNDICE	283

1 INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado está alinhada aos trabalhos desenvolvidos no contexto do Núcleo de Estudos em Gestão como Prática (NEGEP), do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (PPGA/UFLA). Trata-se de uma pesquisa derivada de um projeto mais amplo intitulado “Trabalho institucional e estratégias como prática: um estudo sobre o arranjo produtivo da cachaça de alambique localizado em Minas Gerais” financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ressalta-se que as abordagens teóricas e metodológicas, bem como o campo empírico de interesse de investigação são familiares aos autores há pelo menos 6 anos. Além da produção de diferentes artigos publicados em eventos e periódicos científicos que versam sobre estas perspectivas, foi produzida uma dissertação de Mestrado em Administração intitulada “Lógicas Institucionais e Estratégia Como Prática: Um Estudo em Organizações Constitutivas do Campo da Cachaça de Alambique” (PAIVA, 2017). No contexto do NEGEP, diferentes estudos têm trazido contribuições em relação a este campo. Considerando os direcionamentos em torno do institucionalismo, foram investigados temas tais como informalidade (MORAIS, 2020), dispositivos regulatórios (SANT’ANNA, 2020), estratégias de produção e inserção mercadológica (SUNDERMANN, 2017, PAIVA, 2017), entre outros.

Buscando diferenciação (e ao mesmo tempo avanço no campo científico), esta pesquisa explora relação entre lógicas institucionais e trabalho institucional e os mecanismos que desencadeiam mudanças em mercados, como o caso da cachaça de alambique em Minas Gerais. Diante desse cenário, neste tópico serão apresentados os elementos introdutórios deste estudo destacando o contexto, problema, objetivos, justificativa e contribuições da pesquisa.

Além deste capítulo de Introdução, este texto apresenta o Quadro Teórico (Capítulo 2), no qual serão discutidos os fundamentos teóricos da pesquisa, enfatizando o Institucionalismo, a Mudança Institucional, as Lógicas Institucionais e o Trabalho Institucional. Em seguida, serão apresentados e discutidos os Procedimentos Metodológicos (Capítulo 3) que sustentaram a investigação. No Capítulo 4 desenvolveu-se uma caracterização do contexto institucional do campo da cachaça de alambique. Esta descrição serviu como referência para a construção do Capítulo 5, no qual foram investigados os trabalhos institucionais de construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais que marcam este arranjo. Finalmente, no Capítulo 6 foram tecidas as Considerações Finais desta pesquisa de Doutorado em Administração.

1.1 Contextualização

Bebidas alcoólicas estão presentes nas sociedades humanas desde a Antiguidade, produzidas por processos e práticas que geralmente envolvem a fermentação e/ou destilação do mosto fermentado de certos alimentos como frutas e cereais (SALES, 2010). Além destas bebidas apresentarem valor nutritivo, seu consumo está historicamente imbricado a redes de crenças e valores simbólicos que caracterizam a cultura de algum grupo (CRUZ, 2009). Haja vista, conforme Luís da Câmara Cascudo (2015), todo povo possui bebida típica, sejam cervejas, vinhos de uva, arroz ou milho, bem como aguardentes do bagaço da uva ou de cereais.

Nesse sentido, reconhece-se a cachaça como a bebida alcoólica tipicamente brasileira (COSTA; PORTUGUEZ, 2015). Nesta afirmação, está contida uma infinidade de contextos históricos, objetos, significados e agentes que, formando um todo complexo e plural, fazem da cachaça um objeto de estudo com interfaces materiais, sociais, econômicas e culturais (PAIVA; BRITO, 2018).

A origem da bebida está envolta de uma grande variedade de versões, muitas delas com fundamentos folclóricos, explorando significados de diversas culturas e mitos nacionais (RICARDO, 2014). Porém, em todas as referências, a produção da bebida em terras brasileiras está diretamente relacionada à emergência do ciclo da cana, entre 1530 e 1650, nas regiões litorâneas da América Portuguesa. Isso se deu devido à alta demanda por derivados da cana-de-açúcar (especialmente o açúcar mascavo) no continente europeu, o que fez com que centenas de engenhos fossem construídos no Brasil (CASCUDO, 2015, GRAVATÁ; GONÇALVES, 1990, COUTINHO, 2001, SILVA, 2015, TRINDADE, 2006).

Em consequência disso, considerando que “onde mói um engenho, destila um alambique” (CASCUDO, 2015, p. 22), a produção de bebidas alcoólicas feitas a partir da cana-de-açúcar popularizou-se cada vez mais na colônia. Ressalta-se que durante o século XVI, um dos principais destilados de origem portuguesa era a bagaceira, que resultava da destilação do mosto fermentado de uvas. Gravatá e Gonçalves (1991) acreditam que o interesse no consumo de bagaceira, bem como outras bebidas alcoólicas, alinhado aos esforços característicos da indústria açucareira, podem ter colaborado para as primeiras experiências de produção de uma aguardente de cana-de-açúcar. Essa bebida, que viria a ser denominada cachaça, era amplamente consumida em todo o território brasileiro, especialmente pela população escrava e por imigrantes europeus que não pertenciam às elites econômicas e sociais (COUTINHO, 2001, VALADARES, 2005, RICARDO, 2014).

Entretanto, a popularização do consumo de cachaça, durante o final do século XVI e início do século XVII, provocou uma diminuição nas importações da bagaceira, o que alertou as autoridades da Metrópole acerca dos efeitos do consumo deste destilado tanto no curso econômico, quanto no desenvolvimento de um produto com forte identidade da colônia (TRINDADE, 2006). Com isso, surgiram as primeiras medidas restritivas em relação à cachaça por parte de mecanismos estatais. Como exemplos, a venda de cachaça foi proibida na Bahia em 1635, com vistas à proibição da produção em 1639. Uma Carta Real, de 1649, proibiu a fabricação de “vinho de mel” em todo o território colonial, ação que desencadeou uma revolta de produtores localizados na capitania do Rio de Janeiro, reconhecida como “Revolta da Cachaça”. Em Minas Gerais, no ano de 1720, uma decisão da Coroa visando refrear a produção por meio do aumento da tributação provocou a manifestação de populares, ocasionando a denominada “Revolta da Pinga”. Por sua vez, ainda nesta capitania, no ano de 1743, foi proibida a criação de novos engenhos para a produção de aguardente, de modo que os engenhos anteriores devessem se dedicar somente à produção de açúcar (CASCUDO, 2015, GRAVATÁ; GONÇALVES, 1990, TRINDADE, 2006).

Essas medidas também buscavam atribuir uma imagem marginalizada e pejorativa à bebida, sempre relacionada ao consumo desregrado dos estratos sociais de menor poder, tais como escravos e pobres, embora também fosse consumida por membros das elites e senhores de engenho. Em muitos registros, buscou-se proibir os povos africanos de consumir a bebida, a fim de evitar brigas, revoltas e manifestações religiosas características destes grupos. Contraditoriamente, a cachaça era recomendada aos escravos para que mitigasse dores físicas e psíquicas, bem como estimulasse seu trabalho e os aquecesse nos períodos de frio (COUTINHO, 2001, GUIMARÃES, 2005, SILVA, 2009, SILVA, 2015).

Ainda como efeito contraditório, as ações punitivas e restritivas não resultaram na diminuição do consumo de cachaça. Por outro lado, reforçaram o comércio ilegal e a marginalização. Nesse sentido, frente à ineficácia na proibição da bebida, a Coroa, durante o século XVIII, instituiu um sistema de alta tributação para a produção do destilado, a exemplo do subsídio voluntário de 1756, voltado à reconstrução de Lisboa (destruída após um terremoto, em 1755) (TRINDADE, 2006).

A popularização da cachaça também está relacionada ao declínio da produção e comércio de açúcar no Brasil, devido à concorrência com as Antilhas, em meados do século XVII. Com isso, a bebida passou a ser o principal produto de muitos engenhos, sendo utilizada

como moeda de troca na compra de escravos, função esta que a tornou um ativo de alto valor (sobretudo na transição do ciclo da cana para o ciclo do ouro) (DANTAS, 2016).

Como discute Dantas (2016), a cachaça passou a ser incorporada no cotidiano das atividades relacionadas ao ciclo do ouro. Além de ser empregada como moeda corrente na compra e venda de “bens”, tais como escravos, também era consumida por estes durante seus trabalhos na mineração (SILVA, 2015). Nesse sentido, o estado de Minas Gerais começou a ter papel relevante na produção da bebida, de modo que, durante o século XVIII, a região se destacava como maior produtora no mercado interno. Segundo Câmara Cascudo (2015), a cachaça produzida em Minas era transportada para outras regiões em barris de madeira, carregados por animais. Devido ao tempo da viagem, o produto chegava em condições distintas de quando foi destilada, passando a ser apreciada desta forma. O autor acredita que destas práticas surgiram as iniciativas de envelhecimento da bebida.

Devido à sua popularidade, ainda no século XVIII, o consumo e produção de cachaça tornaram-se práticas internalizadas nos hábitos da população da Colônia. Em Minas Gerais, estas práticas eram ensinadas entre gerações de família, constituindo um saber característico e próprio, uma espécie de ‘receita da família’ (SILVA, 2015). Conforme Trindade (2006), donos de alambiques em Minas Gerais eram reconhecidos como sujeitos de maior status.

Dessa forma, ainda que envolvesse alta tributação e repressão por parte da Metrópole, este destilado passou a ter forte apelo identitário. Para além do consumo buscando seus efeitos etílicos ou medicinais, beber uma dose de caninha representava, para certos grupos, um ato nacionalista.

Nas várias revoluções nacionalistas, ocorridas no período colonial, a cachaça foi símbolo de resistência à dominação portuguesa. No período que antecedeu a Revolução de 1817 a cachaça gozou do status de bebida nacional do futuro Estado. Segundo Souto Maior (1968), durante o referido fato histórico, o padre João Ribeiro, ufanista patriótico, brindava com a aguardente de cana, em vez de cálices do vinho do Porto. Da mesma forma, no período da Inconfidência Mineira, a cachaça tornou-se um dos símbolos dos ideais de liberdade defendidos pelos inconfidentes (COUTINHO, 2001, p. 54).

Provavelmente, uma das principais representações deste movimento ocorreu durante o processo de independência do Brasil, quando Dom Pedro I e a corte brasileira, brindaram a vitória com doses de cachaça (CASCUDO, 2015). Todavia, permanecia o estigma desta aguardente como um item de baixo valor, consumido por escravos e outros sujeitos marginalizados, geralmente de forma desregrada. Desse modo, ainda que a elite brasileira consumisse cachaça (a exemplo do próprio imperador Dom Pedro II), esse consumo era velado,

empregava outros nomes e veiculava diferentes significados (TRINDADE, 2006, CRUZ, 2009).

O contexto marcado pela fabricação em engenhos (que produziam tanto açúcar quanto cachaça) espalhados pelos principais territórios povoados do império permaneceu nessa configuração até o final do século XIX. A partir deste período, o setor açucareiro, almejando inovações e meios para competir internacionalmente, aliado a um crescimento do agronegócio do café, passou por um processo de ampla industrialização, quando surgiram os engenhos centrais e as primeiras usinas sucroalcooleiras no país. Novas variedades de cana-de-açúcar foram implementadas, bem como surgiram novos equipamentos e processos, tais como motores à vapor, moendas mecânicas, sistemas de caldeiras, etc. Com isso, a produção de açúcar passou a exigir grande capital, o que inviabilizou as atividades de diversos pequenos fabricantes que se voltaram para a fabricação exclusiva de cachaça. Essa produção, contudo, era caracterizada essencialmente pelo uso de práticas arcaicas e descapitalizadas (COUTINHO 2001, GRAVATÁ; GONÇALVES, 1990).

Em meados do século XX, com a consolidação da grande indústria do açúcar, novas tecnologias foram desenvolvidas e adquiridas por alguns grupos de produtores de cachaça, impulsionando uma industrialização do setor. A principal inovação estava relacionada ao processo de destilação por meio de colunas de aço inox, o que permitia destilações por fracionamento contínuo, obtendo ganhos significativos em escala quando comparada à destilação em alambiques de cobre ou barro. Segundo Coutinho (2001), não há uma data precisa para o início desse processo, embora as transformações tenham ocorrido entre 1945 e 1960. A autora afirma, contudo, que a industrialização não inviabilizou a produção artesanal.

Desde a década de 1930, a produção de cachaça passou a ser regulada conforme as disposições definidas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), organização criada em 1933 para intervir e promover políticas de apoio e regulação da produção de açúcar, álcool e seus derivados (incluindo a cachaça). Nesse sentido, dentre as ações promulgadas pelo IAA, buscou-se inibir a produção clandestina do destilado, aumentando a fiscalização e a punição àqueles sujeitos informalizados. Além disso, aumentou-se a tributação no consumo, o que impactou significativamente os pequenos produtores artesanais, permitindo que a cachaça industrializada obtivesse maior participação no mercado. Destaca-se que na década de 1950 houve uma nova tentativa de proibir seu consumo e produção, novamente malsucedida (COUTINHO, 2001).

Durante as décadas de 1970 e 1980, a produção de cachaça em alambiques foi relegada sobretudo a pequenas unidades, limitadas ao mercado local, com um alto índice de

informalidade, cujas práticas e tecnologias de fabricação remetiam ao período colonial. Segundo Coutinho (2001), o preconceito atrelado ao consumo, a legislação punitiva, dificuldade de acesso a crédito, alta tributação e a concorrência com a cachaça industrial constituíam as principais barreiras desse sistema de fabricação em alambiques.

Entretanto, desde meados da década de 1980, o conjunto de práticas que caracteriza a produção e consumo da cachaça de alambiques tem passado por transformações de grande magnitude e impactado o setor da cachaça como um todo (CHALITA, 2008). Nesse processo, agentes localizados no estado de Minas Gerais tiveram papel significativo. A esse respeito, no ano de 1982, foi realizado um estudo financiado pelo Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI). Nessa pesquisa, denominada ‘Aguardente em Minas Gerais: Estudo Setorial’, ficou evidenciado que a produção de cachaça de alambique caracterizava um segmento do agronegócio marcado por um grande déficit de tecnologias de produção, padronização e formação profissional dos produtores (INDI, 1982). Todavia, devido a seu valor histórico, bem como o reconhecimento de alguns casos de sucesso (tais como as cachaças produzidas na região de Salinas-MG), vislumbrava-se o potencial mercadológico em todo o estado (SILVA, 2009).

A partir desse estudo, grupos de produtores, dentre eles sujeitos com histórias de vida distintas das disposições tradicionais dos pequenos fabricantes de origem pobre no campo, se articularam junto a pesquisadores e agentes do governo do estado a fim de desenvolver estratégias para do mercado da cachaça de alambique. Dessa articulação, foi fundada em 1988 a Associação Mineira de Produtores de Cachaça de Qualidade (AMPAQ), organização de caráter pioneiro no país, voltada aos pequenos produtores (OLIVEIRA, 2004). Por meio dessas ações, surgiram as primeiras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do segmento, destacando-se o Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardente (PRÓ-CACHAÇA), criado pela Lei Estadual nº 10.853/1992 e regulamentado pelo Decreto nº 34.645/1993.

Além de políticas públicas, a articulação em torno do Estado permitiu que fossem instituídas as primeiras legislações específicas sobre cachaça no dispositivo legal brasileiro. No contexto de Minas Gerais, a Lei nº 13.949 de julho de 2001 estabeleceu “o padrão de identidade e as características do processo de elaboração da Cachaça de Minas” (MINAS GERAIS, 2001). Ainda em 2001, o governo federal publicou o Decreto nº 4.062 de dezembro de 2001, o qual definiu “as expressões ‘cachaça’, ‘Brasil’ e ‘Cachaça do Brasil’ como indicações geográficas do país” (BRASIL, 2001). Mais à frente, foi publicado o Decreto nº 4.851 de outubro de 2003, quando se estabeleceram os critérios para o reconhecimento da “cachaça”, padronizando os

componentes da bebida (BRASIL, 2003). Diante de diversas ações políticas advindas desse decreto em diferentes unidades federativas, destaca-se que em Minas Gerais, a Lei nº 16.688 de janeiro de 2007 declarou o processo de fabricação de cachaça artesanal de alambique como patrimônio cultural do estado (MINAS GERAIS, 2007). Estas iniciativas, conforme Braga e Kyiotani (2015), foram fundamentais para posicionar esse produto internacionalmente.

O movimento construído em Minas Gerais foi fundamental para promover uma maior integração da produção de cachaça de alambique não só no contexto do estado, mas em todo o Brasil. Haja vista, desde 2018, a AMPAQ passou por reformulações, tornando-se Associação Nacional de Produtores de Cachaça de Qualidade (ANPAQ). A ANPAQ tem como missão articular os interesses dos produtores de cachaça de alambique no âmbito nacional (ANPAQ, 2018).

Portanto, a articulação desse conjunto de atores produziu impactos na constituição deste setor. Por um lado, deu início a um movimento de valorização e ressignificação simbólica da cachaça, considerando a marginalização histórica de seu consumo (COSTA; PORTUGUEZ, 2015, BERTONCELLO; SILVA; GODINHO, 2016). Nesse sentido, emergiram iniciativas de internacionalização e segmentação das marcas buscando novos perfis de consumidores, das classes A e B. Para tanto, não é raro encontrar cachaças com valores e *status* característicos de bebidas finas, concorrendo com outros destilados *premium* no mercado nacional e internacional (BRAGA; KYIOTANI, 2015).

Dados apresentados no Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC, 2021) estimam que são produzidos 800 milhões de litros de cachaça, por ano, no Brasil, embora a capacidade instalada permita a fabricação de 1,2 bilhões de litros/ano. A maioria dessa quantidade refere-se à cachaça de coluna. Por outro lado, acredita-se que existam cerca de 15 mil estabelecimentos fabricantes, sendo a maioria desses voltados à produção em alambiques. Conforme dados do Anuário da Cachaça de 2020, elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2019 existiam 1086 produtores de cachaça com registro formal ativo. Do total de estabelecimentos, Minas Gerais era o estado com maior quantidade (MAPA, 2020). Em relação ao mercado externo, no ano de 2020 foram exportados aproximadamente 5,75 milhões de litros de cachaça, em uma tendência crescente de exportações desde 1997 (PAIVA et al. 2018, IBRAC, 2021). Desse total exportado, estima-se que a maior parte seja referente à cachaça industrial, ainda que a proporção de cachaças de alambique exportada possa ter aumentado (considerando o papel de Minas Gerais nesse segmento da balança comercial) (CHALITA; SILVA, 2010, PAIVA et al. 2018).

As mudanças no setor possibilitaram uma forma de concorrência da cachaça de alambique diante da cachaça industrial no mercado formal. Se durante as décadas de 1970 e 1980, segundo Coutinho (2001), a distância entre produtores artesanais, informais e limitados ao mercado local, e os produtores industrializados era significativa, atualmente há uma categoria intermediária de produtores. Esses sujeitos fabricam cachaça artesanal, ou como é referida, cachaça de alambique, mas se inserem no mercado como unidades formalizadas, explorando marcas de alto valor, padronizadas sob uma nova concepção de qualidade (PAIVA, 2017, BORGES, 2017, SOUZA, 2018).

Todavia, ainda perduram certos estigmas históricos nesse setor. Estima-se que a informalidade ainda corresponda a mais 90% dos fabricantes do mercado. Além disso, o discurso da cachaça como bebida marginalizada está em constante disputa, de modo que é cada vez mais comum se observar estratégias que advogam o *status* da cachaça em espaços que outrora não o validavam, tais como grandes feiras de bebidas, restaurantes finos, desfiles de moda e eventos voltados às classes A e B (BRAGA; KYIOTANI, 2015, PAIVA, 2017).

Ou seja, reconhece-se um contexto sócio-histórico caracterizado por movimentos de restrição e resistência, bem como marginalização e valorização da qualidade de um produto marcado por diversos elementos simbólicos. É nesse contexto que este estudo insere. Na próxima subseção serão apresentados o problema de pesquisa e os objetivos do trabalho.

1.2 Problema e Objetivos de Pesquisa

A contextualização narrada anteriormente expõe um conjunto de atores mobilizados em práticas e sistemas de crenças e valores que disputam narrativas e discursos em torno da legitimidade na produção e consumo da cachaça. Nota-se que apesar de sua origem datar do século XVI e representar um dos primeiros produtos característicos do Brasil (CASCUDO, 2015, TRINDADE, 2006), os esforços para o reconhecimento da bebida como símbolo nacional quase sempre eram mobilizados por movimentos emergentes, seguidos por reações punitivas de agentes estatais (CHALITA, 2008, COUTINHO, 2001). Comparando à história de outras bebidas com forte apelo identitário nacional, tais como *whiskey* (Escócia), *cognac* (França), *champagne* (França), *sake* (Japão), tequila (México), entre outras, a cachaça somente passou por um processo de reconhecimento com apoio do Estado e outras organizações setoriais a partir dos movimentos iniciados na década de 1980 em Minas Gerais (SILVA, 2009, CASCUDO, 2015, TRINDADE, 2006).

Esses movimentos buscavam, sobretudo, produzir mudanças em relação às práticas, discursos e materialidade que constituíam esse mercado. Tais transformações envolviam a valorização de um saber-fazer específico, de natureza técnico-científica, a defesa da mobilização coletiva dos agentes e o combate aos estigmas negativos e à informalidade. A compreensão desses esforços e seus efeitos na dimensão organizacional desse arranjo caracterizam o foco de interesse desta pesquisa.

Para tanto, entende-se que a dinâmica que constitui o conjunto de organizações e atores relacionados ao mercado da cachaça de alambique, especialmente no estado de Minas Gerais, formam um arranjo socio-material próprio. Partindo dos fundamentos da Teoria Institucional Sociológica, também referida como institucionalismo organizacional (GREENWOOD et al. 2008, SCOTT, 2014), pressupõe-se que esse arranjo é marcado por instituições que orientam e servem de referência para as práticas dos diversos indivíduos envolvidos na produção, regulação e consumo de cachaça. Assumindo os fundamentos de uma das principais perspectivas teóricas no escopo do institucionalismo sociológico, entende-se que este mercado é constituído por diferentes lógicas institucionais (FRIEDLAND; ALFORD, 1991, THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012, PAIVA; BRITO, 2018).

As lógicas institucionais referem-se aos

[...] padrões históricos, socialmente construídos, de símbolos culturais e práticas materiais, pressupostos, valores e crenças pelas quais os indivíduos produzem e reproduzem sua subsistência material, organizam seu tempo e espaço e dão significado à suas atividades cotidianas (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012, p. 45, tradução própria).

Segundo Friedland e Alford (1991), as lógicas institucionais estão presentes nos níveis societal (sociedade como um todo), organizacional (grupos de organizações com afiliações próximas) e individual (práticas cotidianas). Ou seja, exercem efeitos em diferentes domínios, sendo estes interconectados.

Considerando o interesse na constituição do mercado que envolve a cachaça de alambique, entende-se que este arranjo delimita um campo organizacional (PAIVA; BRITO, 2018). Conforme Scott (2014, p. 56, tradução própria), um campo refere-se a “uma comunidade de organizações que compartilham um sistema de entendimentos comum e cujos participantes interagem de forma mais frequente e complexa do que com outros atores fora do campo”. Zietsma e Lawrence (2010) argumentam que um campo é demarcado por ‘fronteiras’ formadas pelas instituições e seus significados compartilhados pelos atores nas práticas. Nessa direção, Bonfim, Abib e Gonçalves (2013) discutem que um campo é, comumente, permeado por um

conjunto de lógicas institucionais características que servem como referência para os agentes que o constituem.

Ressalta-se, contudo, que apesar das lógicas institucionais produzirem efeitos estruturantes em diferentes domínios sociais (como os campos organizacionais), sua constituição é dinâmica e relacional, ou seja, não são estáticas e imutáveis (OCASIO; THORNTON; LOUNSBURY, 2017). Aliás, existem amplas evidências de processos de mudanças mediadas pelas lógicas institucionais (MICELOTTA; LOUNSBURY; GREENWOOD, 2017).

Entende-se que os movimentos que almejam transformar o campo da cachaça de alambique em Minas Gerais estão envolvidos em uma dinâmica de mudança de lógicas institucionais. Afinal, buscou-se construir novos conjuntos de práticas, discursos e materialidades, bem como renovar ou interromper aqueles já estabelecidos no mercado (SILVA, 2009).

Reconhecendo estes eventos como processos de mudança institucional, pressupõe-se que os vários agentes envolvidos com o campo têm se engajado em diferentes tipos de trabalho institucional. Por trabalho institucional, Lawrence e Suddaby (2006, p. 216, tradução própria) entendem como “as ações intencionais de indivíduos e organizações que visam criar, manter e interromper instituições”. Apesar da redação concisa, esse conceito incorpora diferentes eixos epistemológicos e metodológicos que fornecem uma visão mais completa e complexa dos processos institucionais. Com isso, permite explorar as relações nos campos sociais sem incorrer nem em uma visão determinista, com foco restrito aos efeitos das estruturas sociais nas ações, nem voluntarista, atribuindo maior ênfase à uma agência extremada dos sujeitos na realidade social (LAWRENCE; LECA; ZILBER, 2013). Essa corrente reconhece a agência dos sujeitos, contudo, suas ações voluntárias são permeadas pelo campo institucional, constituindo o paradoxo da ‘agência imersa’ (SEO; CREED, 2002), conceito que tem recebido interesse para a compreensão das diferentes formas de trabalho institucional (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2011). Especificamente, a agência humana tem sido tratada como um fenômeno plural e situado em contextos próprios que constroem/permitem sua manifestação e efeitos (BATTILANA; D’AUNNO, 2009, EMIRBAYER; MISCHE, 1998).

Portanto, conforme Lawrence, Suddaby e Leca (2009) a perspectiva do trabalho institucional tem como foco explorar como os atores em suas ações propositais afetam as instituições de um campo. Haja vista, as instituições oferecem modelos para a ação, bem como os mecanismos regulatórios destes. Ao mesmo tempo, as ações afetam estes modelos e sistemas

regulatórios (LAWRENCE; SUDDABY, LECA, 2009). Para tanto, entende-se que estes sujeitos produzem e reproduzem instituições em suas atividades práticas (LAWRENCE; SUDDABY, 2006, WHITTINGTON, 2006).

Considerando que as lógicas institucionais se referem ao conjunto de orientações das instituições (FRIEDLAND; ALFORD, 1991), reconhece-se a possibilidade de investigação de trabalhos institucionais de construção, manutenção e interrupção de lógicas institucionais (ZILBER, 2013, HEMPEL; LAWRENCE; TRACEY, 2017). No caso específico do campo da cachaça de alambique, entende-se, ainda, a emergência de práticas de trabalho de reparação de lógicas institucionais como uma forma de trabalho de manutenção (MICELLOTA; WASHINGTON, 2013).

Com isso, esta tese fundamenta-se no seguinte problema de pesquisa: **Por que e como o trabalho institucional realizado por diferentes atores tem contribuído para a construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais?**

Este problema de pesquisa serviu de referência para a definição do objetivo geral do trabalho, a saber: **compreender o trabalho institucional de construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais.** Para explorar este objetivo geral, são dispostos os seguintes objetivos específicos:

a) retratar o contexto sócio-histórico do campo da cachaça de alambique em Minas Gerais particularizando as lógicas institucionais características deste mercado até o início da década de 1990.

b) desvendar e interpretar, sob a ótica de diferentes agentes, as especificidades dos trabalhos institucionais de construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais do mercado da cachaça.

c) mapear os efeitos e respostas de agentes do campo da cachaça de alambique em relação aos trabalhos institucionais direcionados às transformações das lógicas desse mercado.

Diante destes objetivos, apresenta-se a **tese** central deste trabalho, fundamentada no entendimento no campo da cachaça de alambique em Minas Gerais como um espaço de disputas, no qual, desde a década de 1980, diferentes atores têm se engajado em práticas de criação, reparação e interrupção de lógicas institucionais que servem como referência para os agentes deste mercado. Estes esforços ocorreram de forma incremental, e foram conduzidos a

partir de iniciativas coletivas, geralmente protagonizadas por agentes periféricos deste arranjo. Os trabalhos institucionais permitiram que ocorressem mudanças em práticas, sistemas simbólicos e materialidades que envolvem a produção e consumo de cachaça de alambique, sobretudo em direção à construção de pressupostos técnico-científicos e à reparação da tradição, da moralidade e dos dispositivos normativos. Nestes trabalhos, os sujeitos atuaram de forma intencional (ainda que tenham produzidos efeitos não esperados), considerando formas multidimensionais de agência, manifestas conforme as condições do arranjo estrutural. Uma vez exposto o problema, os objetivos e a tese, a seguir serão expostas as justificativas para a realização desta pesquisa.

1.3 Justificativas do estudo

A proposta de articulação entre trabalho institucional e lógicas institucionais para a compreensão de mudanças que ocorreram no campo da cachaça de alambique em Minas Gerais pode trazer contribuições significativas para o desenvolvimento de teorias e práticas em gestão. Nesta subseção serão apresentadas as principais justificativas para o estudo.

O campo da cachaça de alambique em Minas Gerais se constitui como um contexto relevante para a compreensão de processos de mudança institucional e de reparação de elementos simbólicos e materiais de produtos típicos. No que se refere ao setor de bebidas, estes processos têm sido explorados no contexto da produção de vinhos na província de Ontario, no Canadá (HILLS; VORONOV; HINNINGS, 2013), *whisky*, na Escócia (MCKENDRICK; HANNAN, 2014), *grappa*, na Itália (DELMESTRI; GREENWOOD, 2016), cervejas artesanais, nos países baixos (KROEZEN; HEUGENS, 2019), entre outros. Por sua vez, o caso da cachaça de alambique despertou interesse em diferentes pesquisadores quanto à suas peculiaridades. Nesse sentido, questões como a emergência de novos métodos de produção (COUTINHO, 2001, OLIVEIRA et al. 2005, OLIVEIRA, 2012, LIZ et al. 2016, ASSUNÇÃO et al. 2018, FONSECA; MARTINS, 2018, entre outros), renovação da tradição (DIAS, 2016, SILVEIRA; FIÚZA; BRITO, 2018, PAIVA; BRITO, 2018 entre outros) e reconhecimento da bebida como patrimônio cultural (TAVARES; DANTAS; NÓBREGA, 2015, COSTA; PORTUGUEZ, 2015) têm sido desenvolvidos ao longo dos anos.

Entretanto, poucos trabalhos têm investigado este campo sob as lentes da Teoria Institucional. A partir do referencial do institucionalismo econômico (NORTH, 1990), Oliveira et al. (2008) estudaram a estrutura de custos de transação que demarca a cadeia produtiva da bebida em Minas Gerais, evidenciando as mudanças ocorridas nas relações entre os atores ao

longo dos anos 1990 e 2000. Da mesma forma, Costa et al. (2005) empregam referencial semelhante para mapear as relações da cadeia produtiva da bebida no estado de Alagoas. Considerando o institucionalismo sociológico (GREENWOOD et al. 2008), Rodrigues Neto e Freitas (2012) analisaram o processo de adaptação estratégica (fundamentado na Visão Baseada em Recursos) em uma organização produtora de cachaça no estado da Paraíba. Paiva e Brito (2018) mapearam as lógicas institucionais do campo, destacando a relação entre as lógicas da tradição, do Estado, do mercado e a lógica técnico-científica. Por sua vez, Sundermann (2017) e Paiva (2017) exploraram o impacto destas lógicas na constituição de práticas estratégicas em organizações produtoras de cachaça de alambique.

No que se refere à dinâmica que caracteriza o arranjo de produtores e consumidores de cachaça de alambique em Minas Gerais, a escolha das perspectivas teóricas do trabalho institucional (LAWRENCE; SUDDABY, 2006) e das lógicas institucionais (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012) podem trazer avanços quanto à sua compreensão. Primeiramente, diferente de correntes anteriores que marcaram o novo institucionalismo, as noções de trabalho institucional e lógicas institucionais não atribuem ênfase nem à estabilidade organizacional do campo (MEYER; ROWAN, 1977, DIMAGGIO; POWELL, 1983), nem às ações voluntárias de certos sujeitos com alta distinção e poder de induzir a mudança, denominados empreendedores institucionais (DIMAGGIO, 1988). Por sua vez, preconizam os esforços dos indivíduos (não apenas aqueles com recursos exclusivos) na criação, manutenção e interrupção de lógicas institucionais. Ou seja, incorporam tanto os mecanismos que induzem a mudança quanto a estabilidade nos campos complexos (OCASIO; THORNTON; LOUNSBURY, 2017, HEMPEL; LAWRENCE; TRACEY, 2017).

Para tanto, estas duas abordagens preconizam que a dinâmica social é marcada pela relação dialógica entre estrutura e agência, objetivada nas práticas sociais dos atores (LAWRENCE; SUDDABY, 2006, THORNTON, OCASIO, 2008, SMETS; JARZABKOWSKI, 2013). Esta articulação se faz possível do ponto de vista epistemometodológico mediante o reconhecimento do paradoxo da agência imersa (RAO; MONIN; DURAND, 2003) e da teorização do conceito de práticas (RECKWITZ, 2002).

A agência é uma categoria central na explicação da mudança nos processos institucionais. Contudo, no contexto do institucionalismo é preciso pensar a agência como um construto imerso nas próprias pressões institucionais. Nessa direção, tradicionalmente a mudança institucional tem sido explicada por meio de uma corrente que explora mudanças externas, ao nível do campo (inovações de diferentes tipos) e outra corrente que investiga a

posição dos atores no campo como gatilho para a mudança (atores em posições periféricas ou novos entrantes, ou ainda aqueles atores cuja posição interliga fronteiras de diferentes campos) (BATTILANA; D'AUNNO, 2009). Contudo, Zietsma e Lawrence (2010) entendem que o paradoxo da agência imersa pode ser melhor compreendido considerando os conceitos de fronteiras (as distinções entre pessoas e grupos) e práticas (rotinas compartilhadas de comportamento; a partir de Whittington, 2006). Conforme Slager, Gond e Moon (2012), o foco nas práticas ao invés das realizações permite, ainda, identificar consequências não intencionais do trabalho institucional.

Além disso, o paradoxo da agência imersa tem sido compreendido a partir de uma noção multidimensional da agência (BATTILANA; D'AUNNO, 2009), proposta por Emirbayer e Mische (1998). Nesse conceito, a agência refere-se ao “engajamento de um ator com o mundo social, de modo que, por meio da interrelação entre hábitos, imaginação e julgamento, pode tanto reproduzir e transformar as estruturas do ambiente” (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998, p., tradução própria). Nesse sentido, a agência se manifesta em três configurações: agência iterativa (orientada ao passado), agência projetiva (orientada ao futuro) e agência prático-valorativa (orientada ao presente). Portanto, reconhece-se que os sujeitos são reflexivos, mesmo quando se adequam aos hábitos e padrões fornecidos pelas instituições. Contudo, em certos contextos estes podem atuar de modo a moldar instituições, bem como atuar considerando “consequências práticas”, se adequando à constrangimentos de curto prazo. Ou seja, as pessoas não atuam como “autônomos institucionais” (BATTILANA; D'AUNNO, 2009, p. 47, tradução própria).

As aproximações entre trabalho institucional e lógicas institucionais também permitem uma melhor compreensão das mudanças institucionais do campo da cachaça de alambique em Minas Gerais. Hempel, Lawrence e Tracey (2017) argumentam que estas duas abordagens apresentam familiaridades teóricas, bem como complementaridades. Haja vista, é possível compreender tanto as características, ou fundamentos, das lógicas institucionais deste campo, quanto os esforços desempenhados por diferentes agentes em direção à construção, reparação ou interrupção destas (SMETS; JARZABKOWSKI, 2013, GAWER; PHILLIPS, 2013, CHANG; HUANG, 2016, NITE, 2017, URIARTE et al. 2019, ANDERSON; GADOLIN, 2020, BONFIM, 2020).

Busca-se, ainda, explorar outras lacunas de pesquisa envolvendo o institucionalismo. Notadamente, ressalta-se o trabalho de reparação de lógicas institucionais como uma forma alternativa de trabalho de manutenção. Esta noção permite compreender como agentes se envolvem em direção à promoção de mudanças em aspectos específicos de uma lógica,

preservando outros (HEREPATH; KITCHENER, 2016). Este trabalho não se trata, portanto, da criação de uma nova lógica, tão pouco de sua manutenção, em um sentido convencional, ou mesmo da disrupção de uma ordem institucional existente (LOK; ROND, 2013). Outro aspecto que estas articulações possibilitam uma melhor teorização referem-se às respostas que os agentes do mercado empenham em relação aos trabalhos institucionais e às lógicas daquele campo (OLIVER, 1991, GONÇALVES; FREGONESI; MOREIRA, 2020).

A realidade do campo da cachaça de alambique em Minas Gerais evidencia que existem disputas em relação à configuração das lógicas institucionais e que nem todas as práticas de trabalho institucional foram bem-sucedidas. Nesse sentido, diferentemente de outros estudos cujo enfoque se dá nos resultados das iniciativas dos diferentes atores, a investigação do trabalho institucional teve como enfoque as ações e práticas realizadas por estes sujeitos (PAWLAK, 2011).

Este estudo também contribui para o desenvolvimento de pesquisas em torno do institucionalismo, trabalho institucional e lógicas institucionais no âmbito brasileiro. Em busca realizada nas bases *Scielo*, *Spell* e *Google Scholar*, foram identificados alguns trabalhos nacionais alinhados a estas correntes. Do ponto de vista teórico, são exploradas as contribuições do trabalho institucional para os estudos organizacionais críticos (AMORIM; GODRI, 2015) e para a perspectiva da Estratégia como Prática (TURETA; JULIO, 2016), bem sua articulação junto à abordagem da mudança institucional gradual (CORAIOLA et al. 2015). Os estudos empíricos tratam de diferentes temas e contextos tais como: institucionalização de estratégias de diversificação (LEONEL JUNIOR; CUNHA, 2013, SANDER; CUNHA, 2013), a institucionalização da cooperação entre atores locais (LIMA, 2017); construção de práticas de colaboração entre organizações não governamentais (SILVA, 2016); conformação ao conhecimento difundido em Arranjos Produtivos Locais (JACOMETI, 2013); construção práticas de gestão de membresia (NOGUEIRA, 2014); institucionalização da sustentabilidade (LIMA; VIEIRA, 2017); falhas na adoção de práticas de gestão financeira em municípios brasileiros (LINO et al., 2019), entre outros. Ou seja, reconhecendo que a perspectiva do trabalho institucional constitui hoje uma das principais abordagens de pesquisa no contexto dos estudos organizacionais (HEMPEL; LAWRENCE; TRACEY, 2017), há a necessidade de maiores esforços para a consolidação desta corrente no Brasil.

Do ponto de vista empírico e gerencial, a compreensão das práticas realizadas pelos diferentes envolvidos nos trabalhos institucionais do campo também contribui para a reflexão acerca dos modos com que a mudança pode acontecer em mercados caracterizados por produtos

típicos, com alta carga simbólica. Nessa direção, Hempel, Lawrence e Tracey (2018) advogam que a teoria do Trabalho Institucional pode oferecer uma poderosa mediação entre o conhecimento acadêmico e as práticas realizadas pelos sujeitos em suas interações cotidianas. Uma vez apresentadas as justificativas do trabalho, no próximo capítulo serão discutidos os fundamentos teóricos deste estudo.

2. ARCABOUÇO TEÓRICO

Neste capítulo serão discutidos os fundamentos teóricos deste trabalho. Inicia-se com uma explanação dos conceitos centrais do institucionalismo sociológico e da mudança institucional, destacando a evolução desta discussão ao longo dos anos. Em seguida, será apresentada a abordagem das lógicas institucionais e do trabalho institucional, bem como as articulações que envolvem respostas organizacionais às instituições. Uma vez discutidos os conceitos e a revisão de literatura destas perspectivas, serão apresentadas as aproximações entre estas correntes e o modelo teórico que fundamentou esta pesquisa.

2.1 Institucionalismo Sociológico e Mudança Institucional: Conceitos e pressupostos centrais

Nesta seção serão apresentados os fundamentos e bases históricas da teoria institucional sociológica, também conhecida como institucionalismo organizacional. Em seguida, será tratado o tema da mudança institucional como um direcionamento do institucionalismo.

2.1.1 Origens e desenvolvimento do institucionalismo sociológico

O emprego do termo **instituição** remonta à emergência das ciências sociais, em meados do século XIX. O pressuposto central que permeia esta categoria teórica é que “atores e eventos atuais são moldados pelos seus esforços e produtos passados e duradouros” (SCOTT, 2014, p, 1, tradução própria). Hall e Taylor (1996) classificam o emprego do conceito de instituição em três escolas básicas de pensamento, a saber: a) institucionalismo de escolha racional; b) institucionalismo histórico (comparativo); e, c) institucionalismo organizacional.

De forma semelhante, para Scott (2014), o pensamento institucionalista se construiu entre três disciplinas categóricas, a saber: Economia, Ciência Política e Sociologia. Nessas três correntes, classificam-se os estudos em dois movimentos: velho institucionalismo (ou institucionalismo clássico), caracterizado pelo conhecimento produzido até meados da década

de 1960; e novo institucionalismo, fundamentado em releituras e ressignificações de conceitos tradicionais, desenvolvidos, sobretudo desde a década de 1970 até os dias atuais (PEREIRA, 2012).

O institucionalismo econômico, em sua forma clássica, se baseia sobretudo nas contribuições de pensadores como Gustav Schmoller, Carl Menger, Thorstein Veblen, John Commons, Westley Mitchell, entre outros. A ideia principal era reconhecer que as relações sociais não podem ser reduzidas a leis econômicas universais, mas são influenciadas por forças históricas e culturais. Além disso, eram críticos aos pressupostos ortodoxos neoclássicos da escolha racional dos indivíduos e do equilíbrio como estado natural dos mercados. Para esses autores, o que provoca o desequilíbrio são justamente “os hábitos de pensamento comum estabelecidos” (VEBLEN, 1919, p. 239, tradução própria), referindo-se às instituições. O institucionalismo econômico serviu de referência para desenvolvimentos na Economia produzidos por Joseph Schumpeter, Karl Polanyi, John K. Galbraith, Gunnar Myrdal, etc. A partir da década de 1970, este movimento foi revisitado por outros economistas, destacando-se entre eles, Ronald Coase e Douglass North, que buscaram trazer maior capacidade de generalização à Teoria Institucional.

Por sua vez, o institucionalismo desenvolvido no âmbito da ciência política, conforme Scott (2014), pode ser identificado nos estudos de Alexis de Tocqueville, perpassando por Woodrow Wilson, J. W. Burgess, entre outros. A ênfase desta escola se deu nos arranjos legais e administrativos que caracterizam estruturas governamentais, ou seja, na configuração estatal mediada por instituições políticas (leis, constituições, repartições, assembleias, plenários, etc.). Ou seja, nos processos de institucionalização de sistemas políticos. Entretanto, a Ciência Política sofreu fortes influências a partir da década de 1930 das correntes behavioristas, bem como da teoria da escolha racional, de modo que somente na década de 1970, o novo institucionalismo político buscou reenfatar a importância de se considerar estruturas regulatórias que constroem o comportamento político e social.

Finalmente, o institucionalismo sociológico, no qual esta pesquisa se sustenta, representa a corrente de maior aproximação dos estudos organizacionais (GREENWOOD et al. 2008, PEREIRA, 2012), cujas contribuições para uma teoria institucional remetem a meados do século XIX. O fundamento central para o estudo de instituições nesse campo está no reconhecimento de sistemas normativos que orientam as ações e comportamentos de grupos sociais em diferentes níveis (indivíduo, organização, campo, sociedade). Portanto, busca-se compreender a relação entre atores sociais, suas ações e as estruturas sociais em que estão inseridos (GUARIDO FILHO; MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 2010).

Diversos estudiosos dessa disciplina exploram conceitos de natureza institucional. Scott (2014) ressalta os trabalhos de Herbert Spencer, William Sumner, Charles Cooley, Herbert Bloomer, bem como os pilares do pensamento sociológico, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Além disso, outros sociólogos foram fundamentais para a estruturação desta abordagem tais como George Mead (a partir da teorização de sistemas simbólicos), Alfred Schutz (e os pressupostos do interacionismo simbólico), Pierre Bourdieu (explorando o conceito de campos sociais), Peter Berger e Thomas Luckmann (apresentando conceitos para institucionalização e mudança institucional).

Por meio das contribuições do institucionalismo sociológico, Scott (2014) discute que a relação entre sistemas normativos e ações organizacionais passou a ter maior atenção de acadêmicos e administradores. De modo geral, as teorias das organizações buscam compreender questões tais como: Como as organizações e seus sujeitos constituintes se comportam? Por quê? Quais consequências estas ações implicam? (REED, 1999). Nesse sentido, o institucionalismo se posiciona como um corpo de conhecimento que almeja responder estas questões a partir da categoria central ‘instituições’. A principal contribuição do institucionalismo para a Administração reside no reconhecimento da influência de fenômenos econômicos, culturais, políticos e sociais no comportamento das pessoas nas organizações, para além de uma visão centrada em uma racionalidade instrumental (GREENWOOD et al. 2008). Entretanto, embora esta constatação não seja exclusiva desta corrente de estudos, a Teoria Institucional representa um dos primeiros esforços nesta direção com ênfase em organizações (SCOTT, 2014).

Ressalta-se que em sua gênese, a Administração e os estudos organizacionais clássicos (marcados pelas obras de autores como Frederick Taylor, Henri Fayol, Chester Barnard, Elton Mayo, entre outros), priorizavam a definição de modelos instrumentais para a organização de recursos técnicos e de pessoal. Deste modo, atribuíam pouca ênfase ao ambiente sociocultural e à historicidade que permeia as organizações (REED, 1999).

Ao final da década de 1940, contudo, as primeiras traduções em língua inglesa das obras de Max Weber produziram impacto significativo na comunidade sociológica norte-americana (berço do institucionalismo sociológico). Desse modo, conceitos como burocracia, racionalidade e sistemas de valores voltados à análise de organizações despertou o interesse em estudiosos como Robert Merton, Phillip Selznick, Everett Hughes, Talcott Parsons, James Thompson, Arthur Stinchcombe, entre outros(as), constituindo assim a gênese do institucionalismo organizacional, na corrente amplamente difundida como “velho institucionalismo” nos estudos organizacionais (SCOTT, 2014).

Nesse sentido, organizações passaram a ser compreendidas como um tipo de estrutura social permeada por sistemas normativos (internos e externos), cujos efeitos influenciam na tomada de decisões e nas estratégias (SELZNICK, 1957, STINCHCOMBE, 1968). Para Selznick, a institucionalização é um processo que acontece ao longo do tempo na organização, no qual as características dos atores envolvidos, suas crenças, práticas e costumes são incorporados às atividades e passam a representar e refletir na própria organização (os valores da organização são institucionalizados de modo que a própria organização torna-se uma instituição). Nessa direção, as organizações em Selznick não são organismos plenamente racionais, mas sim estruturas marcadas por valores incorporados a partir de práticas e praticantes, muitos deles institucionalizados de forma escusa, diferindo de objetivos instrumentalizados. Nessa direção, ressalta-se que a manutenção dos valores e interesses institucionalizados somente acontece devido ao poder dos indivíduos interessados (STINCHCOMBE, 1968).

Esta corrente foi amplamente difundida nos estudos organizacionais durante as décadas de 1950 e 1960, trazendo contribuições para a compreensão de fatores externos às organizações, juntamente à teoria da dependência de recursos e à teoria ecológica. Entretanto, seu enfoque era voltado às organizações como unidades institucionalizadas, nem sempre reconhecendo eventos e entidades que caracterizam um ambiente macrosocial mais amplo (SCOTT, 2014).

Dessa forma, na segunda metade dos anos 1970, formas organizacionais distintas e campos organizacionais também passaram a chamar atenção de institucionalistas. A partir dos desdobramentos que caracterizaram o movimento do novo institucionalismo, diferentes perspectivas e conceitos foram refinados até os dias atuais, tornando a Teoria Institucional uma das principais correntes dos estudos organizacionais (GREENWOOD et al. 2008).

De modo geral, institucionalistas com enfoque em organizações empregam diferentes redações para se referirem ao conceito de instituições, embora a essência do termo seja homogênea. Em uma das conceituações mais recorrentes, W. Richard Scott (2014, p. 56, tradução própria) define instituições como um conjunto de “elementos normativos [a partir das normas], reguladores [regras] e cultural-cognitivos [sistemas de crenças] que, juntamente com atividades associadas e recursos, provêm estabilidade e significado para a vida social”. Nessa concepção, instituições são estruturas sociais plurais, relativamente duráveis e constituídas por símbolos, práticas e materialidade. Sendo assim, estes construtos exercem seus efeitos no mundo por meio da articulação entre vários portadores individuais e coletivos que as transmitem via sistemas simbólicos, sistemas relacionais, rotinas e artefatos (SCOTT, 2014).

No entendimento de Fligstein (2001, p. 101, tradução própria), instituições referem-se às

[...] regras e significados compartilhados [...] que definem relacionamentos sociais, ajudam a definir quem ocupa qual posição nesses relacionamentos e guiam interações entre dados atores ao oferecerem quadros cognitivos ou conjuntos de significados para interpretar os comportamentos dos outros.

Em sentido semelhante, as instituições referem-se a “comportamentos sociais repetitivos mais ou menos tidos como verdadeiros, apoiados por sistemas normativos e entendimentos cognitivos que fornecem significado às trocas sociais e, assim, permitem a autorreprodução da ordem social” (GREENWOOD et al. 2008, p. 22, tradução própria).

Por sua vez, Jepperson (1991) ressalta que instituições são construtos sociais produzidos por meio de ações intencionais, embora os resultados nem sempre sejam os esperados pelos sujeitos. Estas ações envolvem procedimentos estabelecidos e organizados que refletem conjuntos de sequencias e interações padronizadas apoiadas por mecanismos específicos de controle. Dessa noção, Lawrence e Suddaby (2006, p. 246, tradução própria) entendem instituições como “elementos duradouros da vida social que têm um profundo impacto/efeito nos pensamentos, sentimentos e comportamentos dos atores individuais e coletivos”. Ressalta-se, contudo, que reconhecer instituições como ‘elementos duradouros’, conforme Lawrence e Suddaby (2006), não incorre na negligência de sua dinâmica e possibilidade de reformas e mudanças contínuas neste agrupamento de práticas, crenças, normas e regras. Haja visto, Hargrave e Van de Ven (2006) defendem que as instituições se constituem por meio de processos dialéticos.

Portanto, embora o conceito de instituição tenha diferentes significados, ele envolve a produção de sentidos e a construção social de práticas, mais ou menos estáveis (apesar de mutáveis), que servem de referência para a ação individual e coletiva dos sujeitos. No caso dos estudos organizacionais, há o enfoque das instituições nestes grupamentos sociais específicos.

Tendo estes entendimentos como horizonte central, o campo dos estudos institucionalistas voltados às organizações passou por uma significativa ressignificação ao final dos anos 1970. Segundo Greenwood et al. (2008), trabalhos como os desenvolvidos por Meyer e Rowan (1977), Zucker (1977) e DiMaggio e Powell (1983) inauguraram o novo institucionalismo nos estudos organizacionais. Por meio destas contribuições, conceitos como ambiente técnico e institucional, legitimidade, campos organizacionais e isomorfismo passaram a ser amplamente discutidos e explorados nos mais diversos escopos e espaços.

Ressalta-se que como resposta às perspectivas clássicas da Administração, outras abordagens compreendiam as organizações como entidades agênticas que respondem a

circunstâncias situacionais. Ou seja, entendiam que o comportamento dos atores nas organizações era formado pelas interações entre estes e o **ambiente** que os permeia. Entre estas correntes teóricas, figuram as teorias da contingência, dependência de recursos, comportamental e ecológica. Entretanto, esse ambiente era tido como o arranjo técnico que caracteriza os mercados, destacando a disputa por recursos técnicos e atores interessados nas trocas (GREENWOOD et al. 2008).

Buscando ampliar esta visão, Meyer e Rowan (1977) estavam interessados na compreensão da difusão e racionalização das burocracias formais na sociedade moderna. Os autores discutem que o processo de difusão se deve à articulação entre redes de organizações e trocas sociais e seu contexto institucional. Este contexto institucional é responsável pela emergência de mitos racionalizados (prescrições de condutas apropriadas) das trocas organizacionais. Estes mitos, por sua vez, à medida em que tornavam-se difundidos entre as redes, sendo codificados em regulamentações formais e leis, atribuíam maior legitimidade às práticas e comportamentos sociais. Ou seja, “as regras institucionalizadas funcionam como mitos que as organizações incorporam, ganhando legitimidade, recursos, estabilidade e provendo sobrevivência” (MEYER; ROWAN, 1977, p. 340, tradução própria).

No que se refere ao conceito de contexto institucional, pesquisadores passaram a reconhecer outro ambiente, para além do **ambiente técnico** que caracteriza as relações mercadológicas e a disputa por recursos. Este ambiente, denominado **ambiente institucional**, é povoado pelos entendimentos comuns acerca dos comportamentos tidos como apropriados e significativos (ZUCKER, 1983).

Conforme Scott (1992, p. 158, tradução própria), o ambiente técnico que pode ser definido como o domínio no qual “um produto ou serviço é trocado no mercado e as organizações são premiadas pelo controle eficiente e eficaz do processo de trabalho que viabiliza este intercâmbio”. Por sua vez, o ambiente institucional envolve a “elaboração de normas e definição orientações que condicionam o comportamento das organizações e, conseqüentemente, a obtenção da legitimidade” (SCOTT, 1992, p. 157, tradução própria).

Nessa interpretação, segundo Carvalho et al. (1999, p. 7):

[...] os ambientes técnicos e institucionais sustentam diferentes racionalidades: num ambiente técnico o “racional” é o que permite às organizações serem eficientes, produzir bens ou serviços aceitos pelo mercado e assim lograr os seus objetivos; num ambiente institucional, por sua vez, a ação racional está representada nos procedimentos capazes de proporcionar legitimidade no presente e no futuro organizacional.

Entretanto, de acordo com Scott (1992), tal divisão tem uma função didática, sendo que a análise desses dois conceitos de forma isolada poderá levar o analista a cometer erros de interpretação. Essa classificação visa somente facilitar a compreensão das possíveis racionalidades que estão presentes no ambiente, até porque, afirma o autor, os mercados, como elemento estruturante do ambiente técnico, são estruturados institucionalmente e sustentados por um conjunto de crenças relativas à propriedade privada e por normas que regulam as relações de troca que nele se concretizam.

Para Zucker (1983), as organizações, na tentativa de legitimar as suas ações e garantir a sua sustentabilidade, se transformam e se desenvolvem a partir da adesão às orientações definidas e institucionalizadas na sociedade. O conceito de **legitimidade** deve ser entendido com uma condição social que reflete alinhamento cultural, suporte normativo ou consonância com normas relevantes reconhecidas coletivamente (SCOTT, 2014). Trata-se de [...] “uma percepção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis, próprias ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (SUCHMAN, 1995, p. 574, tradução própria). Nesse sentido, a criação, manutenção e existência das instituições e organizações dependem do reconhecimento e da legitimação de suas atividades, de modo que a legitimidade será sempre um reflexo da relação entre uma entidade e seu ambiente institucional (ROSSONI, 2015).

A partir do reconhecimento da relação entre ambiente técnico e institucional, outra contribuição importante é apresentada por DiMaggio e Powell (1983), incorporando as noções de campo e os efeitos dos processos de institucionalização por meio do isomorfismo. A proposta central de DiMaggio e Powell (1983) presume que organizações tendem a assumir comportamentos isomórficos (semelhantes) à outras organizações dos denominados **campos organizacionais**.

O conceito de campo empregado por DiMaggio e Powell (1983) representa um nível de análise relevante para a investigação dos efeitos das instituições em um grupo de organizações. Estes autores entendem esta categoria como:

[...] as organizações, que atuando em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional: fornecedores chave, produtores e consumidores de recursos, agências regulatórias e outras organizações que produzem serviços ou produtores similares (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 143, tradução própria).

O campo organizacional também pode ser reconhecido como setor societal (MEYER; SCOTT, 1983) e, conforme Scott (2014), são preenchidos por estruturas normativas e cultural-

cognitivas compartilhadas por seus membros. Esses membros são constituídos por organizações de pessoas que interagem frequentemente.

Um fenômeno característico de alguns campos organizacionais, segundo DiMaggio e Powell (1983) é o **isomorfismo**. Este efeito ocorre por meio da reprodução de formas organizacionais, práticas e comportamentos reconhecidos no ambiente institucional que, ao serem legitimadas pelos agentes do campo, provém aprovação social aos praticantes. Esta aprovação é importante na garantia de certos benefícios de sobrevivência. Todavia, os autores argumentam que estas práticas e pressupostos muitas vezes não se alinham à eficiência técnica, característica do ambiente técnico. Nesse sentido, muitas organizações buscam atender aos pressupostos do ambiente institucional de forma cerimonial e simbólica, dissociando sua estrutura simbólica do núcleo técnico da organização. Segundo DiMaggio e Powell (1983), a institucionalização ocorre a partir de três mecanismos de difusão isomórfica: coercitiva, normativa e mimética.

No isomorfismo coercitivo, uma organização pode exercer pressões formais e informais sobre outra que lhe seja dependente, principalmente no que se refere a recursos estratégicos. Este fenômeno, que consiste na utilização dos mecanismos coercitivos, pode ocorrer na relação de uma organização pública estatal com o Estado, em que a primeira é obrigada a adotar processos de gestão e orientações que sejam adequadas à política do segundo. Portanto, o isomorfismo coercitivo resulta de pressões formais e informais exercidas por uma organização sobre a outra, que tenha uma relação de dependência com relação à primeira (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

A postura isomórfica por meio de mecanismos miméticos ocorre quando uma organização, em razão de suas demandas por tecnologias, diversidade de seus objetivos e exigências institucionais, passa a adotar os sistemas de gestão e práticas que foram desenvolvidos e experimentados por outras organizações congêneres e que, muitas vezes, pertencem a seu ambiente específico. Um exemplo típico deste tipo de postura isomórfica são as práticas de *benchmarking* e a adaptação de sistemas de gestão normalmente disseminadas pelas empresas de consultorias. Portanto, o isomorfismo mimético deriva da tendência dos gestores em adotar políticas e práticas de gestão que foram implementados com sucesso em outras organizações (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

O isomorfismo por mecanismos normativos conduz a formas semelhantes de interpretação e atuação consolidadas pelas especializações profissionais. Esse tipo de isomorfismo ocorre quando as organizações passam a reproduzir as referências culturais de certas coalizões profissionais que compartilham os mesmos valores, regras e formas de

resolução dos problemas. A profissionalização, ou seja, ter uma determinada ocupação que define uma consciência coletiva em torno de certas normas, crenças e valores, é uma das formas mais frequentes de pressão normativa que pode levar as organizações a adotarem uma postura isomórfica. O aparelho educacional e, em particular, as universidades, associações, entidades de classe, onde é socializada grande parte dos profissionais, são mecanismos pedagógicos privilegiados que induzem a aprendizagem do conjunto de valores, normas, regulamentos e práticas comuns a uma profissão. O isomorfismo normativo conduz a formas comuns de interpretação e de ação coletivas que, além de influenciar os rumos da organização, podem servir para sedimentação de valores e crenças que podem facilitar ou dificultar o processo de mudança organizacional (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

As contribuições dos trabalhos seminais do novo institucionalismo foram fundamentais para atribuir novo fôlego à Teoria Institucional nos estudos organizacionais. Entretanto, devido à tamanha popularidade destes estudos, muita ênfase foi atribuída ao isomorfismo e às condições de manutenção das instituições nos campos organizacionais. Segundo Greenwood et al. (2008), ainda que não fosse intenção deliberada de autores como Paul DiMaggio e Walter Powell, este enfoque caracterizou uma espécie de leitura determinista dos efeitos das instituições na constituição das organizações. Ou seja, outros institucionalistas ao longo da década de 1980 não se interessaram em ampliar o foco teórico do institucionalismo, para além das pressões isomórficas que direcionam à estabilidade.

DiMaggio (1988) critica este encaminhamento e chama atenção para a necessidade de se reconhecer as possibilidades de estudo das condições de mudança nos campos sociais a partir da Teoria Institucional. O autor também ressalta a negligência na consideração dos aspectos políticos e as relações de poder que caracterizam os processos de institucionalização. Oliver (1991) argumenta, ainda, sobre a possibilidade de se considerar a desinstitucionalização como um processo recorrente nos campos sociais. Esta discussão será aprofundada na próxima subseção.

2.1.2 Considerações sobre a mudança institucional

A partir das críticas apresentadas anteriormente, a abordagem institucional das organizações passou por um novo período de teorizações, o que possibilitou que novas perspectivas fossem desenvolvidas, reconhecendo a **mudança institucional** como fenômeno de interesse. Nesta direção, o novo institucionalismo fundamentado em Meyer, Rowan, DiMaggio, Powell e Zucker constituiu uma corrente denominada ‘clássica’, com forte

influência norte-americana, assim como o velho institucionalismo (FREITAS, 2015). Uma das principais críticas à abordagem clássica do novo institucionalismo é voltada à negligência ou pouca ênfase ao papel da agência nos processos de difusão de instituições, especialmente entre autores inspirados nos textos seminais. Ainda que fossem reconhecidas as intenções dos sujeitos nesses eventos, sua agência, na maior parte dos estudos, era tratada de forma secundária, ressaltando apenas a reação dos atores diante das pressões institucionais (GREENWOOD et al. 2008, THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012).

No entendimento de Lawrence, Suddaby e Leca (2009), tal interpretação limitava, sobretudo, a explicação, a partir do institucionalismo, dos processos de mudança organizacional e nos campos sociais. Haja vista, o principal efeito das instituições, explorado por esses autores, era o isomorfismo e a difusão dos mitos racionalizados.

Entretanto, as críticas endereçadas a essa abordagem permitiram que novas correntes fossem desenvolvidas, ampliando o escopo e as lentes da Teoria Institucional na análise organizacional ao final da década de 1980, o que resultou na emergência dos conceitos de trabalho institucional e lógicas institucionais algumas décadas adiante. De modo particular, estas perspectivas buscavam incorporar a mudança institucional como uma categoria importante na compreensão dos processos de institucionalização e desinstitucionalização (FRIEDLAND; ALFORD, 1991, LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Todavia, estas perspectivas não são as únicas no contexto do institucionalismo organizacional que se interessaram pela mudança, destacando o papel da agência dos indivíduos. Nessa direção, figuram a escola escandinava e a noção de empreendedorismo institucional.

A denominada **escola escandinava**, ou institucionalismo escandinavo, refere-se a uma tradição de pesquisas desenvolvidas sobretudo por pesquisadores nascidos em países como Suécia, Finlândia, Noruega e Dinamarca. Este movimento se iniciou na década de 1960, a partir de parcerias entre universidades escandinavas e centros de estudos norte-americanos com forte tradição sociológica e institucionalista, tais como a Stanford University (BOXENBAUM; PEDERSEN, 2009). Diversos pesquisadores intercambistas desses projetos construíram uma *expertise* própria, agregando conceitos e outros pressupostos teóricos que tornaram esta tradição de estudos uma corrente distinta dentro da Teoria Institucional (GREENWOOD et al. 2008).

O institucionalismo escandinavo se distingue por sua ênfase nos aspectos micro que caracterizam os processos institucionais, a partir das contribuições de autores como Barbara Czarniawska, Guje Sevón, Søren Christensen, Eva Boxenbaum Kjell Arne Røvik, Lars Engwall, Kerstin Sahlin, Nils Brunsson, Johan P. Olsen, Per Lægred, entre outros(as)

(SAHLIN; WEDLIN, 2008). Esta ênfase se dá pela grande influência do pensamento Seznickiano, a partir do qual são explorados os conceitos de “ideias” ao invés de estruturas sociais. Outras influências marcantes nesta escola são o interacionismo simbólico, característico de Berger e Luckmann (2004), a noção de *sensemaking*, desenvolvida por Karl Weick, bem como teóricos da prática e da Teoria do Ator-Rede, como Bruno Latour e Michel Callon (BOXENBAUM; PEDERSEN, 2009).

Por meio das contribuições da Teoria do Ator-Rede, Czarniawska e Sevón (1996) incorporam o conceito de tradução (*translation*) para o institucionalismo, destacando o aspecto relacional das instituições e sua interação com os atores humanos e não-humanos nos processos de mudança. Ou seja, reconhece-se que ideias (próximo à noção de discursos) podem ser selecionadas por grupos de interesse no ambiente a fim de solucionar problemas ou direcionar estratégias organizacionais, sendo então objetivadas e materializadas. Dessa forma, à medida em que são materializadas incorporam-se em ações e práticas rotineiras, podendo se institucionalizar quanto maior for sua circulação, desencadeando traduções mais amplas. Entretanto, a interpretação destas ideias institucionalizadas é mediada por traduções entre indivíduos e a materialidade, podendo assumir diferentes sentidos, interpretados por meio da noção de *sensemaking* (WEICK, 1995). Além disso, o contexto em que os sujeitos estão inseridos é um elemento central na disseminação das ideias e na interpretação dos atores.

Por isso, a escola escandinava atribuir maior ênfase na agência dos atores, considerados sujeitos com poder suficiente para criarem, moldarem e bloquearem instituições (SAHLIN; ENGWALL, 2002). Destaca-se, ainda, que a produção de sentidos é um fenômeno dinâmico, o que permite a mudança institucional à medida em que ideias podem desaparecer, produzindo novas instituições.

Apesar de ser pouco explorada entre institucionalistas brasileiros (PEREIRA, 2012), esta escola teve maior impacto nos estudos organizacionais como um todo, especialmente as contribuições de Barbara Czarniawska (2002, 2003). Ainda hoje, o emprego de conceitos da Teoria do Ator-Rede em estudos institucionais é destacado como frutífero e necessário para melhor compreensão das relações que envolvem elementos simbólicos, materiais e relacionais nestes fenômenos (HEMPEL; LAWRENCE; TRACEY, 2017).

Adiante, outra perspectiva fundamental para o estudo da mudança e da agência em campos sociais se fundamenta no conceito de **empreendedorismo institucional**. A partir das críticas direcionadas aos desdobramentos do institucionalismo durante a década de 1980, DiMaggio (1988) argumenta que é fundamental reconhecer processos de institucionalização como eventos políticos, que refletem relações de poder e interesse dos sujeitos envolvidos. Ou

seja, torna-se essencial que a agência dos atores seja incorporada às análises (BATTILANA; D'AUNNO, 2009). O reconhecimento da agência, segundo DiMaggio (1988) permite compreender como atores mobilizam seus interesses e intenções diante das instituições. Desse modo, o autor apresenta um esforço voltado ao estudo das ações intencionais nos processos institucionais por meio do conceito de 'empreendedor institucional'.

O empreendedorismo institucional consiste em uma das primeiras abordagens institucionalistas que atribui foco à agência dos atores envolvidos especialmente em processos de institucionalização (DIMAGGIO, 1988, FLIGSTEIN, 1999, EISENSTADT, 1980, HARDY; MAGUIRE, 2008). Esta perspectiva está interessada em compreender “as atividades dos atores que apresentam interesses particulares em arranjos institucionais, de modo que alavancam recursos para criar instituições ou transformar as existentes” (MAGUIRE; HARDY; LAWRENCE, 2004, p. 657, *tradução própria*).

Os atores envolvidos nestes processos de criação e transformação de instituições referem-se a sujeitos que enxergam oportunidades de realizar interesses institucionais, de modo que atuam de forma organizada, com recursos valiosos o suficiente para alcançarem seus objetivos (DIMAGGIO, 1988). Este conceito tem suas origens na própria discussão de “liderança institucional” apresentada por Selznick (1957), remetendo aos sujeitos com habilidades e recursos especiais necessários tanto para a gestão de aspectos técnicos quanto simbólicos das organizações. São, portanto, figuras centrais para a institucionalização (ou criação de valor, pelas lentes de Phillip Selznick) de elementos normativos, regulatórios e cultural-cognitivos (SCOTT, 2014).

Os empreendedores institucionais são agentes da mudança, uma vez que apresentam capacidade analítica reflexiva o suficiente para enxergar práticas institucionalizadas e vislumbrar novas formas de conduta que se sobrepõem ao que é dado (BECKERT, 1999). Diferentes estudos mostram que os empreendedores institucionais figuram tanto em posições centrais quanto periféricas dos campos sociais. Contudo, são necessariamente pessoas com habilidades e recursos especiais que conseguem mobilizar a articulação em torno da dissociação de padrões estabelecidos e o engajamento em direção à difusão de novas formas de pensamento e ação que serão institucionalizadas (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Conforme Hardy e Maguire (2008), a mudança institucional nos campos organizacionais direcionada pelos empreendedores pode ser favorecida por duas condições principais: a) a existência de contradições e tensões nos campos (oriundas de fatores externos ou internos, bem como de sobreposições com outros campos) aumenta a incerteza na tomada de decisões e apresenta um contexto favorável à agência destes atores com maiores habilidades;

b) a disponibilidade de recursos políticos, econômicos, materiais, culturais e discursivos, utilizados por sujeitos distintos a fim de apoiarem novos projetos institucionais, bem como para impor as mudanças no campo.

É importante ressaltar, seguindo Greenwood e Suddaby (2006), que apesar da centralidade de poder e recursos em poucos indivíduos, a mudança institucional mediada pelos empreendedores é um processo coletivo. Haja vista, a promoção de uma instituição é um processo que exige grande esforço e recursos sociais que dificilmente é bem-sucedida quando realizada por um único ator. Para tanto, as habilidades discursivas e retóricas têm se mostrado essenciais aos empreendedores para a mobilização social em torno de suas causas (HARDY; MAGUIRE, 2008).

Para Hardy e Maguire (2008) a perspectiva do empreendedorismo institucional tem contribuído para produzir explicações sobre os processos de institucionalização que se deram em diferentes campos, explorando especialmente a criação de novas instituições. Apesar de seus aportes teóricos-empíricos, esta perspectiva recebeu diversas críticas, entre as quais o foco excessivo sobre as ações de atores privilegiados e pertencentes a uma elite. Ou seja, portadores de uma capacidade exclusiva de promover mudanças institucionais de caráter transformador ou especiais (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Nesse sentido, pouca ênfase era dada aos demais sujeitos inseridos nos arranjos que, direta ou indiretamente, são impactados e/ou impactam na institucionalização. Outra crítica direcionada ao empreendedorismo institucional refere-se à identificação de casos concretos em que a agência e a intenção reflexiva dos atores não produziram os efeitos e a mudança desejados nos campos (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2011). Com isso, discutia-se como nem sempre sujeitos tidos como empreendedores, ou seja, detentores de recursos valiosos, conseguem promover a mudança almejada, denotando um caráter mais complexo para estes processos.

Com vistas a reconhecer as críticas voltadas especialmente à abordagem do empreendedorismo institucional, bem como trazer um complemento para a compreensão de processos sociais complexos, foi cunhado o conceito de trabalho institucional (LAWRENCE; SUDDABY, 2006), que será explorado em profundidade no tópico 2.3.

Na próxima seção, serão apresentados e discutidos os fundamentos da perspectiva das lógicas institucionais, destacando os pressupostos que caracterizam este conceito e diferentes autores o têm explorado. Entende-se que as lógicas institucionais permitem uma compreensão mais estruturada dos processos de construção, reprodução e mudança institucional.

2.2 Fundamentos teóricos e revisão de literatura no estudo das lógicas institucionais

A exemplo do institucionalismo escandinavo que se caracterizou como uma tradição “alternativa” de estudos no campo da Teoria Institucional ao final da década de 1980, outros *insights* foram recepcionados pela frente de pesquisa do novo institucionalismo. Nesse ensejo, um capítulo de livro de autoria de Roger Friedland e Robert L. Alford, publicado na coletânea *‘The New Institutionalism in Organizational Analysis* (POWELL; DIMAGGIO, 1991), apresentou o conceito de **lógicas institucionais**.

Ao reconhecerem que a sociedade é constituída por diferentes ordenamentos, cada um com um conjunto de valores e crenças que orientam as ações dos indivíduos, Friedland e Alford (1991) trouxeram para a abordagem institucionalista o conceito de lógica institucional para explicar que as organizações devem construir sua legitimidade em função da pluralidade do contexto em que se inserem. Para esses autores, a lógica institucional refere-se às práticas materiais e às construções simbólicas que articulam a relação entre sociedade, organizações e indivíduos, com toda a sua diversidade. A sociedade, na visão dos referidos autores, pode ser entendida como um sistema interinstitucional constituído por diferentes lógicas interdependentes e até mesmo potencialmente contraditórias.

Apesar do texto de Friedland e Alford (1991) ter sido publicado em um volume organizado por Walter Powell e Paul DiMaggio (1991), estes autores “não seguiam” a tradição do novo institucionalismo (c.f. MEYER; ROWAN, 1977, DIMAGGIO; POWELL, 1983). Por serem sociólogos, com maior enfoque nos estudos sobre cultura, articularam uma teoria marxista do conflito à teoria das esferas de valor de Weber. Com isso, buscaram integrar questões como agência, racionalidade limitada, interesses, poder e recursos em um arcabouço próprio. Haja vista, conforme Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012), a perspectiva das lógicas institucionais é entendida como uma metateoria que busca integrar análises de natureza macro (sociais, campos organizacionais) e micro (organizações e indivíduos).

No entendimento de Friedland e Alford (1991), a sociedade é constituída como um sistema interinstitucional caracterizado por algumas ordens coexistentes. Estas ordens seriam a família nuclear, a religião, o mercado capitalista e o Estado democrático. Mais adiante, as profissões e a cooperação passam a ser consideradas ordens institucionais sociais (THORNTON; OCASIO, 2008, THORNTON; OCASIO, LOUNSBURY, 2012). Nesta perspectiva, o conceito de instituições e lógicas é entendido como intercambiável, sendo definido como:

padrões de atividade supraorganizacionais enraizados em práticas materiais e sistemas simbólicos pelos quais indivíduos e organizações produzem e reproduzem suas vidas

materiais e tornam suas experiências significantes (FRIEDLAND; ALFORD, 1991 p. 232, Tradução própria).

Com isso, cada instituição apresenta sua lógica característica. Em uma articulação mais contemporânea, Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012, p. 45, tradução própria) definem lógicas institucionais como o conjunto de:

padrões históricos, socialmente construídos, de símbolos culturais e práticas materiais, pressupostos, valores e crenças pelas quais os indivíduos produzem e reproduzem sua subsistência material, organizam seu tempo e espaço e dão significado à suas atividades cotidianas.

Friedland e Alford (1991) destacam as representações simbólicas e as práticas materiais como os principais princípios organizativos das ordens institucionais. Por sua vez, Thornton e Ocasio (2008) apresentaram outras quatro dimensões básicas, a saber: fontes de identidade coletiva, determinantes de poder e *status*, sistemas de classificação e categorização social e alocação de atenção. Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012) ampliam esta descrição para nove elementos (QUADRO 1): metáfora raiz, fontes de legitimidade, fontes de autoridade, fontes de identidade, base de normas, base de atenção, base de estratégia, sistemas de controle informais e sistemas econômicos. Outros autores, como Pahnke, Katila e Eisenhardt (2015) também propuseram os mecanismos de configuração das lógicas, destacando: bases de normas, bases de estratégias e bases de atenção.

Quadro 1 - Sistema interinstitucional

Eixo Y	Eixo X: Ordens Institucionais					
Categorias	Família	Religião	Estado	Mercado	Profissões	Corporação
Metáfora-raiz	Família como firma	Templo como banco	Mecanismo de redistribuição	Transações	Redes de relações	Hierarquia
Fontes de legitimidade	Lealdade incondicional	O sagrado na sociedade	Participação democrática	Preço das ações	Experiência pessoal	Posição de mercado da firma
Fontes de autoridade	Dominação patriarcal	Carisma dos sacerdotes	Dominação burocracia	Pressões dos acionistas	Associações profissionais	Gerência do topo
Fontes de identidade	Reputação da família	Associação com divindades	Classes econômicas e sociais	Impessoalidade	Associação com a qualidade do trabalho Reputação pessoal	Papéis burocráticos
Bases normativas	Pertencimento ao lar	Pertencimento à congregação	Pertencimento à sociedade	Interesse próprio	Pertencimento à associação	Emprego à firma
Bases de atenção	<i>Status</i> no lar	Relação ao sobrenatural	<i>Status</i> do grupo de interesse	<i>Status</i> no mercado	<i>Status</i> na profissão	<i>Status</i> na hierarquia
Bases de Estratégia	Aumento da honra da família	Aumento do simbolismo religioso de eventos naturais	Aumento do bem comum	Aumento do lucro	Aumento da reputação profissional	Aumento do tamanho da firma
Mecanismos de controle informais	Política da família	Adoração do chamado	Política de bastidores	Analistas de mercado	Celebridades profissionais	Cultura organizacional
Sistema econômico	Capitalismo familiar	Capitalismo ocidental	Estado de bem-estar social	Capitalismo de mercado	Capitalismo pessoal	Capitalismo gerencial

Fonte: Adaptado de Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012)

A partir desta perspectiva, a abordagem das lógicas institucionais se fundamenta em cinco premissas teóricas, a saber: 1) a noção da sociedade como um sistema interinstitucional constituído por diversas instituições; 2) o reconhecimento da interrelação entre a materialidade e o sistemas culturais na constituição das lógicas; 3) o carácter histórico das instituições, ou seja, seu posicionamento nas dimensões do espaço e do tempo; 4) a consideração de múltiplos níveis de análise; e 5) o reconhecimento da agência imersa; (THORNTON; OCASIO, 2008).

Para Thornton, Lounsbury e Ocasio (2012), as lógicas institucionais geralmente: 1) dão origem a um conjunto de regras generalizadas que ditam o grau de conformidade das práticas de gestão às expectativas e situações específicas; 2) formam a base da identidade, interesses e ações individuais e organizacionais; 3) determinam aquilo que deve ser valorizado ou não; 4) oferecem aos grupos, líderes e indivíduos uma linguagem própria e os motivos para ação individual e/ou coletiva.

Seguindo Ocasio, Thornton e Lounsbury (2017), as lógicas institucionais: 1) apresentam tanto uma dimensão simbólica (representações simbólicas) quanto material (práticas materiais e artefatos), ou seja, são tanto comunicadas pela linguagem quanto observadas materialmente; 2) as lógicas apresentam fundamentos organizativos multidimensionais, perpassando configurações de dimensões distintas, ainda que relacionáveis; 3) lógicas podem ser estudadas e observadas a partir de vários níveis de análise (societal, campos organizacionais, organizações, indivíduos); 4) são fenômenos reais, seguindo uma ontologia realista (existem independentemente da análise do pesquisador e apresentam poderes causais); 5) normalmente são representadas por meio de tipos ideais; 6) lógicas são contingentes a forças e movimentos históricos, ou seja, podem ser mudadas; e 7) as lógicas representam mais do que conjunto de seus elementos constitutivos.

Nessa direção, as múltiplas lógicas institucionais informam normas supra organizacionais que podem padronizar a vida social organizada e servir de referência para definição de configurações organizacionais e revisão de processos de gestão (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Estes efeitos ocorrem uma vez que estas ordens institucionais envolvem mecanismos estruturais, simbólicos e normativos que são articulados nas práticas sociais, sejam em conjuntos de grupos sociais, organizações ou na sociedade como um todo (THORNTON; OCASIO, 1999). Aliás, a dinâmica entre estes mecanismos caracteriza um ambiente complexo, o que permite uma forma de agência imersa, potencializando a mudança institucional (GREENWOOD et al. 2011).

Segundo Zilber (2013), a perspectiva das lógicas institucionais incorporara o pressuposto da dualidade entre a agência a estrutura, discutida na teoria da estruturação de Anthony Giddens. Além disso, abriga a noção de valores desenvolvida por estudiosos da cultura, reconhece a relevância da cognição incorporada em dinâmicas culturais destacadas por outros institucionalistas, bem como traça uma forma de análise que permite a articulação entre estrutura social, instituições e práticas sociais e materiais.

Para Thornton e Ocasio (2008) o reconhecimento da premissa da agência imersa implica em admitir que os interesses, identidades, valores e suposições de indivíduos e organizações estão incorporados às lógicas institucionais vigentes. Portanto, as decisões são produto da interação entre agência individual e a estrutura institucional. A agência, segundo Rao, Monin e Durand (2003), diz respeito a competência, capacidade reflexiva e habilidade de instrumentalização de agentes, que atuam de forma intencional e proposital. Este último elemento é significativamente relevante para o entendimento da dinâmica institucional. Haja vista, permite a teorização acerca dos mecanismos que orientam as ações dos indivíduos diante de contextos organizacionais, mercadológicos e societários, regidos por diferentes lógicas. A premissa básica em torno desta categoria reconhece a agência como algo constrangido (embora não determinado) pelas instituições, ao passo que a própria complexidade institucional permite que a mudança ocorra (THORNTON; LOUNSBURY; OCASIO, 2012). Esta discussão será aprofundada em seções seguintes deste capítulo.

Reconhecendo que a vida social se constitui por meio de sistemas interinstitucionais, esta perspectiva trouxe importantes contribuições no que se refere à noção de múltiplas lógicas, caracterizando o denominado pluralismo institucional (YU, 2015). Nesse sentido, Pache e Santos (2013) argumentam que diferentes lógicas estão disponíveis aos atores inseridos em diferentes arranjos institucionais ou campos. Assim, interagem e competem nestes espaços, de modo que são acessadas com vistas a promover legitimidade nas ações em certos contextos. Em virtude desta dinâmica, as lógicas também podem ser incorporadas entre si, de modo que representam significados distintos a práticas que, a priori, se assemelham.

Nesse contexto, o arranjo institucional, ou campo, é entendido como um aglomerado de atores que operam em domínios semelhantes, sob a orientação de um conjunto mais ou menos coeso de lógicas institucionais. Este arranjo forma uma rede de interdependência que fornece (bem como limita) recursos para as práticas cotidianas, o que movimenta os interesses diversos (BONFIM; ABIB; GONÇALVES, 2013).

Estudos que exploram o pluralismo institucional buscam explicar esta dinâmica por meio de diferentes pressupostos e quadros de análise. Alguns autores atribuem maior ênfase ao conflito produzido pela existência de diferentes lógicas nos arranjos, caracterizando a denominada complexidade institucional (GREENWOOD et al. 2011). Tal fenômeno é abordado de diferentes formas e desenhos metodológicos, contudo, trata sobretudo das reações e dos efeitos que o conflito gera na produção, manutenção e ruptura de lógicas (REAY; HINNINGS, 2009, PACHE; SANTOS, 2013, SMETS; GREENWOOD; LOUNSBURY, 2015). Por sua vez, outros estudos buscam ressaltar como diferentes lógicas podem ser interconectadas (inclusive de forma cooperativa), produzindo efeitos emergentes nas práticas e na própria configuração do arranjo institucional (BINDER, 2007; TEIXEIRA; ROGLIO, 2015; RAO; MONIN; DURAND, 2003). Nesse tipo de estudo, é comum identificar a noção do hibridismo de lógicas (PAIVA, 2017).

Contudo, Besharov e Smith (2014) defendem que é possível considerar tanto a complexidade quanto a cooperação de lógicas em um único contexto. Estes autores argumentam que “as implicações da multiplicidade de lógicas dependem de como estas são fundamentadas no interior da organização” (BESHAROV; SMITH, 2014, p. 365, tradução própria). De todo modo, é de suma importância reconhecer que, a partir do pluralismo de lógicas, as pessoas, no contexto das organizações, constroem e reforçam suas identidades e práticas (LOUNSBURY; BOXENBAUM, 2013).

Como uma metateoria para o estudo dos aspectos institucionais, a abordagem das lógicas institucionais tem sido amplamente recebida pelos estudos organizacionais e Administração, haja vista o grande número de produções acadêmicas com alto impacto (OCASIO; THORNTON; LOUNSBURY, 2017). Conforme Cloutier e Langley (2013), nos últimos 25 anos, a perspectiva das lógicas institucionais evoluiu, passando a ser considerada uma abordagem de grande relevância para apreensão e explicação dos processos de mudança. Esta abordagem introduziu uma reflexão significativa sobre as instituições e seus aspectos recursivos. Mais especificamente, esta abordagem deu origem a diversos caminhos teóricos-metodológicos.

Durand e Thornton (2018) classificam os estudos envolvendo lógicas institucionais em alguns fluxos de pesquisas: a) a influência das lógicas nas decisões organizacionais (a mudança nas lógicas produzia mudanças na tomada de decisões); b) o conflito de lógicas institucionais no interior de organizações (como organizações reagem a lógicas conflitantes, pluralismo e hibridismo); e c) processos de mudança institucional (a influência de organizações como

gatilhos para mudanças em lógicas institucionais que produziram efeitos no campo, destacando também o pluralismo)

Nesta direção, Ocasio, Thornton e Lounsbury (2017) argumentam que a corrente teórica das lógicas institucionais trouxe importantes contribuições para o desenvolvimento do institucionalismo sociológico como um todo. Os autores destacam três direcionamentos que, em seu entendimento, foram resultantes de estudos envolvendo lógicas: 1) o maior enfoque no pluralismo e complexidade institucional ao invés do isomorfismo; 2) o reconhecimento da agência imersa em detrimento de um determinismo estrutural; 3) o fornecimento de uma alternativa teórica à corrente econômica da escolha racional, explorando perspectivas múltiplas e contingenciais para orientações econômicas e mercadológicas.

Por fim, Micelota, Lounsbury e Greenwood (2017) acreditam que a perspectiva das lógicas institucionais apresenta um arcabouço abrangente o suficiente para melhor compreender a mudança institucional. Para tanto, os autores destacam que o ritmo e o escopo da mudança são elementos chave para o processo, de modo que existem quatro enfoques teóricos que procuram explicar o processo de mudança: a saber: a) deslocamento institucional; b) alinhamento institucional; (c) acomodação institucional; e d) adição institucional. Considerando esta agenda de pesquisas envolvendo a mudança institucional mobilizada pelas lógicas, no próximo tópico será apresentado e discutido o conceito de trabalho institucional.

2.3 Trabalho Institucional: Fundamentos teóricos e possibilidades de pesquisa

Este tópico busca compreender os principais pressupostos e conceitos que marcam a perspectiva do trabalho institucional. Inicialmente, serão discutidas as bases teóricas do conceito. Em seguida, serão apresentados os principais tipos de trabalho institucional reconhecidos pela literatura que versa sobre este tema.

2.3.1 Pressupostos teóricos do Trabalho Institucional

O reconhecimento da dimensão micro social como parte fundamental da compreensão dos processos institucionais marcou uma guinada no institucionalismo organizacional durante a década de 1990. A partir da escola escandinava e de pesquisadores teorizando por meio dos conceitos de empreendedorismo institucional e lógicas institucionais, muitas lacunas (antes apresentadas como críticas à escola clássica do novo institucionalismo) foram preenchidas. Entretanto, considerando a popularidade e a dinamicidade deste campo de estudos, alguns

elementos, contextos e formas organizacionais ainda careciam de maior entendimento e esforço acadêmico.

Na primeira década do século XXI, muito se discutia acerca da pluralidade de ações e efeitos que marcavam a interação entre indivíduos, organizações e instituições (GREENWOOD et al. 2008). Evidências empíricas mostravam em diferentes contextos como pessoas e materialidade se articulavam em torno da criação, manutenção, reforço e interrupção de instituições. Neste cenário, não era possível nem advogar em torno de um determinismo estrutural das instituições sobre os comportamentos individuais e coletivos, nem reconhecer que processos institucionais dependem exclusivamente da mobilização de atores em posições de destaque, com recursos especiais, para sua execução.

Ao realizarem uma revisão do estado da arte do institucionalismo sociológico, Thomas Lawrence e Roy Suddaby observaram este cenário e publicaram o texto '*Institutions and Institutional Work*', como capítulo da 2ª edição do *Handbook of Organization Studies* (CLEGG; HARDY; LAWRENCE; NORD, 2006). Neste trabalho, os autores defendem, a partir das evidências do campo, a compreensão das relações entre pessoas e instituições por meio do conceito de **trabalho institucional**.

Em sua redação seminal, e até hoje a mais referenciada (PAIVA et al. 2018), o trabalho institucional é definido como “as ações intencionais de indivíduos e organizações que visam criar, manter e dirimir instituições” (LAWRENCE; SUDDABY, 2006, p. 216, tradução própria). Por meio deste conceito, buscou-se integrar ideias presentes em estudos do campo, mas que, até então, estavam desconexas, o que permitiria novas possibilidades de análise, constituindo, assim, uma perspectiva teórica distinta (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009). Haja visto, Paiva et al. (2018) evidenciam que a base intelectual da abordagem do trabalho institucional é formada por estudos que são marcantes para a escola do novo institucionalismo clássico (DIMAGGIO; POWELL, 1983), do empreendedorismo institucional (DIMAGGIO, 1988, MAGUIRE; HARDY; LAWRENCE, 2004) e do institucionalismo discursivo (SUDDABY; GREENWOOD, 2005, SEO; CREED, 2002, GREENWOOD; SUDDABY; HINNINGS, 2002, MAGUIRE; HARDY; LAWRENCE, 2004).

Ao proporem esta ‘integração’ de categorias e temáticas, Lawrence e Suddaby (2006) reconhecem que as pessoas, em suas atividades cotidianas, interagem com instituições, seja na criação, manutenção e/ou interrupção das mesmas. Esta interação é o que caracteriza o trabalho institucional. Conforme Lawrence, Suddaby e Leca (2009, p. 15, tradução própria), a noção de

trabalho refere-se ao “esforço físico ou mental realizado a fim de alcançar um efeito em uma instituição ou instituições”.

Considerando que este conceito propõe o desenvolvimento de uma nova perspectiva de análise, primeiramente reconhece-se que “a realidade é socialmente construída, mutável e dependente, bem como está imersa nos comportamentos, pensamentos e sentimentos dos indivíduos e atores coletivos” (HEMPEL; LAWRENCE, TRACEY, 2018, p. 3, tradução própria). A partir disso, Lawrence e Suddaby (2006) articulam dois pressupostos teóricos que servem como referência para o estudo do trabalho institucional. São eles: a) o paradoxo da agência imersa e, b) o reconhecimento das instituições como fenômenos objetivado nas práticas cotidianas.

Por ter forte influência da abordagem do empreendedorismo institucional (MAGUIRE; HARDY; LAWRENCE, 2004), as intenções dos indivíduos são parte fundamental do trabalho institucional. Por isso, a noção de agência tem papel de destaque nesta perspectiva. Lawrence, Suddaby e Leca (2009) discutem que o novo institucionalismo trata o conceito de agência entre dois eixos de análise. Na escola clássica, voltada aos efeitos culturais na constituição dos campos (isomorfismo), pouco se valorizava a agência dos indivíduos (sendo esta vista como uma forma de reação às pressões), sendo, portanto, um conceito ‘supersocializado’. O outro eixo é voltado aos efeitos das ações das pessoas na constituição dos arranjos institucionais (empreendedores institucionais que mobilizam/alavancam recursos para criar ou transformar instituições). Ou seja, este direcionamento enfatiza a racionalidade e a dimensão “heroica” destes empreendedores, negligenciando certos elementos do contexto.

Por sua vez, a proposta de Lawrence e Suddaby (2006) reconhece tanto os efeitos estruturantes das instituições na construção social da realidade quanto os efeitos das ações humanas na constituição dessas estruturas (BERGER; LUCKMANN, 2004). Portanto, trata o conceito de agência de forma intermediária, explorando a relação dialógica entre agência e estrutura. Dessas considerações, é retomada a discussão sobre ‘agência imersa’ (EISENSTADT, 1980, DIMAGGIO; 1988, SEO; CREED, 2002).

Conforme Batillana e D’Aunno (2009), o institucionalismo posiciona que processos culturais e sociais moldam o comportamento das pessoas, mais do que o cálculo racional das utilidades, uma vez que esses fatores oferecem recursos que garantem legitimidade e reconhecimento na ação no ambiente. Portanto, as práticas e os esquemas cognitivos das pessoas são moldados pelas instituições que são constitutivas de certos contextos. Entretanto,

estas instituições são construções humanas, logo, produto de suas ações e sua agência. Dessa dinâmica se caracteriza o paradoxo da agência imersa.

O conceito tem suas origens no velho institucionalismo (EISENSTADT, 1980) e foi retomado por autores alinhados ao estudo do empreendedorismo institucional (DIMAGGIO, 1988). Todavia, pouco se teorizava acerca dos mecanismos que habilitam os sujeitos a agirem e impactarem as instituições. Discutia-se ainda menos sobre as condições que explicariam o porquê de indivíduos inseridos nos mesmos espaços agirem de formas diferentes diante do contexto institucional (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

A agência é considerada uma das categorias fundamentais da teoria social, a partir da qual, diferentes abordagens teóricas têm sido desenvolvidas, sejam elas humanizadas ou secularizadas (SZTOMPKA, 1991). No contexto da teoria institucional, a agência tem sido explorada tanto em uma perspectiva com foco individualizado, orientada por pressupostos da sociologia estrutural-funcionalista e da Teoria da Ação, quanto em uma perspectiva socializada, que assume a Teoria da Estruturação, elaborada por Anthony Giddens como referência central (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005).

Na proposta Giddensiana, a agência é associada à intenção dos sujeitos, embora seja objetivada na relação recursiva entre estrutura-agência. Nesse sentido, o agente refere-se a “aquele que exerce poder ou produz um efeito” (GIDDENS, 2003, p. 9), de modo que a agência é a “capacidade de interferir em eventos, não necessariamente de modo intencional” (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005, p. 24). Essa intencionalidade está, portanto, mediada pelas estruturas sociais, entendidas como ‘traços de memórias’ “que se manifestam, se reproduzem e se reconstróem em qualquer atividade humana prática, em que os atores sociais se expressam como tal” (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005, p. 24).

Conforme Calhoun (2002), agência refere-se à “habilidade dos atores em operar de alguma forma independentemente dos constrangimentos determinantes das estruturas sociais”. Por sua vez, Oliver (1991) argumenta que o conceito de agência pode ser explicado como um continuum, em que num dos extremos o sujeito consegue tomar ações estratégicas que visam tanto mudar ou manter as estruturas (agência ativa) e no outro extremo o sujeito não consegue tomar ações independentemente às estruturas (agência passiva).

Battilana e D’Aunno (2009) argumentam que a partir do paradoxo da agência imersa, existem certas condições que habilitam a agência dos indivíduos. Estas condições são agrupadas em dois tipos. O primeiro refere-se às condições ao nível do campo: caracterizadas pela

existência de crises que permitem práticas divergentes das instituições (tais como crises econômicas, inovações, descontinuidades tecnológicas e mudanças de consensos) e pela heterogeneidade/fragmentação do campo. Contudo, estas condições não são gerais, uma vez que atores situados no mesmo campo podem ter comportamentos diferentes. Assim, a literatura reconhece as condições ao nível das organizações, relacionadas sobretudo às posições dos atores no campo. Evidências mostram que organizações que estão à margem dos campos ou na intersecção entre dois ou mais campos apresentam maiores orientações a mudarem instituições. Ou seja, atores centrais tendem a mobilizar esforços para manter o *status-quo*.

Todavia, Batillana e D'ainno (2009) argumentam que estas duas classificações não explicam a totalidade de comportamentos e orientações agênticas dos indivíduos. Haja visto, atores de uma mesma organização podem se engajar de formas diferentes no trabalho institucional, de modo que reconhecer os mecanismos que permitem ações individualizadas é importante para se compreender o processo de institucionalização. Nessa direção, estes autores advogam que uma abordagem relacional, fundamentada na noção de que a agência é um fenômeno multidimensional que se manifesta de formas distintas a depender do contexto, pode contribuir para o avanço das análises. Para tanto, se apoiam na proposta de Emirbayer e Mische (1998).

Esses autores argumentam que a realidade social é constituída por processos contínuos de negociação e realização entre atores e estruturas. Nesse sentido, entendem como agência:

O engajamento construído temporalmente por atores de diferentes ambientes estruturais - os contextos relacionais temporais de ação - que, através da interação de hábito, imaginação e julgamento, reproduz e transforma essas estruturas em resposta interativa aos problemas colocados pelas mudanças nas situações históricas. (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998, p. 970).

Portanto, a agência é vista como um contexto temporário e relacional de ações, constituído por hábitos, imaginações e julgamentos pelos quais as pessoas reproduzem ou transformam estruturas como respostas aos problemas dados pelas situações históricas. Ou seja, reconhece-se que a agência pode ser orientada a diferentes finalidades, a depender da relação estabelecida com os elementos estruturais/institucionais (SMETS; JARZABKOWSKI, 2013).

A fim de se operacionalizar a investigação da agência, Emirbayer e Mische (1998) propõem que esta categoria não se trata de uma mera atividade rotinizada, podendo ser fundamentada em três tipos de ações: iterações, projeções e valorações práticas. Nesta perspectiva: as ações iterativas referem-se à reativação seletiva de padrões de pensamento e ação. Embora este tipo de comportamento não seja tradicionalmente reconhecido como agêntico, Emirbayer e Mische (1998, p. 975) discutem que a agência se manifesta nas formas

como os “atores seletivamente reconhecem, localizam e implementam esquemas em suas transações contínuas e situadas”. Além disso, apesar de ser um tipo atividade que envolve pouca reflexão consciente, ela requer atenção e engajamento dos atores. Batillana e D’ainno (2009) argumentam que estes elementos provêm estabilidade e ordem às relações institucionalizadas.

Emirbayer e Mische (1998) argumentam que as ações projetivas, por sua vez, envolvem um engajamento imaginário com o futuro, ou seja, a imaginação de trajetórias possíveis, de modo a reconfigurar as estruturas de pensamento e ação estabelecidas conforme os desejos, medos e esperança dos atores no futuro. São recorrentes diante de cenários em que os atores enfrentam situações cujas estruturas definidas não conseguem prover mecanismos para resolverem (embora não seja um processo instrumental ou essencialmente voluntarista). Nesses casos, os sujeitos projetam-se em direção ao futuro.

Por fim, as ações prático-avaliativas versam sobre a resolução de problemas em situações cotidianas presentes. Desse modo, caracterizam a “capacidade dos atores em realizar julgamentos práticos e normativos entre trajetórias alternativas de ação, em resposta a demandas emergentes, dilemas e ambiguidades de situações que estão acontecendo no presente” (EMIRBAYER; MISCHE, 1998, p. 971).

Dessa forma, na proposta destes autores, a agência assume três dimensões temporais. As ações podem ser orientadas ao passado, a partir de elementos iterativos (como escolhas entre conjuntos de atividades rotineiras já estabelecidas), na forma da **agência habitual**, cujo objetivo é manter as estruturas sociais. Também podem ser orientadas ao presente, com base em valorações práticas, o que define a **agência prático-avaliativa**. Essa forma de agência é manifestada pelos atores quando se veem diante de situações ambíguas e dilemas que exigem uma solução pragmática que nem se fundamenta em padrões estabelecidos, nem tem o objetivo de transformar estruturas. As ações podem, ainda, ser orientadas ao futuro, caracterizando a **agência projetiva**, que se manifestam na forma das práticas que visam construir/interromper instituições.

Portanto, nessa perspectiva, Batillana e D’ainno (2009) reconhecem que os sujeitos são reflexivos em diferentes situações, mesmo quando se adequam aos hábitos e padrões fornecidos pelas instituições. Contudo, em certos contextos estes podem atuar de modo a moldar instituições, bem como atuar considerando “consequências práticas”, se adequando à constrangimentos de curto prazo. Ou seja, as pessoas não atuam como ‘autônomos institucionais’ nem como ‘*cultural dopes*’. Estes autores apresentam, ainda, um quadro (Quadro

2) no qual articulam formas de trabalho institucional alinhadas às orientações agênticas propostas por Emirbayer e Mische (1998).

Quadro 2 - Dimensões da agência e formas de trabalho institucional.

	Agência iterativa	Agência Prático-Avaliativa	Agência projetiva
Criar instituições	Improvisar	Traduzir	Inventar
	Modificar	Bricolar	Criar proto-instituições
		Reagir a choques	Estabelecer mecanismos institucionais
			Defender difusões
Manter instituições	Promulgar práticas institucionalizadas	Adaptar práticas institucionalizadas	Reparar
	Selecionar uma prática legítima e institucionalizada sobre outra	Reforçar mecanismos regulatórios	Defender
Diruir instituições	Deixar de promulgar uma prática institucionalizada	Evitar monitoramento e sanções institucionais	Atacar a legitimidade de uma instituição
	Esquecimento institucional	Não selecionar práticas institucionalizadas/Selecionar outras	Debilitar mecanismos institucionais

Fonte: Adaptado de Battilana e D'ahunno (2009, p. 48).

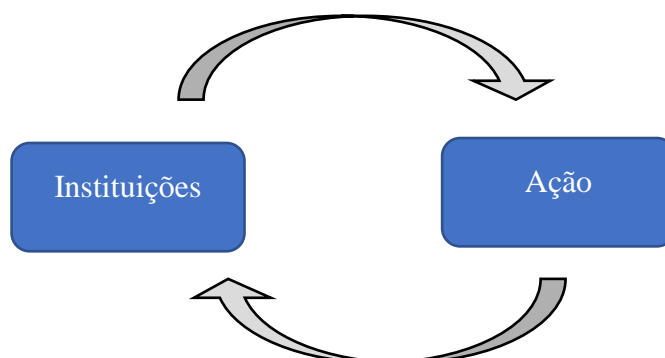
Lawrence e Suddaby (2006) também argumentam que para além do reconhecimento dos mecanismos que habilitam a agência, o trabalho institucional deve ser compreendido a partir de uma abordagem da prática social. As contribuições da aproximação do institucionalismo com o conceito de prática haviam sido identificadas por Powell e DiMaggio (1991), a partir do interesse de autores dos estudos organizacionais na discussão (BOURDIEU, 1977, SCHATZKI, KNORR CETINA; VON SAVIGNY, 2001). Contudo, as práticas pouco foram teorizadas e investigadas no institucionalismo (SUDABBY; SEIDL; LE, 2013).

Partindo desta agenda, teóricos do trabalho institucional reconhecem que adotar uma perspectiva da prática para o estudo de instituições permite compreender o trabalho racional, criativo e prático dos atores individuais e coletivos em direção à criação, manutenção e interrupção de instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006, LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009, JARZABKOWSKI; MATTHIESEN; VAN DE VEN, 2009). Nestes estudos, busca-se investigar nas práticas situadas desses sujeitos, seus interesses, ações e reflexões diante

das condições apresentadas pelo ambiente institucional (LAWRENCE et al. 2011). Lawrence e Suddaby (2006) reforçam ainda que as instituições são objetivadas nas práticas.

Portanto, partindo destes dois pressupostos, estudiosos do trabalho institucional entendem que atores e instituições interagem de maneira recursiva. Conforme Lawrence, Suddaby e Leca (2009), instituições oferecem modelos para a prática, bem como os mecanismos regulatórios desses modelos. Porém, da mesma forma, as práticas afetam estes modelos e seus sistemas regulatórios (Figura 1). Com isso, o foco do trabalho institucional está voltado para como os atores afetam as instituições. Esta ênfase nas ações implica, ainda, que o trabalho institucional está interessado nos processos de criação, manutenção e interrupção de instituições. Ou seja, nos eventos que os encadeiam, para além de seus resultados estáticos. Por isso, há também uma preferência ao uso de verbos, em detrimento dos substantivos, ao se referir ao trabalho institucional (LAWRENCE; LECA; ZILBER, 2013).

Figura 1 - Relação recursiva entre instituições e ação.



Fonte: Adaptado de Lawrence, Suddaby e Leca (2009, p. 7).

Portanto, os estudos alinhados a esta proposta devem considerar três aspectos: 1) a consciência, habilidades e reflexividade dos atores individuais e coletivos; 2) o reconhecimento das instituições como fenômenos constituídos de forma mais ou menos consciente nas ações desses atores; 3) as ações devem ser pensadas como práticas, fundamentadas em regras institucionalizadas (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009). Na próxima subseção serão discutidos os principais tipos de trabalho institucional explorados por autores desta perspectiva.

2.3.2 Tipos de trabalho institucional

Ao proporem esta perspectiva, Lawrence e Suddaby (2006) destacam três categorias centrais de trabalho institucional: criação, manutenção e interrupção (ou disrupção) de

instituições. O foco nesses três trabalhos também representa uma tentativa de ampliar o escopo dos estudos para além da ênfase na criação e difusão de instituições, marcante na literatura institucionalista dos anos 1970, 1980 e 1990. Considerando que as instituições estão presentes nos diferentes domínios da vida social, as noções de manutenção e interrupção são igualmente importantes e devem ser consideradas em conjunto. Nota-se que a principal influência para o estudo da disrupção de instituições está no conceito de desinstitucionalização, proposto por Oliver (1991).

Em seu trabalho de revisão de literatura, Lawrence e Suddaby (2006) identificam tipos de trabalho mais característicos para cada uma das categorias. Para tanto, empregam, também, a definição de instituições proposta por Scott (2014), fundamentada nos pilares regulador, normativo e cultural-cognitivo. Assim, considerando as ações envolvidas na criação de instituições (Quadro 3), são identificados nove tipos de trabalho institucional. Três deles estão alinhados ao pilar regulatório, ou seja, implicam na construção e definição das regras e mecanismos de coerção de novas instituições. São os trabalhos de advogar apoios políticos, definir sistemas de regras e adquirir estruturas que conferem direitos de propriedade. Outros três tipos referem-se aos pilares normativos, fundamentados na definição dos sistemas normativos de referência social, a saber: construir identidades, mudar normas e construir redes. Por fim, três tipos de trabalho referem-se ao pilar cultural-cognitivo, são eles: mimetizar, teorizar e educar.

Quadro 3 - Tipos de trabalho institucional voltados à criação de instituições

Tipos	Definição	Pilar institucional
Advogar	Mobilização de apoio político e regulatório por meio de técnicas de persuasão social direta e deliberada	Regulativo
Definir	Construção de hierarquias, limites e sistemas de regras que conferem status ou identidade a uma nova instituição num campo	
Adquirir	Criação da estrutura de regras que confere direitos de propriedade	
Construir identidades	Definição do relacionamento entre um ator e o campo na qual ele opera, mediante ação coletiva para a construção de identidades profissionais	Normativo

Mudar normas	Reconexões entre os conjuntos de práticas e suas fundações morais e culturais para reforçar a cooperação	Cultural- Cognitivo
Construir redes	Construção de conexões interorganizacionais por meio de práticas sancionadas normativamente e que formam grupos de pares relevantes em relação à submissão, monitoramento e avaliação	
Mimetizar	Associação de novas práticas, tecnologias e regras com as existentes dadas como certas a fim de facilitar a adoção	
Teorizar	Desenvolvimento e especificação de categorias abstratas para a elaboração de cadeias de causa e efeito	
Educar	Educação de atores em habilidades e conhecimentos necessários para apoiar novas instituições	

Fonte: Adaptado de Lawrence e Suddaby (2006, p. 221) e Jacometi (2013, p. 84)

Da mesma forma, Lawrence e Suddaby (2006) identificam seis tipos de trabalho institucional voltados à manutenção de instituições (Quadro 4). Três deles estão alinhados ao pilar regulatório: permitir regras que facilitem o entendimento, policiar o cumprimento das mesmas e dissuadir outras instituições por meio de barreiras coercitivas. Dois tipos de trabalho figuram no pilar normativo, a saber: mitologizar o passado preservando as bases normativas e incorporar e rotinizar os sistemas normativos. Ao final, um tipo de trabalho voltado à manutenção de instituições alinha-se ao pilar cultural-cognitivo: valorizar as crenças institucionalizadas a fim de manter seu poder.

Quadro 4 - Tipos de trabalho institucional voltados à manutenção de instituições.

Tipos	Definição	Pilar institucional
Permitir	Criação de regras que facilitam, complementam e apoiam as instituições existentes. Inclui novos papéis para a execução de rotinas ou redistribuição de recursos no campo	Regulativo
Policiar	Busca assegurar o cumprimento mediante auditoria, monitoramento e coação dos atores no campo, sendo normalmente realizado por estruturas formais de autoridade	
Dissuadir	Concentra-se em estabelecer barreiras coercivas para a mudança institucional, envolvendo coerção para inculcar a obediência consciente entre os atores institucionais	

Mitologizar	Centra-se no passado e compreende o trabalho desenvolvido pelos atores para preservar as bases normativas das instituições pela mitificação de suas histórias	Normativo
Incorporar e rotinizar	Infusão das fundações normativas de uma instituição nas rotinas e práticas organizacionais dos atores, tais como treinamento, educação, contratação, certificação e cerimônias de celebração	
Valorizar	Utiliza exemplos positivos e negativos que ilustram os fundamentos normativos de uma instituição. Os atores identificam e avaliam o <i>status</i> moral dos participantes no campo tanto para decretar crenças institucionalizadas como para manter o poder delas.	Cultural- Cognitivo

Fonte: Adaptado de Lawrence e Suddaby (2006, p. 230) e Jacometi (2013, p. 85)

Por fim, Lawrence e Suddaby (2006) identificam três tipos de trabalhos institucionais voltados à interrupção de instituições (Quadro 5). São eles: desconectar sanções e recompensas de práticas institucionalizadas (pilar regulatório), desvincular fundações morais (pilar normativo) e; problematizar crenças e pressupostos (pilar cultural-cognitivo).

Quadro 5 - Tipos de trabalho institucional voltados à interrupção de instituições

Tipos	Definição	Pilar institucional
Desconectar sanções	Ação de atores que desconectam recompensas e sanções a partir de um conjunto de práticas, tecnologias ou regras	Regulativo
Desvincular fundações morais	Tentativas de desestabilizar instituições pela desassociação da prática, norma ou tecnologia de sua fundamentação moral	Normativo
Problematizar	Redução dos riscos percebidos para a inovação e diferenciação que minam as principais crenças e pressupostos que estabilizam as instituições	Cultural- Cognitivo

Fonte: Adaptado de Lawrence e Suddaby (2006, p. 235) e Jacometi (2013, p. 86).

A classificação proposta por Lawrence e Suddaby (2006) foi amplamente recepcionada, tornando-se uma referência para estudos no campo (LAWRENCE; LECA; ZILBER, 2013, PAIVA et al. 2018). Entretanto, em um trabalho de revisão de literatura recente, Hempel, Lawrence e Tracy (2018) classificam os tipos conforme os meios empregados pelos atores para alcançar seus objetivos institucionais. Desse modo, os autores diferenciam três tipos de trabalho institucional: a) trabalho simbólico, desenvolvido a partir de símbolos, signos, identidade e linguagem voltados à influenciar instituições; b) trabalho material, apoiado por elementos físicos do ambiente institucional, tais como objetos e lugares; e o c) trabalho relacional, voltado à construção de interações para alcançar fins institucionais.

Segundo Hempel, Lawrence e Tracey (2018), o trabalho simbólico é o mais recorrente nos trabalhos que exploram trabalhos institucionais. Isso, conforme os autores, pode ser explicado pelas raízes do institucionalismo no interacionismo simbólico (Berger e Luckmann). Haja visto, permite entender como atores podem interagir com símbolos de forma estratégica para alcançar objetivos institucionais. Nessa direção, são tipos de símbolos frequentemente empregados: categorias, identidades, narrativas, retóricas, discursos, regras, roteiros entre outros. Assim, os atores são bem-sucedidos em seus objetivos quando conseguem mobilizar outras pessoas a partir de símbolos que conectam-se a arranjos institucionais existentes, escolhendo aqueles mais adequados.

Por sua vez, os trabalhos material e relacional têm sido pouco discutidos por estudiosos do campo. Hempel, Lawrence e Tracey (2018) argumentam que o trabalho material pode ser um importante caminho para se explorar a sociomaterialidade envolvida nos processos institucionais. Da mesma forma, o trabalho relacional permite compreender como atores podem influenciar instituições por meio de suas interações com outros atores. Isso pode acontecer a partir da inspiração de outros atores para uma determinada causa (construindo de redes), bem como o engajamento de atores em ações colaborativas.

As tipologias mais amplas discutidas apresentadas por Lawrence e Suddaby (2006) e Hempel, Lawrence e Tracey (2018) não encerram, contudo, os tipos de trabalho institucionais discutidos na literatura. Aliás, estes autores não estão preocupados em definir classificações categóricas e engessadas para o estudo do trabalho institucional, recomendando que outros pesquisadores delimitem os tipos de acordo com a realidade estudada. Desse modo, outros conceitos são importantes para a compreensão dos processos que envolvem a criação, manutenção e interrupção de instituições nos diferentes níveis institucionais.

Buscando investigar o trabalho institucional envolvido na constituição do campo da indústria florestal na Columbia Britânica, Canadá, Zietsma e Lawrence (2010) empregam as noções de “trabalho de fronteira” (*boundary work*) e “trabalho prático” (*practical work*). O trabalho de fronteira refere-se ao esforço envolvido pelos atores na criação, manutenção e disrupção das fronteiras dos campos sociais. Por sua vez, o trabalho prático trata do esforço voltado à constituição e dissociação de práticas legítimas nesses campos.

Segundo Zietsma e Lawrence (2010), as fronteiras referem-se a um tipo de distinção que caracteriza objetos, pessoas ou atividades. Em seu estudo, os autores adotam a noção de que fronteiras se referem a distinções entre pessoas e grupos na constituição de campos organizacionais. Dessa forma, as definições dos membros do campo (suas fronteiras) podem se

dar por meio de fatores geográficos, tecnológicos ou sociais que são comuns a um conjunto de organizações. Todavia, definições legais podem ser estabelecidas (tornando a fronteira mais formal e restrita).

As práticas, a seu turno, são rotinas compartilhadas que guiam comportamentos de acordo com as situações, de modo que pertencem aos grupos sociais ao invés dos indivíduos. O grupo provê as características que tornam as práticas aceitas e ensinam os atores a realizá-las. Ademais, o conceito não trata apenas do que as pessoas fazem em rotinas formais ou informais, mas engloba características do contexto (como fazem e por quê o fazem) (ZIESTMA; LAWRENCE, 2010).

Conforme os autores, fronteiras e práticas são fenômenos distintos, porém, interdependentes. Conforme Armstrong (2002), fronteiras não só definem o pertencimento mas moldam as práticas da comunidade, ao mesmo tempo que as práticas também podem moldar as fronteiras de um campo. Nesse sentido, o foco de Zietsma e Lawrence (2010) é o impacto das fronteiras nas práticas dos grupos. Conforme os resultados, os dois conceitos operam de forma recursiva em ciclos de inovação, conflito, estabilidade e reequilíbrio da dinâmica institucional. Assim, as transições entre os ciclos se dão por meio da combinação de três condições: o estado da fronteira; o estado das práticas e; a existência de atores que conseguem empreender o trabalho prático e de fronteira entre processos institucionais (ZIETSMA; LAWRENCE, 2010). Este trabalho teve ampla aceitação, sendo considerado uma das bases intelectuais da perspectiva (PAIVA et al. 2018).

Outra tipologia de trabalho institucional é explorada por Perkmann e Spicer (2008), que investigam como “modismos” transitórios em gestão tornam-se institucionalizados. Para esses autores, práticas de gestão decorrentes de ‘modismos’ tornam-se institucionalizadas quando estão ancoradas em instituições de âmbito mais amplo dentro do campo. Nessa direção, a construção destas instituições envolve atores diversos que dispõem de habilidades sociais e articulam trabalhos de natureza política, técnica e cultural.

O **trabalho político** envolve influenciar o desenvolvimento de regras, direitos de propriedade e fronteiras para ancorar uma instituição dentro de um sistema social. Para tanto, preconiza a defesa de certas práticas para outros atores por meio da persuasão direta, a definição das fronteiras quanto a quem está dentro ou fora dos campos/espacos sociais e a atribuição de papéis e direitos/deveres aos atores interessados. Esse tipo de esforço demanda habilidades políticas dos sujeitos, para que estes conectem a outros atores (por meio de redes), alinhando seus interesses às instituições. Sendo assim, é por meio desse trabalho que o pilar regulatório

de uma instituição (SCOTT, 2014) é construído (PERKMAN; SPICER, 2008, WAHID; SEIN, 2014, CRUZ et al. 2016).

O trabalho político provê a base para a constituição da instituição, mas não fornece os modelos de funcionamento desta. Para isso, é necessário o **trabalho técnico**, alinhado ao pilar cultural-cognitivo das instituições (Scott, 2014). Este esforço abrange a produção de categorizações, diagramas de causa e efeito e projeções. Os atores podem realizar o trabalho técnico “por meio de imitações, criação de relações entre uma nova prática e práticas já institucionalizadas; por meio de teorização, estabelecendo modelos abstratos da instituição; e educando outros atores para que eles possam utilizar os modelos abstratos” (PERKMANN; SPICER, 2008, p. 818, tradução própria). Desse modo, são necessárias habilidades analíticas, ou seja, a capacidade de desenvolver modelos abstratos e representações de uma instituição. Tais habilidades são mais presentes em atores com competências técnicas, tecnocráticas e *expertise*, tais como cientistas sociais, consultores, acadêmicos e outros profissionais (PERKMANN; SPICER, 2008).

Os modelos providos pelo trabalho técnico conferem à instituição maior rigor, de modo que esta seja melhor transportada entre atores inseridos em espaços sociais diversos. No entanto, este trabalho não garante que os atores estejam “ligados” à instituição, o que exige os esforços em torno do **trabalho cultural**. Estra trabalho alinha-se ao pilar normativo das instituições (SCOTT, 2014) e envolve a apresentação de uma instituição de modo que ela alcance mais pessoas além daquelas que tenham interesse imediato ou técnico nela. Ou seja, a divulgação da instituição, fazendo com que esta seja aceita e legitimada conforme normas técnicas. Os atores podem moldar os sistemas de crenças de outros atores, influenciando em suas identidades para que estas pessoas possam incorporar as instituições. “Normalmente, envolve fundamentar uma prática em um esquema normativo mais amplo, e construir redes com outras organizações para prover à prática algum grau de sanção normativa” (PERKMANN; SPICER, 2008, p. 818, tradução própria). Este trabalho é realizado comumente por atores com habilidades para mobilizar e monitorar a opinião pública, tais como jornalistas, relações públicas, agências de publicidade, movimentos sociais, intelectuais, etc.

A partir destas definições, Perkmann e Spicer (2008) ressaltam que o trabalho institucional preconiza a interrelação entre as três tipologias em conjunto. Tais construtos foram explorados por Wahid e Sein (2014) no estudo o processo de institucionalização de um sistema de informações do Estado na Indonésia, como direcionador da transparência nos gastos públicos e coibir práticas corruptas. Em outra direção, Cruz et al. (2016) discutem como o trabalho

institucional permite a resiliência institucional em ambientes de operações extremas analisando o caso da atuação de uma organização não-governamental no Haiti antes, durante e após a crise humanitária decorrente da catástrofe causada por um terremoto no ano de 2010. Esses autores discutem como os trabalhos político, técnico e cultural foram empregados na emergência do capital social que serviu de apoio à emergência de novas formas de trabalho institucional que permitiram a resiliência institucional no período da crise.

Outra tipologia de trabalho institucional que deve ser considerada refere-se ao **trabalho de reparação** de instituições. Micelotta e Washington (2013) discutem que o trabalho de reparação é uma forma de trabalho de manutenção de instituições. Estas práticas acontecem em contextos marcados por mudanças, em que uma determinada ordem institucional é ameaçada e, portanto, ocorrem ações voltadas à reversão das transformações, reestabelecendo seu *status quo*. Segundo estes autores, o trabalho de reparação pode ser promovido por meio da reafirmação de normas institucionais, reestabelecimento de poderes institucionais e recuperação da liderança institucional. Uma forma de trabalho institucional semelhante a esta trata do trabalho de reemergência de instituições, discutido por Kroezen e Heugens (2019).

Por sua vez, Herepath e Kitchener (2016) argumentam que o trabalho de reparação também pode ocorrer por meio de práticas que buscam promover uma forma de evolução da instituição, a fim de que esta resista às ameaças de interrupção existentes. Este trabalho se dá pela elaboração (a refinação de alguns aspectos da instituição que está sendo interrompida) e/ou pela eliminação (a interrupção de outros aspectos). Entendimento semelhante também está presente em Heaphy (2013) e Biygautane, Clegg e Al-Yahya (2020).

De modo geral, conforme Hempel, Lawrence e Tracey (2018), o conceito de trabalho institucional evoluiu de uma ideia empregada para capturar um conjunto de ações exploradas por institucionalistas para uma perspectiva que articula instituições a pessoas com categorias e pressupostos teóricos definidos. O cerne dessa perspectiva está na compreensão de como, por que e quando atores trabalham para moldar instituições, bem como os fatores que afetam sua habilidade de agir e a experiência dos mesmos neste processo. Além disso, reconhece-se que os atores podem agir tendo consciência de sua relação com as instituições, embora os resultados de suas práticas nem sempre sejam aqueles esperados. Ao invés de aceitar instituições como fatores intrinsecamente duradouros, esta abordagem permite explorar as práticas e processos que marcam o esforço dos atores na construção, elaboração, reforço e contenção de instituições.

Ao longo dos mais de 10 anos desde sua proposição, várias evidências mostram esforços dos atores na criação, manutenção e interrupção de instituições, bem como revelam efeitos não

intencionais deste trabalho (ZIEZTMA; LAWRENCE, 2010, MICELLOTA; WASHINGTON, 2013). O trabalho institucional também tem sido investigado entre diferentes níveis (indivíduos, organizações, comunidades e nações). A perspectiva possibilitou, ainda, uma melhor compreensão dos micro fundamentos das instituições, bem com uma articulação entre prática, agência e estrutura, explorando questões políticas, emoções, cotidiano, materialidade e mudanças em macro-instituições.

Zarpelon et al. (2019) investigaram o desenvolvimento deste campo de estudos ao longo das últimas duas décadas e destacam alguns padrões de temas e enfoques, bem como lacunas teóricas. Do ponto de vista metodológico, apontam a necessidade de se empregar abordagens metodológicas que evidenciem como os indivíduos se comportam diante de processos institucionais, destacando a relação entre instituições e materialidade. Os autores também reforçam a necessidade de se investigar a reflexividade dos indivíduos a partir da contingência de recursos e da experimentação institucional. Por fim, ressaltam que são necessários mais estudos com fundamentos prescritivos das formas com que processos de trabalho institucionais podem promover mudanças sociais.

Em suma, por meio da noção de trabalho institucional, reitera-se que “embora instituições sejam forças poderosas na sociedade, elas também estão sujeitas à agência de indivíduos e atores coletivos que as criam, moldam e diruem” (HEMPEL; LAWRENCE; TRACY, 2018, p. 52, tradução própria). Todavia, a junção desta perspectiva com a das lógicas institucionais pode ser bastante frutífera para a construção de um entendimento mais complexo dos processos de mudança. Desse modo, no próximo tópico será desenvolvida esta articulação a partir de um modelo teórico de referência para a realização desta pesquisa.

2.4 Trabalho institucional e lógicas institucionais: direcionamentos para o estudo do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais

Esta seção tem como objetivo destacar as aproximações entre as teorias do trabalho institucional e lógicas institucionais. Uma vez apresentadas estas articulações, será construído um modelo teórico que serviu de referência para o estudo das mudanças institucionais ocorridas no mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais.

2.4.1 Aproximações teóricas entre trabalho institucional e lógicas institucionais

O estudo de mudanças no contexto organizacional e institucional é um dos pilares que tornou o institucionalismo sociológico uma das principais correntes nos estudos organizacionais e na Administração (GREENWOOD et al. 2008). Conforme discutido nas seções anteriores, diferentes movimentos e perspectivas dentro deste campo tem permitido entender melhor estes fenômenos. Possivelmente, as duas principais abordagens empregadas neste escopo atualmente são a das lógicas institucionais e do trabalho institucional (HEMPEL; LAWRENCE; TRACEY, 2017, OCASIO; THORNTON; LOUNSBURY, 2017).

Todavia, apesar destas correntes terem origens e pressupostos familiarizados, ainda que com trajetórias diferentes (ZILBER, 2013), lógicas institucionais e trabalho institucional são, por vezes, categorizados como conceitos independentes, o que, segundo Hempel, Lawrence e Tracey (2017), limita o entendimento mais complexo sobretudo de processos de mudança. Nesta direção, o modelo teórico que fundamenta esta tese se baseia nas aproximações e complementaridades destes movimentos.

A noção de lógicas institucionais se fundamenta na existência de sistemas simbólicos e práticas materiais que servem de referência para a vida cotidiana dos indivíduos (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Estes pressupostos foram amplamente estudados, de modo que esta abordagem se caracterizou como uma meta-teoria que contribui para o entendimento da relação entre ações individuais e organizacionais inseridas em espaços de complexidade institucional (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012, OCASIO; THORNTON; LOUNSBURY, 2017).

Por sua vez, a abordagem do trabalho institucional também está fundamentada na existência de “elementos duradouros da vida social que têm um profundo impacto/efeito nos pensamentos, sentimentos e comportamentos dos atores individuais e coletivos” (LAWRENCE; SUDDABY, 2006, p. 246). Ou seja, ainda que apresentem redações distintas, lógicas e instituições são conceitos próximos (SCOTT, 2014, GREENWOOD et al. 2008).

Entretanto, realmente é possível identificar que estudiosos do trabalho institucional se empenharam com maior profundidade à investigação dos processos de construção, manutenção e interrupção de instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Com isso, em muitos casos, o foco das pesquisas não era direcionado ao “conteúdo” das instituições, mas sim aos eventos que desencadearam mudanças e nos efeitos produzidos nestas (HEMPEL; LAWRENCE; TRACEY, 2017).

Nesta direção, Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012) discutem que alguns estudos no campo do institucionalismo reforçaram uma noção equivocada de que a investigação das lógicas institucionais deveria ser voltada aos fenômenos macrosociais, ao nível do campo, negligenciando os microfundamentos das instituições. Da mesma forma, o trabalho institucional seria voltado justamente ao entendimento destes aspectos, sendo, portanto, um contraponto às lógicas. Contudo, estas distinções não se sustentam, ou não deveriam ser vistas desse modo. Afinal, segundo Hempel, Lawrence e Tracey (2017) e Zilber (2013), estas duas abordagens estão sob o mesmo guarda-chuva teórico, tratando de fenômenos muito correlatos.

As aproximações entre lógicas e trabalho institucional também se sustentam nos pressupostos teóricos destas abordagens. Conforme Zilber (2013) estes dois fluxos de pesquisas contribuem para resolver tensões entre estrutura e agência no institucionalismo. Isso se dá pelo reconhecimento em comum do paradoxo da agência imersa e da ênfase nas práticas como portadoras de instituições/lógicas (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012, LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Desse modo, pressupõe-se que a agência é permitida/limitada pela interação dos indivíduos com as lógicas que demarcam um determinado arranjo social. Esta interação, nas duas perspectivas, é mediada por processos culturais-cognitivos, normativos e regulatórios – ou seja, os três pilares das instituições (SCOTT, 2014) – ainda que existam diferentes *frameworks* para explorar esta relação (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012, BATTILANA; D'AUNNO, 2009).

Além disso, nas duas abordagens assume-se que os efeitos das lógicas/instituições são promulgados pelas ações cotidianas dos indivíduos, remetendo ao conceito de práticas (ZILBER, 2013, SMETS; JARZABKOWSKI, 2013). Esta categoria torna-se, portanto, relevante para a articulação entre o conteúdo das ordens institucionais e os microfundamentos que servem como referência para o estudo do trabalho institucional propriamente dito.

Nesta direção, existem estudos que exploram os microfundamentos das lógicas - ver revisão apresentada em Ocasio, Thornton e Lounsbury (2017) e o modelo teórico proposto por Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012). Da mesma forma, pesquisadores também buscaram incorporar o “conteúdo” das instituições e dimensões mais amplas para complementar a investigação do trabalho institucional (HEMPEL; LAWRENCE; TRACEY, 2017, LAWRENCE; LECA; ZILBER, 2013, LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009).

Existem, ainda, autores que trazem aproximações explícitas entre lógicas institucionais e trabalho institucional, sobretudo ao reconhecerem que as lógicas são afetadas por práticas de

trabalho institucional promulgadas por diferentes agentes. A partir de uma consulta às bases *Web of Knowledge* e *Google Scholar* foi possível identificar pesquisas conduzidas em diferentes contextos articulando estes elementos complementares na agenda dos estudos institucionalistas.

Smets e Jarzabkowski (2013) investigam como o trabalho institucional permite que indivíduos em uma empresa lidem com um ambiente de complexidade institucional. Para tanto, foi realizado um estudo de caso em uma companhia de advocacia com enfoque em organizações financeiras com atuação global, destacando o trabalho de advogados ingleses e alemães em seus escritórios. Os autores desenvolveram um modelo relacional, no qual reconhece-se que os indivíduos se engajam em práticas cotidianas (por meio do trabalho prático) que permitem ou limitam a resolução de problemas diante de uma constelação de lógicas contraditórias compartilhadas na organização. Este trabalho institucional foi identificado em quatro instâncias: manutenção de lógicas estranhas separadas; reconhecimento das lógicas estranhas como contraditórias; transformação das lógicas contraditórias em compatíveis; e construção das lógicas compatíveis em complementares. O estudo também discute a relação entre agência, intencionalidade e esforço no trabalho institucional, destacando como diferentes dimensões agênticas são articuladas no trabalho de reconstrução de uma complexidade institucional. Ou seja, estes autores também empregaram o modelo multidimensional para a agência, de Emirbayer e Mische (1998).

Em Gawer e Phillips (2013), discute-se como a mudança em uma lógica institucional do campo é produto e produz trabalhos institucionais nas organizações. Neste artigo, evidencia-se que o trabalho institucional ocorre tanto pelos indivíduos da organização atuando de forma externa quanto interna. Os autores exploram o caso da Intel Corporation no processo de mudança da lógica de seu campo durante as décadas de 1990 e 1980. O campo era dominado pela lógica da cadeia de suprimentos tradicional, promulgada sobretudo por montadoras de computadores, e passou a ser orientado por uma lógica da plataforma. A partir disso, a Intel empregou duas formas de trabalho institucional externos (o trabalho prático externo e o trabalho de legitimação), bem como dois tipos de trabalhos internos (trabalho prático interno e trabalho de identificação).

Singh e Jayanti (2013) integram os conceitos de lógicas e trabalho à uma teoria sobre papéis sociais a fim de compreender como empresas estruturam trabalhos institucionais para controlar as práticas de profissionais que eles empregam. O trabalho institucional em questão envolve três elementos: a internalização de lógicas plurais, a institucionalização dos papéis

distintos imersos nestas lógicas e a roteirização de papéis orientados a objetivos promulgados em planos. Este quadro é empregado em um estudo de caso do campo da indústria farmacêutica.

Por sua vez, Helfen e Sydow (2013) investigaram como negociações inter-organizacionais podem ser vistas como formas de trabalho institucional, sendo importantes mecanismos para o gerenciamento da complexidade institucional. Estes pesquisadores se apoiaram na teoria das negociações estratégicas e no institucionalismo para estudar três processos de negociação que acontecem no contexto *do International Framework Agreements* relacionados a padrões globais de trabalho. O estudo envolve convenções da Organização Internacional do Trabalho produzidas por negociações entre agentes envolvidos. A pesquisa mostra três tipos de resultados proto-institucionais produzidos pelos processos: criação institucional, modificação e estagnação.

Considerando o contexto chinês, Liu, Zhang e Jing (2016) estudam o processo de surgimento de uma nova forma organizacional na China, a partir do caso da “One Foundation”, a primeira organização sem fins lucrativos de caridade estabelecida de forma independente por cidadãos chineses. Os autores mostram como a multiplicidade de lógicas institucionais (Estado, sociedade civil, missão social e mercado) proveu as condições para que indivíduos realizassem trabalhos institucionais que acarretaram na inovação de um novo formato de organização. Nesse artigo, é evidenciado como o trabalho institucional é realizado em diferentes níveis, a saber: individual, organizacional e societal.

No cenário das indústrias de tecnologia, Chang e Huang (2016) investigaram a relação entre as duas perspectivas e os resultados que advém de processos de mudança tecnológica. Este cenário foi explorado a partir do caso da disputa de padrões entre o disco de Blu-ray, da Sony, e o HD DVD, da Toshiba. Foram comparados os diferentes trabalhos e lógicas que permeavam as duas companhias e os processos que as levaram a terem resultados diferentes. Foram identificadas duas lógicas institucionais (lógica corporativa e lógica do consumidor) baseadas em trabalhos institucionais correspondentes (gestão de stakeholders, proteção de direitos autorais e performance da produção). O estudo mostra que a Toshiba não conseguiu alinhar os trabalhos institucionais com sua lógica e isso resultou na perda desta disputa. Conforme os autores, “quando o trabalho institucional (ações) não se alinha às lógicas institucionais (regras), o processo de institucionalização pode nem sempre conectar ou gerar resultados positivos” (CHANG; HUANG, 2016, p. 1).

Järvinen (2016) estudou como a adoção de sistemas de controle e de contabilidade gerencial em entidades sem fins lucrativos está relacionada ao contexto institucional. A autora

mostrou como novos controles gerenciais e contábeis servem para que as organizações possam lidar com lógicas institucionais diversas e contraditórias em um campo. O campo estudado no artigo foi o de planos de saúde sem fins lucrativos na Finlândia. Neste campo houve uma mudança na direção das organizações que passaram a atender mais aos pressupostos da lógica de mercado. Conforme é apresentado no artigo, houve uma comercialização do setor de planos de saúde sem fins lucrativos uma vez que emergiram mais estruturas corporativas e sistemas de contabilidade gerenciais neste campo que outrora era marcado por organizações de caridade, associações de interesse público e fundações. Neste contexto, as organizações precisaram engajar-se em formas de trabalho institucional para negociar tensões crescentes entre as lógicas institucionais conflitantes.

No campo das organizações esportivas, Nite (2017) mostra como a NCAA lidou com ameaças à sua legitimidade no campo dos esportes universitários nos Estados Unidos por meio do enquadramento estratégico de seu discurso público. Foram analisadas mudanças nas estratégias de comunicação da organização, mostrando como a NCAA respondeu a desafios legais recentes às suas regras referentes à remuneração de atletas universitários no país. A partir do uso de uma perspectiva teórica dos enquadramentos, o autor discute como uma organização conseguiu justificar suas regras e lógicas institucionais antes de finalmente reinstitucionalizar seu discurso padrão, que posicionava a NCAA como uma organização progressista que protegia os interesses dos atletas universitários. Nesse sentido, o estudo destaca o trabalho institucional de manutenção.

Steinbach e Süß (2018) investigaram a implementação de uma inovação na administração pública (e-government) em governos públicos locais, ou municipalidades, na Alemanha, considerando o contexto institucionalizado. Os autores discutem a existência de algumas lógicas no contexto da administração, a saber: lógica burocrática-legalista, lógica gerencial, lógica da participação e lógica da co-produção. Na análise desenvolvida, os autores mostram como indivíduos “traduzem” as lógicas institucionais com as quais eles são confrontados para situações organizacionais específicas. Essa tradução acontece mediante duas formas de trabalho institucional: o trabalho identitário (*identity work*) de construção de identidades profissionais e o trabalho prático (*practice work*) de construção das práticas de governo eletrônico. Os autores argumentam que cada lógica incorre em um tipo de identidade que precisa ser “trabalhada” para ser promulgada pelos indivíduos e que estes sujeitos construíram sua identidade em termos da implantação da tecnologia mediante a junção de diferentes lógicas.

No estudo elaborado por Perner e Skjølsvik (2018) investiga-se o processo de implantação de uma nova regulação a partir da mudança nos dispositivos regulatórios na Suécia, em 1994. O trabalho demonstra como atores sem recursos e posições de grande poder podem mudar um campo por meio dos trabalhos institucionais de mobilização e cultivo, de modo a ajustar a regulação a seus interesses. No caso analisado, estes atores envolvidos no processo combinaram lógicas contraditórias para legitimar suas práticas e resolver a complexidade institucional. Ou seja, os indivíduos engajados em trabalhos institucionais coletivos e discursivos podem influenciar o processo de implementação e a regulação propriamente dita. O artigo também mostra como o processo de implementação pode seguir quatro “ondas”: impacto inicial, resposta, recuperação e estabilização.

Uriarte, DeFillippi, Riccaboni e Catoni (2019) exploram as configurações institucionais presentes na administração de festivais. São investigadas as lógicas e as práticas de trabalho institucionais presentes no Lucca Comics & Games, maior festival da “cultura de fantasia” na Itália. Os autores mostram que existe uma relação entre as lógicas e o trabalho para a manutenção da configuração institucional. O foco se deu no trabalho de viabilização, policiamento e dissuasão realizado ao longo das edições do festival, o que contribuiu para a manutenção e adaptação a condições de mudança no campo institucional. O estudo discute ainda que a manutenção de instituições deve ser vista como algo distinto da estabilidade ou da ausência de mudanças, bem como a falta de consideração com o contexto histórico. Ou seja, a manutenção de instituições envolve esforços que muitas vezes estão relacionadas a certas formas de mudanças na organização e no campo (URIARTE et al, 2019).

Anderson e Gadolin (2020) discutem como interações sociais entre diferentes atores individuais formam práticas de trabalho institucional em um ambiente altamente institucionalizado como o das organizações de planos de saúde. Interações formam principalmente trabalho de manutenção de instituições, reforçando a rigidez das organizações deste setor. As interações também preservam a distância entre os atores, dificultando suas parcerias, o que reduz os efeitos da complexidade institucional. Porém, quando o trabalho institucional vai além da manutenção, a interação social é caracterizada por processos de reivindicação e concessão de influência entre atores individuais que aderem a lógicas institucionais distintas, o que permite efeitos de complexidade institucional. Esse trabalho institucional depende da forte posição de poder dos médicos, de modo que conceder influência provavelmente precederá reivindicar influência.

Novamente, no contexto chinês, Yee (2020) investiga o processo de reforma na profissão contábil durante a década de 1990 na China. São estudados os recursos, respostas e processos envolvidos nesta mudança radical. A autora mostra como a lógica do Estado orientou a profissão contábil na China durante um longo período. Contudo, devido à emergência de escândalos financeiros, houve uma disputa entre a lógica do Estado e a lógica da profissão, de modo que esta última passou a ser dominante. Essa mudança deveu-se uma série de trabalhos institucionais empregados por atores do Estado.

Em González-González e García-Fénix (2020), evidencia-se o trabalho institucional promulgado na implantação do Custo Efetivo dos Serviços de Governos Locais (CESEL) na Espanha a partir de um estudo de caso. O governo central e o governo local empenharam em diferentes tipos de trabalho institucional (técnico, político e cultural) marcados por conflitos devido às diferentes lógicas institucionais em que os atores se apoiavam. Estas lógicas são: eficiência econômica e interesse social. Estes pesquisadores afirmam que a forma com que o trabalho institucional é empregado é determinante para o resultado da criação de uma instituição.

Por fim, ainda que não encerre todos os estudos que aproximaram estas duas perspectivas, Shanmugan (2020) desenvolveu uma tese de doutorado na qual investiga o processo de mudança institucional envolvendo a emergência e o declínio do modelo de Aprendizado Baseado em Atividades em Tamilnadu, na Índia. A articulação entre lógicas institucionais e trabalho institucional foi explorada por Shanmugan (2020) a fim de permitir uma investigação mais aprofundada da mudança institucional. Para a autora o conceito de lógicas é útil para a compreensão da natureza da mudança e o conceito de trabalho institucional é proeminente para o estudo do processo desta mudança. Nesse sentido, o que interliga estas correntes é a noção de práticas. Esta noção foi teorizada a partir da perspectiva da prática desenvolvida por Shove, Pantzar e Watson (2012), a qual entende as práticas como arranjos estruturados nas dimensões da materialidade, da competência e do significado.

No contexto brasileiro, alguns estudos têm explorado estas articulações, a maioria deles publicado na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Bonfim (2020) discute como o sistema de transporte público de Curitiba-PR caracteriza-se como um mercado híbrido, marcado por diferentes lógicas, que são moldadas pelo trabalho institucional. Rupp (2018) investiga o hibridismo de lógicas institucionais no campo da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, destacando como os indivíduos inseridos neste arranjo mobilizam formas de trabalho institucional para promulgar as principais lógicas do campo de forma. Amarante (2018), de

forma semelhante, discute como sistemas de inovação são mediados por lógicas institucionais complexas e trabalho institucional. Borges (2017) estudou o processo de institucionalização da estrutura de gestão da Secretaria de Educação do Município de Ponta Grossa-PR. Para tanto, descreve o contexto institucional a partir da perspectiva das lógicas institucionais, destacando o trabalho institucional de manutenção das principais lógicas. Por fim, Silva (2014) explorou o trabalho institucional realizado por atores envolvidos na construção das lógicas institucionais que permearam os movimentos de intervenção no marco regulatório de organizações da sociedade civil no Brasil.

Conforme apresentado, a maior parte das pesquisas que integram estas abordagens reforçam a relação constitutiva entre ambas. Ou seja, as lógicas institucionais são construídas, mantidas e/ou interrompidas a partir de práticas de trabalho institucional, bem como os efeitos das lógicas também influenciam diretamente na forma com que estas práticas são constituídas. Esta relação se dá em diferentes níveis (individual, organizacional, campo/setorial e societal) e pode ser verificada nas práticas cotidianas empregadas pelos agentes envolvidos. Entretanto, não foram identificados estudos que apresentem esta aproximação considerando a noção de instituições de mercado, nem o trabalho de reparação de instituições, tão pouco particularizassem os mecanismos pelos quais o trabalho institucional molda as lógicas.

Nesta direção, Hempel, Lawrence e Tracey (2017) reforçam que esta relação ainda pode ser melhor discutida e analisada. Para os autores, o conceito de lógicas pode auxiliar no entendimento de como atores trabalham para mudar instituições de maior escopo. Da mesma forma, os pressupostos de cada lógica são construídos por meio de trabalhos institucionais. Aliás, na agenda de pesquisas sobre lógicas, pouca ênfase foi dada ao trabalho realizado pelos sujeitos para moldar o conteúdo das lógicas. Por sua vez, na literatura sobre trabalho institucional, pouco se explorou os esforços de atores na modelagem de instituições mais amplas, o que a visão das lógicas pode oferecer.

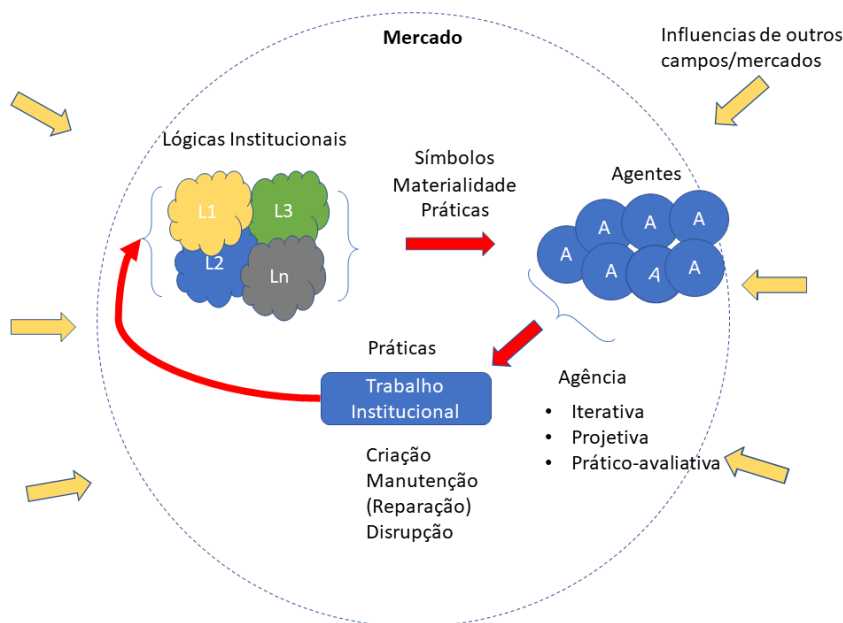
Finalmente, é importante ressaltar, conforme Zilber (2013), que não se busca integrar estas duas perspectivas, mas sim explorar as potencialidades que advém deste relacionamento. A autora argumenta que o ideal é posicionar estes conceitos como “figura e fundo”, trocando as lentes teóricas a depender do momento e do enfoque do estudo. Ou seja, “às vezes tratando lógicas institucionais como o ponto focal, relegando o trabalho institucional para o plano de fundo, enquanto outras vezes tratando o trabalho institucional como a figura e as lógicas institucionais como o fundo” (ZILBER, 2013, p. 91). Esta visão busca complementar estas abordagens, desde que os pressupostos ontológicos e epistemológicos estejam alinhados.

Considerando estas aproximações e as lacunas identificadas no campo de estudos, no próximo tópico será apresentado o *framework* teórico que serviu como referência para a execução desta pesquisa.

2.4.2 *Framework* para o estudo da mudança de lógicas de mercado promulgada pelo trabalho institucional

A investigação dos processos de mudança que marcaram o mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais deve ser sustentada por um quadro teórico que reconheça a complexidade e historicidade deste arranjo, destacando o papel ativo de indivíduos e organizações. Para tanto, nesta seção será apresentado um *framework* que incorpora as noções de mercados como campos institucionais, lógicas de mercado e trabalho institucional. A Figura 2 sintetiza esta proposta.

Figura 2 - Framework de análise da mudança institucional em mercados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo DiMaggio e Powell (1991, p.64), um campo refere-se a “uma área reconhecida de especializações ou atividades”. Este conceito, amplamente utilizado no institucionalismo sociológico, remete à ideia de um “espaço” povoado por diferentes agentes sujeitos a um conjunto mais ou menos coeso de instituições. Segundo Lawrence, Hardy e Phillips (2002, p. 28), o **campo institucional** “é delimitado pela distribuição particular de regras

institucionalizadas e recursos”. Este grupamento é constituído por processos de estruturação (GIDDENS, 2003), na medida em que:

Por meio de interações repetidas, grupos de organizações desenvolvem entendimentos e práticas em comum que formam regras e recursos que definem o campo. Ao mesmo tempo, estas regras e recursos moldam os padrões de interação contínuos por meio dos quais elas são produzidas (LAWRENCE; HARDY; PHILLIPS, 2002, p. 28, tradução própria).

Adequando este entendimento à perspectiva das lógicas institucionais, Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012) ressaltam que um campo não se trata de um “local” de homogeneidade nas ações, mas sim de uma pluralidade de lógicas que permeiam agentes com algum nível de aproximação. Haja vista, esta complexidade é um dos mecanismos que explica a mudança nestes arranjos.

Além disso, conforme Boxenbaum e Battilana (2005) os campos institucionais são arenas políticas em que os sujeitos envolvidos apresentam diferentes interesses e interagem com as lógicas a fim de alcançarem seus objetivos, envolvendo disputas e contradições. Ou seja, são nos campos que os indivíduos se engajam em práticas de trabalho institucional.

Desdobramentos recentes dos estudos sobre trabalho institucional têm relacionado a noção de campo ao conceito de mercados (BAKER; STORBACKA; BRODIE, 2019), baseando-se em correntes sociológicas dos campos (FLIGSTEIN; MCADAMS, 2012) e da construção de mercados (KJELLBERG; HELGESSON, 2007). Neste escopo, mercados são entendidos como “arenas socialmente construídas em que trocas ocorrem entre compradores e vendedores, mediadas por regras formais e entendimentos informais que orientam as relações entre concorrentes, fornecedores e consumidores” (FLIGSTEIN; CALDER, 2015, p. 1, tradução própria). Este conjunto de regras formais e entendimentos informais que orientam as relações entre os agentes apresenta fortes correspondências no institucionalismo sociológico. Ademais, segundo Fligstein (1996), mercados são formados por algumas instituições essenciais, as quais ele denomina: direitos de propriedade, estruturas de governança, conceitos de controle e regras de trocas. Ou seja, mercados podem ser compreendidos como campos que são orientados por diferentes lógicas institucionais (KJELDGAARD, et al. 2017).

É importante destacar que este posicionamento se distancia do tipo ideal que descreve a “lógica de mercado” difundida nos trabalhos seminais da abordagem das lógicas. Friedland e Alford (1991) reconhecem uma ordem societal baseada em um conceito de mercado que se limita aos mercados liberais ocidentais (sobretudo à linguagem, práticas e estruturas que

remetem ao livre-mercado). Esta delimitação foi amplamente reproduzida em estudos desta corrente teórica (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012).

Por sua vez, no modelo teórico que fundamenta esta pesquisa, busca-se ampliar o conceito de **lógica de mercado**, não reduzindo-o à uma única lógica (como se somente existisse um único tipo ideal). Para tanto, o mercado é reconhecido como um campo institucional constituído por diferentes lógicas institucionais moldadas por vários tipos de trabalhos institucionais.

A compreensão das lógicas de mercado envolve a identificação de unidades de análise que representem as orientações e referências que estas oferecem para os agentes. Neste *framework*, partiu-se da definição básica de lógicas institucionais apresentada por Friedland e Alford (1991, p. 232, tradução própria), que as entendem como “[...] padrões de atividade supraorganizacionais enraizados em práticas materiais e sistemas simbólicos pelos quais indivíduos e organizações produzem e reproduzem suas vidas materiais e tornam suas experiências significantes”.

Desse modo, cada lógica apresenta **pressupostos básicos**, que referem-se às orientações gerais da lógica (PAIVA; BRITO, 2018, REAY; JONES, 2016). Estes pressupostos são manifestos nos **sistemas simbólicos**, **nas práticas** e na **materialidade** que caracterizam este construto.

Os **sistemas simbólicos**, segundo Friedland e Alford (1991) envolvem os aspectos culturais de uma lógica institucional, incorporando os pressupostos, valores e crenças informados por esta. Ou seja, referem-se aos significados compartilhados e intermediados pela linguagem (THORNTON; LOUNSBURY; OCASIO, 2012). Esta dimensão simbólica das lógicas relaciona-se ao pilar cultural-cognitivo das instituições (SCOTT, 2014). Além de uma dimensão simbólica, as lógicas também orientam a constituição de **práticas** realizadas pelos agentes do mercado. Este conceito é entendido como o conjunto de “formas corporificadas de atividades, processos cognitivos, coisas e seus usos, conhecimentos na forma entendimentos, saberes, emoções e motivações” (RECKWITZ, 2002, p. 249). Nesta direção, as práticas incorporam os aspectos simbólicos e materiais. Ressalta-se que aqui serão enfatizadas como práticas as rotinas e ações habituais realizadas pelas pessoas nos processos de trabalho institucional. Por sua vez, as lógicas institucionais também apresentam uma **dimensão material**, de modo que estas influenciam e são influenciadas por artefatos físicos ou virtuais utilizados pelos sujeitos. Assim como a dimensão simbólica e as práticas, materialidade é

fundamental para que os pressupostos básicos das lógicas sejam informados aos sujeitos (MONTEIRO; NICOLINI, 2015).

As lógicas institucionais exercem seus efeitos em um mercado à medida em que são aceitas pelos indivíduos, ou seja, tornam-se legítimas. Esta legitimidade ocorre conforme os pressupostos básicos das lógicas são reproduzidos em discursos, práticas e na materialidade, de forma relativamente contínua e regular ao longo do tempo (FRIEDLAND; ALFORD, 1991, ROSSONI, 2016).

Destaca-se que o reconhecimento das diferentes lógicas institucionais de mercado não implica, contudo, que o comportamento dos indivíduos e organizações que performam este mercado é restrito somente às lógicas do campo. Ainda assim, outras ordens institucionais, mais amplas (societais) ou mais restritas (organizacionais) também exercem efeitos e provocam respostas que influenciam na dinâmica do mercado. Ou seja, este *framework* se sustenta no conceito de sistema inster institucional (THORNTON; OCASIO; LOUNSBUTY, 2012).

As lógicas são promulgadas ou alteradas por ações propositais dos agentes na forma de **trabalho institucional**. Desse modo, o trabalho institucional é entendido neste *framework* como um conjunto de ações práticas que, de fato, impactam na criação, reparação e interrupção das lógicas institucionais de mercado (SMETS; JARZABKOWSKI, 2013).

A emergência das práticas de trabalho institucional é um processo conduzido pela agência humana. Considerando que as lógicas de mercado exercem suas influências de forma relacional, ou seja, são (re)produzidas nas interações entre os agentes constitutivos daquele arranjo, a agência não necessariamente envolve processos de criação e disrupção (BATILLANA; LECA, 2009). Por isso, será empregada uma perspectiva multidimensional que reconhece comportamentos **iterativos**, **projetivos** e **prático-avaliativos** como formas de representação da agência (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998).

Ou seja, a dinâmica de um mercado é caracterizada pelo conjunto de símbolos, materialidade e as práticas legitimamente reconhecidas e realizadas pelos agentes (ou parte deles) em suas trocas. Esses elementos são informados pelas lógicas institucionais daquele arranjo, embora também possam receber influência de lógicas próprias a outros domínios sociais. Considerando que os indivíduos são dotados de reflexividade e apresentam interesses diversos (resultantes de suas histórias de vida em contextos particularizados), diante de um contexto de pluralidade institucional estes agentes exercem sua agência por meio de práticas de trabalho institucional.

No trabalho de **criação de lógicas**, os indivíduos se organizam em práticas cujo resultado esperado envolve a construção de novos símbolos, práticas ou, ainda, artefatos materiais que promulguem uma ordem institucional nova naquele arranjo. Nessa direção, as formas de trabalho institucional envolvidas buscam atribuir reconhecimento e legitimidade a uma nova lógica. No trabalho de **manutenção de lógicas**, os agentes buscam formas de manter e defender os pressupostos básicos de uma ou múltiplas lógicas daquele mercado, o que não necessariamente envolve uma postura estática e avessa às mudanças incrementais (NITE, 2017, URIARTE et al., 2019). Por sua vez, o trabalho de **interrupção de lógicas** é caracterizado pelo esforço na criação de práticas que buscam dirimir os pressupostos básicos, práticas, símbolos e materialidade de lógicas já estabelecidas no mercado (LAWRENCE; SUDDABY, 2006, SMETS; JARZABKOWSKI, 2013, ANDERSON; GANDOLIN, 2020).

Outra forma de trabalho institucional reconhecida neste modelo é o **trabalho de reparação** de lógicas. Este tipo de trabalho, até agora pouco investigado, envolve práticas que buscam promover mudanças em alguns aspectos específicos de uma lógica, de modo que a modifique sem necessariamente interrompê-la (HEREPATH; KITCHENER, 2016). Ou seja, não se tratam de práticas de trabalho de manutenção nas formas apresentadas por Suddaby e Lawrence (2006), ou ainda por Micelotta e Whashington (2013), nem de interrupção (OLIVER, 1991). Não se refere, ainda, a uma forma de trabalho de restauração, conforme proposto por Lok e de Rond (2013), uma vez que no trabalho de reparação busca-se, de fato, criar ou interromper alguns aspectos específicos de uma lógica, alterando os pressupostos desta.

Em seguida, é importante destacar as diferentes formas com que a mudança institucional acontece. Este processo pode ser permeado pela mobilização de sujeitos cuja atuação é mais posicionada ao centro do mercado, respeitando as fronteiras do campo, bem como pode ser induzido por agentes com posições periféricas neste mercado, recebendo influência de outros campos e lógicas (ZIETSMA; LAWRENCE, 2010).

Desse modo, este modelo busca evidenciar como indivíduos se organizam em práticas cujos objetivos são a criação, manutenção, interrupção ou reparação de lógicas institucionais. Ressalta-se, no entanto, que ainda que os agentes empreguem esforços neste trabalho, devido à natureza dinâmica e política destes arranjos, nem sempre estas práticas serão bem sucedidas ou retornarão os resultados esperados (PAWLAK, 2011). Haja vista, conforme Lawrence, Suddaby e Leca (2009) reconhecer o trabalho institucional como processo e não como resultado é uma das principais agendas desta perspectiva.

Em suma, pretende-se compreender o trabalho institucional característico da modelagem de mercados. Estes processos necessitam de investigações de natureza indutiva, baseadas na imersão no campo, particularizando múltiplas dimensões da realidade socialmente construída (REAY; JONES, 2016, TRACEY; LAWRENCE; HEMPEL, 2017). No próximo capítulo serão descritos os procedimentos metodológicos que orientaram esta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, serão apresentados os pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos deste trabalho. Ou seja, será descrito, com maior profundidade o protocolo de pesquisa que permitiu a execução do estudo empírico e o alcance dos objetivos desta tese.

3.1 Fundamentos ontológicos e epistemológicos do estudo

A produção do conhecimento científico se caracteriza pelo esforço conjunto de pesquisadores na busca por evidências legítimas que sustentem ideias e hipóteses acerca da realidade (POPPER, 2007). Entretanto, os meios e direcionamentos assumidos por acadêmicos em suas atividades não são únicos, tão pouco universais, ainda que seja necessário rigor e acurácia para que o conhecimento científico se sustente entre acadêmicos e a sociedade (LATOURETTE, 2016). No contexto dos fenômenos que permeiam agrupamentos sociais, tais como organizações e mercados, o fazer científico pode assumir diferentes pressupostos e afiliações teóricas, o que permite compreender a realidade social em suas múltiplas instâncias (PAES DE PAULA, 2015).

Nesse sentido, este tópico busca delimitar este estudo nos planos ontológico e epistemológico das ciências sociais. Conforme Grix (2002), reconhecer os fundamentos ontológicos e epistemológicos favorece a compreensão dos elementos chave da pesquisa, orientando na escolha dos caminhos metodológicos mais coerentes. Além disso, evita a confusão conceitual, bem como permite reconhecer os posicionamentos dos autores.

No plano ontológico, segundo Bryman (2008), são expostos os pressupostos dos autores quanto à natureza do que se busca compreender. Refere-se à visão de mundo sobre o que é e por quem é constituída a realidade (GRIX, 2002). No caso das ciências sociais, a ontologia permite compreender as condições necessárias para a existência das relações sociais.

Nesse sentido, os pressupostos ontológicos deste estudo são fundamentados na noção de que a realidade social é constituída pelas relações entre pessoas que interagem umas com as outras e com a materialidade produzindo significados intersubjetivos em constante negociação (BERGER; LUCKMANN, 2004, BRYMAN, 2008). Ou seja, são assumidos pressupostos ontológicos construcionistas (CZARNIAWSKA, 2003, SPINK, 2004).

Pesquisadores fundamentados na ontologia construcionista (ou construtivista, a depender da tradução) têm como foco o reconhecimento do caráter contextual, negociado e transitório dos significados produzidos pelas pessoas em suas interações, ou seja, do conhecimento que constitui a realidade social e a cultura. Todavia, de acordo com Czarniawska

(2003, p. 129), esta construção é um “um processo em que algo está sendo produzido a partir de uma dimensão material existente”. Desse modo, neste estudo, reconhece-se a existência de um domínio material objetivo que precede as interações humanas, embora esta realidade material somente tenha significado em um sistema social de crenças, valores e normas (BERGER; LUCKMANN, 2004, FLECK, 2010). Em suma, em uma ontologia construcionista, reconhece-se que o *locus* primário para a constituição do conhecimento acerca da realidade são as relações sociais contextualizadas (GRAND; RÜEG-STÜRM; ARX, 2015).

A ontologia construcionista consiste em uma das principais bases para a estruturação das ciências sociais, em especial, o campo dos estudos organizacionais (MUNCK; SOUZA, 2010). Estes pressupostos são marcantes sobretudo em estudos cujas metanarrativas estão voltadas a temas como poder, conhecimento e/ou justiça, distantes de ontologias realistas, comuns em tradições positivistas da Administração (REED, 2007).

Considerando uma ontologia construcionista, é importante ressaltar que existem diferentes visões acerca das formas de produzir e acessar o conhecimento socialmente construído. Estas distinções marcam os pressupostos epistemológicos das pesquisas. Conforme Grix (2002), a dimensão epistemológica refere-se às reivindicações acerca dos modos de se compreender uma dada realidade. Em se tratando de uma realidade socialmente construída, a maior parte das epistemologias são de caráter convencionalista, ou seja, não reconhecem as teorias como descrições do real objetivo, mas como representações conceituais do conhecimento construído (REED, 2007).

Grand, Rüeg-Stürm e Arx (2015) classificam três grandes vertentes construcionistas/construtivistas com fundamentos epistemológicos distintos: social, sistêmico e empírico. Para esses autores, o construtivismo social parte do pressuposto que o conhecimento resulta de processos de construção social, em particular a institucionalização, a objetivação e a legitimação (BERGER; LUCKMANN, 2004). A realidade sob esta ótica será sempre uma realidade construída pelos e para os humanos. Contudo, admite que algumas realidades específicas possam ser observadas como objetivas, cuja existência independe do nosso conhecimento sobre ela.

A abordagem sistêmica concebe a produção do conhecimento como uma criação inerentemente processual, aberta ao desenvolvimento futuro e mediada pelo processo de comunicação. Além disso, o construtivismo sistêmico distingue os sistemas cognitivos e sociais e defende a centralidade da agência individual ou entidades sociais nos estudos de fenômenos sociais (MATURANA; VARELA, 1987, GRAND, VON ARX; RÜEGG-STÜRM, 2015).

Por sua vez, a abordagem empírica orienta-se por um posicionamento epistemológico que reconhece a possibilidade da existência da realidade e postula que o conhecimento sobre esta realidade não existe independente do nosso modo de acessá-la. Em outros termos, a apreensão da realidade depende de abordagem teóricas, categorias de análise, métodos e domínio da linguagem (LATOURET, WOOLGAR, 1979; ELDER-VASS, 2012, FLECK, 2010). O construtivismo empírico, segundo Grand, Von Arx e Rüegg-Stürm (2015), defende construção do conhecimento não deve se ancorar única e exclusivamente em pressupostos, teorias ou categorias de análise pré-existentes. A explicação da realidade e a produção do conhecimento requer uma capacidade reflexiva de tal modo que ele evite tomar qualquer teoria como algo definitivo ou como uma verdade que não pode e nem deve ser questionada. O construtivismo empírico concebe a realidade social como sendo controvertida, plural, heterogênea e fluida. Além de defender dicotomias ontológicas e a polarização epistemológica, o construtivismo empírico reconhece a heterogeneidade de mecanismos situados e atividades idiossincráticas que marcam o processo de construção e mudança da realidade em contextos específicos.

Considerando estas três vertentes, o construcionismo social, fundamentado sobretudo em Berger e Luckmann (2004), oferece as bases para a compreensão da realidade por meio das relações entre atores sociais e instituições (GREENWOOD et al. 2008, DIMAGGIO, 1988). Além disso, esta corrente apresenta ampla aproximação com o interacionismo simbólico (BERGER; LUCKMANN, 2004, CARVALHO, 2011). Portanto, com base nesta vertente, este estudo buscou: (a) explicar os processos de construção simbólica incorporados na criação, estabilização e manutenção da realidade e reconhecer a prática social como um elemento constitutivo desta realidade; (b) partir do pressuposto que o conhecimento é socialmente construído por um coletivo de pensamento científico a partir da sua relação com o mundo, de modo que o pensamento reflexivo e relativista é componente fundamental para coleta e análise de dados; (c) defender o papel da agência e da linguagem na construção e transformação da realidade social; (d) conciliar as polaridades e dualismos entre as instâncias micro e macrosocial, objetividade e subjetividade, práticas situadas e práticas coletivas, bem como estrutura e agência (GRAND, VON ARX; RÜEGG-STÜRM 2015).

Os pressupostos ontológicos (construcionismo) e epistemológicos (convencionalismo, construcionismo social) serviram como referência para o desenvolvimento dos métodos de pesquisa que permitiram o desenvolvimento deste estudo. Nas próximas subseções serão apresentados as características e o protocolo de referência para o estudo de campo.

3.2 Caracterização da pesquisa

A direção central desta tese assume que o campo da cachaça de alambique em Minas Gerais é constituído por diferentes lógicas institucionais que têm passado por processos de mudanças nas práticas, sistemas simbólicos e materialidade que as constituem. Esses processos foram conduzidos pelo trabalho institucional realizado pelos diferentes atores engajados na construção, reparação e interrupção das lógicas institucionais. Para a compreensão destes fenômenos foi necessário desenvolver um protocolo de pesquisa que capturasse tanto a multiplicidade de eventos quanto a complexidade destas relações.

Nesse sentido, foi realizada uma investigação de natureza qualitativa (DENZEL; LINCOLN, 2005, STAKE, 2010), tendo a reflexividade e a circularidade como elementos centrais, alinhados ao construcionismo social (GODOY, 2005). Estas escolhas permitiram uma investigação em profundidade dos processos e eventos que caracterizam a realidade estudada (LANGLEY, 1999). Haja vista, conforme Mintzberg (1979), para um entendimento verdadeiro acerca do como e por que eventos sociais ocorrem ao longo do tempo é preciso examina-los diretamente.

Buscou-se investigar as lógicas institucionais e os processos que caracterizaram a mudança institucional nas lógicas do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais, permitindo a compreensão desta dinâmica. Foram considerados os níveis societal, organizacional e individual (gestores) como domínios de influência do trabalho institucional particularizado (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Com isso, esta pesquisa também assumiu um caráter descritivo, fundamentando-se em uma orientação interpretativista, que visou produzir uma interpretação densa acerca da realidade (VERGARA; PECI, 2003). No próximo tópico será descrito o protocolo da pesquisa de campo. Ressalta-se que a circularidade e reflexividade inerentes à pesquisa qualitativa contribuíram para o direcionamento do estudo, sem contudo, alterar a sua essência e foco de análise.

3.3 Estratégias de coleta de dados

Uma vez definidos os direcionamentos teórico-metodológicos que serviram de referência para esta pesquisa, foram empregadas diferentes estratégias de acesso e coleta de dados. Buscando uma compreensão mais ampla e exploratória dos processos de mudança, foi

definido o nível do campo da cachaça de alambique como principal espaço de investigação. Para tanto, foram definidos atores que constituem e definem as fronteiras (ZIETSMAN; LAWRENCE, 2010) deste campo como os principais sujeitos de pesquisa.

Conforme Paiva (2017), o campo da cachaça de alambique em Minas Gerais é caracterizado como um arranjo de diversas organizações e atores que mesmo atuando em outros arranjos (como os órgãos do Estado), exercem influência e, em certas circunstâncias, estão sob a orientação de um conjunto característico de lógicas institucionais. Entre estas entidades destacam-se: organizações produtoras de cachaça de alambique, fornecedores de insumos e equipamentos, distribuidoras de bebidas, pesquisadores afiliados a centros de ensino e pesquisa (Universidades, SEBRAE, etc.), agências reguladoras (tais como IMA e Inmetro), especialistas no consumo (cachaciês), organizações do Estado (Poderes legislativo, executivo e judiciário), câmaras setoriais, associações e cooperativas.

Buscando apreender este arranjo e o trabalho institucional realizado por sujeitos inseridos nestas organizações, bem como atender aos pressupostos teórico-metodológicos empregados, a coleta de dados preconizou a triangulação entre diferentes métodos. Com destaque, foram adotados o levantamento de fontes e registros documentais e a realização de entrevistas em profundidade (GODOY, 2005, CRESWELL, 2007).

A pesquisa documental buscou organizar dados por meio de fontes secundárias que abordem a temática, destacando eventos, entrevistas, relatos, opiniões, legislações, decretos, entre outros discursos que retratem a dinâmica institucional neste mercado. É importante ressaltar que considerando os mais de cinco anos dedicados ao estudo deste setor por parte dos pesquisadores, possivelmente foram consultadas mais de centenas de fontes documentais. Contudo, o Quadro 6 apresenta uma síntese daquelas que foram mais significativas para esta pesquisa.

Quadro 6 - Fontes documentais utilizadas na pesquisa.

Tipo de fonte documental	Descrição
--------------------------	-----------

Textos jurídicos	Leis
	Decretos
	Instruções normativas
Relatórios setoriais	‘Aguardente em Minas Gerais’ (INDI, 1982),
	-‘Diagnóstico da cachaça de Minas Gerais’ (SEBRAE, 2001, 2002)
	‘Cachaça Artesanal – Estudos Mercadológicos’ (SEBRAE, 2013),
	‘Planejamento Estratégico para a Cadeia Produtiva da Cachaça’ (CORS, 2014)
Produções técnico-científicas	‘Cachaça de Alambique: Manual de Boas Práticas Ambientais e de Produção’ (OLIVEIRA et al. 2005))
	MARELLI DE SOUZA et al. 2013
	Monografias, dissertações e teses – vários volumes
	Artigos científicos publicados em periódicos – vários volumes
Fontes jornalísticas específicas do setor	“Cachaça com Notícias” – vários volumes - (periódico produzido pela ANPAQ)
	‘Mapa da Cachaça’ – vários textos
	‘Devotos da Cachaça’ – vários textos
Fontes jornalísticas diversas	- ‘Jornal Estado de Minas’ – vários textos
	- ‘Jornal O Tempo’ – vários textos
	- ‘Folha de São Paulo’ – vários textos
Documentários em vídeo	- “Bendita Marvada” (+GloboSat, 2016)
Textos publicados em redes sociais	- Grupos de Facebook
	- Páginas no Instagram
	- Conversas em grupos de Whatsapp
Textos publicados em páginas organizacionais	- <i>Websites</i> de marcas fabricantes

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por sua vez, a fim de buscar dados por meio de fontes primárias, foram realizadas entrevistas em profundidade (DENZIN; LINCOLN, 2005, STAKE, 2010). Para estes autores, esta modalidade de entrevista possibilita a captura das interpretações das pessoas que expressam sua visão sobre a realidade em determinado tempo, espaço e contexto. Portanto, esta técnica de pesquisa pode ser vista como uma forma de acesso (mediado pela linguagem) às experiências, vivências e interpretações socialmente construídas a partir da interação entre os seres sociais.

As entrevistas foram realizadas com base no roteiro apresentado no Apêndice 1. Este roteiro foi construído a partir de questões centrais que buscavam resgatar a atuação dos participantes neste mercado ao longo dos anos e suas interpretações acerca da dinâmica entre

os agentes. Com isso, buscou-se explorar as unidades analíticas baseadas nas perspectivas teóricas fundamentais desta tese (lógicas institucionais e trabalho institucional).

O uso da técnica da entrevista em profundidade também envolveu uma maior adequação do roteiro a cada entrevistado, para que certos temas e questões mais relacionados à suas trajetórias no campo fossem priorizados. Este ajuste é sustentado por Denzin e Lincoln (2005), que reconhecem a necessidade da adaptação de roteiros de entrevistas em profundidade sem que estes percam o rigor científico.

Por se tratar de um instrumento que objetiva uma interação em profundidade com os sujeitos de pesquisa, a escolha por este método justificou-se por seu potencial de apreensão de elementos contextuais e simbólicos que demarcam as lógicas institucionais e o trabalho institucional. Além disso, este método permitiu uma compreensão das experiências mediadas pela linguagem acerca dos eventos históricos e das práticas nas quais os sujeitos se engajam/engajaram, demarcando sua agência diante das estruturas institucionalizadas do mercado (REAY; JONES, 2016, THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012).

A definição e escolha dos participantes desta pesquisa foi pautada sobretudo pela busca por sujeitos que estejam ou estiveram envolvidos com diferentes tipos de trabalho institucional que permeiam/permearam as lógicas institucionais deste mercado. Notadamente, foram convidados a participar indivíduos que tiveram papel marcante no início dos movimentos que impulsionaram os processos de mudança no campo, desde o final da década de 1980. Contudo, ressalta-se que o trabalho institucional não é realizado somente por sujeitos com recursos especiais, ou empreendedores institucionais, mas pelos diferentes atores do mercado (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Os critérios de seleção e escolha de participantes foram estabelecidos mediante o acesso e à disponibilidade de atendimento por esses sujeitos, explorando o método de seleção *snowball*, ou “bola de neve”, até que houvesse uma certa saturação no conteúdo das respostas (THIOLENT, 1987, CARRIERI; SARAIVA; PIMENTEL, 2008, CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014). Este método consiste na identificação de diferentes sujeitos de pesquisa à medida em que sujeitos entrevistados anteriormente os indicam voluntariamente, o que confere maior proximidade nas experiências vividas, nos fios condutores das narrativas e maior acesso àqueles(as) que produziram transformações na realidade social (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Os critérios de saturação foram estabelecidos de forma recursiva, à medida em que as análises forem sendo realizadas.

Desse modo, foram realizadas 31 entrevistas. O Quadro 7 apresenta o perfil e a codificação dos entrevistados. Ressalta-se que os nomes destes sujeitos de pesquisa foram omitidos a fim de resguardar suas identidades, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Quadro 7 - Lista de entrevistados(as) da pesquisa

Entrevistado(a)	Descrição
E1	Pesquisadora
E2	Jornalista
E3	Especialista técnico na produção
E4	Produtor de cachaça e docente de cursos técnicos
E5	Liderança política no campo
E6	Produtor de cachaça
E7	Consultor técnico do SEBRAE
E8	Produtora de cachaça
E9	Jornalista
E10	Liderança política no campo
E11	Liderança política no campo
E12	Produtor de cachaça
E13	Agente técnico do MAPA
E14	Liderança política no setor
E15	Promotor de eventos no campo
E16	Produtor de cachaça, Liderança política no campo
E17	Analista técnico do IMA
E18	Empresário no setor de suprimentos para organizações do campo
E19	Liderança política no campo
E20	Produtor de cachaça
E21	Produtor de cachaça
E22	Empresário no setor de distribuição de cachaças
E23	Especialista técnico na produção
E24	Liderança política no campo
E25	Pesquisador
E26	Consultor técnico do SEBRAE
E27	Liderança política
E28	Produtor de cachaça
E29	Produtor de cachaça
E30	Produtor de cachaça; Liderança política no campo
E31	Produtora de cachaça;

Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante ressaltar que o entrevistado E14, também foi caracterizado na descrição dos resultados como ‘Sr. João’ (nome fictício). Esta particularização foi devido ao papel central que este sujeito desempenhou enquanto líder institucional (ZILBER, 2002) que articulou junto aos outros agentes os processos de mudança iniciais. A escolha foi assim apresentada como um elemento narrativo, relevante para a compreensão mais aprofundada dos processos de mudança de interesse nesta pesquisa.

As entrevistas foram realizadas por meio de visitas aos participantes, bem como pelo uso de ferramentas digitais, a exemplo de conferências *online*, trocas de mensagens por aplicativos de comunicação direta, *emails* e ligações por telefone. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas em documentos digitais de texto. A seguir, serão descritos os procedimentos de análise dos dados.

3.4 Procedimentos de análise de dados

Os dados coletados nas etapas anteriores foram estruturados e organizados para então serem analisados. A sistematização dos dados foi intermediada pelo uso do *software Atlas.TI*, por meio do qual foi possível fazer organização dos arquivos de texto para a posterior análise.

Seguindo as orientações teórico-metodológicas desta pesquisa, foi empregado os métodos de análise temática de conteúdo visando produzir conhecimentos e contribuições teóricas a partir dos dados da pesquisa (BRAUN; CLARK, 2006). A análise temática trata-se de um procedimento para identificar, sistematizar, analisar e interpretar padrões a partir de uma perspectiva interpretativista e qualitativa (VAISMORADI; TURUNEN; BONDAS, 2013). Segundo Braun e Clark (2006), é importante considerar que a análise temática pode ser empregada como um método construcionista. Sendo assim, permite investigar os modos com que eventos, realidades, sentidos e experiências são produzidos textualmente pelos sujeitos em suas interações socialmente construídas. A análise dos temas também compreendeu o nível latente, ou seja, aspectos não explicitados nos textos, remetendo a uma dimensão interpretativa da pesquisa.

A análise temática foi realizada obedecendo a uma sequência de etapas propostas por Braun e Clarke (2006), desempenhadas de maneira recursiva, a saber:

a) *Familiarização*: leitura e releitura sistemática dos dados com vistas a auxiliar no reconhecimento de temas relacionados aos objetivos da pesquisa;

b) *Geração de códigos e sistematização dos dados*: codificação das expressões e temas levantados na etapa anterior a fim de sistematizar os dados coletados (armazenar, organizar e categorizar dados textuais e verbais). Estes códigos foram estruturados em uma pasta de trabalho do *Atlas.TI*

c) *Mapeamento, classificação e agrupamento dos temas*: classificação e agrupamento de diferentes expressões codificadas com base em sua coerência com a temática estudada e conceitos definidos no referencial teórico. Após a codificação, foram estabelecidos diferentes temas, na forma de famílias que, por sua vez, constituíram grupos de famílias. Estes grupos de famílias representam o mapa de temas.

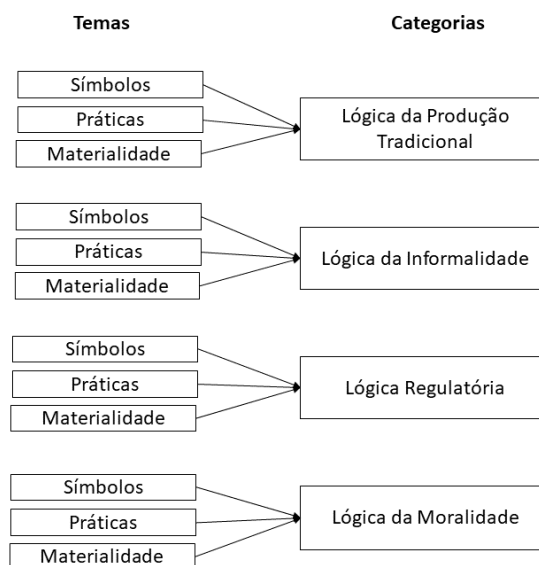
d) *Revisão dos temas*: revisão dos temas levantados anteriormente, buscando observar se existia homogeneidade interna (entre os códigos) e heterogeneidade externa (entre os temas);

e) *Definição e denominação das categorias de análise*: constituição de categorias de análise entre os temas;

f) *Análise integrativa e relato*: análise realizada de modo a considerar as categorias analíticas junto aos temas identificados nos textos e observações, exigindo postura reflexiva, criatividade e dedicação, sempre respeitando a circularidade da análise qualitativa.

A fim de proceder a interpretação dos resultados, este protocolo de análise temática foi utilizado em dois momentos. O primeiro deles refere-se ao processo de identificação das lógicas institucionais do mercado. Neste procedimento, a identificação dos temas foi orientada por conceitos definidos à priori, ou seja, fundamentados na perspectiva teórica das lógicas institucionais. Desse modo, buscou-se agrupar conjuntos de elementos simbólicos, práticas e materialidade que caracterizassem as lógicas estabelecidas neste mercado em meados da década de 1980 (FRIEDLAND; ALFORD, 1991, REAY; JONES, 2016). A Figura 3 apresenta a estrutura desta análise.

Figura 3 - Análise temática das lógicas institucionais do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais.

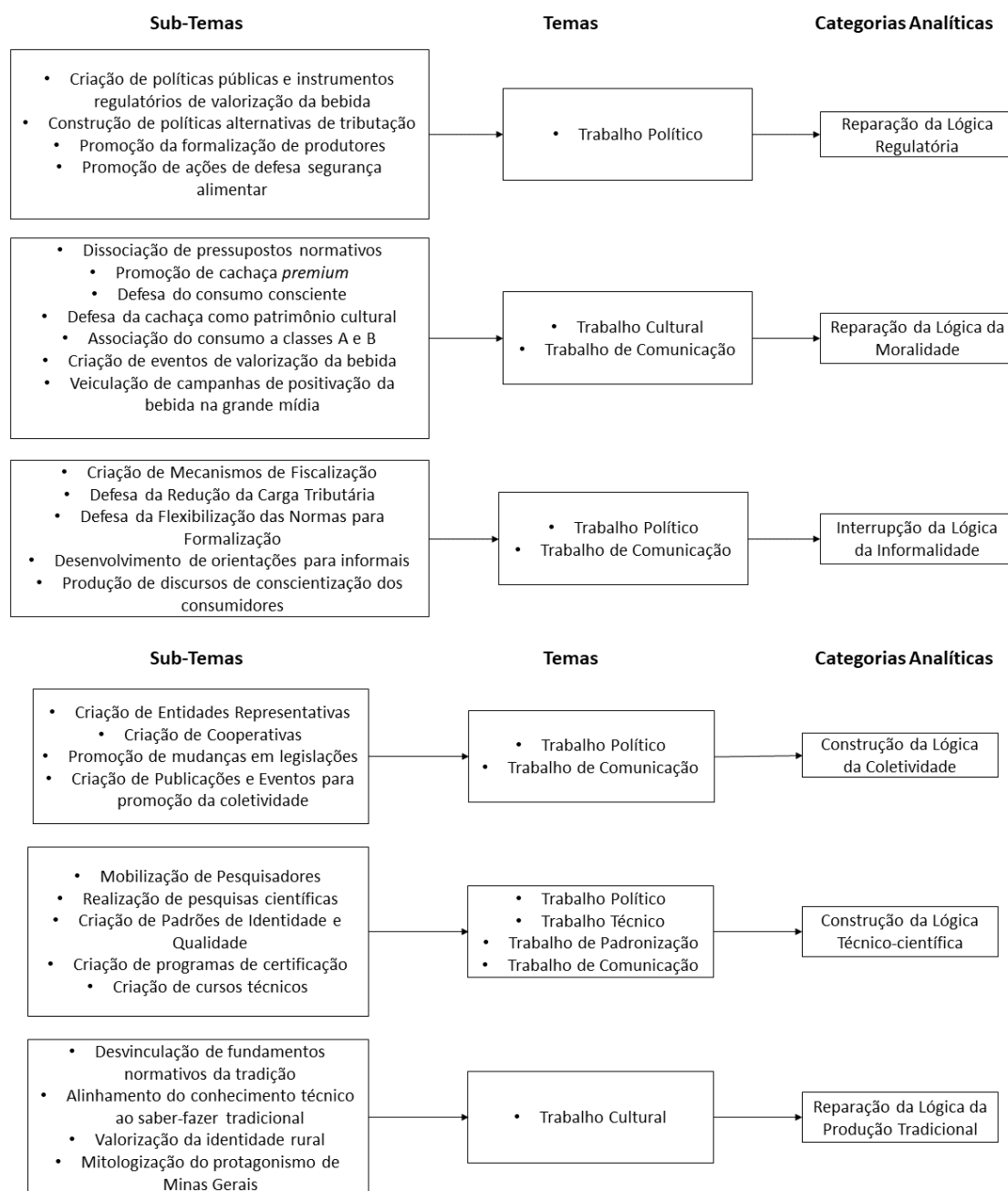


Fonte: Elaborado pelo autor.

Em um segundo momento, a análise temática foi utilizada na identificação das práticas de trabalho institucional realizadas pelos agentes deste mercado a fim de promoverem mudanças nas lógicas institucionais estabelecidas. Esse procedimento de análise integrou fundamentos dedutivos e indutivos, uma vez que foram consideradas unidades analíticas características da perspectiva teórica do trabalho institucional, bem como categorias que emergiram da análise de dados primários e secundários (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

A partir da análise temática foi possível identificar seis categorias principais de trabalhos institucionais desenvolvidos neste mercado seguindo o recorte deste estudo: os trabalhos de criação das lógicas da Coletividade e Técnico-científica; os trabalhos de reparação das lógicas Regulatória, da Moralidade e da Produção Tradicional e; o trabalho de interrupção da lógica da Informalidade. Cada grupo foi constituído por diferentes temas que representam práticas de trabalho institucional que, por sua vez, são constituídas por outras prática ou eventos mais específicos (subtemas). A figura 3.4 representa este arranjo.

Figura 4 - Análise temática dos trabalhos institucionais do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais.



Fonte: Elaborado pelo autor

Destaca-se que o processo de análise dos dados foi realizado de forma recursiva e iterativa, de modo que à medida em que a narrativa textual era construída, surgiam novas reflexões em torno dos temas e categorias. Este procedimento foi importante para assegurar maior confiabilidade e rigor no desenvolvimento do trabalho.

Por fim, a elaboração desta rede de sub-temas, temas e categorias analíticas permitiu a estruturação dos resultados desta tese. É importante ressaltar, ainda, que optou-se pela descrição dos resultados seguindo uma estrutura narrativa, explorando uma sequência cronológica dos eventos que serão descritos no próximo capítulo. Na próxima subseção será apresentado o Quadro-Resumo dos procedimentos metodológicos.

3.5 Síntese dos procedimentos metodológicos

Problema de Pesquisa	Objetivos	Categorias teórica	Técnica de Coleta de Dados	Técnicas de Análise de Dados
Por que e como o trabalho institucional realizado por diferentes atores tem contribuído para a construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais?	1) retratar o contexto sócio-histórico do campo da cachaça de alambique em Minas Gerais particularizando as lógicas institucionais características deste mercado até o início da década de 1990.	Campo institucional; Lógicas institucionais; Pluralismo institucional	Entrevistas em profundidade e análise documental	Análise Temática
	2) desvendar e interpretar, sob a ótica de diferentes agentes, as especificidades dos trabalhos institucionais de construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais do mercado da cachaça.	Lógicas institucionais Trabalho institucional; Práticas; Agência multidimensional;		
	3) mapear as práticas construídas por organizações produtoras de cachaça de alambique em resposta às lógicas institucionais desse mercado.	Lógicas institucionais; Trabalho institucional;		

CAPÍTULO 4 – CONTEXTO HISTÓRICO E LÓGICAS INSTITUCIONAIS DO CAMPO DA CACHAÇA DE ALAMBIQUE EM MINAS GERAIS

Neste capítulo, será apresentado e discutido o contexto sócio-histórico que caracterizou o campo institucional de cachaça de alambique até meados da década de 1980, com destaque para os agentes e organizações situados em Minas Gerais. Este contexto foi permeado por sistemas simbólicos, práticas e materialidade construídas e reproduzidas ao longo de mais de quatro séculos no território brasileiro e estrangeiro.

Considera-se tais práticas como institucionalizadas, ou com alto grau de institucionalização, na medida em que registros documentais e primários reforçam que foram habituadas, objetivadas e, ainda que de formas ressignificadas, sedimentadas ao longo de várias gerações (TOLBERT; ZUCKER, 1996). Neste sentido, a constituição deste contexto envolve principalmente: as narrativas e versões de criação da cachaça; a emergência e difusão da bebida em Minas Gerais; a construção das práticas de produção e consumo de cachaça de alambique no estado; o resgate histórico das legislações e regulamentações deste campo; e a emergência do sistema de produção de cachaça de coluna.

Com base nestes aspectos serão descritas as quatro principais lógicas institucionais que serviam de referência para os agentes do mercado de cachaça de alambique em Minas Gerais até o final da década de 1980. Estas lógicas institucionais eram a lógica da produção tradicional, lógica da moralidade, lógica da informalidade e a lógica regulatória, cujos fundamentos serão discutidos ao final deste capítulo.

4.1 Versões e contradições: A origem da cachaça brasileira

O consumo de bebidas alcoólicas é uma prática cujos registros históricos e arqueológicos remontam às formas mais rudimentares de organizações humanas (AVELAR, 2010). Praticamente todas as culturas e sociedades, em diferentes períodos e regiões geográficas, consumiram bebidas produzidas a base de frutas, legumes, plantas, raízes ou cereais que após o preparo correto passavam por processos de fermentação e/ou destilação alcoólica. Este consumo estava relacionado sobretudo a práticas ritualísticas que envolviam religiões, comemorações ou ainda práticas medicinais e nutricionais. Alinhado a estas questões, diferentes bebidas representavam posições e condições materiais e simbólicas distintas entre grupos sociais (CRUZ, 2009).

A origem da cachaça remonta à tradição da produção e consumo de bebidas alcoólicas destiladas, as aguardentes, na Europa medieval, sobretudo na península ibérica (TRINDADE, 2006). Algranti (2005) argumenta que palavras como álcool e alambique tem origens árabes, de modo que muito provavelmente sua difusão em Portugal e Espanha seja resultado da troca cultural entre europeus e povos árabes entre os séculos VIII e XIII.

Esta autora discute que as aguardentes de cana-de-açúcar, popularizadas em partes dos continentes europeu, africano e principalmente na América colonizada por espanhóis e portugueses a partir da segunda metade do século XIV não despertaram grande interesse de estudiosos da alimentação. Isto se deu sobretudo em função do caráter tido como secundário da bebida (um subproduto da cana-de-açúcar) e do consumo geralmente popular entre grupos marginalizados socialmente. Conforme a autora, na literatura especializada do século XIX, aguardentes se referiam a bebidas alcoólicas produzidas a partir da destilação de mostos fermentados, com até 50% de graus etílicos. Na mesma direção, identificavam as bebidas espirituosas (“espíritos”), com graduação maior que 50% e “espíritos retificados”, com até 96% de álcool (ALGRANTI, 2005).

A difusão inicial da produção e consumo de cachaça no Brasil está diretamente relacionada ao ciclo da cana-de-açúcar e práticas habituais de consumo de destilados à base de cana, como a bagaceira portuguesa (AVELAR, 2010). Segundo Trindade (2006), o sucesso no plantio de mudas de cana-de-açúcar na colônia americana, alinhado à crescente demanda e alto valor do açúcar no continente europeu, permitiu que centenas de engenhos fossem instalados no Brasil.

Contudo, conforme relatado em “Prelúdio da Cachaça”, de Luís da Câmara Cascudo (2015), as primeiras referências ao nome cachaça datam do final do século XV, antes mesmo da chegada dos portugueses ao Brasil, como um sinônimo da bebida destilada do vinho de uvas, a bagaceira, bastante popular na metrópole. Acredita-se também que o nome tenha origem na língua espanhola, surgido de denominações da bagaceira possivelmente reproduzidas na região da Galícia. De toda forma, o termo “cachaça” somente foi popularizado em terras brasileiras a partir do século XVI, embora não fosse a única forma de se referir ao produto entre os séculos XVI e XIX, uma vez que outros nomes também eram evocados para se referir ao destilado, a exemplo de jeribita e aguardente, utilizado como nome oficial, designado em documentos do Estado. A questão da nomenclatura da bebida trata-se de uma disputa relevante, a qual também será abordada neste trabalho.

Além disso, Câmara Cascudo (2015) ainda argumenta que vinhos produzidos com base na cana-de-açúcar já existiam, especialmente na região da Ilha da Madeira, em Portugal. Portanto, é importante destacar que o consumo de aguardentes por portugueses e povos sob seu jugo, como escravos de origem africana, era comum.

Ou seja, o consumo da bagaceira, à época referida como “aguardente do reino”, bem como de outras bebidas (como vinhos, whiskey ou cauím - bebida típica de alguns povos indígenas brasileiros) pode ter influenciado no interesse pela fabricação de bebidas alcoólicas no Brasil. Esse interesse, por sua vez, alinhou-se à indústria açucareira (GRAVATÁ; GONÇALVES, 1990).

Em uma das versões mais difundidas em textos acadêmicos, Trindade (2006) argumenta que o desenvolvimento da bebida que mais à frente seria denominada cachaça está relacionado à curiosidade de escravos que trabalhavam na produção de açúcar. A autora argumenta que durante a fervura do caldo de cana moída (também denominado garapa), surgia uma espécie de “espuma” nos tanques. Esta espuma, por ser considerada muito suja, era retirada dos “tachos” e utilizada como alimento para animais. Ao ser armazenada nos cochos de alimentação, este resíduo fermentava, transformando-se em uma bebida alcoólica, “que parecia revigorar os animais” (TRINDADE, 2006, p. 20). Os escravos, ao observarem este fenômeno, provavelmente experimentaram a bebida e passaram a consumi-la com frequência, sobretudo para usufruir do efeito escapista que esta oferecia, o que aplacava suas condições de vida. De acordo com esta versão de origem, a bebida era comumente referida como “cagassa” (CASCUDO, 2015). Cabe destacar que a relação entre cachaça e a população de origem africana seria notadamente significativa em diferentes aspectos.

Uma vez que os escravos popularizavam o consumo da “cagassa”, portugueses se interessaram pela bebida e, alinhado ao conhecimento já difundido sobre processos de destilação alcoólica, foram fabricados os primeiros litros de uma aguardente feita a partir do mosto da cana-de-açúcar (TRINDADE, 2006, COUTINHO, 2001). Segundo Coutinho (2001, p.57) “os primeiros alambiques instalados no Brasil foram de origem francesa, destinados ao processamento da bagaceira” e era comum encontrar equipamentos fabricados à base de cobre ou barro (SILVA, 2015). Essa bebida foi, então, denominada “aguardente da terra” - em contraponto à “aguardente do reino” (TRINDADE, 2006). Em outra versão, o nome pode ser originário do uso da aguardente da terra no processo de preparação e amaciamento da carne de porcos conhecidos como “cachaços” (GRAVATÁ; GONÇALVES, 1990).

Seguindo estas versões, ao longo do século XVI surgiram dois tipos principais de aguardente da terra/cachaça: uma, fabricada com a borra/espuma originada do cozimento da garapa, ou seja, a partir da fermentação do resíduo do melaço; e outra, fabricada pela destilação do mosto (ou caldo cru) fermentado da cana-de-açúcar. Por sua vez, Silva (2015) argumenta que existiam três qualidades de bebidas alcoólicas originadas da cana-de-açúcar: a aguardente de cana; o vinho de mel e a cachaça. Esta última, também referida como jeribita, pode ser um termo utilizado para se referir à bebida fabricada das sobras do melaço resultante da primeira purga, no processo de fabricação de açúcar, semelhante à descrição apresentada por Trindade (2006). Acredita-se que por ser fabricada das “espumas” do caldo cozido da cana, seria uma bebida de pior qualidade e, provavelmente, maior grau etílico, altamente embriagante (SILVA, 2015).

De acordo com Gravatá e Gonçalves (1990), o registro mais antigo da produção de cachaça no Brasil data de 1584, na contabilidade de um senhor de engenho localizado na região do atual estado da Bahia. Aliás, esta região, à época denominada Capitania da Baía de Todos os Santos, foi o primeiro polo de destaque na fabricação de cachaça, devido à importância da cadeia produtiva da cana-de-açúcar nas proximidades (RICARDO, 2014).

Diante da emergência das “casas de cozer mel”, nome dado aos espaços destinados à fabricação da aguardente em algumas regiões, a bebida foi sendo consumida por diferentes grupos. Conforme Coutinho (2001, p. 58):

Tentando preencher o vazio das frustrações humanas perante a rudeza da terra estranha, tanto o branco colono como o negro escravo buscaram lenitivo no consumo da cachaça, que rapidamente se generalizou em toda a colônia (COUTINHO, 2001, p. 58).

O consumo da aguardente de cana difundiu-se em todo o território colonial, especialmente entre grupos marginalizados como trabalhadores pobres, pequenos produtores rurais e, principalmente, a população negra escravizada, alforriada ou quilombola. Não obstante o mito de origem da bebida estar diretamente relacionada ao trabalho escravo, o consumo era incentivado por senhores de escravos e, portanto, amplamente difundido entre esta população já que a cachaça era considerada um alimento barato e, além disso, uma espécie de estimulante (se oferecida em doses regradas) ao trabalho. Aliás, grande parte da economia que movimentava esta indústria era baseada no consumo da população escrava. Todavia, o consumo desregrado por este grupo também era visto como um problema a ser combatido, o que gerou diferentes iniciativas de repressão (GUIMARÃES, 2005).

No Rio de Janeiro, durante o século XVIII, a cachaça era o principal produto dos engenhos, sendo frequentemente utilizada como moeda de troca no tráfico de escravos em Angola (SCHWARTZ, 1988). Aliás, segundo Ricardo (2014), é importante ressaltar como a cachaça passou a ser uma bebida amplamente apreciada no continente africano, fruto das negociações por escravos. Segundo o autor, a bebida passou a ser mais consumida e apreciada que os vinhos portugueses, além de ter fácil transporte e logística. Este contato representaria as primeiras experiências de exportações de cachaça.

Segundo Guimarães (2005) a inserção da aguardente no continente africano está relacionada a um processo de concorrência com o vinho da palma, bebida alcoólica amplamente consumida por populações africanas ao longo dos séculos XVI a XVIII. Uma vez que a aguardente brasileira foi se popularizando na África, esta bebida passou a ser um dos principais recursos para o financiamento do tráfico de escravos. Porém, muito antes da cachaça ser comercializada fora do Brasil, a bebida já era amplamente difundida no mercado interno (GUIMARÃES, 2005).

A partir do século XVIII, com a emergência do ciclo do ouro, as atividades mineradoras também conduziram a instalação do cultivo da cana-de-açúcar, direcionada à produção de açúcar para o mercado interno, o que também impulsionou a fabricação de aguardente. A diferença neste processo é que estas unidades produtivas aconteciam essencialmente em pequenas propriedades. Afinal, segundo Câmara Cascudo, “onde mói um engenho, destila um alambique. Alguns engenhos dispensam o açúcar. Aguardente sustenta casa e família” (CÂMARA CASCUDO, 2015, p. 22).

No entanto, à medida em que a bebida se popularizava no Brasil, diferentes tensões foram emergindo, tais como entre pequenos fabricantes de cachaça e grandes donos de engenhos. Gorender (2001) argumenta que, devido ao baixo custo para se montar uma engenhoca e um alambique, a produção foi se difundindo, o que implicou no aumento da concorrência de recursos comuns à grande indústria açucareira, como lenha, animais (para tração dos engenhos) e escravos. Além disso, havia uma grande diferença em termos de necessidade de investimentos para organizar estes dois tipos de produção (SILVA, 2009).

A difusão da cachaça em terras brasileiras também impactou o pacto colonial, uma vez que o destilado passou a ser visto como produto concorrente aos vinhos e outras aguardentes europeias (embora os consumidores destes produtos fossem essencialmente diferentes). Esse foi provavelmente o principal gatilho para a implantação dos primeiros regulamentos e práticas

normativas com fins de proibir e refrear a produção da aguardente (GRAVATÁ; GONÇALVES, 1990).

Além disso, outras tensões relacionadas a este campo referem-se ao uso simbólico e político da cachaça. Nessa direção, o consumo de cachaça era visto como uma forma de resistência por certos grupos, insatisfeitos com a Coroa, com vistas a construir e difundir um símbolo identitário brasileiro. Isso também foi um dos motivos do boicote à cachaça, promovido por Portugal. Conforme Câmara Cascudo, a cachaça foi símbolo das comemorações durante a coroação de Dom Pedro I, primeiro imperador do Brasil, como uma resistência aos vinhos portugueses (RICARDO, 2014).

No século XIX, com a Independência do Brasil, em 1822, a produção e consumo deixaram de ser proibidas. No entanto, a expansão da atividade foi refreada por intensos mecanismos de tributação. Neste período, foram instituídos tributos direcionados às unidades produtivas, à distribuição e a comercialização de aguardente, existindo ainda situações de bitributação a partir de impostos municipais e provinciais (COUTINHO, 2001). Todavia, assim como em outras situações, estas iniciativas não resultaram em retração do mercado, mas só aumentaram a informalidade e sonegações (estes aspectos serão discutidos adiante, neste capítulo).

Este pequeno quadro descritivo traz um panorama da emergência, difusão e popularização da cachaça no país entre os séculos XVI até meados do século XX. A intensa estigmatização negativa da bebida e a grande pulverização da produção em pequenas unidades produtivas rurais informais foi marcante em todo o território brasileiro neste período. Um aspecto que diferenciou o setor a partir da segunda metade do século XX foram inovações no processamento da cana-de-açúcar, o que permitiu o desenvolvimento da tecnologia de produção de aguardente em colunas de destilação contínua. Na próxima seção, será apresentado e discutido o arranjo histórico da cachaça de alambique em Minas Gerais.

4.2 A constituição histórica do mercado de cachaça em Minas Gerais

Minas Gerais é reconhecido como um estado que apresenta vários produtos com forte apelo identitário regional, tais como queijos (especialmente aqueles fabricados na região da Serra da Canastra), requeijão, doces, cafés, entre outros. A cachaça de alambique é notadamente um destes produtos com apelo regional, embora o território mineiro não tenha sido um dos primeiros a ter a bebida como um gênero de destaque. Nesta seção serão discutidos alguns eventos e características deste mercado.

A origem e popularização da produção de cachaça em Minas Gerais estão relacionadas sobretudo ao início das atividades de mineração, ou ao ciclo do ouro, que suplantou o ciclo da cana-de-açúcar (RICARDO, 2014). Com a descoberta de metais preciosos na Capitania de Minas Gerais, as atividades produtivas da colônia se voltaram para estas regiões montanhosas e até então pouco exploradas (SILVA, 2009).

Dessa popularização da mineração, diversas comunidades foram instaladas na região, bem como a mão-de-obra escrava se intensificou com o trabalho nas minas. Com isso, a cachaça passou a ser item de grande valor, tanto para o consumo da população, especialmente os negros (seja para aplacar o frio do inverno e das minas, ou para aplacar a tristeza das condições de vida, ou ainda pensando no uso medicinal da bebida), quanto como moeda de troca no comércio de escravos (VENÂNCIO; GONÇALVES, 2005).

Ou seja, assim como em outras regiões, o mercado de cachaça de alambique nas Minas Gerais foi fortemente influenciado pela cultura escravagista. Segundo Silva (2015), em virtude do trabalho realizado na mineração de ouro e outros metais preciosos, era comum servir cachaça aos trabalhadores, escravos ou não-escravos, para que estes se revigorassem diante das baixas temperaturas dos córregos ou minas. Por outro lado, Guimarães (2005) aponta a contradição neste processo já que a aguardente também era vista como um tipo de distração que desencadeava acidentes de trabalho devido à embriaguez.

A cachaça era ainda amplamente consumida em quilombos, por negros que conseguiam escapar do trabalho escravo em fazendas e cidades. Conforme Guimarães (2005), esta foi uma das causas da perseguição e combate à produção de cachaça em Minas Gerais, uma vez que a bebida era tida como um dos mecanismos que incitavam a revolta e a desobediência dos povos escravizados. Este aspecto contraditório do incentivo e, ao mesmo tempo, repressão da aguardente em Minas Gerais foi bastante comum durante os séculos XVIII e XIX.

Conforme Souza (2004), uma das características históricas da produção de cachaça em Minas Gerais era a alta pulverização da fabricação em microunidades produtivas, regionalizadas. Este quadro assim se constituiu desde o século XVIII, com o aumento pela demanda local por cachaça devido às atividades auríferas, sobretudo com o consumo relacionado à escravidão. Nas palavras do autor. “sem acesso ao mercado externo, eles direcionaram sua produção para o comércio local e especializaram-se na produção de aguardente em pequena escala; exatamente o produto requerido por esse mercado” (SOUZA, 2004, p. 57). Esta configuração foi determinante para a institucionalização das práticas de produção e consumo de cachaça que marcam este campo até hoje.

Para Paiva e Godoy (2001), outra característica marcante da produção em território mineiro era a sazonalidade na produção, de modo que raramente o fabrico de açúcar e aguardente eram atividades primárias de uma propriedade rural. Este aspecto também está relacionado à pulverização em pequenas unidades de manufatura que durante os períodos de entre safra da cana-de-açúcar voltavam seus esforços para o cultivo de outras culturas e atividades produtivas, todas em pequena escala.

Nesse contexto, durante o século XVIII, Minas Gerais passou por um aumento significativo no número de pequenos engenhos e na fabricação de cachaça. Isso foi significativo a ponto de ameaçar o pacto colonial, considerando o crescimento da concorrência da cachaça com outros produtos do reino, em especial os vinhos. Todavia, apesar do interesse em refrear a cachaça (e incentivar o consumo de vinho), as iniciativas de proibição não surtiram grandes efeitos, já que a aguardente gerava receitas oriundas do pagamento de tributos (VALADARES, 2005).

Devido à popularização da produção e do consumo, a bebida produzida no território de Minas Gerais passou a ser alvo de iniciativas de perseguição e proibição, justificadas pela Coroa como uma forma de inibição ao vício, à desordem e o desvio da mão-de-obra escrava da atividade mineradora. Com isso, em 1743, um decreto proibia a produção de aguardente na Capitania da Bahia, que compreendia, à época, aos territórios de Minas Gerais. Todavia, esta proibição não retraiu a produção e o consumo, de modo que, inclusive, a cachaça fabricada na região de Minas Gerais era exportada para outras capitanias (PAIVA; GODOI, 2001). Este aumento na comercialização frente às restrições é um efeito interessante na construção deste mercado, haja vista que a crescente demanda pela bebida, sobretudo pela população negra, fez com que pequenos engenhos fossem instalados, fabricando e vendendo cachaça à margem da lei e do Estado.

Silva (2015) apresenta registros de manifestações de fazendeiros, senhores de escravos, reclamando apoio do governo para que este comércio ilegal fosse fiscalizado. A aguardente, na visão destes sujeitos, fazia com que os cativos ficassem inquietos, revoltosos ou se acidentassem durante o trabalho. Alguns alegavam que escravos praticavam roubos para comprarem cachaça.

A cachaça também esteve presente como símbolo de resistência em revoltas e ações políticas no estado durante o período colonial. Silva (2009) discute que a aguardente era consumida regularmente em reuniões do grupo que organizou e realizou o movimento da Inconfidência Mineira, na década de 1780.

Além disso, após a Independência do Brasil, em 1822, ainda que a produção de cachaça não fosse perseguida como outrora, com o declínio do ciclo do ouro nas cidades de Ouro Preto e Mariana, entre 1831 e 1833, a aguardente esteve diretamente envolvida em revoltas da população, que protestava contra a falta de abastecimento de certos itens em mercados e a tributação imposta na produção da bebida, tornando a atividade inviável. Neste período, a cachaça representava um importante setor econômico nesta região, amplamente consumida pela população. Havia a definição de um tributo de 20% sobre a venda da aguardente (VALADARES, 2005).

Durante o século XIX, as aguardentes de cana eram as bebidas preferidas das classes menos favorecidas no Brasil, sejam elas as populações negras (escravos e libertos), indígenas ou brancas. Com base nos relatos de Saint Hilaire, em sua viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais, Algranti (2005) discute que no interior de Minas Gerais o consumo de cachaça se dava de forma generalizada, em grande volume e sem distinção de sexo. Esta característica provavelmente reforça a ampla difusão de pequenas unidades produtivas no estado, voltadas para o mercado local, sobretudo populações marginalizadas. Algranti (2005) ainda discute que a venda de aguardente era comum em pequenos estabelecimentos que serviam muitas vezes como espaços de sociabilidade. Também era comum que a cachaça fosse ingerida por negros escravizados como uma forma mais barata de complementação calórica em sua dieta extremamente regrada.

Entretanto, membros das elites também consumiam cachaça, ainda que em menor volume e em ritos diferentes daqueles difundidos entre o restante da população. Nesse sentido, era comum servir cachaça em jantares e comemorações, bem como a bebida era oferecida como presente a visitantes; nestes casos geralmente a cachaça era produzida na própria fazenda do anfitrião (ALGRANTRI, 2005). Ou seja, o consumo de cachaça incorporava diferentes significados, conforme a condição social de quem a consumia.

Avançando para o século XX, este arranjo de significados envolvendo a bebida permaneceu, embora mudanças nos aspectos produtivos tenham ocorrido, especialmente inovações no processo de destilação a partir do surgimento de destilações em colunas de fracionamento (COUTINHO, 2001). Todavia, segundo Paiva e Godoy (1991), o processo de industrialização dos subprodutos da cana-de-açúcar (açúcar, rapadura e aguardente), não refeou a criação e utilização de pequenos engenhos. Estes autores discutem que

“No recenseamento industrial de 1920, as 5 usinas existentes respondem por apenas 6% da produção de açúcar, 26% do álcool e 1% da aguardente. Os seculares engenhos produzem 94% do açúcar, 74% do álcool, 99% da aguardente e a totalidade das rapaduras” (PAIVA; GODOY, 2001, p. 89).

Entretanto, este quadro seria transformado a partir da década de 1940, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o qual foi determinante na difusão de usinas sucroalcooleiras. Na década de 1950, a produção de açúcar em engenhos ficou relegada a poucos casos, especialmente nas regiões de menor potencial econômico do estado, como as regiões Norte de Minas e Jequitinhonha. Segundo os autores, Minas Gerais foi o estado com o maior número de engenhos no país.

Nessa direção, historicamente, diferentes cidades e regiões em Minas Gerais tiveram destaque e reconhecimento na produção de cachaça de alambique, tais como Ponte Nova, localizada na Zona da Mata; Curvelo, na região Central de Minas; Januária, na região Norte de Minas; e, provavelmente, a localidade com maior apelo histórico e mercadológico, Salinas, também na região Norte de Minas (CAMPELO, 2002). Na próxima seção serão discutidas as principais práticas de produção de cachaça de alambique no estado ao longo dos anos.

4.3 Práticas tradicionais de produção de cachaça em Minas Gerais

Considerando as diferentes características e significados que caracterizaram o mercado de cachaça de alambique em Minas Gerais entre os séculos XVII e meados do século XX, é possível afirmar que muitas práticas que ainda hoje são reproduzidas na produção da bebida tem forte apelo histórico institucionalizado. Nesta seção, serão apresentadas práticas recorrentes neste campo ao longo desta história mult centenária. Buscou-se reforçar este argumento por meio da comparação de rotinas de produção de aguardentes durante o período colonial e em outros recortes temporais, incluindo o século XXI. Para tanto, foram tomados como referências principais os trabalhos de Câmara Cascudo (2015), Silva (2015), Silva (2009) e Coutinho (2001), entre outros.

Conforme Silva (2015), nas Minas coloniais produzia-se cachaça (bebida resultante das “espumas” do melaço fermentadas e destiladas) e aguardente de cana (fabricada a partir da destilação do mosto fermentado do caldo de cana-de-açúcar). Entretanto, a denominação era normalmente sinonímica, de modo que a aguardente de cana também era referida como cachaça em alguns registros do período.

As práticas que caracterizam o processo produtivo da bebida (seja ela cachaça ou aguardente de cana, nos termos dos séculos XVII e XVIII) pouco variaram ao longo dos anos. Ainda que existissem pequenas modificações, o fabrico da aguardente envolvia quatro estágios principais: plantio e corte da cana-de-açúcar, moagem nos engenhos, fermentação, destilação e, para parte da produção, envelhecimento (CÂMARA CASCUDO, 2015). Em um registro

apresentado por Silva (2015), o ouvidor Caetano da Costa Matoso, em *Código Costa Matoso*, descrevia, entre 1749 e 1752, como era a fabricação da bebida:

Por entre as ditas moendas, ou por da do meio, se metem por um deles a cana, que com violência e união de uma outra moenda se vai logo ralando e continuando a passar-se pelo outro lado até que, com efeito, estile dela todo o sumo que tem o bagaço que fica se deita fora. Caído o tal sumo na dita mesa, se encaminha por um lado dela a um pequeno aqueduto que gira umas [pias?] de pau a que chamam cochos, onde estando o dito sumo 24 horas, mais ou menos, ferve a dita calda e se azeda, e daí lança em um alambique de maior ou menos grandeza, onde com o fogo por baixo ferve, até que destila a aguardente, e daqui vai para as pipas, e se pode beber logo (MATOSO, 1999, p.774-775 *apud* SILVA, 2015, p. 103).

Esta descrição representa um resumo das práticas empregadas pelos sujeitos envolvidos na manufatura de aguardente de cana em Minas Gerais. Uma vez que o destilado tornava-se cada vez mais popular, estudiosos também produziram conteúdos relacionados a este segmento. Silva (2015) apresenta o manual “Memórias sobre a cultura e produtos da cana-de-açúcar”, editado em 1800, por José Caetano Gomes. Nesta publicação, de caráter técnico (considerando a ciência e o empirismo da época), o autor buscou apresentar especialmente a pequenos produtores (sem maior instrução) novas formas de se beneficiar e produzir derivados da cana, dentre eles as aguardentes. Em um dos capítulos do livro, o autor relata quais seriam os principais equipamentos necessários para fabricação de cachaça.

Em outra obra, “O Fazendeiro do Brasil”, de 1798, o frei José Mariano da Conceição Velloso dedica um dos tomos à cultura da cana-de-açúcar, fazendo referências às formas de se produzir cachaça. O autor ressalta a lucratividade da fabricação de aguardentes frente à própria produção de açúcar, embora o processo apresentado fosse, de certa forma, diferente daquele abordado por José Caetano Gomes (SILVA, 2015). Nas palavras da autora:

As diferenças vão desde a nomenclatura utilizada até o enfoque de suas descrições. José Caetano Gomes, por exemplo, embora declare escrever para os senhores menos instruídos, que estavam “inteiramente entregues à disposição de seus obreiros”, abordou o tema de maneira bastante técnica, buscando normatizar as reações químicas das diversas etapas, em oposição à falta de regras e princípios, vigentes na “manufatura do açúcar e da aguardente” da colônia (SILVA, 2015, p. 117)).

Ou seja, tratava-se, provavelmente, de uma das primeiras iniciativas voltadas à sistematização do conhecimento técnico na fabricação de cachaça. A partir do estudo deste material, Silva (2015) discute que o processo de produção de cachaça durante o século XVIII e XIX era constituído pelas seguintes etapas. A bebida poderia ser fabricada considerando três tipos de “entradas” diferentes: 1) a garapa, ou caldo de cana puro, recém extraído das moendas; 2) a “espuma” residual do processo de fervura, ou purga, da garapa para a produção de açúcar (recolhida assim que o caldo começava a ferver); e 3) o próprio melaço, caldo de cana-de-açúcar

fervido. Estes dois últimos eram matérias-primas diretamente relacionadas à fabricação de açúcar. Neste período, segundo Silva (2015), a “cachassa” era o nome da bebida fabricada a partir da espuma residual. Este insumo era considerado sujo e resultava em uma aguardente de péssima qualidade, fornecida inicialmente a animais.

Em seguida, este mosto passava pelo processo de fermentação. Seja a garapa crua ou a espuma/melaço, este caldo era direcionado a dornas a fim de que as leveduras agissem. Este processo era controlado de forma empírica. José Caetano Gomes recomendava que o fermento fosse formado com certa antecedência, de modo que a cada lote produzido, uma quantidade de mosto fermentado era armazenado e misturado ao novo caldo. Nesta etapa era comum que o processo fosse controlado com o acréscimo de água quente (o que acelerava a fermentação) ou fria (que desacelerava). Nas dornas, era comum que o mosto fermentasse por um período de 5 a 8 dias, até que se julgasse que estivesse em condições de ser destilado. As dornas eram feitas principalmente de madeira, muitas vezes chamadas de “cochos para azedar garapa” (SILVA, 2015).

O mosto fermentado era, então, direcionado aos alambiques, que eram feitos de cobre ou barro (COUTINHO, 2001). Após o aquecimento, iniciava-se a liquefação e a posterior destilação, que passava por uma serpentina de resfriamento. Na destilação, obtinha-se dois tipos de bebidas: a água fraca e outra cachaça, de melhor qualidade, que segundo frei José Mariano da Conceição Velloso, resultava de uma segunda destilação da água fraca. Para José Caetano Gomes, da destilação derivava-se uma aguardente fraca e outra forte (SILVA, 2015).

A aguardente forte poderia ser obtida também nas primeiras frações da destilação, quando a temperatura do alambique estivesse alta. A aguardente fraca seria resultado das frações finais da destilação, quando a fornalha não estivesse mais com temperatura elevada. No estágio inicial da destilação, aquecia-se o alambique para que as parcelas mais impuras do mosto fossem extraídas primeiro. Após isso, com a diminuição do calor, destilava-se um espírito de melhor qualidade. A fração final do processo seria a água fraca. Uma vez que não haviam dispositivos para definir o estágio mais adequado para a separação das frações de destilação, sugeria-se que a bebida teria melhor qualidade quando não fosse mais inflamável (SILVA, 2015).

Com base na comparação entre diferentes fontes documentais e primárias, ainda que houvessem diferenças pontuais, este conjunto de práticas foi amplamente difundido e, portanto, institucionalizado no campo (TOLBERT, ZUCKER, 1996). A exemplo disso, Rodrigues e Ross (2020) apresentam uma descrição do processo produtivo tradicional,

Nas casas de purgar dos engenhos banguês [nome dado aos engenhos de pequeno porte, cuja tração era baseada na força animal e hidráulica, principalmente], um álcool de baixa graduação já era produzido. Nas formas cônicas onde era depositada a massa de açúcar, pingava um caldo grosso por um orifício no seu fundo para purgar o açúcar. Era o melaço. Misturado à água, formava-se uma garapa, a qual depois era colocada em cochos para fermentação natural. Essa mistura açucarada, o mosto, era aquecida em fogo num alambique. Os vapores alcoólicos saíam pela parte superior do alambique e se condensavam ao passar por uma serpentina mergulhada em tanque d'água, ocorrendo a destilação resultando no álcool, chamado aguardente (RODRIGUES; ROSS, 2020, p. 102-103).

Em outra evidência, Silva (2009) acompanhou as rotinas de um produtor de cachaça que seguia esta lógica de fabricação. A autora refere-se a este conjunto de práticas como constitutivas do modo de produção de cachaça de engenho (distinguindo-a de produtores de cachaça artesanal e cachaça industrial).

Conforme Silva (2009), no caso estudado, a cana era cultivada no próprio terreno, próximo à unidade produtiva. O corte era feito de forma manual, com mão-de-obra reduzida. O engenho era movimentado pela força hidráulica, em um sistema de roda d'água (embora neste tipo de unidade produtiva é comum que a moenda seja tocada por tração animal ou movidas à eletricidade ou óleo diesel). O fermento era cultivado em um meio de cultura baseado em farelo de milho e de arroz. Após a formação do “pé de cuba” (algo em torno de 15 dias), o fermento era renovado à medida em que o processo produtivo fosse conduzido. As dornas de fermentação eram tradicionalmente de madeira e, em alguns casos, de alvenaria. A destilação era realizada em alambiques de cobre com capelo ou serpentinas (SILVA, 2009).

O processo de destilação envolvia o controle da quantidade de fogo, ou seja, da temperatura do alambique. O corte das frações da cachaça era realizado por meio de habilidades sensoriais do produtor, que experimentava a todo momento o líquido destilado, sabendo o momento correto de separá-lo. Outra forma de fazer a separação era por meio da coleta de amostras da destilação e a queima delas em um recipiente, ou no piso da fábrica. Conforme esta prática tradicional, a cor das labaredas indicaria a graduação alcoólica do destilado, permitindo que o “corte” fosse realizado (SILVA, 2009).

Apesar da simplicidade, Silva (2009) destaca que existiam cuidados com o alambique. O produtor se preocupava sobretudo com sua limpeza de forma recorrente, para evitar o acúmulo de resíduos indesejáveis, tais como fubá e outros materiais utilizados na fermentação. Além disso, buscava-se limpar a estrutura para evitar a contaminação excessiva da bebida por resíduos de cobre.

Ou seja, com base no exposto, especialmente a comparação entre registros históricos dos séculos XVIII e XIX com registros recentes de fabricação de cachaça de alambique

permitem assumir que certas práticas foram institucionalizadas. A essência do processo permanece, o que caracteriza uma difusão destes arranjos a partir dos pilares normativo e cultural-cognitivo das instituições (SCOTT, 2014). Todavia, ao considerar o pilar regulatório das instituições, a tradição da cachaça de alambique foi historicamente submetida a uma agenda de perseguição e tributação, o que será explorado de forma mais específica no próximo tópico.

4.4 Origens da lógica regulatória do mercado

Nesta seção, será feito um resgate histórico dos principais dispositivos regulatórios que marcaram a produção e consumo de cachaça entre o período colonial e o final da década de 1980, com destaque para aqueles instituídos em Minas Gerais. O entendimento destas iniciativas e do regramento que impactou a bebida é importante para fundamentar algumas das práticas de trabalho institucional que figuram como principal objetivo desta tese.

A origem dos dispositivos de regulação da bebida no Brasil está diretamente relacionada à natureza do pacto colonial, que era restritiva a qualquer indústria na colônia, sobretudo se esta gerava competição com itens oriundos da metrópole. Nessa direção, com a popularização da cachaça na colônia e a conseqüente redução no consumo de vinhos portugueses e da própria bagaceira, a Coroa Portuguesa decidiu, em 1649, proibir a comercialização de cachaça em terras brasileiras. Contudo, esta proibição apresentava algumas exceções, a saber: não se aplicaria ao território de Pernambuco, não restringiria o consumo de cachaça entre população escrava e não proibia a produção para consumo próprio (já que combatia sobretudo a venda, como barreira de proteção da bagaceira e outras bebidas europeias) (GUIMARÃES, 2005). Cabe destacar a relação já discutida neste capítulo entre a aguardente e a população escravizada, ou seja, o uso político da bebida como forma de manter coesão social no sistema escravista.

Esta pode ser considerada a primeira medida de tributação e repressão do consumo do destilado em território brasileiro. No entanto, uma vez que a bebida se difundia em praticamente todo o território, o principal efeito desta proibição, conforme Câmara Cascudo (2015), foi o incentivo à informalidade e o contrabando de cachaça, haja vista a incapacidade do governo em promover a fiscalização em todo o território (GUIMARÃES, 2005). Aliás, as ações punitivas à fabricação de cachaça incorreram em grandes “prejuízos” aos comerciantes de vinhos e à própria metrópole.

As disposições envolvendo esta proibição, juntamente com a diminuição da exploração do açúcar e o aumento da fabricação de levaram ao desenvolvimento de um movimento revoltoso na capitania do Rio de Janeiro, em 1660. Este movimento também foi conhecido

como Revolta da Cachaça, quando produtores da bebida, insatisfeitos com as medidas da Coroa, mobilizaram um grupo de moradores locais em uma milícia armada que buscava a deposição do governador da cidade do Rio de Janeiro, Tomé Correia de Alvarenga. Após meses de conflito, os revoltosos foram derrotados. Porém, a Coroa Portuguesa, reconhecendo a legitimidade dos protestos, perdoou todos os envolvidos e em 1661, revogou a proibição da fabricação de cachaça (PIMENTEL, 2016). Este ato, no entanto, estabeleceu que certos tributos fossem incorridos à esta indústria.

Em 1690 foi proibida a exportação de cachaça para Angola, embora isso também não tenha refreado a produção e consumo, incitando inclusive seu contrabando. Com a descoberta do ouro, mais escravos foram necessários, de modo que a cachaça aumentou ainda mais seu papel como moeda de troca e bebida consumida nos mercados interno e externo (RICARDO, 2014).

Durante o século XVIII, permaneceu a relação contraditória entre o Estado a bebida. Por um lado, buscava-se reprimi-la, já que representava desordem social, desvio de mão-de-obra das minas para a lavoura e engenhos e, em última instância, concorrência às bebidas do Reino. Por outro, aceitava-se que fosse oferecida a escravos, como forma de alimentação e alienação destes. Em 1715, D. João V expediu uma ordem régia proibindo a criação de engenhos em Minas Gerais. Contudo, conforme Silva (2015) acredita-se que justamente neste período, a capitania passou por um período de ampla difusão desta indústria. Poucos produtores eram multados e muitos “disfarçavam” a fabricação de cachaça sob o argumento de estarem utilizando engenhos para fabricar açúcar e rapadura como mantimentos para suas propriedades. Segundo a autora, havia também negligência dos governantes no combate à atividade.

Este cenário fez com que outra ordem régia direcionada a Minas Gerais fosse promulgada em 1743. Por meio desta norma, somente caberia à alta administração e ao próprio Rei a autorização para a fundação de novas unidades produtivas. Além disso, houve uma recomendação para aumentar a fiscalização. Foi expresso que caso alguém descumprisse a ordem, esta pessoa estaria sujeita a confisco de materiais, escravos, além de multas e prisões. Entretanto, esta medida não impediu que novos engenhos fossem criados, muitos deles com a indulgência da Coroa. Além disso, especialmente na segunda metade do século XVIII, com a redução das atividades mineradoras, a produção de derivados da cana-de-açúcar passou a ter grande importância, inclusive na dinâmica econômica dos pequenos centros urbanos. Com isso, a administração da colônia, novamente, pouco fez para reprimir de forma efetiva esta atividade produtiva, com exceção da criação de tributos (VENÂNCIO; GONÇALVES, 2005).

Nessa direção, em 1756 foi instituído um tributo que impactava diretamente a produção de cachaça, denominado subsídio voluntário, o qual foi fundamental para o levantamento de recursos empregados na reconstrução de Lisboa, assolada por um terremoto no ano de 1755 (CÂMARA CASCUDO, 2015). O subsídio voluntário vigorou entre 1756 e 1766. A partir de 1768 até 1778 passou a ser um tributo obrigatório, embora existam registros de que tenha sido cobrado até 1820 (VENÂNCIO; GONÇALVES, 2005)

Além disso, existiam ainda tributos direcionados à comercialização da bebida, na forma de subsídios. Um destes subsídios foi instituído na capitania de Minas Gerais em 1772, denominado subsídio literário. Este tributo recaía sobre a criação de gado de corte e a fabricação de aguardente e tinha como objetivo financiar a atividade docente de alfabetização na capitania e outras práticas e estruturas educacionais. O subsídio literário perdurou até 1839 (OLIVEIRA; SANTOS; MORAIS, 2012).

Embora pouco efetiva, a regulamentação para a criação de novos engenhos perdurou até 1827, já após a independência do Brasil (em 1822). A partir desse período, a atuação governamental voltou-se, ainda com maior ênfase, à tributação da indústria canavieira, incluindo a cachaça (GODOY, 2000). Conforme o autor, durante o século XIX, a política tributária voltada à cadeia da cana-de-açúcar pode ser classificada em três fases: a vigência dos dízimos, até 1836; o período de intermédio entre os sistemas de tributação anteriores e o novo, entre 1836 a 1840; e o período de 1841 adiante, com a implantação de um sistema único de tributação. Nota-se que a aguardente era o subproduto da cana-de-açúcar com as maiores incisões de tributos, de modo que produtores que fabricavam somente cachaça (em detrimento de açúcar e rapadura) chegavam a pagar o dobro de tributos. Inclusive, a partir de 1841, foi instituída maior tributação a qualquer tipo de engenho, a fim de evitar que houvesse sonegação por parte de fabricantes de cachaça que apenas declaravam a fabricação de açúcar e rapadura. Tributava-se a aguardente sobretudo no ato de entrada da bebida nas cidades e províncias, transportada por tropeiros e outros vendedores (GODOY, 2000).

A aguardente porque era a única bebida produzida em larga escala em Minas Gerais e que, pelo tamanho da oferta e preço reduzido, era amplamente consumida por todos os estratos sociais, acabou sendo alvo daqueles que estavam sempre atentos a boas oportunidades de aumentar as rendas das municipalidades e, ao mesmo tempo, onerar itens de consumo considerados supérfluos e danosos a saúde de seus adeptos (GODOY, 2000, p. 243).

Entretanto, assim como em décadas e séculos anteriores, várias eram as formas dos agentes locais (produtores, vendedores e consumidores) escaparem do fisco e do Estado. Isso acontecia sobretudo devido à precariedade dos instrumentos e agências de fiscalização, bem

como à pulverização das unidades produtivas, em sua grande maioria sem registros (GODOY, 2000). Estas práticas “fiscalistas”, conforme se refere este autor, desencadearam movimentos de resistência de produtores em Minas Gerais, tais como a revolta da sedição de Ouro Preto, em 1830 (VENÂNCIO; GONÇALVES, 2005).

No contexto do século XX, após a Proclamação da República, em 1889, uma nova estrutura governamental estava em processo de institucionalização. No entanto os dispositivos regulatórios direcionados à aguardente mantiveram-se conforme as orientações então existentes: tributação diferenciada em relação a outros produtos e repressão do consumo.

Em 1915, o Decreto 11.511, promulgado pelo Presidente Wenceslau Braz, reconhece, pela primeira vez o termo “cachaça” como sinônimo da aguardente de cana e estabelece um regime de tributação característico à bebida. Este critério determinava valores de alíquotas diferentes a depender da graduação alcoólica (aguardentes com teor acima de 25° Cartier teriam maior carga tributária). Um novo Decreto, nº 11.951, publicado em 16 de fevereiro de 1916, traz uma definição mais específica sobre a caracterização da cachaça: a aguardente de cana-de-açúcar com graduação alcoólica com até 30° Cartier (proporcional a 78° Gay Lussac). Bebidas com teor alcoólico acima de 25° Cartier seriam tributadas com o dobro da alíquota base (BRASIL, 1915, 1916).

Ao final da década de 1920, uma crise de superprodução global do açúcar desencadeou uma busca generalizada pela limitação da produção. Nessa direção, em 1928 foi criado o Plano Geral de Defesa do Açúcar, Aguardente e Álcool, embora nunca tenha sido implementado. Este plano foi uma demanda de produtores de açúcar, a maioria do Nordeste, buscando maior apoio do Estado para o setor (RAMOS; BELIK, 1989). Adiante, em 1931, durante o Estado Novo, foi criada a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, como órgão regulador do setor. A partir desta comissão, foi instituído pelo governo, em 1933, o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). O IAA teve como premissa principal a regulação da produção dos subprodutos da cana-de-açúcar, o que incorreu novamente na proibição da criação de engenhos (a exemplo do que foi feito durante todo o século XVIII), embora não abrangesse pequenas unidades produtivas (engenhos cujos limites não excedessem 200 cargas) (COUTINHO, 2001).

No contexto do IAA, foi definido que todos os fabricantes de aguardente, álcool, açúcar e rapadura deveriam inscrever suas fábricas no instituto. Esta ação previa que aqueles que tivessem fábricas clandestinas estariam sujeitos a punições do Estado (RAMOS; BELIK, 1989).

Esta política de intervenção e regulação econômica avançou durante a década seguinte. Haja vista, em 1940, o Decreto-Lei nº 1.981, publicado no governo de Getúlio Vargas, obrigaria a instalação de instrumentos de medição da quantidade de álcool ou aguardente fabricados em

qualquer tipo de unidade produtiva (BRASIL, 1940). Neste período, também houve política de isenção de tributos a aguardentes e açúcar requisitados pelo IAA que seriam direcionados à fabricação de combustível à base de álcool, o chamado álcool motor, conforme o Decreto-Lei Nº 5.678, de 17 de julho de 1943 (BRASIL, 1943).

Esta política de incentivo também serviu base para campanhas de repressão à cachaça. Em 1951, foi proposto o Projeto de Lei 1.531, no qual advogava-se pela proibição exclusiva da aguardente da cana, referida como pinga e caninha. A justificativa do projeto baseava-se nas mazelas sociais provocadas pelo consumo desta bebida, especialmente entre os pobres. O projeto foi arquivado em 1953 (BRASIL, 1951).

Já na década de 1970, o Decreto 73.267, de 06 de dezembro de 1973, promulgado pelo Presidente Emílio Médici, sanciona a lei 5.823 de 14 de novembro de 1972, conhecida à época como Lei Brasileira de Bebidas. Neste regramento, ficava classificada como aguardente de cana, cachaça ou caninha:

[...] bebida com a graduação alcoólica de 38 (trinta e oito) a 54° G.L. (cinquenta e quatro graus Gay Lussac), obtida do destilado alcoólico simples de cana de açúcar ou pela destilação do mosto fermentado de cana de açúcar, podendo ser adicionada de açúcar até 0,6g (seis decigramas) por 100 ml (cem mililitros) (BRASIL, 1973).

Cabe ressaltar que a classificação da graduação alcoólica da cachaça apresentava a mesma amplitude das definições do Whisky, Conhaque e outras aguardentes de frutas. Nesta Lei, também era definida a caninha envelhecida como a bebida que “contiver um mínimo de 20% (vinte por cento) do destilado alcoólico simples envelhecido de cana, podendo ser adicionado de caramelo para correção da cor” (BRASIL, 1973).

Esta definição de 1973 não representa o último dispositivo regulatório envolvendo a cachaça. Contudo, nesta seção não serão apresentadas outras normas jurídicas mais atualizadas, uma vez que estas serão discutidas em capítulos posteriores, já que são resultados dos esforços dos trabalhos institucionais promulgados pelos atores deste campo após a década de 1990. Na próxima seção será discutida a emergência e caracterização da produção de cachaça de coluna.

4.5 O surgimento e difusão da produção industrial de cachaça de coluna

Nas seções anteriores foram apresentadas as condições que caracterizaram o mercado de cachaça em Minas Gerais entre os séculos XVII e meados do século XX, especialmente no que se refere às práticas de produção e consumo da bebida, bem como as iniciativas de regulação destas ao longo dos anos. Este arranjo refere-se às tradições institucionalizadas neste campo.

Todavia, para a compreensão do contexto do trabalho institucional de diferenciação da cachaça de alambique, enquanto produto distinto neste mercado, é necessário discutir a emergência de um conjunto de inovações tecnológicas deste setor difundidas sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Estas inovações permitiram que um novo processo de fabricação do destilado fosse possível, baseado no método de destilação em colunas de fracionamento contínuo, resultando na cachaça de coluna, ou cachaça industrial.

Esta distinção não representou somente uma mudança no sistema de fabricação, permitindo que novas práticas de produção fossem construídas. O surgimento da coluna de destilação contínua também marcou uma transformação no próprio perfil dos produtores, englobando as práticas de distribuição, comunicação e estratégia das organizações.

A origem desta distinção remete às crises e evoluções do setor canavieiro como um todo. Segundo Rodrigues e Ross (2020), ao final do século XIX, havia uma decadência deste setor em relação ao mercado externo, sobretudo comparando à indústria de Cuba e Java. As discrepâncias se davam principalmente em relação à matriz tecnológica dos engenhos no Brasil, embora outras mudanças também tenham impactado o setor como um todo, a saber: a popularização da cana caiana, que trazia maior produtividade já que se adaptava melhor ao solo e clima da maior parte do Brasil; o surgimento de caldeiras; e a criação de engenhos com motor à vapor, diesel ou eletricidade (COUTINHO, 2001).

Desse modo, em 1875, o governo de Dom Pedro II permitiu que fossem construídos os chamados engenhos centrais. Esta política foi baseada principalmente no oferecimento de crédito a produtores, principalmente aqueles com grande capacidade de operação. Conforme Rodrigues e Ross (2020),

A unidade industrial centralizava a recepção da matéria-prima dos lavradores e dos antigos engenhos banguês, recebendo por isso o nome de engenho central. Diferentemente, portanto, dos antigos engenhos, a unidade cultivo-produção anterior dava lugar à divisão do trabalho entre o proprietário agrícola (cultivador de cana) e o produtor de açúcar (RODRIGUES; ROSS, 2020, p. 70).

Os engenhos centrais seriam exemplos de agregadores da produção de cana-de-açúcar de diferentes proprietários de terras, pequenos ou não. Isso fez com que muitos engenhos rudimentares fossem desativados. No entanto, este modelo apresentou falhas nas primeiras décadas do século XX, o que permitiu o surgimento das primeiras usinas, cuja principal diferença era que ao invés de coletar matéria-prima de diferentes fontes, os proprietários das usinas também possuíam grandes lavouras de cana (DONINI *et al.*, 2017).

Conforme Szmrecsányi e Moreira (1991), se anteriormente os principais subprodutos da cana eram fabricados em uma mesma unidade produtiva, com as inovações tecnológicas, o

campo passou por um processo de especialização das fábricas com vistas a alcançar maior produtividade. Com isso, em um engenho em que se fabricava açúcar, rapadura e aguardente, passou-se a escolher um tipo de subproduto em específico.

Uma vez que estas grandes organizações necessitavam de altos volumes de investimentos para seu custeio, foi preciso desenvolver processos produtivos que permitissem a produção em alta escala. Dessa necessidade, as usinas também passaram a adotar colunas de destilação e retificação, equipamentos que permitiram a destilação de grandes volumes de aguardente (RODRIGUES; ROSS, 2020).

Neste movimento, a grande maioria dos engenhos centrais e usinas passaram a fabricar somente açúcar ou álcool, o que levou pequenos engenhos a voltarem suas atividades à fabricação exclusiva de cachaça e melão). Entretanto, algumas poucas usinas dedicaram-se à produção de aguardente (COUTINHO, 2001). Dessas poucas unidades, emergiu uma grande indústria de cachaças de coluna.

Coutinho (2001, p. 83) apresenta uma descrição sintetizada do processo de cachaça em colunas de destilação:

Nas grandes empresas, a cana é submetida ao processo de queima para aumentar o rendimento do corte, a fermentação utiliza leveduras selecionadas e produtos químicos, e a destilação é realizada em colunas de aço inox, equipamento que proporciona grandes volumes de destilados, caracterizando um processo industrial de escala de produção. Vale salientar que essas empresas têm acesso aos grandes canais de distribuição e operam com preços reduzidos, estabelecendo forte concorrência com as empresas artesanais (COUTINHO, 2001, p. 83).

Segundo Rodrigues e Ross (2020), o processo de fabricação de aguardentes em usinas e engenhos centrais apresentava semelhanças ao dos engenhos tradicionais nas etapas de moagem e fermentação, embora esta última etapa fosse realizada em ambientes de maior controle. Entretanto, a principal diferença entre os processos se dava na destilação. Durante este estágio, em alambiques, somente os vapores mais voláteis eram desprendidos e condensados, resultando em um produto de menor graduação alcoólica. Esta era uma das razões de alambiques não destilarem álcool etanol. Por sua vez, nos engenhos centrais e usinas, eram empregadas colunas.

Este equipamento permitia que a destilação ocorresse de forma gradativa, garantindo que compostos mais voláteis do mosto fossem extraídos primeiro. Ou seja, tornava a destilação um processo mais otimizado (RODRIGUES; ROSS, 2020).

A produção de aguardente em colunas resulta em grandes volumes da bebida. Desta característica, foram desdobradas outras práticas estratégicas de diferenciação mercadológica. Inicialmente, os grandes volumes permitiram economias de escala, de modo que o custo de

fabricação foi significativamente reduzido. Esta mudança possibilitou que as aguardentes de coluna fossem comercializadas a preços mais competitivos que a cachaça de alambique. Adiante, a bebida com alto grau de industrialização apresentava maior padronização, o que também gerou impactos positivos no mercado. Por fim, a grande escala também demandou um novo sistema de distribuição, com alcance nacional e internacional (embora os níveis de exportação fossem bastante reduzidos até a década de 1990) (SILVA, 2009).

Nesse contexto, mais uma vez, a produção de aguardentes se aproveitou de inovações no setor sucroalcooleiro. Ou seja, a estrutura logística empregada no escoamento de matérias-primas e a produção de açúcar e etanol foi aplicada por grandes indústrias da bebida.

Devido a estas características, o mercado de cachaça de coluna, desde a década de 1950, apresenta alta concentração em poucas empresas e marcas quando comparado à cachaça de alambique. Entre os anos 1950 e 1990, a empresa líder deste segmento foi a Companhia Müller de Bebidas, fundada em 1959, em Pirassununga-SP. Sua principal marca, Cachaça 51, foi a primeira a promover campanhas de comunicação de escopo nacional. Em 1978, uma campanha promocional utilizou o *slogan* “51, uma boa ideia”, posicionando o produto no imaginário popular do brasileiro (SILVA, 2009).

Outras empresas e marcas de cachaça de coluna com atuação de destaque neste período foram: a) Indústrias Reunidas Tatuzinho Três Fazendas, fundada em 1950, em Piracicaba-SP, detentora das marcas Velho Barreiro, Tatuzinho e Três Fazendas; b) Indústria de Bebidas Paris, fundada em 1971, no estado do Rio de Janeiro, produz as marcas Caninha da Roça, Pedra 90, entre outras; c) Engarrafamento Pitú, fundada em 1938, em Vitória de Santo Antão-PE, detentora da marca Pitú; e d) Ypióca Agroindustrial, fundada em 1846 (embora tenha passado a fabricar cachaça de coluna na década de 1930) em Maranguape-CE, fabricante da Ypióca, dentre outras marcas.

Estas empresas tiveram atuação marcante em todo o território nacional, movimentando quantidades significativamente maiores de recursos em comparação à cachaça de alambique (COUTINHO, 2001). Entretanto, apesar de representarem a maior participação de mercado e serem reconhecidas como símbolos da cachaça brasileira, os pequenos alambiques permaneceram em atuação, ainda que na informalidade e em mercados reduzidos. Estes elementos são fundamentais para a compreensão das lógicas institucionais que caracterizam o mercado da cachaça de alambique, as quais serão discutidas à seguir.

4.6 As Lógicas Institucionais do Mercado da Cachaça de Alambique em Minas Gerais até meados da década de 1980

A discussão apresentada neste capítulo permite compreender a historicidade que caracteriza o mercado da cachaça de alambique, destacando o contexto de Minas Gerais. Todavia, o melhor entendimento da estruturação deste domínio e, sobretudo, dos processos de mudança que o marcaram, se dá pela apreensão de sua dimensão institucional.

Nesse sentido, as práticas desempenhadas por diferentes atores situados nos momentos históricos até aqui descritos constituíram as bases para a construção e difusão de diferentes lógicas institucionais que orientaram o comportamento dos agentes do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais. Estas lógicas referem-se a padrões sócio-históricos de pressupostos, práticas, crenças e valores, bem como artefatos materiais que servem de referência para a ação de indivíduos e organizações situados neste mercado (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012, FRIENDLAND; ALFORD, 1991).

Considerando o processo de mudança institucional no mercado de cachaça de alambique que emergiu durante a década de 1980, é importante reconhecer quais eram as principais lógicas institucionais que orientavam as práticas e os discursos (re)produzidos pelos agentes deste arranjo (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012). Desse modo, com base na investigação histórica apresentada anteriormente, entende-se que o mercado de cachaça de alambique em Minas Gerais até meados da década de 1980 era marcado por quatro lógicas, a saber: lógica da produção tradicional, lógica da moralidade, lógica da informalidade e lógica regulatória.

A **lógica da produção tradicional** trazia como pressupostos básicos a noção da fabricação de cachaça como um processo pouco sistematizado, de natureza artesanal, cujos saberes eram difundidos em pequenos núcleos sociais, como a família ou a comunidade, reproduzidos entre gerações. Nesse sentido, assume-se como tradição os conjuntos de práticas, símbolos e processos cuja difusão acontece de geração para geração, de forma tácita, ainda que dinâmica (ESTEVANIM, 2008, LUVIZOTO, 2010).

Esta lógica foi construída ao longo dos quatro séculos de existência da cachaça, sendo sustentada por práticas que envolvem o processo produtivo mais recorrente naquele mercado. Dentre estas práticas, destacam-se: 1) Plantio de cana-de-açúcar de forma manual, sem a seleção sistematizada de variedades da matéria-prima; 2) Cultivo da cana sem o uso de defensivos agrícolas sintéticos; 3) Colheita manual da cana-de-açúcar por meio do corte dos colmos à medida em que estes apresentavam maturação (a percepção deste estado se dava de

forma empírica pouco estruturada); 4) Moagem da cana com o uso de engenhos de um terno movidos a tração animal, hídrica ou por motores de combustão; 5.1) Destinação direta do caldo cru moído para tanques de fermentação ou 5.2) Aproveitamento do melaço (caldo cru fervido), seja ele um subproduto da produção de açúcar ou destinado diretamente à fabricação de aguardentes; 6) Fermentação espontânea do mosto, com a formação de um meio de cultura de leveduras à base de fubá de milho ou outros farelos de cereais como o arroz, sem maiores sistematizações e mecanismos de controle do ambiente e do processo; 6) Destilação do mosto fermentado em alambiques feitos de cobre, aquecidos por fornalhas, procedendo a separação pouco controlada entre cabeça, coração e cauda; 7) Engarrafamento da cachaça de coração em vasilhames com maior volume ou garrafas de até 1 litro, sem o uso de rótulos; entre outras práticas que, apesar de menos recorrentes também reproduzem esta lógica, como o envelhecimento da cachaça a partir de seu armazenamento em barris e tonéis de diversas madeiras.

As práticas que sustentam a lógica da produção tradicional são mediadas por sistemas simbólicos de valores e crenças. Estes sistemas são constituídos por discursos que preconizam um saber-fazer cachaça que envolvem: 1) A organização das atividades em um contexto familiar, difundindo conhecimentos entre gerações; 2) A valorização deste conhecimento tradicional específico, em detrimento de outros saberes sistematizados; 3) A ruralidade enquanto conjunto de valores que priorizam a produção no campo, em conjunto com outros afazeres rurais (agricultura e pecuária diversas); 4) A produção em escala reduzida, justificada pela dinâmica da pequena propriedade rural, especialmente a divisão das forças de trabalho em outras frentes produtivas; 5) A identidade na fabricação de cachaça, particularizando cada unidade produtiva como *sui generis*, diferenciada das demais marcas; entre outros.

Além disso, esta lógica institucional é promulgada por artefatos materiais ou biológicos. No que se refere à esta materialidade, destaca-se o uso/emprego de: dornas de fermentação de madeira ou alvenaria; engenhos de um terno movidos à força animal, hidráulica ou elétricos; sistemas de destilação por alambiques de cobre (considerando que este elemento produz efeitos nas propriedades sensoriais da bebida); leveduras presentes no meio ambiente de produção (também referidas como “fermento caipira”; vasilhames ou garrafas sem rótulos, reaproveitáveis; entre outros.

O conjunto de aspectos que caracterizam a lógica da produção tradicional estão amplamente fundamentados em registros bibliográficos, documentais e primários. Entretanto, a dinâmica deste mercado não se reduzia a estes pressupostos. Desde o século XVI, a produção

e consumo de cachaças passou por um processo de marginalização (fruto de trabalhos institucionais que não serão explorados em maior profundidade nesta tese mas que fazem parte da agenda de pesquisas). Deste esforço, emergiram outras lógicas.

Neste sentido, destaca-se a existência de uma **lógica da moralidade** presente neste contexto. Esta lógica tinha como pressupostos básicos o entendimento da cachaça como um produto de qualidade inferior e nocivo à estrutura social da época e à saúde dos consumidores. Ou seja, orientava os agentes em direção ao controle social e, ao mesmo tempo, reforçava valores que não reconheciam a cachaça como produto adequado para os padrões normativos da sociedade.

A constituição desta lógica da moralidade está diretamente relacionada a trabalhos institucionais de natureza política que buscavam tanto realizar a defesa de outras bebidas europeias (como vinhos e a própria bagaceira) quanto refrear o consumo, sobretudo da população negra e pobre. Estas orientações eram promulgadas por meio de práticas tais como: 1) proibição do consumo, difundida por autoridades políticas, jurídicas, médicas e religiosas (cristãs); 2) prisões de consumidores (especialmente negros); 4) consumo de cachaça de forma velada (especialmente entre membros da elite); e 5) consumo de outras bebidas com maior positividade identitária.

O sistema de crenças e valores que sustenta estas práticas atribui à bebida diferentes conotações negativas. Uma das principais crenças, nessa direção, é a associação exclusiva da cachaça com o alcoolismo. Diferentes eventos evidenciam que este tipo de entendimento permeava o campo. Aliás, conforme o Projeto de Lei 1.531 de 1951, a proibição do consumo da bebida (e apenas dela) seria uma medida que protegeria o país da desordem (BRASIL, 1951). Esta crença também reforçava que a cachaça deveria ser tratada como um problema de saúde pública.

Outra dimensão do sistema simbólico que constituiu a lógica da moralidade era marcada pelo preconceito ao perfil da população que mais consumia cachaça, notadamente a população pobre e negra do país. Esse tipo de discurso tem suas origens na cultura escravagista, sendo reforçado pelo racismo estrutural brasileiro (ALMEIDA, 2019).

A partir destes significados, identifica-se também crença na cachaça como uma bebida inferior quando comparada a outros produtos alcoólicos, como vinhos e outros destilados (*whisky, cognac, etc.*). Desta crença, é possível reconhecer o consumo de cachaça na forma de “caipirinha” como um artefato que constitui esta lógica.

Por ser reproduzida por agentes de maior legitimidade neste campo institucional (e no próprio nível societal) como lideranças políticas e membros das elites, a lógica da moralidade foi importante na mediação dos processos que levariam à construção da **lógica regulatória** do mercado de cachaça, a qual orientava principalmente a atuação de agentes do Estado neste contexto. Esta lógica, considerando o recorte temporal de meados da década de 1980, tinha como pressuposto básico a noção de que o consumo de cachaça deveria ser controlado e, de certa forma, refreado.

Com isso, as principais práticas alinhadas à lógica regulatória eram: 1) a definição de tributos, enquadrando a cachaça na Lei 5.823 de 1972, a lei brasileira de bebidas (ressalta-se que esta Lei não diferencia a cachaça de alambique da cachaça de coluna) e, 2) a promoção da fiscalização de unidades produtivas que não se enquadravam na legislação vigente. No que se refere à dimensão simbólica, esta lógica estabelecia, primeiramente, que a tributação era o principal mecanismo de controle do consumo. Entretanto, também permanecia o discurso da possibilidade de medidas restritivas mais punitivas.

Por fim, outra lógica institucional presente neste campo é a **lógica da informalidade**. Esta lógica foi constituída em relação às demais, sendo uma das mais influentes no comportamento dos sujeitos que produzem cachaça em Minas Gerais. O pressuposto básico desta lógica refere-se à produção e venda da bebida sem o devido registro formal das atividades da organização.

A informalidade é reproduzida, sobretudo, a partir das práticas de: 1) comercialização de cachaças em embalagens sem rótulos; 2) venda da bebida na própria unidade produtiva; ou 3) distribuição em pontos de varejo de alcance local; 4) uso de marcas sem registros oficiais; 5) definição de preços de venda reduzidos; entre outras. Estas práticas, por sua vez, são permeadas por discursos que reconhecem a tributação como uma medida excessiva e injusta, o entendimento do Estado como força de repressão ao mercado da cachaça; e a concorrência desleal com a cachaça fabricada em colunas de destilação contínua, que conseguem economias de escala, comercializando a bebida a preços reduzidos, comparados à cachaça de alambique. Nesse sentido, a principal materialidade que promulga a lógica da informalidade é uso de garrafas sem rótulos.

A descrição destas lógicas permite um aprofundamento em relação às unidades analíticas que caracterizam estas estruturas sociais (THORNTON; LOUNSBURY; OCASIO, 2012, REAY; JONES, 2016). Com isso, foi possível demarcar a gênese dos elementos que orientaram as práticas dos agentes envolvidos no mercado de cachaça de alambique em Minas

Gerais desde o período colonial. Entende-se que este esforço de pesquisa evidencia a importância da investigação histórica no campo do institucionalismo (SUDDABY; FOSTER; MILLS, 2014).

Considerando o mercado de cachaça de alambique como um arranjo complexo (FLIGSTEIN, 1996), é necessário reconhecer que estas lógicas se constituem de forma relacional. Ou seja, os aspectos estruturantes de cada lógica estão relacionados à própria existência das outras lógicas, bem como outras ordens institucionais mais amplas (GREENWOOD et al. 2011).

A lógica da informalidade, por exemplo, apresentava alto impacto neste mercado devido à natureza das lógicas regulatória e da moralidade. Ou seja, devido à falta de reconhecimento e ao controle na atividade, a grande maioria dos produtores somente conseguia acessar o mercado mediante as orientações da lógica da informalidade. Nesse sentido, esta lógica também apresenta grande relação com a lógica da produção tradicional.

É importante também demarcar que o “conteúdo” destas quatro lógicas seguramente passou por mudanças ao longo dos quatro séculos de existência da cachaça. A descrição apresentada neste capítulo reforça um quadro de referência existente durante a década de 1980, em Minas Gerais, a partir do qual um conjunto de indivíduos se mobilizaram a fim de desenvolverem trabalhos institucionais que produziram efeitos nestas lógicas do campo institucional. Estes esforços serão particularizados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5 – TRABALHO INSTITUCIONAL E MUDANÇA DE LÓGICAS NO MERCADO DA CACHAÇA DE ALAMBIQUE EM MINAS GERAIS

Considerando a configuração das lógicas institucionais que caracterizavam o mercado de cachaça de alambique em Minas Gerais no início da década de 1980, neste capítulo serão descritos os esforços empenhados por diferentes agentes na mudança desse arranjo. Ou seja, serão discutidos os trabalhos institucionais que marcaram este campo, destacando seus efeitos na mudança de lógicas já existentes, bem como na constituição de novas lógicas institucionais de mercado.

Inicialmente, será apresentado uma espécie de prelúdio que orientou os esforços de mudança institucional neste mercado. Em seguida, serão detalhadas as práticas e eventos que caracterizaram os trabalhos institucionais de: criação das lógicas da coletividade e técnico-científica; reparação das lógicas da produção tradicional, da moralidade e regulatória; e o trabalho de interrupção da lógica da informalidade. Nesta discussão, serão evidenciadas as formas com que este trabalho foi desenvolvido e seus resultados, sejam eles intencionais ou não.

5.1 Prelúdio das mudanças no campo: a liderança institucional de Sr. João

A emergência de movimentos que desencadeiam mudanças em contextos sociais institucionalizados é, normalmente, um processo complexo e multifatorial, conforme retratado na vasta literatura sobre mudança institucional (GREENWOOD et al. 2018). Entretanto, para uma melhor compreensão das mudanças que ocorreram no mercado de cachaça de alambique em Minas Gerais é fundamental o reconhecimento do trabalho de liderança (KRAATZ, 2009) realizado por um indivíduo singular que caracterizou uma espécie de ponto ignição no campo.

Este evento em particular trata-se do desenvolvimento de um estudo de natureza econômica/agrícola conduzido no início da década de 1980 pelo engenheiro agrônomo Sr. João (nome fictício), que à época era analista técnico do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI). Desta pesquisa resultou a publicação “Aguardente em Minas Gerais: estudo setorial” (INDI, 1982).

Conforme Sr. João, seus primeiros contatos com o mercado de cachaça remontam às tradições familiares, uma vez que seu avô era produtor e seu pai apreciava a bebida. No entanto, a principal motivação para realizar o estudo foi o acesso a um cadastro de produtores rurais elaborado durante a década de 1970 pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Nesse

documento, constatava-se que haviam cerca de 1500 alambiques registrados em Minas Gerais, sendo em sua maioria pequenas unidades produtivas, com baixa tecnologia e apresentando dificuldade em competir com as grandes indústrias de cachaças destiladas em colunas.

Diante deste contexto, Sr. João submeteu um projeto ao INDI buscando realizar um diagnóstico do setor a fim de promover ações de valorização da bebida. Assim que obteve a autorização, o pesquisador iniciou os trabalhos de coleta de dados, percorrendo todas as regiões do estado de Minas Gerais, bem como visitando indústrias de São Paulo. O estudo buscava fazer um levantamento da tecnologia empregada, do volume consumido no estado e da produtividade deste negócio.

Dentre os resultados da pesquisa, evidenciou-se que: 1) Mais da metade do volume de cachaça consumido em Minas Gerais vinha de aguardentes de coluna produzidas em São Paulo, ou seja, não haviam produtores o suficiente no estado com produtividade necessária para atender o mercado interno; 2) Havia cerca de 1500 unidades produtivas, em sua maioria produtoras de cachaça de alambique, de pequeno porte, com atuação local; 3) A fabricação de cachaça de alambique apresentava produtividade bastante reduzida em comparação com a produção de cachaças em grande escala destiladas em colunas; 4) Havia resistências às inovações tecnológicas no setor aguardenteiro por parte de produtores que tinham boa lucratividade; 5) Não existiam entidades representativas de produtores de cachaça no estado, o que indicava baixa articulação política neste mercado; 6) Foi identificado um perfil de consumidores de maior distinção e poder aquisitivo que preferiam consumir cachaças com fermentação natural e destilação em alambiques de cobre (INDI, 1982, RIBEIRO, 2020).

A partir destes resultados, foi proposta uma espécie de agenda para este mercado fundamentada nas seguintes premissas:

- O incentivo tecnológico para a cachaça de alambique, obtida através da fabricação artesanal em destiladores de cobre;
- A criação de uma Associação de Produtores da Cachaça de Alambique, para estruturação do setor, através da iniciativa privada;
- A definição da tecnologia da cachaça de qualidade, aprofundando no estudo do processo tradicional de fabricação, valorizando as práticas corretas e eliminando as incorretas.
- Incentivo a novos empresários interessados no aprimoramento tecnológico (RIBEIRO, 2020).

Assim, Sr. João identificou a necessidade da promoção de mudanças neste setor a fim de proporcionar a maior valorização da cachaça fabricada em Minas Gerais. Estas mudanças dependeriam da promulgação de esforços tais como a construção de um padrão técnico de qualidade preservando elementos do saber fazer tradicional e o engajamento dos produtores em entidades de representação política como associações, sindicatos ou cooperativas.

Nas palavras de Sr. João, o mercado de cachaça era como um “pântano sujo” que precisava ser drenado, ou seja, passar por um processo de higienização tanto na dimensão técnica quanto na dimensão simbólica. Segundo o entrevistado E13 “havia a cultura do ‘quanto mais sujo melhor’ e o trabalho buscou mudar para ‘quanto mais limpo melhor’”.

Ainda que não se trate de uma organização individual, os esforços desempenhados por Sr. João estão alinhados ao que Kraatz (2009) entende como trabalho institucional de liderança. Este conceito tem como referência principal a noção de liderança institucional discutida por Phillip Selznick (1957). Líderes institucionais são aqueles sujeitos cujas habilidades envolvem a construção de coalizões, negociação de acordos e outras formas de ações pragmáticas que demandam habilidades políticas destacadas (WASHINGTON; BOAL; DAVIS, 2008).

Entende-se que as ações realizadas no âmbito do diagnóstico desenvolvido em 1982 tiveram como objetivo compreender, adaptar e reparar o campo organizacional da cachaça de alambique. Desse modo, trata-se de um trabalho de liderança que permitiu que as outras práticas de trabalho institucional que produziram mudanças neste mercado fossem promovidas. O trabalho desempenhado por Sr. João evidencia, ainda, uma forma de agência projetiva (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998), uma vez que seus interesses de transformação da realidade foram importantes na mobilização para a realização do estudo no INDI. A agência projetiva é entendida por Emirbayer e Mische (1998) como uma forma de reflexão orientada ao futuro, imaginando estratégias e caminhos a serem percorridos para se alcançar um determinado fim.

O diagnóstico apresentado nessa publicação também evidencia como as lógicas institucionais da tradição, da informalidade, da regulação e da moralidade eram predominantes neste campo. A partir deste entendimento, o processo de mudança somente seria possível mediante o emprego de diferentes agentes mobilizados em trabalhos institucionais. São estes esforços coletivos que serão discutidos nas próximas seções deste capítulo, a começar pelo trabalho institucional de criação da lógica da coletividade.

5.2 Trabalho institucional de criação da lógica da coletividade

Nesta seção, será abordada a construção da lógica institucional da coletividade no campo da cachaça de alambique em Minas Gerais. Este processo envolveu a ação de diferentes agentes engajados em trabalhos institucionais que promoveram a emergência de novas práticas, bem como novas crenças, valores e materialidades que passaram a ser legitimadas e reproduzidas naquele arranjo (HELFEN; SYDOW, 2013, GONZÁLEZ-GONZÁLEZ; GARCÍA-FÊNIX, 2020). Neste caso em específico, a promulgação desta lógica está

relacionada, sobretudo, à realização de trabalhos de natureza política e educativa. A seguir, serão apresentados os eventos que marcaram estes esforços, bem como os elementos que constituem esta lógica.

5.2.1 Processo de construção e características da lógica da coletividade

Diferentes correntes teóricas têm explorado a ação coletiva, ou coletividade, e seus impactos nas relações sociais (OSTROM; 1990, OLSON, 1989). Este conceito é fundamental nos pressupostos do institucionalismo sociológico, uma vez que é o trabalho institucional é entendido como uma iniciativa que envolve diferentes sujeitos, não sendo, portanto, uma proposta individualista (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2013). Entretanto, existem formas de ação coletiva que preconizam, especificamente, a promoção de ações colaborativas e a cooperação nos arranjos sociais (FLIGSTEIN, 2007). Entende-se que esta forma de ação coletiva foi promulgada no campo da cachaça de alambique em Minas Gerais a fim de difundir a coletividade como mecanismo para melhorar a competitividade e a qualidade da bebida no mercado interno e externo.

Ao longo desta descrição, nota-se que os diferentes agentes envolvidos especialmente na promulgação das práticas de trabalho institucional de construção desta lógica empenharam suas agências de forma projetiva (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). Ou seja, apresentavam visão orientada ao futuro, buscando a transformação da realidade que ora vivenciavam.

A coletividade enquanto instituição ou lógica institucional, bem como o trabalho envolvendo sua estruturação, tem sido explorada em diferentes contextos. Lima et al. (2019) investigaram os trabalhos institucionais envolvidos na institucionalização de uma rede de cooperações no contexto da Amazônia brasileira. Os autores identificaram práticas de trabalho técnico, político e cultural que foram relevantes para a construção dessa estrutura institucionalizada. Christiansen e Kroezen (2016) discutem como agentes da indústria de bebidas alcoólicas na Europa se organizaram coletivamente e criaram uma nova forma organizacional voltada à defesa e manutenção do consumo de bebidas alcoólicas como instituição. Esta organização foi criada como uma reação a um movimento que buscava a desinstitucionalização do consumo de álcool, destacando os efeitos negativos destas práticas. A entidade, denominada IBIC (Issue-based industry collective) promoveu o paradigma do “consumo responsável de álcool”, como uma espécie de trabalho de manutenção institucional. Esse esforço está alinhado às ações coletivas desempenhadas pelos indivíduos no mercado da cachaça. Por sua vez, Novicevic et al. (2017) discutem o conceito de liderança coletiva e

mostram como o trabalho institucional pode contribuir para que este processo seja desempenhado. É apresentado o caso de liderança coletiva na criação da primeira cidade fundada por afro-americanos (ex-escravos), no estado do Mississippi, Estados Unidos. Outros estudos também exploram como este tipo de ação pode produzir efeitos na dinâmica institucional (HARGRAVE; VAN DE VEN, 2006, FEHRER, 2020, MICHEL, 2020).

No caso da cachaça em Minas Gerais, um dos aspectos característicos deste mercado, evidenciado pelo diagnóstico desenvolvido no início da década de 1980 (INDI, 1982), era a carência de articulação política entre produtores e outros agentes da cadeia. Isso implicava em atrasos na difusão de tecnologias de produção, falta de padronização e dificuldade de concorrência com a cachaça de coluna, bem como outras bebidas alcoólicas. Nas palavras do entrevistado E14, havia a necessidade de “organizar o setor” e uma das formas de se alcançar este objetivo seria pela ação coletiva dos próprios produtores. Este entendimento estava alinhado à atuação do INDI que, de modo geral, prestava consultoria e fomentava trabalhos de desenvolvimento industrial junto à iniciativa privada.

Entre 1983 e 1987, após buscar conhecimentos em estudos técnicos sobre esta atividade produtiva (o que seria fundamental para influenciar no trabalho institucional de construção da lógica técnico-científica, a qual será discutida na próxima seção), Sr. João (sujeito cujas ações foram determinantes para a emergência destes trabalhos) entrou em contato com produtores ou pessoas interessadas na fabricação da bebida. Nesse processo, o objetivo era identificar sujeitos que estariam dispostos a promover mudanças em suas práticas de produção, de modo a incorporar novos saberes e fazeres (RECKWITZ, 2002). Nesse sentido, entende-se que havia uma busca por pessoas que eram pouco influenciadas pelas lógicas da tradição produtiva, informalidade e moralidade. Este tipo de iniciativa está relacionado aos processos de mudança institucional descritos por Thornton, Lounsbury e Ocasio (2012).

Conforme Sr. João, “eu pensei no seguinte: eu não quero trabalhar com os produtores tradicionais. Eles estão satisfeitos com a maneira deles e com o preconceito de ‘quanto mais suja a fábrica, melhor’. Eu vou trabalhar com empresários de alto nível”. Nesse contexto, foram organizadas palestras, bem como comunicações informais, a fim de divulgar os resultados do diagnóstico do setor, chamando a atenção de possíveis produtores com o perfil almejado.

Nesse período, Sr. João manteve contato com aproximadamente 70 pessoas e, desse grupo, 30 se engajaram de forma mais direta no “movimento de renovação da cachaça” (E29 - Produtor de cachaça) em Minas Gerais. Estes sujeitos eram, em sua maioria, mais jovens, já produziam cachaça e tinham recursos para investir nas mudanças. Alguns destes tinham

carreiras estabelecidas em outras áreas profissionais, mas se interessavam no negócio da cachaça de alambique.

A constituição deste arranjo representa uma prática de **trabalho político**, caracterizada pela mobilização de indivíduos com repertórios diferentes das práticas e discursos vigentes no campo (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Esta forma de trabalho institucional envolve a articulação coletiva com a finalidade de construir regras, direitos de propriedade, fronteiras e discursos que caracterizam os fundamentos de uma instituição (PERKMANN; SPICER, 2008).

Desse processo, resultou a criação de uma organização que representaria os interesses dos agentes que faziam parte deste movimento. Inicialmente, segundo o entrevistado E19, pretendia-se explorar o modelo organizacional cooperativista, que à época seria uma iniciativa pioneira nesse campo. Contudo, devido a dificuldades no atendimento às normas definidas pela Lei nº 5.764 de 1971 (Lei do Cooperativismo), especialmente no que se refere aos requisitos para a constituição de uma cooperativa, optou-se por outra forma organizacional: uma associação. Desse modo, foi fundada, em 1988, a Associação Mineira dos Produtores de Aguardente de Qualidade (AMPAQ). Este evento seria significativo para a estruturação e defesa das práticas e símbolos que pressupunham a coletividade como uma força que promoveria a renovação da cachaça de alambique no estado.

Conforme a entrevistada E8, uma das pessoas envolvidas neste processo, um episódio de grande significado para a reunião dos primeiros membros foi a realização de uma edição do festival da cachaça, na cidade de Sabará-MG. Este evento e suas implicações serão discutidos mais à frente.

Dessa forma, a AMPAQ foi constituída em uma assembleia realizada em 11 de janeiro de 1988, na própria sede do INDI, em Belo Horizonte, contando com um quadro de 30 associados. Nesse momento, destaca-se a agência projetiva dos sujeitos envolvidos (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1988), uma vez que a missão formal da associação era “defender e valorizar a cachaça artesanal de alambique de qualidade” (ANPAQ, 2021). Nos termos estabelecidos na constituição da organização, buscava-se:

- Promover e valorizar a cachaça no mercado interno;
- Cultivar as relações entre as pessoas ligadas à produção da cachaça;
- Apoiar pesquisas tecnológicas para aperfeiçoar a produção do destilado;
- Incentivar a produção da cachaça promovendo a sua interiorização e conseqüente desenvolvimento econômico;
- Apoiar os projetos de leis que atendam ao desenvolvimento do setor;
- Prestar assistência (assessoria) técnica e jurídica aos associados, amparando-os em seus interesses perante os poderes públicos;
- Estabelecer normas técnicas e regulamentos para disciplinar as atividades do setor;
- Colaborar na legalização da produção e comercialização da cachaça;

- Estabelecer o padrão de qualidade da cachaça de Minas Gerais. (AMPAQ, 2008 *apud* SILVA, 2009, p. 26).

Desde então, a associação tem se engajado em diferentes trabalhos institucionais (os quais serão discutidos nas próximas sessões) com a finalidade de “organizar o setor”. Todavia, destaca-se que a sua criação foi essencial para a construção de uma lógica da coletividade neste campo. Haja vista, com o passar dos anos, a AMPAQ foi ampliando seu quadro de associados, contando com produtores de todas as regiões do estado de Minas Gerais e permitido que discursos e práticas que (re)produzem a coletividade como pressuposto para a atuação neste mercado fossem difundidos (OLIVEIRA, 2004, SILVA, 2009).

Contudo, o trabalho político de criação de entidades representativas dos produtores deste setor não se encerraria na atuação da AMPAQ. Como uma forma de agregar esforços ou, até mesmo, disputar legitimidade com as ações da AMPAQ, outras organizações dessa natureza foram criadas. Em 2004, o Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral do Estado de Minas Gerais (SINDIBEBIDAS) também passou a representar produtores de cachaça de alambique. A entrevistada E27 afirma que um dos papéis deste sindicato patronal é agregar esforços junto à AMPAQ para defender os interesses dos produtores. Alguns destes são inclusive filiados ao SINDIBEBIDAS e membros da associação.

Mais à frente, com o objetivo de promover uma representação nacional do setor da cachaça no Brasil, foi criado o Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC), em 2006. Esta organização foi constituída a partir dos desdobramentos do Programa Brasileiro de Apoio à Aguardente, Caninha e Cachaça (PBDAC) e da Associação Brasileira de Bebidas (ABRABRE). Entretanto, apesar de ter um escopo de atuação mais abrangente, agentes do mercado de cachaça de Minas Gerais desempenharam papel importante na constituição do IBRAC. O entrevistado E5 também foi um destes indivíduos. A atuação do IBRAC, cuja sede é em Brasília, é mais voltada para o relacionamento entre agências do Estado e o setor.

Outro aspecto que diferencia o IBRAC é que esta organização busca representar tanto produtores de cachaça de alambique, quanto produtores de cachaça de colona, de modo a defender os interesses do mercado como um todo. Este aspecto viria a ser criticado, no futuro, resultando no surgimento, em 2016, da Associação Nacional de Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva e de Valor da Cachaça de Alambique (ANPAQ), nova denominação para a AMPAQ. Ou seja, o interesse na defesa do segmento da cachaça de alambique levou à nacionalização da associação de produtores de Minas Gerais. Assim, a ANPAQ tem hoje membros de diferentes estados brasileiros, incluindo, ainda, agentes que executam outras

atividades dentro da cadeia, tais como distribuidores, varejistas, especialistas, etc. (ANPAQ, 2021). Ainda no contexto de organizações desta natureza, ressalta-se a criação da Associação dos Produtores Artesanais de Cachaça de Salinas (APACS), que apresenta atuação mais regionalizada.

Greenwood, Suddaby e Hinings (2002) destacam o papel das associações profissionais como organizações que buscam realizar o trabalho de teorização, ou seja, de construção dos pressupostos normativos de uma nova instituição, ou seja, o trabalho de definição do que será aceito e legítimo naquele campo. Entende-se que as associações e as demais organizações de defesa dos interesses dos agentes do campo também desempenharam este tipo de trabalho.

Outro trabalho político de natureza organizacional que contribuiu no processo de construção da lógica da coletividade foi o trabalho de criação de cooperativas. Os agentes envolvidos no movimento de mudança entendiam que o engajamento em práticas cooperativistas seria importante para: a) permitir a produção em maior escala, o que melhoraria a concorrência com a cachaça de coluna; b) facilitar que pequenos produtores informais conseguissem acessar o mercado formal (mais elitizado) de forma menos burocratizada; e c) aumentar a qualidade da bebida a partir de práticas de padronização.

No entanto, para que as cooperativas de produção de cachaça pudessem ser constituídas seria necessário um trabalho de mudança de dispositivos regulatórios do setor, que não reconheciam este modelo de negócios formalmente. Segundo Lima, Silva e Rocha (2010) e outros entrevistados, a Lei nº 8.918, de 1994, que regulamentava a produção de bebidas alcoólicas, definia que somente seria possível produzir e comercializar cachaça mediante o registro formal da organização como empresa junto ao Ministério da Agricultura. Por sua vez, pela legislação brasileira de cooperativas, não seria permitido que pessoas jurídicas (empresas) participassem da constituição destas organizações.

Entretanto, agentes da AMPAQ e outras entidades promoveram diversas articulações junto a órgãos do Estado a fim de viabilizar este tipo de atividade. Desse modo, por meio da Instrução Normativa do MAPA nº 56, de 30 de outubro de 2002, foi reconhecida a Cooperativa de Produtores de Aguardente de Cana e de Cachaça como forma organizacional legítima. Conforme é exposto na descrição deste dispositivo:

entende-se por associação ou cooperativa de produtores de cachaça, o estabelecimento legalmente constituído por associação ou cooperativa de produtores de cachaça e que exerça unicamente as atividades de standardizador ou padronizador, envasador ou engarrafador e exportador de cachaça proveniente exclusivamente de produtor associado ou produtor cooperado (MAPA, 2002).

Ou seja,

A ideia é que as cooperativas de produtores de cachaça atuem de forma similar à de produtores de leite. Os produtores, enquanto pessoas físicas, constituiriam a cooperativa e a ela entregariam sua produção. A cooperativa, por sua vez, se responsabilizaria pelo controle da qualidade da cachaça de seus cooperados, pela padronização e pela comercialização. Assim, da cooperativa sairia uma única cachaça, ou seja, um blend das cachaças fornecidas pelos produtores. Esta iniciativa, além de reduzir a informalidade que tanto contribui para a estigmatização da cachaça como produto marginal, contribuiria com a melhoria da qualidade da bebida em escala de grandes proporções. A facilidade de fiscalização por parte dos órgãos competentes, o que viria a confirmar a qualidade, procedência e idoneidade do produto, tornar-se-ia ainda um importante diferencial para a abertura de mercados mais rentáveis para a cachaça (LIMA; SILVA; ROCHA, 2010, p. 15).

Esta medida seria substituída pela Instrução Normativa nº 20, de 25 de outubro de 2005, do MAPA, que apresenta mais detalhes em relação à natureza jurídica das cooperativas, destacando as obrigações legais que cada organização deve seguir e modos com que estas podem ser operacionalizadas (MAPA, 2005). Com isso, o trabalho político em torno das cooperativas foi importante para a promulgação das práticas e discursos que sustentam a lógica da coletividade.

Além do trabalho político, a construção da lógica da coletividade foi mediada por diferentes práticas de **trabalho de comunicação**. Lawrence e Suddaby (2006) discorrem que este tipo de trabalho envolve o ensino de habilidades e conhecimento necessários para que os agentes possam compreender os mecanismos de uma instituição. Neste caso, entende-se como o trabalho voltado ao ensino e difusão dos pressupostos, práticas, sistema simbólico e materialidade da lógica da coletividade. Dentre estas ações, destaca-se a realização de eventos na forma de cursos, palestras e feiras que difundiam a dimensão normativa da coletividade, bem como um conjunto de pressupostos que permitiriam que a cachaça de alambique se diferenciasse no mercado.

Este trabalho passou a ser promovido de forma mais ampla a partir de 1993, quando da criação do Programa Mineiro de Promoção da Aguardente, Caninha e Cachaça (PRÓ-CACHAÇA) (cujas características serão apresentadas na subseção 5.5.1). Haja vista, a partir desta política, foram realizados cursos e palestras que, além da difusão das mudanças de natureza técnica, defendiam a importância da coletividade.

Destaca-se, ainda, que a maior parte destas ações educativas em torno da coletividade no campo foram desempenhadas por sujeitos ligados às organizações representativas, como AMPAQ (ANPAQ), SINDIBEBIDAS e IBRAC. Isso reforça como o trabalho político de constituição destas organizações foi importante para que a difusão da lógica (a partir do trabalho de comunicação) acontecesse.

A exemplo disso, a AMPAQ lançou, em 1991, uma revista trimestral chamada “Copo Liso” (SOUZA; VALE, 2004). Este periódico seria substituído por “Cachaça com Notícias”, cuja primeira publicação (também editada pela AMPAQ) data de 2006 (Figura 5). Nestas revistas, o foco principal era/é a divulgação das ações realizadas pelos agentes do mercado. Além disso, é comum identificar artigos e *banners* de publicidade que reforçam o papel da coletividade na constituição deste campo.

Figura 5 - Capa da revista “Cachaça com Notícias” destacando a criação da ANPAQ.



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos trabalhos institucionais discutidos neste tópico, pode-se caracterizar a lógica institucional da coletividade a partir do **pressuposto** que preconiza o trabalho coletivo entre os agentes do mercado como um mecanismo que integra e permite maior competitividade à cachaça de alambique. Na **dimensão simbólica**, esta lógica informa que: i) A ação coletiva permite que a cachaça alcance mercados mais específicos e de maior valor; ii) O envolvimento em associações é importante para fortalecer o movimento da cachaça; iii) As cooperativas favorecem o acesso de pequenos produtores ao mercado de maior valor; iv) A união dos produtores fortalece o segmento de cachaça de alambique; v) A união permite que a cachaça de

alambique pratique melhor concorrência com a cachaça de coluna. Esta lógica orienta sobretudo as **práticas** em torno do associativismo e do cooperativismo, por meio da participação em organizações desta natureza. Por fim, a **dimensão material** promulgada por esta lógica refere-se às próprias organizações cooperativas, a partir das instalações de padronização de cachaça e as comunicações de participação nestas organizações para os consumidores, na forma dos rótulos e garrafas da bebida. Uma vez apresentado processo e os elementos que constituem esta lógica institucional, a seguir serão discutidos seus efeitos no campo e as repostas a esta dinâmica, o que também implica em formas de trabalho institucional.

5.2.2 Efeitos e repostas ao processo de construção da lógica da coletividade

É possível reconhecer que os pressupostos da lógica institucional da coletividade estão presentes em vários momentos e contextos de atuação dos agentes deste campo. Assume-se, logo, que as diferentes formas de trabalhos institucionais empenhados na construção desta lógica permitiram uma maior legitimidade de seus fundamentos enquanto conjunto de discursos e práticas estruturantes do campo da cachaça de alambique (LAWRENCE; HARDY; PHILLIPS, 2002). Todavia estes efeitos e as repostas a eles também representam formas de resistência e complexidade nas ações dos indivíduos em seu cotidiano (OLIVER, 1991, GREENWOOD et al. 2011, GONÇALVES; FREGONESI; MOREIRA, 2020).

A difusão desta lógica é representada sobretudo na dimensão organizacional, a partir das entidades de representação do setor e das cooperativas de produção de cachaça. No contexto das associações, a criação da AMPAQ, em 1988, foi uma referência para a constituição de outras organizações desta natureza, a exemplo do SINDIBEBIDAS (ressaltando que este sindicato não representa apenas o campo da cachaça) e o IBRAC (que tem atuação nacional e não promove distinção entre os sistemas produtivos da bebida).

De forma mais específica e regionalizada, surgiram algumas entidades com o objetivo de promover a coletividade. A Associação dos Produtores Artesanais de Cachaça de Salinas (APACS) foi fundada em 2001 e até hoje tem atuação ativa. Segundo o entrevistado E11, por meio da união dos produtores locais foi possível o registro de Indicação Geográfica (IG) para a Região de Salinas, a primeira no campo da cachaça em todo o Brasil. Além disso, a APACS também atua como revenda das marcas produzidas pelos associados. No contexto de Salinas, existiu ainda a Associação Salinense dos Produtores de Aguardente de Qualidade (ASPAQ) (SEBRAE, 2001).

Segundo Silva (2009), na região do Triângulo Mineiro existiu a Associação Regional da Cachaça de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (ARCAM). Esta organização foi fundada em 1997 e descontinuada em 2008. Por sua vez, em 1999 foi criada a Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça Artesanal de Qualidade de Juiz de Fora e Região (APRACA). Ressalta-se, também, a existência da Associação dos Produtores de Cachaça Artesanal de Qualidade de Januária (ACQJ) (SEBRAE, 2001).

Quanto às cooperativas, as ações de promoção do cooperativismo no setor, iniciadas na década de 1990, resultaram na criação de diversas cooperativas no estado. São exemplos destas: 1) Cooperativa de Produção e Promoção da Cachaça de Minas (COOCACHAÇA), fundada em 1999, padronizava e comercializava a cachaça Samba e Cana (PÁGINA RURAL, 2005); 2) Cooperativa dos Produtores de Cachaça de Alambique e Derivados da Cana-de-Açúcar da Região de Ouro Preto Ltda (COOPCOP), criada em 2003; 3) Cooperativa dos Produtores de Cachaça de Alambique e Derivados de Cana-de-açúcar do Centro Nordeste Mineiro (COOPERCACEN), também criada em 2003, produziu a Cachaça Kamulaia; 4) Cooperativa dos Produtores de Cachaça e Derivados de Cana-de-Açúcar do Sul de Minas Gerais (COOPERCASUL), constituída em 2004, produziu a cachaça Colinas do Sul (CAETANO, 2007); 5) Cooperativa de Cachaça do Centro-Oeste de Minas (Centro-Oeste Cachaça), fundada em 2004; 6) Cooperativa dos Produtores de Cachaça de Alambique da Micro-região de Salinas (COOPERCACHAÇA), criada em 2004, padronizou a cachaça Terra de Ouro (JORNAL CANA, 2004); 7) Cooperativa Central de Produtores de Cachaça de Alambique de Minas Gerais (Coocen-MG), fundada em 2004, sendo esta relacionada diretamente à AMPAQ; 8) Cooperativa de Cachaça de Alambique de Araçuaí e Região (Cachaçaboa), também criada em 2004, responsável pelas marcas Coração do Vale e Brasil Sabor; e 9) Cooperativa dos Produtores de Cachaça de Alambique da Região Calcária Ltda (COOPERCALC), fundada em 2010, sendo esta a única organização registrada atualmente no anuário de Cooperativas 2020 do Sistema Ocemg (SISTEMA OCEMG, 2021).

Outra organização que atuou diretamente na difusão dos pressupostos desta lógica foi o SEBRAE. Segundo os entrevistados E7 e E25, o SEBRAE buscou promover e apoiar a criação das Cooperativas de produção de cachaça, especialmente ao longo da década de 2000. Este movimento foi discutido como um dos direcionamentos estratégicos para o setor identificado no Diagnóstico da Cachaça de Minas Gerais (SEBRAE, 2001).

Por sua vez, para além das entidades representativas e cooperativas, foi possível identificar que os pressupostos desta lógica também são compartilhados na relação entre

produtores, que buscam cooperar de modo informal em suas práticas. A exemplo disso, diferentes fabricantes entrevistados relataram que praticaram comportamento cooperativo com concorrentes, embora esse tipo de ação não seja entendida como recorrente.

Entretanto, ainda que a lógica da coletividade tenha produzido efeitos neste campo, ao analisar o arranjo da cachaça de alambique em Minas Gerais como um todo, percebe-se que as respostas a esta lógica são marcadas, sobretudo, por formas de resistência. Considerando a tipologia de respostas estratégicas a pressões institucionais proposta por Oliver (1991), entende-se que poucos produtores incorporaram esta lógica a suas práticas de forma **aquiescente**. Ou seja, atuaram em plena conformidade com os princípios da coletividade ao longo dos anos.

Aliás, a maior parte dos agentes do campo empregaram as estratégias de **negociação** ou **esquiva**. A negociação, segundo Gonçalves, Fregonesi e Moreira (2020, p. 73) refere-se a uma “concordância parcial com os padrões institucionais, desde que os interesses da organização [ou agente] sejam preservados”. Portanto, trata do reconhecimento de certos efeitos da lógica como vantajosos em determinados contextos para a atuação no mercado, embora ocorra resistência a outras práticas, crenças e valores difundidos. Para lidar com este tipo de impasse, produtores buscam balancear, pacificar ou barganhar com os pressupostos da lógica (OLIVER, 1991). Isso se deu sobretudo no que alguns entrevistados chamaram de “uso político” das organizações de representação e cooperativas. Nesse sentido, existem várias críticas às pessoas que se aproveitam de alguns aspectos destas organizações e não contribuem com outros.

A estratégia de esquiva, em seguida, “ocorre quando as organizações não atendem à demanda [institucional], ocultando a não-conformidade ou lançando mão de estratégias para postergarem o cumprimento da demanda” (GONÇALVES; FREGONESI; MOREIRA, 2020, p. 73). Este tipo de resposta é marcante sobretudo no âmbito das cooperativas. Para o entrevistado E28, este tipo de comportamento é recorrente porque alguns produtores que estão há mais tempo no mercado (muitos deles atuando na informalidade) não se interessam em dispor da identidade de marca da cachaça por eles fabricada para fornecer o produto à cooperativa, a fim de que este seja padronizado e comercializado com uma marca coletiva. Esse tipo de resposta representa um cenário de complexidade institucional (GREENWOOD et al. 2011), uma vez que a crença no valor do cooperativismo (lógica da coletividade) não se alinha à crença do valor da identidade do pequeno alambique (lógica da produção tradicional). O apego à identidade da marca e do território também foi discutido por McKendrick e Hannan (2014), no contexto da produção de *whiskey*, na Escócia. Estes autores mostram como a tradição

da pequena destilaria se constituiu como um entrave para a concentração do mercado por grandes indústrias, com maior padronização e um perfil identitário diferente deste grupo.

Outro aspecto que resulta neste tipo de resposta é a dificuldade em adesão às práticas do modelo cooperativista de gestão. Conforme relata o entrevistado E29:

Aí vem uma turma nova que quer investir no setor e o que eles querem? Querem produzir e jogar lá na cooperativa. Aí, o problema da cooperativa é que tem que vender... e cooperativa sempre foi assim... O cooperado joga lá para a diretoria e aí eles acham que a diretoria é empregada deles, ninguém cuida de nada, e sempre foi assim, essa é a mentalidade do cooperado, do associado. Associação também é a mesma coisa, a diretoria que tinha que fazer e cuidar de tudo. As vezes o cara não ganha salário para isso, principalmente em associação... (E29 - Produtor de cachaça).

Diversos entrevistados argumentaram que esta forma de evasão à lógica da coletividade pode ser explicada a partir de uma característica da própria identidade dos produtores mineiros. Esses sujeitos entendem que existe uma dificuldade na promulgação do coletivismo em diferentes instâncias em Minas Gerais e que outros estados apresentam experiências mais bem-sucedidas nesse escopo.

[...] a cultura do cooperativismo não é muito própria do mineiro. Lá no Sul - Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul - a cultura do cooperativismo prevalece... Infelizmente aqui nós lutamos e muito, mas o mineiro não tem a cultura do cooperativismo, poucas são as cooperativas, normalmente as macro... por exemplo leite, café, são as macros, mas as pequenas... é difícil (E30 - Produtor de cachaça; Liderança política no campo).

[...] principalmente em Minas Gerais o cenário é desolador. A gente tentou fazer vários trabalhos aí em alguns pontos de produção... Eu posso citar um trabalho que foi feito na cidade de Araçuaí e também no Médio Jequitinhonha pra trabalhar a formação de cooperativas de produção. Houve todo um incentivo pra isso, o BNDES disponibilizou uma linha de financiamento específica para atender a projetos coletivos... Houve investimento das entidades, a própria Fiemg investiu muito, o Sebrae... [...] e o projeto não foi para frente por causa de cultura mesmo... cultura de cooperação. A estrutura da cooperativa foi toda montada, foi dada praticamente de graça e essa estrutura tá lá toda parada, um investimento altíssimo que foi feito... Existiu uma questão cultural, o cooperado não abria mão da marca própria dele, aí virava uma competição... a marca dele competindo com a marca da cooperativa e aí as cooperativas não decolaram (E5 - Liderança política no campo).

Buscando compreender estas percepções, Deboçã e Hocayen-da-Silva (2009) desenvolveram um estudo exploratório em que foram identificadas as principais dificuldades relatadas por gestores de cooperativas de trabalho em Minas Gerais para a consolidação destas organizações. Os autores discutem que as principais barreiras para o sucesso destas organizações são a desconfiança dos cooperados, a falta de conhecimento sobre o sistema cooperativista e a manifestação de interesses individuais. Ainda que este estudo não represente uma investigação em profundidade e, ao mesmo tempo, geral quanto às causas da dificuldade para a cooperação formalizada, é possível reforçar que as resistências identificadas no campo da cachaça de alambique também estão presentes em outros contextos semelhantes.

Por outro lado, ressalta-se que este tipo de resposta dos agentes também evidencia a necessidade de se aprimorar o trabalho institucional de difusão da lógica da coletividade. Afinal, alguns sujeitos questionam a própria legitimidade da AMPAQ/ANPAQ enquanto representante de todos os produtores de cachaça de deste campo. Nas palavras de um dos entrevistados:

Apesar da ANPAQ ter se tornado uma entidade nacional, a imagem dela, pelo que pude comprovar em várias ocasiões, é de ser uma entidade que representa um pequeno grupo de produtores e prestadores de serviços da região de Belo Horizonte. Seus eventos e ações estão mais focados em Belo Horizonte. Não tenho visto seus representantes em eventos fora de BH (E21 - Produtor de cachaça).

Ao se analisar os efeitos, especialmente do trabalho de criação das cooperativas no início da década de 2000, e comparar com o desenvolvimento destas organizações, observou-se, esta forma de trabalho institucional não foi bem sucedido em termos dos resultados pretendidos. Esse tipo de resultado é importante para entendimento do trabalho institucional como um conjunto de práticas e esforços que nem sempre levam aos objetivos pretendidos inicialmente (LAWRENCE; TRACEY; SUDDABY, 2017). Em alguns casos, como parece ser a prática do cooperativismo no campo da cachaça de alambique, o trabalho institucional não foi bem-sucedido, nem se consolidou em pilares mais sólidos e estruturantes (SCOTT, 2014)

Ainda assim, este trabalho é uma das agendas que as lideranças do setor buscam integrar. Muitos defendem que o mercado de cachaça somente será devidamente reconhecido internacionalmente quando houver maior integração. Neste caso, considera-se, ainda, a união entre produtores de cachaça de alambique e cachaça de coluna, como o IBRAC defende.

O que a gente percebe é a falta de união do setor. Para conseguir políticas específicas pra eles. Cada um trabalha individualizado, não tem muita união para eles fortalecerem (E13 - Agente técnico do MAPA)).

[...] para completar o raciocínio da questão institucional, a cachaça nunca conseguiu ser um setor que conseguisse se manter unido, se fazer unido. Ela tem um instituto que representa as empresas, as associações locais, chamado IBRAC, que tem um número bastante limitado de associados e tem outras pequenas associações que tentam aí se organizar e há um conflito constante entre cachaça de coluna e cachaça de alambique porque ambas têm interesses que são conflitantes (E9 - Jornalista).

Eu acho que falta o brasileiro valorizar mais o produto, ter mais acesso, e para isso é preciso ter um pouco mais de conhecimento, de coletividade ou uma força coletiva ou um apoio governamental pra fazer isso desenvolver. Porque a questão é que é difícil eu falar cachaça, eu não sei se eu falo cachaça a nível nacional, tudo quanto é marca ou se é só alambique e cachaça de Minas. Mas por exemplo, na cachaça de alambique, o que falta é uma coletividade maior, um esclarecimento maior, que muitos produtores não têm conhecimento, às vezes eles não conseguem perceber que algumas atitudes podem denegrir o setor e voltar contra eles, e a nível nacional falta apoio governamental e uma coletividade pra chegar em todo mundo e tentar fazer um movimento maior. Você pega a questão de tequila, a força que eles tem... você vai no México e não consegue beber outro destilado que não seja tequila... (E28 - Produtor de cachaça).

Em suma, é possível afirmar que a lógica institucional da coletividade se constitui como uma estrutura relevante neste campo, fruto dos trabalhos institucionais direcionados a este fim. Todavia, esta lógica não se enquadra, atualmente, dentre aquelas que apresentam maior proeminência ou adesão por parte dos agentes que constituem este arranjo. Isso se dá em virtude da complexidade característica deste campo e da realização de trabalhos institucionais que não necessariamente podem ser caracterizados como bem-sucedidos. No próximo tópico será apresentado um resumo da discussão trabalhada nesta seção.

5.2.3 Resumo do trabalho institucional de criação da lógica da coletividade

O trabalho de criação da lógica institucional da coletividade foi marcado sobretudo por ações de diferentes agentes na forma de trabalho político e educativo. O trabalho político consistiu na criação e promulgação de práticas tais como: 1) agrupamento de indivíduos interessados na “organização do setor”; 2) criação de entidades representativas (AMPAQ/ANPAQ, SINDIBEBIDAS, IBRAC, APACS, etc.); 3) mobilização junto ao Estado para a mudança na legislação sobre cooperativas e associações de produtores de cachaça; e 4) criação de cooperativas. Por sua vez, o trabalho de comunicação foi caracterizado pelos esforços em torno da: 1) criação de publicações de fomento à coletividade; e 2) realização de eventos para a difusão dos pressupostos da lógica institucional da coletividade.

Esta lógica institucional tem produzido diversos efeitos no campo da cachaça de alambique em Minas Gerais. Alguns destes são, sobretudo, a criação de associações, cooperativas e o engajamento de produtores em práticas de cooperação fora das instâncias organizacionais.

Entretanto, ao se analisar as respostas dos agentes do campo quanto ao trabalho institucional de criação e a difusão da lógica da coletividade, evidencia-se que houve pouca aquiescência, ou conformidade, ao nível do campo, a estes pressupostos. Desse modo, as respostas a estas orientações foram especialmente caracterizadas por formas de negociação e esquiva aos efeitos da lógica.

Finalmente, quando se avalia este trabalho em relação ao contexto do campo pré-AMPAQ, é possível sustentar que a lógica da coletividade se constituiu neste mercado. Entretanto, considerando as repostas dos agentes e os resultados dos trabalhos institucionais empenhados (alguns deles foram inclusive malsucedidos, tais como os esforços em torno da constituição das cooperativas de produção) esta lógica ainda carece de outros trabalhos

institucionais para sua maior penetração e proeminência no campo da cachaça de alambique. Na próxima seção será abordado o trabalho institucional de criação da lógica técnico-científica.

5.3 Trabalho institucional de criação da lógica técnico-científica

Este tópico discutirá o trabalho institucional envolvido na criação da lógica técnico-científica no campo da cachaça de alambique em Minas Gerais e sua influência na dinâmica deste arranjo. Serão apresentados os eventos e ações que caracterizam estes trabalhos e a configuração desta lógica, bem como seus efeitos e as respostas dos agentes às pressões institucionais.

5.3.1 Processo de construção e características da lógica técnico-científica

Assim como nos trabalhos institucionais que constituíram a lógica da coletividade nesse campo, a construção da lógica técnico-científica também está diretamente relacionada ao esforço inicial de Sr. João e sua atuação no INDI. O estudo setorial desenvolvido nessa entidade evidenciou um cenário de dificuldades competitivas para a produção da cachaça de alambique que iriam além do estigma negativo promulgado pela lógica da moralidade e da informalidade.

Ao longo das décadas de 1950 a 1980, com a popularização do sistema de destilação contínua em colunas de aço inox, houve um aumento em termos de produtividade na fabricação de aguardentes de cana (RODRIGUES; ROSS, 2020). As unidades que produziam cachaça seguindo este sistema conseguiam reduzir os custos de produção com base em economias de escala, de modo que a cachaça de coluna passou a ser amplamente consumida no mercado em Minas Gerais, sobretudo a bebida fabricada no estado de São Paulo. Isso dificultava a competitividade da cachaça de alambique. Além disso, começaram a ser instaladas grandes unidades fabricantes de cachaça de coluna em Minas Gerais, o que segundo Sr. João e outros entrevistados, fez com vários produtores de cachaça de alambique encerrassem suas atividades.

A partir da publicação do Diagnóstico da Cachaça de Alambique (INDI, 1982), enxergou-se a necessidade de investimentos na renovação do sistema produtivo da cachaça de alambique. Acreditando no potencial desse campo, Sr. João afirma que à época tinha conhecimento de projetos desenvolvidos na França e na Itália, semelhantes à realidade dos pequenos produtores de cachaça de alambique, que se destacavam em termos de qualidade e conseguiam ser competitivos no mercado de bebidas alcoólicas.

Nessa direção, uma das estratégias para se explorar este segmento e fazer com que conseguissem maior competitividade seria por meio de um processo de reformulação das práticas de produção, para que estas fossem mais assépticas, padronizadas e resultassem em um produto de maior qualidade. Nas palavras de Sr. João, buscava-se “considerar a cachaça de alambique [como] outro produto”.

Um dos pilares para este processo seria o estabelecimento e difusão de novas tecnologias e conhecimentos técnicos no processo produtivo tradicional que permitiriam a fabricação de uma bebida de maior valor sensorial. Desse modo, foram realizados trabalhos institucionais de natureza política, técnica, educativa e de padronização por meio dos quais emergiu a lógica institucional técnico-científica como referência para os agentes deste campo. Tal como no trabalho institucional narrado anteriormente, aqui se observa que os agentes envolvidos também apresentavam comportamentos agênticos orientados à transformação, de modo projetivo (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998)

A lógica técnico-científica está fundamentada na lógica da ciência (DUNN; JONES, 2010), ou lógica científica (MARS; BRESONIS; SZELÉNY, 2014), enquanto ordem institucional mais ampla. Esta lógica diz respeito ao conjunto de normas, valores e materialidade que sustentam a busca pela construção de conhecimentos na forma de teorias ou leis, que tenham consistência lógica sólida e sejam possíveis de serem falseáveis por meio de experimentações empíricas sistematizadas (POPPER, 2007). Este conjunto de pressupostos constitui o método hipotético-dedutivo, amplamente difundido sobretudo nas ciências naturais (CORVI, 2005). Desse modo, considerando a existência de uma lógica do pensamento científico e da legitimidade que é atribuída a este conhecimento, sobretudo nas sociedades modernas ocidentais (FRIEDLAND; ALFORD, 1991), entende-se que os esforços empenhados por diferentes agentes no campo da cachaça de alambique tenham sido direcionados à construção de uma lógica técnico-científica característica desse arranjo.

Como não produzia cachaça até então, após a publicação do diagnóstico, Sr. João buscou aprofundar seu conhecimento no processo de fabricação da bebida a fim de identificar e promover as mudanças necessárias. Segundo alguns entrevistados, os principais estudos sobre cachaça naquele período eram produzidos e publicados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), sobretudo no *campus* de Piracicaba. Nesse contexto, havia uma carência e dificuldade de acesso a pesquisas sobre cachaça de alambique em Minas Gerais, o que, no entendimento de Sr. João, era um empecilho para a renovação técnica do setor.

Com isso, houve o interesse de se aproximar de pesquisadores e engajá-los ao movimento de mudança (ZILBER, 2009). Ou seja, seria necessário realizar um **trabalho político** de mobilização de pesquisadores(as) e agências técnicas para auxiliarem nesse esforço. Esse trabalho político seria também uma forma de trabalho de fronteira (ZIETSMAN; LAWRENCE, 2010), uma vez que buscava-se incorporar novos sujeitos ao campo da cachaça de alambique: os pesquisadores.

Em 1983, Sr. João conheceu a entrevistada E1, pesquisadora graduada em Engenharia Química, que à época desenvolvia sua pesquisa de doutorado envolvendo experimentos com fermentação alcoólica. Essa aproximação foi importante para o início deste trabalho político já que a pesquisadora se interessava por estudos que servissem de apoio para a melhoria da cachaça de alambique.

Estes sujeitos desenvolveram um curso técnico (uma forma de trabalho de comunicação) que foi oferecido a diversos produtores. No entendimento de diferentes entrevistados, este curso foi importante para auxiliar a escolha dos produtores que se envolveriam na constituição da AMPAQ, em 1988. A associação, inclusive, teve grande relevância na promulgação deste trabalho político. Para além do interesse na articulação política dos produtores, a AMPAQ também tinha como objetivo estratégico a mobilização de esforços coletivos a fim de promover mudanças que aumentassem a qualidade do produto.

A partir do trabalho político de engajamento de acadêmicos foram identificados pesquisadores que tinham interesse na realização de pesquisas (trabalho técnico) nesse campo. Estes sujeitos atuavam, sobretudo, em universidades tais como Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH), entre outras.

Desse esforço, os agentes técnicos se envolveram em outra forma de trabalho político que seria determinante para a construção da lógica técnico-científica: a criação de organizações e entidades formais voltadas à promoção do trabalho técnico. A própria AMPAQ, em sua estrutura organizacional, definiu uma diretoria técnica cujo trabalho envolvia a organização de reuniões junto a pesquisadores, produtores e agentes da administração pública que discutiam premissas para a definição de parâmetros e padronização da qualidade.

Nesse período, em 1989, foi constituído o Comitê da Aguardente de Cana da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Segundo Coutinho (2001), essa organização era composta por agentes do INDI, AMPAQ, Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais

(CETEC), Fundação Ezequiel Dias (FUNED), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), MAA (Ministério da Agricultura e Abastecimento), pesquisadores de universidades, bem como representantes de indústrias de cachaça de coluna.

Este comitê tinha como objetivo, dentre outros aspectos, discutir questões que envolviam a padronização da bebida e o desenvolvimento de metodologias para a análise da qualidade (COUTINHO, 2001). Ressalta-se que seu escopo de atuação não era voltado exclusivamente para a cachaça de alambique, apesar das reuniões serem realizadas em Minas Gerais. Segundo o entrevistado E14, “a comissão de aguardente da ABNT gerou muita coisa boa. Muitos contatos com universidades, com institutos de pesquisa e isso deu uma alavancada boa no nível de interesse dos técnicos”.

Outra forma organizacional foi a Rede Mineira de Tecnologia da Cachaça (RMTC), fundada em 2003. Esta entidade reunia pesquisadores das principais universidades do estado de Minas Gerais que discutiam políticas e direcionamentos para a agenda de pesquisas no campo da cachaça. Segundo o entrevistado E24 (Liderança política no campo), “era um local onde a inteligência da cachaça se reunia para discutir políticas públicas de financiamento e de pesquisa”. Este trabalho foi importante para viabilizar o financiamento de estudos para o setor a partir da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

Além disso, existiram outras organizações que difundiam politicamente os fundamentos da lógica técnico-científica, a saber: os Polos de Inovação Tecnológica da Cachaça nas cidades de Teófilo Otoni, Salinas e Araguari, criados pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SECTES); a Unidade Estadual de Pesquisa Tecnológica e Experimentação para cachaça de alambique, criada pela EPAMIG; a Comissão Técnica da Cachaça (atualmente Comissão Técnica da Cachaça Artesanal de Alambique), coordenada pela FAEMG; entre outras (GOMES; FERREIRA; FERNANDES, 2012).

Segundo o entrevistado E5, este tipo de organização foi importante para cumprir “aquela necessidade de embasamento técnico que existia pra poder embasar os pleitos, para poder orientar as entidades no sentido de pleitearem ações e benefícios mais assertivos”. Ou seja, por meio da criação de organizações de natureza técnico-científica buscava-se construir as bases normativas para o reconhecimento e defesa da qualidade da cachaça mineira (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). O apoio de organizações de pesquisa científica para a realização das mudanças institucionais também foi evidenciado em estudos como os de Lawrence e Zietzma (2010), no campo da indústria florestal canadense; McLachlan et al. (2015), no combate à fome na África do Sul; bem como outras pesquisas.

O trabalho político foi relevante para a emergência e consolidação dos **trabalhos técnicos** que definiriam o sistema simbólico, a materialidade e as práticas orientadas pela lógica institucional técnico-científica nesse campo. A principal forma de trabalho técnico desenvolvida foi a realização de pesquisas e experimentos científicos.

Coutinho (2001) argumenta que:

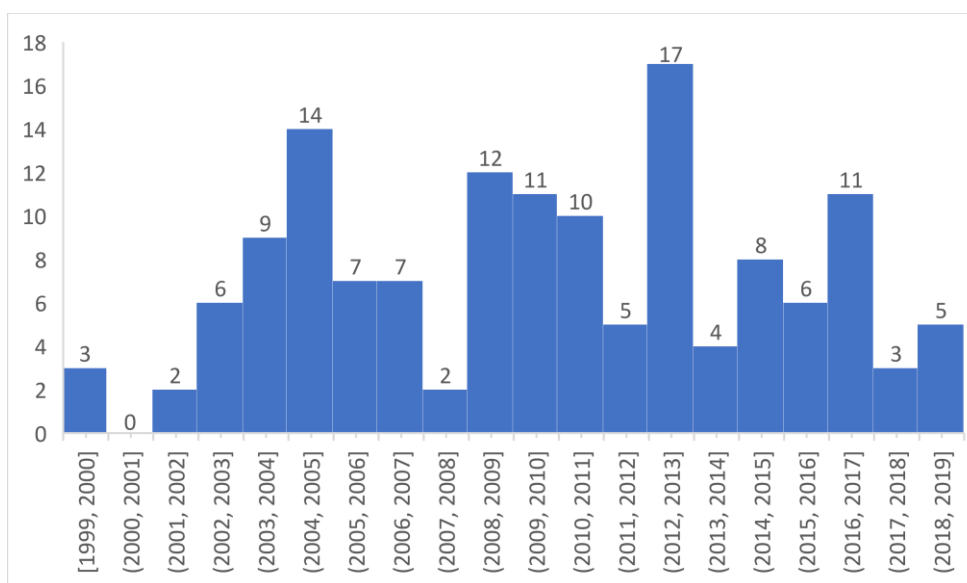
Nesses trabalhos, a produção acadêmica se voltou para a problemática técnica, e os estudos sobre variedades de cana adequadas ao processamento da cachaça, o controle biológico da fermentação e o controle da contaminação pelo cobre foram as pesquisas mais requisitadas (COUTINHO, 2001, p. 139).

Com isso, buscou-se construir práticas que fossem legitimadas pelo conhecimento científico, ou seja, por uma lógica científica com sustentação ao nível societal (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Os estudos científicos seriam uma forma de estruturar os fundamentos normativos da lógica científica a fim de legitimar a cachaça como produto cujas práticas de fabricação tivessem confiabilidade e qualidade.

Considerando que o trabalho técnico e o trabalho político estão intrinsecamente relacionados, destaca-se que os experimentos científicos foram conduzidos em sua maior parte por pesquisadores inseridos em universidades públicas. Muitos destes estudos foram financiados e promovidos a partir de discussões realizadas no âmbito da RMTC e outras agências de promoção de trabalhos técnicos. Houve ainda uma articulação nesses espaços para a formação de grupos de pesquisa em que diversos trabalhos de Graduação, Mestrado e Doutorado foram produzidos.

A Figura 6 evidencia a produção científica de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado publicadas no Banco Digital de Dissertações e Teses e no portal Periódicos Capes cuja temática estava relacionada à cachaça de alambique em Minas Gerais. Foram publicados 142 estudos até o ano de 2019. Estes trabalhos foram desenvolvidos em entidades como: UFV, UFLA, UFMG, UFOP, UFJF, UNIFAL e UFU. Alguns dos estudos foram conduzidos em universidades fora do estado de Minas Gerais tais como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Estadual de Santa Catarina (UESC). No entanto, suas temáticas e experimentos estão relacionados à realidade mineira.

Figura 6 - Produção de teses e dissertações envolvendo a cachaça de alambique.



Fonte: Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD e Periódicos Capes).

Nota-se que os estudos ao nível dos programas de pós-graduação começaram a ser publicados a partir 1999, o que pode ser entendido como efeito do trabalho político de engajamento de pesquisadores neste campo. Os trabalhos de Mestrado e Doutorado foram conduzidos em diferentes áreas das ciências naturais, tais como Ciência de Alimentos, Química, Biotecnologia, Microbiologia, Agronomia, Ciências Biológicas, entre outras. Foram conduzidos, ainda, estudos nos campos das ciências humanas e sociais em áreas como: História, Administração, Turismo e Psicologia.

O trabalho técnico desenvolvido nas universidades permitiu que diferentes aspectos fossem investigados a fim de produzir conhecimento sobre: variedades de cana (OLIVEIRA et al. 2014), seleção de leveduras (OLIVEIRA, 2005), análise sensorial (ARAÚJO, 2010), técnicas de destilação (AZEVEDO et al. 2003), envelhecimento (CATÃO et al. 2011), entre outros aspectos. Foram incorporadas novas práticas ao processo produtivo tais como: mensuração do nível de sacarose da cana-de-açúcar antes da colheita, filtragem do caldo cru da cana-de-açúcar, uso de leveduras selecionadas cientificamente para a fermentação, mensuração da graduação BRIX do mosto fermentado a fim de otimizar a destilação, uso de equipamentos de inox, entre outros (OLIVEIRA et al. 2005, SOUZA et al. 2013). Foi realizado também um trabalho técnico com vistas a otimizar a produção, de forma mais sustentável, a partir do reaproveitamento do vinhoto, da ponta de cana, e das frações de cachaça de cabeça e cauda (SILVA; CHAVES; FERNANDES, 2003).

Outra forma de trabalho técnico realizada por agentes acadêmicos foi o desenvolvimento de estudos setoriais buscando trazer diagnósticos sobre o campo. O estudo publicado pelo INDI em 1982 se caracteriza como um exemplo desse tipo de esforço, embora a principal ação nessa direção tenha sido o “Diagnóstico da Cachaça de Minas Gerais”, publicado pelo Sebrae, em 2001. Esse estudo “apresenta uma radiografia das características agrícolas, estruturais, tecnológicas e gerenciais dos estabelecimentos produtores de cachaça de Minas Gerais, considerando os aspectos que norteiam a produção da legítima cachaça mineira” (SEBRAE, 2001, p. 5).

O diagnóstico realizado pelo SEBRAE contou com o apoio de órgãos técnicos (a exemplo da UFPA) e políticos (tais como AMPAQ, SETEC, entre outros). O estudo evidenciou o grau de informalidade no mercado (85% à época), a configuração da produção da bebida e o potencial competitivo das unidades produtivas no estado (destacando as dimensões: conceito, produtividade, qualidade, instalações, logística e imagem).

Considerando que a lógica técnico-científica buscava orientar os produtores em relação à adoção de práticas legitimadas cientificamente, uma vez que evidências foram produzidas em diferentes estudos, estes agentes técnicos buscaram promover outro tipo de trabalho institucional: o **trabalho de padronização**. Além de buscar compreender o saber-fazer cachaça por meio do conhecimento científico (pelas práticas de trabalho técnico), havia a necessidade de atribuir maior ênfase normativa e regulatória às orientações da lógica técnico-científica. Um dos mecanismos para se promover isso seria por meio do trabalho de padronização (SLAGER; GOND; MOON, 2012).

Para Slager, Gond e Moon (2012), esse tipo de trabalho institucional busca construir instrumentos de controle (padrões) que facilitem a coordenação, uma vez que definem atributos próprios às práticas, tornando-as visíveis à inspeção externa a fim de verificar a adequação ou não dos indivíduos praticantes. No contexto da construção da lógica técnico-científica, o trabalho de padronização envolve a definição do *design* padrão (que pode ser entendido como os resultados do trabalho técnico de realização de experimentos científicos), da legitimidade e de instrumentos de monitoramento do envolvimento com as práticas.

O trabalho de padronização foi realizado sobretudo por meio das ações que envolviam a criação de programas de certificação de qualidade e da definição dos Padrões de Identidade e Qualidade (PIQs) para a cachaça. No âmbito da atuação da AMPAQ, foi criado, em 1990, o Programa de Controle de Qualidade da Aguardente de Cana. Esta iniciativa tinha como objetivos: 1) definir os parâmetros para a certificação de identidade, qualidade e origem da

cachaça de alambique produzida em Minas Gerais; 2) promover o controle e fiscalização das unidades produtivas certificadas; e 3) emitir o Certificado de Conformidade e o Selo de Qualidade às organizações que participassem do programa e cumprissem as normas estabelecidas (COUTINHO, 2001). Nota-se que estes objetivos estão alinhados às principais formas de trabalho de padronização apresentadas por Slager, Gond e Moon (2012).

A partir do esforço coletivo de diretores da AMPAQ e especialistas (técnicos e pesquisadores), buscou-se construir nesse programa um tipo de:

regulamento para a certificação de identidade, qualidade e origem da cachaça mineira, estabelecendo o limite de produção artesanal de cachaça em três mil litros/dia por alambique com capacidade máxima de dois mil litros de vinho. O documento define os requisitos para adesão ao programa, que deve ser espontânea; conceitua termos; estabelece as regras para obtenção do selo; identifica regiões produtoras; determina as características do processo de produção, com especificações técnicas dos procedimentos operacionais, de higienização e das instalações físicas. Também são enunciadas as características físicas e químicas da cachaça mineira e uma tabela de classificação da bebida, analisando-a quanto ao tempo de envelhecimento e teor alcoólico (COUTINHO, 2001, p. 143).

Destaca-se que estes parâmetros foram fundamentados no conhecimento técnico que se tinha à época sobre cachaça e, de forma mais específica, cachaça de alambique. O selo emitido pela AMPAQ às marcas foi uma forma de buscar maior padronização da produção em relação a um conjunto de procedimentos entendidos como ideais para se obter uma cachaça de qualidade. A Figura 7 apresenta o desenho do selo de certificação emitido naquele período.

Figura 7 - Selo de certificação emitido pela AMPAQ.



Fonte: Ampaq, 2015.

O programa de certificação coordenado pela AMPAQ foi considerado pioneiro no mercado de cachaças de alambique (em todo o território brasileiro) (SILVA, 2009). Após sua definição, outras iniciativas de certificação de cachaças de alambique foram desenvolvidas no âmbito estatal e federal.

Ao final do ano 2000, o governo do estado de Minas Gerais criou o Programa Mineiro de Certificação de Origem e Qualidade de Produtos Agropecuários e Agroindustriais (CERTIMINAS). Esse programa buscava avaliar e oferecer selos de certificação de qualidade a produtos de origem típica mineira, dentre eles a cachaça (BELAS, 2012). Mais à frente, em 2007, o governo estadual lançou o Programa de Certificação de Produtos Agropecuários e Agroindustriais do Estado de Minas Gerais (Certifica Minas) (SINGULANO, 2016). Essa iniciativa assemelhava-se à política anterior contemplando a cachaça como produto típico.

O controle e a execução desses programas foram de responsabilidade do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). No escopo do Certifica Minas, o IMA passou a operar como entidade certificadora, emitindo os seguintes selos que poderiam ser aplicados à produção de cachaça: Certificação IMA, Certificação de Produtos Orgânicos e Certificação SAT (Produtos Sem Agrotóxicos).

No ano de 2005, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) estabeleceu os critérios para a certificação de cachaças (SORATTO et al. 2007). Essa ação foi desenvolvida no contexto do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC). O *design* deste padrão seguiu as orientações construídas pelas produções técnicas legitimadas técnico-cientificamente, ressaltando que estes parâmetros estavam em conformidade com aqueles definidos a partir do Decreto 4.851, de 2003 (BRASIL, 2003).

Além da certificação, outra medida que caracteriza o trabalho de padronização dos fundamentos da lógica técnico-científica neste campo foi a definição dos Padrões de Identidade e Qualidade (PIQs) para a cachaça. Esses PIQs foram elaborados conforme o conhecimento construído a partir do trabalho técnico e estão publicados na Instrução Normativa (IN) nº 13, do MAPA, publicada em 2005, considerada um dos principais dispositivos regulatórios e normativos para a fabricação de cachaça. A constituição da IN nº 13/2005 foi de grande relevância para a compreensão do trabalho institucional de reparação da lógica regulatória.

Por fim, além dos trabalhos político, técnico e de padronização, a construção da lógica técnico-científica também foi marcada por **trabalhos educativos**. Esses esforços foram realizados a fim de promover os fundamentos desta lógica institucional aos agentes do campo, especialmente os fabricantes de cachaça. São exemplos de trabalhos educativos: criação de cursos técnicos; prestação de consultorias; e publicação de livros, manuais e pesquisas.

O desenvolvimento de cursos voltados ao ensino de práticas fundamentadas na lógica técnico-científica em Minas Gerais teve início ainda no início da década de 1980. Em 1983, foi

desenvolvido um curso de curta duração direcionado à apresentação do processo produtivo com base no conhecimento científico existente à época. Esta iniciativa reuniu diversos fabricantes e seria reproduzida por diferentes agências desde então.

A AMPAQ promoveu cursos/eventos semelhantes em diversas ocasiões. A estratégia de ação desenvolvida pela associação era baseada na aproximação com outras organizações de natureza técnico-científica que pudessem oferecer este conteúdo, tais como SEAPA, INDI, SEBRAE, SENAR, FAEMG, Universidades etc. (SILVA, 2009, COUTINHO, 2001). Com a emergência do Pró-Cachaça, em 1993, foram organizados mais eventos, financiados por agências do governo do estado de Minas Gerais.

No âmbito deste trabalho, não foram desenvolvidos apenas cursos de curta duração. Em 2005, foi iniciada a primeira turma do curso de graduação denominado ‘Tecnologia em Produção de Cachaça’, da Escola Agro Técnica Federal de Salinas (atual Instituto Federal Norte de Minas Gerais (IFNMG), *campus* Salinas). Segundo o entrevistado E14:

Nós temos o primeiro curso de cachaça do Brasil que também é o primeiro curso de cachaça do mundo e o nosso curso de tecnologia em produção da cachaça dá condições aos produtores locais produzirem cachaça de alta qualidade e que possam ser consumidas com tranquilidade [...] porque o nosso curso de cachaça tem a preocupação de elevar o nível de eficiência e de qualificação da cachaça produzida na nossa região (E14 - Liderança política no setor).

Outra forma de trabalho de comunicação foi a prestação de consultorias técnicas a produtores. Vários agentes promoveram este trabalho, como o SEBRAE, universidades, laboratórios, pesquisadores etc. As consultorias acontecem sobretudo em dois escopos: implantação e gerenciamento das unidades produtivas e análises físico-químicas e sensoriais da bebida.

Encerrando as práticas de trabalho de comunicação, diversos pesquisadores e outros agentes técnicos se envolveram em publicações de livros, manuais e outras produções acadêmicas. São exemplos de livros publicados: ‘Fabricação Artesanal de Cachaça’ (RIBEIRO, 1997); ‘Tecnologia da Cachaça de Alambique’ (MAIA; CAMPELO, 2005); ‘Produção de Aguardente de Cana’ (CARDOSO, 2006). Manuais: ‘Manual da Cachaça Artesanal’ (GRAVATÁ, 1992); ‘Cachaça de Alambique: Manual de Boas Práticas Ambientais e de Produção’ (OLIVEIRA, et al. 2005). Apostilas: Curso AMPAQ de produção artesanal de aguardente de qualidade (MAIA; RIBEIRO; SILVEIRA, 1995).

Em suma, os trabalhos institucionais discutidos nesta seção foram importantes para a construção da lógica técnico-científica do campo da cachaça de alambique. Esta lógica tem como **pressuposto** principal o entendimento que o conhecimento técnico-científico permite que

a produção de cachaça seja realizada de forma mais eficiente, confiável e com maior qualidade. A **dimensão simbólica** que constitui esta lógica envolve a promoção de discursos tais como: 1) a assepsia e o controle sistemático no processo produtivo de cachaça incorre em um produto com maior qualidade; 2) a padronização da cachaça de alambique é importante para o acesso ao mercado de maior valor agregado; 3) a certificação é um mecanismo que auxilia o alcance de confiabilidade e qualidade; 4) a qualidade legitimada pelo conhecimento técnico-científico é um diferencial competitivo para a cachaça de alambique; 5) o conhecimento técnico-científico permite um melhor uso dos recursos de produção, resultando em mais eficiência e sustentabilidade. Esta lógica orienta um conjunto de **práticas**, a saber: 1) uso de variedades selecionadas de cana-de-açúcar; 2) filtragem do caldo de cana moído; 3) fermentação por meio de leveduras selecionadas artificialmente; 4) realização sistemática de testes de qualidade físico-química e sensorial; 5) limpeza e cuidado com o ambiente de produção; 6) destinação correta e reaproveitamento de resíduos (vinhoto, ponta de cana, cachaça de cabeça e cauda etc.); entre outras. Finalmente, a lógica institucional técnico-científica é promulgada por meio de vários artefatos que constituem sua **dimensão material**. São exemplos: equipamentos de aço inox (tubulações e dornas de fermentação); instalações (sala de preparo do caldo); tanques de armazenamento de vinhoto; equipamentos de mensuração de processos (sacarímetro, etilômetro, etc.); leveduras selecionadas artificialmente, entre outros. A seguir serão discutidos os efeitos e respostas organizacionais a esta lógica.

5.3.2 Efeitos e respostas ao processo de construção da lógica técnico-científica

A emergência da lógica institucional técnico-científica a partir de meados da década de 1980 no campo da cachaça de alambique produziu diferentes efeitos neste arranjo. Esses resultados envolvem tanto transformações nas condições do campo quanto a promulgação de novas práticas, discursos e materialidades.

Um dos objetivos centrais para o engajamento dos agentes nos trabalhos institucionais de criação desta lógica foi a defesa e legitimação da cachaça de alambique fundamentada no conhecimento científico (DUNN; JONES 2010). Isso impactou na incorporação de novas materialidades aos processos produtivos, na construção de significados para a qualidade da bebida, na regulamentação destes atributos e em iniciativas de padronização de um saber-fazer que envolveram, ainda, a criação de programas de certificação de qualidade.

Ao ser fundamentada em trabalhos técnicos e políticos e difundida por meio de trabalhos educativos, a lógica técnico-científica do campo da cachaça permitiu que fossem realizados

estudos com o objetivo de sistematizar e validar, ou refutar, práticas tradicionais de fabricação e seus efeitos na produtividade e nos atributos físico-químicos e sensoriais da bebida. Ao longo das últimas três décadas foram desenvolvidos experimentos relacionados às etapas do processo de fabricação, a saber: plantio e colheita, moagem, fermentação, destilação e envelhecimento.

Esses esforços também incorreram na criação e difusão de novos tipos de conhecimentos e materialidades direcionadas à produção de cachaça. Passaram a ser empregadas novas variedades de cana-de-açúcar, com o plantio seguindo uma ordem de maturidade precoce, média e tardia. Na prática de colheita, iniciou-se a utilização de equipamentos de controle da graduação de sacarose da cana como o sacarímetro. Após a moagem e extração do caldo, passou-se a recomendar a filtragem do mesmo em um equipamento que permite que partículas sólidas como bagacilhos e terra sejam separadas do líquido (OLIVEIRA et al. 2005, CARDOSO, 2006, SOUZA et al. 2013).

No processo de fermentação, foram realizados estudos buscando selecionar artificialmente leveduras que permitem maior produtividade e qualidade. Nesse sentido, destaca-se o registro e comercialização de leveduras tais como a CA11, selecionada em experimentos realizados na UFLA (SEBRAE, 2007). A otimização da fermentação também é mediada pelo uso do sacarímetro, que mede a graduação BRIX do mosto e informa se o mesmo está no estágio ideal para a destilação. Outra mudança relacionada à incorporação de novas materialidades a essa prática refere-se à substituição do material de fabricação das tubulações e das dornas de fermentação (geralmente feitos de madeiras, polietileno e aço carbônico) por equipamentos de aço inox, cujo objetivo é a redução do efeito microrganismos contaminantes ao mosto (VILELA, 2005).

Na prática de destilação, esta lógica também difundiu o uso do etilômetro como instrumento de apoio à separação das frações da destilação (cabeça, coração e cauda) (CARDOSO, 2006). Após ser destilada, a cachaça passa por um processo de filtragem em resina catiônica, para que a proporção de carbamato de etila (congêneres tóxicos ao ser humano que advêm dos resíduos de cobre do alambique) seja reduzida (LIMA et al. 2009). Por fim, a lógica técnico-científica também é incorporada à prática de envelhecimento, à medida em que estudos demonstraram que certas madeiras oferecem melhores resultados e efeitos aos atributos sensoriais (SANTIAGO et al. 2014).

Para além dos efeitos na promulgação de novas materialidades às práticas de produção de cachaça, a lógica técnico-científica sustenta novos entendimentos acerca da qualidade da cachaça de alambique. Ao longo dos cinco séculos de existência da cachaça, existiram

diferentes conceitos acerca da qualidade da aguardente, o que Coutinho (2001) referiu-se como mitos da qualidade. Em alguns contextos, a bebida com maior concentração alcoólica era vista como de melhor valor. Em outros, apreciava-se cachaças envelhecidas. Todavia, pouco se conhecia acerca de características físico-químicas que estavam relacionadas às características sensoriais.

A partir do trabalho institucional realizado por agentes deste campo, a cachaça de qualidade passou a ser entendida como aquela bebida que segue um conjunto de parâmetros técnicos (construídos a partir do trabalho técnico). Ou seja, atribuiu-se maior objetividade na definição da qualidade e houve um esforço direcionado à padronização dessa configuração. Segundo um dos entrevistados:

[Para definir] uma cachaça de qualidade eu penso em 2 padrões: o padrão quimicamente correto, que no meu caso eu só posso intuir ou perceber por determinados sabores, que eu sei que indicam defeitos químicos. Pra dar um exemplo: sabor de ovo podre... a gente sabe que é uma cachaça que é contaminada; o sabor de fumaça, você sabe que ela é contaminada com sulfural, mas eu não vou fazer análise química da cachaça; e o padrão sensorial de uma cachaça equilibrada, com acidez equilibrada com sabores presentes, sem defeitos técnicos, como queimação exagerada na garganta ou excesso de doçura pela quantidade de açúcar excessiva utilizada ou uma série de defeitos de paladar e de aroma ou de visual, também, como a turbidez, que você eventualmente encontra hoje na cachaça [...] (E9 - Jornalista).

A lógica técnico-científica também possibilitou que o discurso da qualidade envolvesse o cuidado aos aspectos profiláticos e da segurança alimentar relacionados ao consumo da bebida. Foram reconhecidos os principais congêneres, ou contaminantes, envolvidos com a fabricação de cachaça de alambique. Segundo a Instrução Normativa nº 13, do MAPA, o coeficiente dos congêneres é formado pela soma de:

[...] - acidez volátil (expressa em ácido acético); - aldeídos (expressos em acetaldeído); - ésteres totais (expressos em acetato de etila); - álcoois superiores (expressos pela soma do álcool n-propílico, álcool isobutílico e álcoois isoamílicos); - furfural + hidroximetilfurfural (MAPA, 2005).

Para atender aos critérios de conformidade da qualidade, o coeficiente de congêneres não pode ser inferior a 200 miligramas por 100 mililitros e nem superior a 650 miligramas por 100 mililitros de álcool anidro (MAPA, 2005). Além disso, a acidez, responsável pela característica sensorial de maior ardência da cachaça, tornou-se um atributo negativado a partir desta lógica (MIRANDA et al. 2007). Por meio da reprodução dos pressupostos dessa lógica, seria possível fabricar uma cachaça de maior valor sensorial e menos prejudicial à saúde. O objetivo destas iniciativas seria, conforme os entrevistados, fabricar cachaças que fossem sensorialmente mais próximas de outras bebidas destiladas de maior valor como alguns tipos de whiskeys, conhaques e vodcas.

Conforme o entrevistado E17, o atendimento aos fundamentos, práticas e materialidade orientados pela lógica técnico-científica possibilita um aumento da conformidade e consequentemente da qualidade da bebida fabricada:

O que eu posso dizer com toda segurança que tenho visto nas produções daqui é que a ausência de boas práticas quase sempre culmina com valores de carbamato de etila acima do padrão estabelecido. Porque em diversos produtores que a gente acompanhou a produção, quando são adotadas de fato boas práticas, desde as questões higiênicas, no tocante ao controle de todo o processo produtivo, isso não é problema... Em qualquer região do estado, a gente viu isso em cima de Avaliações da Conformidade. Então a gente vê nesse aspecto... é uma coisa que eu consigo falar tranquilo, se faltou [atendimento às boas práticas de fabricação], o carbamato de etila pode ser um problema (E17 - Analista técnico do IMA).

O reconhecimento dos atributos físico-químicos e do processo produtivo da bebida que promovem esta noção de qualidade também foram sustentados por mecanismos regulatórios. O principal exemplo deste efeito, a Instrução Normativa Nº 13, de 29 de junho de 2005, publicada no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), define o “Regulamento Técnico para Fixação dos Padrões de Identidade e Qualidade para Aguardente de Cana e para Cachaça” (BRASIL, 2005). Este regulamento representa um efeito direto da lógica técnico-científica no campo. Haja vista, as bases técnicas que caracterizam este dispositivo são sustentadas pelos resultados de estudos realizados por pesquisadores de diversos centros de pesquisa (alguns deles membros da RMTTC) e discussões que ocorreram nas câmaras técnicas setoriais e em outras instâncias políticas.

Entretanto, apesar da IN nº13 ser um instrumento que apresenta os atributos técnicos que caracterizam a cachaça, este dispositivo não incorpora uma distinção explícita entre a cachaça produzida em alambiques e em colunas de destilação contínua. Esta discussão tem sido uma frente de atuação das organizações representativas da cachaça de alambique (sobretudo a ANPAQ), que advogam pelo reconhecimento desta diferenciação.

A partir de 2018, passou a ser debatida de forma mais objetiva a possibilidade de alteração da IN nº13, de modo que os produtores de cachaça de alambique defendem a adoção de critérios específicos para a diferenciação das bebidas. Estes critérios referem-se, sobretudo aos atributos sensoriais da cachaça de alambique.

Basicamente é o seguinte, nós inclusive já apresentamos um estudo lá para eles... nós precisamos hoje fazer a diferenciação da cachaça de alambique, contrapondo as mudanças que eles estão fazendo para prejudicar a cachaça de alambique... Eles querem nivelar os dois produtos como se fossem iguais. A legislação pega uma parte muito pequena do que a cachaça de alambique tem de atributo, então eles querem abaixar esses congêneres pra dizer que é tudo igual (E15 - Promotor de eventos no campo).

Nós vamos fazer o trabalho agora exatamente em cima disso! Com toda a certeza nós iremos conseguir! Cachaça de coluna é uma coisa, cachaça de alambique é outra! Já

é assim diferente. Agora nós precisamos pegar isso e analisar desta maneira. Tem que estar regulamentado desta forma! A gente tá sentindo a falta de regulamentação (E16 - Produtor de cachaça, Liderança política no campo).

Outros agentes entrevistados defendem que a diferenciação não seria uma pauta relevante neste momento para o crescimento do campo, no contexto brasileiro e global.

[...] eu na verdade não sei dizer ainda se é benéfico ou não essa distinção, eu acho que o próprio mercado é que vai dizer isso. A questão é basicamente a seguinte: será que na cabeça do consumidor faz sentido ter dois produtos diferentes ou não? Ou ele tem direito de saber o método pelo qual foi produzido? Já seria suficiente para ele estar informado de que são produtos elaborados de maneira diferente? Então é uma questão muito estratégica, eu acho que as pessoas que estão hoje no setor tem que sentar e avaliar qual o impacto disso, mas eu não sei te responder [...] (E5 - Liderança política no campo).

Aí eu abro o parênteses entre os produtos... Porque eu como cachaciê, com foco no público final, eu vivo com o público final, apesar de ter uma boa interlocução com a cadeia... Como o meu negócio é o público final, eu tenho muita dúvida se ficar separando demais a cachaça de alambique da cachaça industrial não é ruim... Se a gente deveria falar de cachaça e mostrar: olha, isso aqui é cachaça... só que essa é feita de um jeito e essa é de outro... Então teria a bandeira cachaça e em baixo você abre duas perninhas mostrando que os processos produtivos são diferentes por isso se tem dois produtos diferentes [...] não acho que isso é bom sobre a ótica do consumidor final. Porque em nenhum país é desse jeito. Você tem vinho bom e vinho ruim na França também, não é só vinho bom que você tem lá. E todo mundo fala em vinhos (E2 - Jornalista).

Por sua vez, a lógica técnico-científica também permite que esta defesa seja sustentada por parâmetros técnicos. No contexto desta diferenciação, a entrevistada E1 afirma que:

As diferenças na composição química [entre a cachaça de alambique e a cachaça de coluna] foram se revelando aos poucos, a partir de análises em laboratório, nas quais pesquisávamos parâmetros de qualidade sensorial não incluídos na legislação. É que, certamente como reflexo do histórico (secular) de preconceitos, a legislação sempre esteve focada no estabelecimento de limites de tolerância para possíveis contaminantes e compostos secundários potencialmente tóxicos (como metanol, álcoois superiores e outros). Não havia, como se pretende agora, previsão de valores mínimos afetos a parâmetros de qualidade sensorial, como os ésteres (diferentes do acetato de etila). Atualmente percebo com clareza a diferença entre a cachaça de alambique e a cachaça de coluna – não apenas no âmbito da escala de produção, da composição química e dos procedimentos operacionais. Mas também, e principalmente, nas formas de inserção no mercado e expressão de significados afetos a tradições, cultura e compartilhamento social (E1 - Pesquisadora)

Ainda considerando os efeitos da lógica técnico-científica no âmbito do pilar regulatório, o processo produtivo passou a ser regulamentado conforme um conjunto de Boas Práticas de Fabricação de Cachaça. Seguindo a legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 1997), todas as indústrias de bebidas devem apresentar um manual detalhado das boas práticas realizadas naquela unidade produtiva. Essas medidas também são parte do processo regulatório para a emissão do registro de funcionamento junto ao MAPA.

Esse processo passou por influências de outros esforços no sentido da incorporação deste tipo de entendimento em um movimento nacional de regulamentação da indústria de alimentos.

Acredito que a implantação das Boas Práticas de Produção da Cachaça de Alambique fez parte de um trabalho mais amplo do MAPA e da ANVISA no âmbito da implantação de Boas Práticas de Produção em todo o setor produtivo de alimentos, cosméticos e medicamentos. A legislação atual exige que os produtores elaborem e apresentem seus Manuais de Boas Práticas para fins de registro das empresas e seus produtos. A fiscalização cobra o atendimento aos Manuais, que perpassam não apenas as etapas do processo produtivo, como instalações, fluxos de materiais, procedimentos de recepção e armazenamento de insumos e produtos, descartes de resíduos, respeito ao meio ambiente, rastreabilidade da produção e dos lotes. Quando o Manual passou a ser exigido, muitos produtores já tinham implantado as práticas mais recomendáveis, conforme vinham sendo divulgadas através de cursos e treinamentos, oferecidos rotineiramente, tanto na iniciativa pública como privada (E1 - Pesquisadora).

Outro efeito a ser destacado a partir do trabalho institucional de construção da lógica técnico-científica no campo da cachaça foi a criação dos programas de certificação voluntária de qualidade. A partir da criação do programa Certifica Minas houve um crescimento no número de produtores interessados. Em 2008, apenas 10 organizações eram certificadas. Em 2009, 107 unidades produtivas, envolvendo 133 marcas, utilizavam algum dos selos de certificação auditados pelo IMA. Desse total, 74 se enquadravam na certificação convencional de cachaças, 29 na certificação de produtos orgânicos e quatro na certificação SAT (DIÁRIO DO AÇO, 2010). No ano de 2012, o número de certificados emitidos chegou a 251, por marca, envolvendo 182 organizações (AGÊNCIA MINAS GERAIS, 2013).

A partir desse período, o número de certificados emitidos pelo IMA para produtores de cachaça de alambique entrou em declínio. Em 2016, 66 unidades produtivas, correspondendo a 132 marcas, se submetiam a algum tipo de certificação (AGÊNCIA MINAS, 2016).

Desde 2009, o IMA passou a atuar como acreditador do Organismo Certificador de Produto (OCP), chancelado pelo Inmetro. No ano de 2010, nove marcas de cachaça eram certificadas por esse mecanismo. No contexto do Programa Certifica Minas, o IMA atua como órgão certificador responsável pelos processos de auditoria e emissão de certificados de conformidade com as normas estabelecidas.

Até o ano de 2020, eram promovidos três tipos de certificações que contemplam a produção de cachaças. O selo Certifica Minas Cachaça foi emitido a quatro produtores, abrangendo oito marcas. O selo Certificação SAT – Sem Agrotóxico foi emitido a apenas um produtor. Por fim, o selo Certifica Minas Orgânico foi emitido a três produtores, abrangendo três marcas (IMA, 2020).

No contexto do trabalho realizado pelo IMA de acreditação do programa de certificação oferecido pelo Inmetro, o selo CachaçaIMA/Inmetro, até o final do ano de 2020, apenas três organizações, envolvendo seis marcas, aderiam a esse tipo de certificação. O entrevistado E17 entende que essa diminuição está relacionada à incidência das taxas para contratação e renovação das auditorias e à percepção dos agentes quanto aos benefícios do selo.

[...] como antes era uma questão de fomento, só tinha uma cobrança inicial. E agora cada auditoria tem uma cobrança periódica... isso foi uma das coisas que meio que afugentou... Além disso, a informação deles é de que não estava abrindo [oportunidades de negócio] e o que acontece é que nem todos os produtores que têm um produto certificado têm uma leitura direta da proposta... Eles acham que colocaram o selo no produto deles e vão poder vender mais, vender mais caro... e não é isso, a gente tem um dispositivo de gestão... E aí é esse dispositivo de gestão que vai falar se ele vai conseguir vender mais caro, vender melhor. Eles não conseguem fazer essa leitura e assim sofrem essa dificuldade. E aí foram saindo os produtores à medida em que foram vencendo os certificados, não foram renovando... (E17 - Analista técnico do IMA)

O dispositivo de gestão refere-se à influência normativa e regulatória que o programa de certificação exerce sobre a organização, conforme discutem Slager, Gond e Monin (2012). Na medida em que o fabricante implementa o conjunto de boas práticas de fabricação, ele passa a ter melhores parâmetros gerenciais que o apoiam na tomada de decisões de negócios. Questiona-se, portanto a falta de uma gestão profissional nas unidades produtivas. Esse impasse seria uma barreira à adesão aos mecanismos de certificação voluntária. Por sua vez, alguns produtores não renovaram as licenças de certificação pois, pelo contrário, apreendiam os processos e recomendações necessárias para atender aos requisitos de conformidade. Esses sujeitos conseguiram acessar o mercado consumidor sem a necessidade de apresentar um selo de certificação de qualidade.

Alguns agentes entendem, ainda, que a diminuição no número de produtores certificados é devida ao não reconhecimento deste mecanismo por parte dos consumidores de cachaça. O entrevistado E29, produtor de cachaça, afirma que “ninguém chega aqui perguntando ‘você tem selo de qualidade?’” (E29 - Produtor de cachaça). Outros entrevistados argumentam:

O selo é muito importante para quem vende... Para os comerciantes... Quando você fala de ANPAQ, esse selo aqui é ANPAQ, os caras fazem questão.... mas na minha opinião, eles são tão obscuros que ninguém nem pergunta o que é (E20 - Produtor de cachaça).

O grande problema da certificação é o seguinte... o que adianta você fazer a certificação, gastar dinheiro e depois ninguém saber o que é que significa aquele selo! Que selo é aquele? Ah, é o selo que certifica o produto... Mas certifica o quê? Que o produto é bom? Que o produto tem alguma diferença? Tem algum controle? É tudo fiscalizado? (E14 - Promotor de eventos no campo)

[...] não adianta só por lá o selo, porque daqui a pouco se a gente não contar para o Brasil inteiro o que aquele selo significa, ele não tem valor... O selo, o certificado,

enfim, as comendas, as medalhas, elas só fazem sentido a partir do momento que quem está do lado de cá [consumidor] entenda que aquilo faz sentido... [...] Então não adianta se eu pegar uma garrafa e não entender ao bater o olho que aquele símbolo significa ANPAQ, que aquilo ali significa uma garantia da qualidade daquela cachaça, que eu posso comprar tranquila... Aquilo não faz sentido. Aí é o papel da ANPAQ, trabalhar para que as pessoas, o consumidor, entenda isso! Essa importância do selo não pode ficar restrita à cadeia produtiva porque a cadeia produtiva não é o consumidor, não é quem faz a roda girar (E2 - Jornalista)

Nós fizemos uma pequena pesquisa perguntando o que é que ele [o consumidor] entendia pelo Inmetro na garrafa de cachaça: "quer dizer que essa garrafa de 1 litro tem 1 litro..." Isso também é uma falha do empresário. Não adianta simplesmente colocar um selo e não falar o que vem atrás daquele selo. Você tem cachaças aí famosas que tem o selo, você tem um trabalho enorme, cumpre uma série de exigências, uma série de controles... por que que ele não conta aquela historinha? Hoje sobretudo as pessoas que compram produtos certificados, elas compram a história... (E17 - Analista técnico do IMA).

Entretanto, ainda que existam desafios para o reconhecimento e legitimação de mecanismos como a certificação, alguns entrevistados entendem que o trabalho institucional de construção desta lógica produziu transformações significativas no que se refere à padronização da cachaça.

Antes do desenvolvimento tecnológico relativo aos equipamentos usados, a moagem, à forma de destilação, aos controles dos processos da fermentação, destilação, da matéria prima, técnicas de envelhecimento, equipamentos para tal e técnicas de blend, entre outros, que começaram a surgir a partir das pesquisas e colaboração das universidades, outros centros de pesquisa que iam surgindo a partir do trabalho da AMPAQ, hoje ANPAQ, NÃO SE PODIA FALAR EM PADRÃO DO PROCESSO, NEM MESMO DO PRODUTO. Hoje, isso se tornou completamente padronizado, permitindo uma total padronização e mantendo todas as qualidades características superiores da produção neste processo de Alambiques (E8 - Produtora de cachaça).

Surgiram fábricas novas, muito bem instaladas, o projeto e fabricação dos equipamentos foram aprimorados... e isso se evidenciou (num intervalo em torno de oito a dez anos) antes que o MAPA e ANVISA oficializassem determinações específicas afetas às de boas práticas de produção (E1 - Pesquisadora).

E aí entra a academia, as instituições, entra a formação profissional e o desenvolvimento, na parte da iniciativa privada, o desenvolvimento dos equipamentos isso deu um padrão de qualidade que é realmente bem acima da média do que a gente sabe de outros setores da indústria brasileira, mesmo sendo da pequena indústria. A produção de cachaça no Brasil tem um padrão de excelência na maior parte dos produtores, de 1400 produtores [formalizados], pelo menos 900 trabalham com padrão de absoluta excelência. Houve uma padronização em que as cachaças ruins praticamente foram eliminadas. Você não tem no mercado formal hoje cachaças que sejam ruins. Você tem poucas cachaças mais ou menos e você tem um padrão de qualidade (E9 - Jornalista).

Esses resultados não representam, por sua vez, que a padronização da bebida esteja concluída. "Eu arrisco a dizer que a falta de padronização da produção dificulta, mas não impede, a comercialização" (E25 - Pesquisador). Alguns entrevistados entendem, ainda, que é difícil pensar em uma bebida *comoditizada*.

Se você vai em qualquer alambique, a maior parte deles não sabe o que é que é variedade de cana de açúcar. E aí usa o que tem e usa do vizinho, não sei o que... Contrariamente a outras bebidas, por exemplo, no vinho, não há uma variedade de cachaça apropriada ou variedade cana mais apropriada para produção de cachaça. O que os caras fazem, quando fazem, é a variedade de cana que dá uma maior produtividade agrícola naquela região. Muitos ainda não sabem o que é a cana precoce, média e tardia. Então começa lá na matéria prima. Depois quando pula para a fábrica você tem uma variedade de influências, às vezes nem sempre positivas que afetam muito a padronização do produto. Você tem matéria prima, fermentação, destilação e depois envelhecimento... (E25 - Pesquisador)

Considerando, portanto, os efeitos da lógica institucional técnico-científica neste campo, destaca-se as respostas dos agentes deste arranjo (OLIVER, 1991). Estas respostas relacionam-se, sobretudo, ao perfil de produtores de cachaça e suas estratégias competitivas no mercado. Apesar desta lógica ter se estabelecido no pilar regulatório, sua incorporação acontece, de fato, apenas entre parte dos produtores, numa espécie de nicho que busca produzir cachaças de maior valor agregado, buscando alcançar consumidores mais exigentes e concorrer com outros destilados.

Nesse grupo de produtores, que corresponde ao mercado formal de cachaças de alambique, é possível identificar contextos em que a resposta à lógica técnico-científica se deu de forma aquiescente. Ou seja, existe um esforço para a adoção da dimensão simbólica, prática e material informada por esta lógica (GONÇALVES; FREGONESI; MOREIRA, 2020).

Ainda nesse contexto, outros produtores a atendem de forma menos aprofundada, ou ainda, com maior hibridismo às outras lógicas institucionais do campo. Nesse sentido, existe uma espécie de *decoupling*, ou seja, a adoção de pressupostos estruturais apenas na dimensão aparente, sem que tenham impactos nas práticas cotidianas da organização (MEYER; ROWAN, 1977, PACHE; SANTOS, 2010, GONÇALVES; FREGONESI; MOREIRA, 2020). Segundo o entrevistado E29, isso acontece sobretudo nas respostas aos programas de certificação, uma vez que alguns fabricantes apenas se preocupam em seguir as orientações quando acreditam que irão receber auditores do IMA em sua unidade produtiva.

De modo geral, considerando o alto grau de informalidade do campo, entende-se que a maior parte dos produtores não incorpora plenamente os pressupostos desta lógica em suas práticas produtivas. Nesse sentido, a influência da lógica técnico-científica é, inclusive, percebida por alguns agentes como uma barreira para a interrupção da informalidade, haja vista os custos necessários para a adequação e conformidade da fábrica às normas técnicas. Conforme o entrevistado E21 afirma, “os alambiques clandestinos não precisam de tanto equipamento inox, não precisam de lavadora de garrafas, jogam o vinhoto no rio, não pagam um Químico como responsável técnico” (E21 - Produtor de cachaça).

O entrevistado E25 discute que existe um entendimento entre alguns produtores, geralmente informais, que consideram a destilação como um processo que encerra os defeitos do produto. Nesse sentido, não seria necessário atender às medidas de promoção da qualidade orientadas pela lógica técnico-científica.

[O conhecimento acerca das orientações técnico-científicas] Não é uma realidade estranha a essas pessoas [produtores informais] porque esse ambiente rural, se eles fizessem produção de leite da forma como fazem a produção de cachaça, o leite não chegaria no laticínio. Eles sabem que tem que resfriar, que tem que cuidar de higiene, da saúde do gado. Mas eles se esquecem disso para a cachaça porque acham que quando você destila, todos os problemas que aconteceram anteriormente vão embora... que ali vai ter 40 e tantos por cento de álcool... Mas o que tinha que acontecer em termos de formação de uma coisa básica para aquela destilação já ocorreu. Destilação nenhuma vai corrigir as bobagens que foram feitas para trás... Então eles não separam isso (E25 - Pesquisador).

Estes efeitos reforçam a necessidade de maiores esforços em direção à difusão desta lógica institucional no campo. A seguir, será apresentado um resumo dos trabalhos institucionais e seus efeitos discutidos nesta seção.

5.3.3 Síntese integrativa dos aspectos da lógica institucional técnico-científica

O trabalho institucional de construção da lógica técnico-científica no campo da cachaça de alambique foi resultado de diferentes tipos de práticas coletivas políticas, técnicas, de padronização e educativas. Foram realizados trabalhos de natureza política, a saber: mobilização de pesquisadores(as) e agências técnicas para auxiliarem no esforço de renovação técnica do campo; e criação de organizações e entidades formais para a promoção do trabalho técnico.

Os trabalhos de natureza técnica referem-se a práticas de realização de pesquisas e experimentos científicos no contexto das universidades, laboratórios e outros centros de pesquisa. Esses estudos foram responsáveis pela construção dos discursos, práticas e materialidade pelos quais a lógica técnico-científica é promulgada pelos agentes no mercado. O trabalho técnico aconteceu tanto nos campos das ciências biológicas e exatas, quanto nas ciências humanas e sociais, por meio de diagnósticos econômicos e gerenciais.

Esta lógica também foi construída a partir do trabalho de padronização, que objetivou a normatização dos procedimentos técnicos. Este caminho se deu mediante a criação dos Padrões de Identidade e Qualidade (PIQs) para a cachaça, regulamentados pela Instrução Normativa N° 13, e dos programas de certificação voluntária de qualidade, acreditados por agências como o Instituto Mineiro de Agropecuária.

Foram realizados, ainda, trabalhos de natureza educativa tais como: oferta de cursos direcionados a produtores, especialistas (baristas, cachaciê) e consumidores; realização de consultorias técnicas a fabricantes a fim de orientá-los na adequação aos pressupostos desta lógica e; publicações de cunho científico ou gerencial (artigos publicados em periódicos, livros, relatórios técnicos, manuais, etc.).

De modo geral, a lógica técnico-científica foi importante para legitimar a cachaça enquanto produto cujo saber-fazer envolve conhecimentos científicos. Este entendimento permitiu que a bebida passasse por um processo de padronização e conformidade, com vistas a aumentar sua qualidade e valor agregado ao mercado. Seus pressupostos permitiram a ocorrência de mudanças nos dispositivos regulatórios e simbólicos relacionados à bebida. Os agentes passaram a incorporar novas materialidades ao processo produtivo, difundidas por meio de instruções normativas e outras fontes legais, bem como eventos de caráter educativo.

No entanto, considerando o campo da cachaça de alambique de Minas Gerais em sua totalidade, entende-se que os efeitos desta lógica foram incorporados sobretudo por um pequeno grupo identitário de produtores, caracterizando uma espécie de nicho de mercado. Haja vista, no cenário majoritário de produção informal, poucas práticas relacionadas à lógica técnico-científica são reproduzidas.

Nem todos os produtores que caracterizam este grupo específico, interessado em alcançar mercados de maior valoração de preços, incorporam os pressupostos desta lógica de forma aquiescente. Pela pesquisa, foi possível identificar sujeitos que promovem uma forma de desacoplamento (*decoupling*), adotando apenas alguns fundamentos técnico em detrimento de outros. Isso se dá também pela percepção do volume de investimentos necessários para se adequar o processo produtivo à lógica.

Contudo, ainda que seus efeitos não sejam amplamente difundidos, entende-se que a lógica técnico-científica representa uma mudança substantiva nesse campo. A dimensão simbólica, bem como as práticas e a materialidade informadas por esta estrutura tem impactado na forma com que os agentes do campo se mobilizam em suas práticas cotidianas nas organizações. Esta lógica também foi importante na indução de trabalhos institucionais de reparação de outras lógicas institucionais. Na próxima seção será discutido o trabalho de reparação da lógica da produção tradicional.

5.4 Trabalho institucional de reparação da lógica da produção tradicional

Os trabalhos institucionais que objetivaram a promoção de mudanças no campo da cachaça de alambique em Minas Gerais não se resumiram à criação de novas lógicas (coletividade e técnico-científica). Esses esforços também produziram transformações em lógicas institucionais já estabelecidas neste arranjo. Nesta seção serão discutidas as práticas conduzidas por agentes deste mercado com a finalidade de reparação da lógica da produção tradicional.

5.4.1 Processo de reparação e características da lógica da produção tradicional

A tradição é um componente marcante na trajetória da cachaça de alambique, de modo que é possível demarcar um conjunto de pressupostos que caracterizam a lógica institucional que caracteriza a tradição no saber-fazer cachaça. A denominada lógica da produção tradicional, confere aos sujeitos um arcabouço de práticas que reforçam materialidades e elementos simbólicos empregados nesta atividade produtiva desde o século XVI.

O reconhecimento de pressões institucionais provocadas por estruturas tradicionais remonta às contribuições de Weber (1999) e tem sido objeto de estudo no campo do institucionalismo (SUDDABY; GANZIN; MINKUS, 2017, FERREIRO et al. 2019). A exemplo disso, Kroezen e Heugens (2019) discutem a reemergência da lógica da produção artesanal de cervejas competindo com a lógica da produção industrial moderna de cervejas. Estes autores discutem que a tradição existente no saber-fazer cervejas na Holanda passou por um processo de interrupção institucional, que somente reemergiu com trabalhos institucionais realizados por agentes a partir da década de 1990. Este estudo traz evidências de um movimento semelhante ao caso da cachaça de alambique, ainda que apresente diferenças, dentre elas o trabalho de reparação conduzido no contexto brasileiro.

Os fundamentos que orientavam a produção de cachaça de alambique em Minas Gerais no final da década de 1970 e início da década de 1980 (cuja descrição foi aprofundada no capítulo 4 desta tese) sinalizavam a aguardente mineira fabricada segundo as orientações tradicionais como um produto típico ou tradicional (OLIVIERI; GIRALDI, 2015). Estas orientações serviam inclusive como formas de reconhecimento de cidades e regiões do estado tais como Ponte Nova, Januária e Salinas, cujas cachaças eram famosas inclusive em outros estados (CAMPELO, 2002).

Assumindo que as práticas tradicionais de produção de cachaça eram tidas como legítimas, os sujeitos envolvidos no processo de transformação deste mercado a partir da década de 1980 buscavam, ao mesmo tempo, a inovação técnica e a valorização de aspectos identitários tradicionais da cachaça de alambique. Todavia, estes sujeitos entendiam que nem todas as práticas e discursos que caracterizavam a lógica da produção tradicional deveriam ser promulgados. Para tanto, foram realizados trabalhos institucionais de reparação desta lógica.

Estes trabalhos institucionais foram assim conduzidos por agentes que vivenciavam contextos de ambiguidades em relação às orientações promovidas pelas lógicas estabelecidas no campo. Uma vez que buscavam promulgar transformações que permitissem que a cachaça ampliasse seu alcance no mercado de bebidas alcoólicas, especialmente entre grupos sociais que outrora não a consumiam, o trabalho de reparação (não apenas no caso da lógica da produção tradicional) foi direcionado pela agência prático-avaliativa (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). Assim, os sujeitos, que se viam diante desses impasses, optaram por tomar decisões fundamentadas ao tempo presente.

Fez parte da gênese destes trabalhos a realização de um estudo denominado “Caracterização da Aguardente Mineira”, por meio da CETEC, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Nesta pesquisa, além da construção de um diagnóstico para o setor (semelhante ao estudo do INDI (1982) e SEBRAE (2001)), foram identificadas as principais tradições e especificidades regionais envolvidas na fabricação de cachaça no estado. Dentre estas práticas tradicionais, foram destacadas: a) separação de frações da destilação em estratos denominados cabeça, cauda e coração; b) fermentação realizada por leveduras naturais, cultivadas em meios nutritivos como fubá de milho ou farelo de arroz ou de soja; destilação em alambiques de cobre; c) envelhecimento de parte da produção em barris de madeira ou barro; entre outras. Estas características serviriam como referência para o desenvolvimento dos futuros programas de certificação de qualidade da bebida (COUTINHO, 2001, IEL; SEBRAE, 2005)

Entende-se como um processo de reparação de lógicas institucionais quando agentes envolvidos em ações intencionais buscam promover mudanças em aspectos específicos de uma lógica. Estas transformações, no entanto, não têm como objetivo interromper a lógica, em sua essência, mas sim ajustar alguns elementos a fim de que esta continue vigente e produzindo efeitos no campo. Portanto, trata-se, também, de um trabalho institucional de manutenção (HEREPATH; KITCHENER, 2016, MICELOTTA; WASHINGTON, 2013, LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Este movimento foi caracterizado sobretudo por **trabalhos culturais**, que segundo Perkmann e Spicer (2008, p. 813), “estabelecem ou reajustam sistemas de crenças e valores, frequentemente relacionando práticas com discursos de maior amplitude”. Na realidade investigada, estas ações apresentaram dois eixos. Inicialmente, os agentes buscaram desvincular algumas práticas e discursos institucionalizados no saber-fazer tradicional e incorporar novos pressupostos normativos à tradição. Da mesma forma, foram reforçados outros atributos promulgados por esta lógica (PERKMANN; SPICER, 2008, SILVOLA; VINNARI, 2020). O trabalho cultural voltado à interrupção de características da lógica da produção tradicional vigente à época teve como práticas principais: a desvinculação de fundamentos normativos (LAWRENCE; SUDDABY, 2006) da tradição e o alinhamento do conhecimento técnico ao saber-fazer tradicional.

Os esforços em torno da desvinculação de fundamentos normativos e a incorporação de novos pressupostos à tradição envolveram: a produção de discursos que questionavam atributos de qualidade das cachaças fabricadas seguindo à lógica tradicional e a problematização dos efeitos negativos à saúde que a bebida produzida sem padronização e sem controle dos congêneres pode acarretar.

A disputa em torno de um discurso que generalizava a qualidade das cachaças fabricadas no ambiente rural buscou questionar um entendimento recorrente entre produtores e consumidores, assumindo que ‘tudo que é da roça, é bom’. Sobretudo para os agentes que se envolveram nos trabalhos técnicos, seria importante desvincular esta percepção geral. Haja vista, não seria seguro pressupor que todos os produtores estivessem familiarizados às boas práticas de fabricação e produzissem cachaças que atenderiam ao padrão físico-químico e sensorial almejado. Tais estratégias discursivas, no sentido apresentado por Lischka (2019), foram sustentadas por conhecimentos científicos específicos à bebida (LIMA et al., 2013) e por um movimento mais amplo, voltado à preservação da segurança alimentar e o combate ao alcoolismo (TEIXEIRA, 1993, NEVES, 2004, PEREIRA, 2009).

Nessa direção, buscou-se reconhecer os efeitos nocivos à saúde dos consumidores que a ‘cachaça da roça’ poderia acarretar, caso não fossem seguidas normas sanitárias definidas pelos dispositivos de regulação da fabricação. Conforme os relatos a seguir, são apresentadas algumas das estratégias empregadas por líderes deste movimento a fim de deslegitimar estas orientações da lógica da produção tradicional.

‘O da roça que é bom’ é um discurso que eu venho estudando há mais de dois anos como enfraquecer, mas não é fácil... Porque é forte e o próprio negócio do artesanal... [Alguns produtores defendem que] ‘cachaça artesanal é assim, cada uma é de um jeito’... Cachaça não pode ser assim, tem que ter um padrão mínimo de qualidade, não

pode ser cada uma de uma qualidade e aí eu tenho usado muito um discurso que é o seguinte: os piores problemas da cachaça não são visíveis aos olhos... Eles são visíveis na sua saúde, depois... O ‘menos ruim’ é o bafo no dia seguinte, é a dor de cabeça... e os outros? Então eu tenho ensaiado esse discurso... Mas ao mesmo tempo é delicado porque eu não quero ir contra, de forma nenhuma, às famílias da agricultura familiar que trabalham nesse setor e necessitam dela... Pelo contrário, eu quero ver como a gente, enquanto cachaciê, pode somar nesse entendimento de melhorar onde é necessário. (E2 - Jornalista)

[...] por muitos e muitos anos você ouvia falar: ‘a cachaça da roça é que é a boa!’... Porque realmente nas fazendas aí pode ser que se produzam ótimas cachaças! Embora sejam informais, são cachaças boa... Mas você não pode generalizar isso, falar que toda cachaça da roça é boa... Não é! Tanto é que hoje o pessoal já está conhecendo que é muito arriscado você tomar uma cachaça da roça. Por causa disso... você não sabe o que é que está lá dentro... Quando você conhece o produtor, viu o processo de fabricação, é uma coisa... mas quando você compra, o cara faz uma propaganda... ‘ah, minha cachaça é da roça’... Não! Essa é uma propaganda enganosa! Ela pode ser da roça e pode ser de péssima qualidade, pode até causar transtornos de saúde inclusive... (E16 - Produtor de cachaça, Liderança política no campo)

Contudo, não foram encontradas evidências documentais demonstrando que esta disputa discursiva esteve presente em campanhas de divulgação veiculadas na grande mídia ou direcionadas ao perfil consumidor de cachaças de alambique. Entende-se que estes esforços estão mais presentes entre os círculos de fabricantes, sobretudo aqueles formalizados e membros das entidades representativas.

As mudanças ocorridas no campo não implicaram apenas nos trabalhos de desvinculação de pressupostos normativos da lógica da produção tradicional. O trabalho de reparação desta lógica também envolveu a manutenção de alguns aspectos desta. Entre estas práticas, destacam-se: valorização da identidade da cachaça de alambique mineira como produto típico rural; e a mitologização do protagonismo de Minas Gerais (e algumas regiões específicas no estado) como território tradicional de fabricação de cachaças de alambique (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Com relação a esta primeira prática, na construção das comunicações que visavam a promoção da cachaça de alambique de Minas Gerais, é comum identificar elementos visuais que remetem à ruralidade e à particularidade de cada organização. Em uma reportagem veiculada no canal TV Nacional do Brasil (NBR), em julho de 2014, uma das entrevistadas afirma “[...] cachaça é a paixão mineira. Os visitantes todos estão à procura de cachaças mais artesanais, cachaças de pequena produção, as cachaças mais suaves” (NBR, 2014, minutagem 1:35 a 1:50). Neste registro, há destaque para as pequenas unidades produtivas e sua relação com a cultura mineira.

Esse tipo de estética foi difundido em uma relação híbrida junto aos trabalhos institucionais de construção da lógica técnico-científica. Com relação a este hibridismo, o entrevistado E30 argumenta:

[...] seguramente a melhor cachaça do Brasil é a mineira mesmo, tem outras cachaças no Brasil, também boas, mas no computo geral é a cachaça de Minas porque é tradição com tecnologia... Isso vem dos ancestrais e a otimização com a tecnologia vem sendo aplicada mais de forma extraordinária, então o que que nós temos que fazer, as regras sanitárias também vêm sendo respeitadas (E30 - Produtor de cachaça; Liderança política no campo).

Todavia, este entrevistado ressalta que embora alguns agentes buscassem promover a padronização de processos produtivos pela lógica técnico-científica, entendia-se como um atributo positivo as particularidades que envolvem cada organização.

Eu não falo nunca que a cachaça artesanal de alambique seja fabricada, ela é E-LABORADA, com todo e muito cuidado, obedecendo todo aquele ciclo funcional que tem que ser feito com ela, para chegar aquele produto. Ela tem que ser elaborada por partes, e a separação religiosa daquelas partes, cabeça, coração e calda (E30 - Produtor de cachaça; Liderança política no campo).

Da mesma forma, este movimento buscou reforçar o reconhecimento de Minas Gerais na construção sócio-histórica da bebida como um atributo de valor para a tradição. Segundo o entrevistado E29 “em qualquer região do Brasil, cachaça é Minas Gerais. O ‘cara’ pode investir pesado onde ele quiser, mas falou em cachaça de Minas... Cachaça é marca registrada de Minas Gerais” (E29 - Produtor de cachaça). O entrevistado E20 argumenta

[...] a gente sabe que o Brasil produz 1,7 bilhões [de litros por ano]... desses, 500 milhões é de cachaça entre aspas ‘de baixa produção’, você não pode chamar mais de artesanal, porque de artesanal não tem mais nada, mas de baixa produção, de produção familiar, dos quais 85% é Minas que manda nela. Ou seja, cachaça de primeira qualidade, que são essas aqui, é Minas quem produz (E20 - Produtor de cachaça).

Como exemplo deste processo de mitologização da tradição mineira foi criada uma campanha, por meio da AMPAQ, cujo *slogan* era: ‘Cachaça, se não for de Minas Gerais, faça como o mineiro, desconfie!’. Este texto foi veiculado durante uma das edições da Expocachaça, maior feira dedicada à bebida no país.

Destaca-se, também, o interesse em torno da valorização da regionalização. Segundo Campelo (2002), diferentes regiões do estado já tiveram destaque como produtoras de cachaça, dentre elas Ponte Nova (cujo município está localizado na mesoregião da Zona da Mata) e Januária (localizada na mesoregião Norte de Minas). Todavia, o trabalho de reparação da lógica da produção tradicional envolveu a promoção de uma região em específico como maior polo produtor de aguardentes mineiras: a região de Salinas. O município de Salinas também está localizado na mesoregião Norte de Minas e a atividade produtora de cachaças nesse território passou a ganhar maior destaque nas décadas de 1940 e 1950, sobretudo com a popularização

da marca “Havana”. A cachaça Havana passou a ganhar notoriedade devido à sua qualidade e algumas características que envolviam o processo de construção de marca, tal como a pequena quantidade produzida e o imaginário em torno das práticas de produção (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2002, SANTIAGO, 2006).

Ao longo dos anos 1980 e 1990, cachaças fabricadas na região de Salinas foram amplamente distribuídas, especialmente em Belo Horizonte, alcançando, inclusive, outros estados no Brasil. Nesse período, outras marcas tornaram-se famosas, passando inclusive a produzir cachaças de alambique em alta escala. Esse movimento possibilitou que a região, que também envolve outros municípios (tais como: Novorizonte, Rubelita, Taiobeiras, Santa Cruz de Salinas e Fruta de Leite), tornasse o principal território representativo desta atividade no estado (OLIVEIRA, 2017, PEREIRA, 2021).

Diante deste contexto, o SEBRAE, em conjunto com atores locais (envolvendo lideranças político-parlamentares e a APACS), deram início a um trabalho de desenvolvimento e profissionalização do setor. Esta ação culminou com o reconhecimento, por parte do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), da região de Salinas como Indicação Geográfica (IG) de produção de cachaças, tornando este espaço a segunda região brasileira reconhecida oficialmente como indicação de procedência para a produção de cachaça. A primeira IG a conseguir este reconhecimento foi a região de Paraty-RJ (CARDIERI, 2013, BERTONCELLO; SILVA; GODINHO, 2016).

Em suma, o trabalho de reparação da produção tradicional incorreu em mudanças em alguns aspectos específicos desta lógica institucional. Seu pressuposto básico passou a representar a fabricação de cachaça de alambique como um processo sistematizado, caracterizado pelo pequeno volume de produção, com foco na qualidade e envolvendo características específicas aos saberes construídos no núcleo da organização. O sistema simbólico informado por esta lógica pressupõe: 1) organização da produção em organizações familiares, respeitando saberes transmitidos entre gerações; 2) legitimação do saber-fazer rural por meio de procedimentos técnico-científicos e que respeitam a saúde dos consumidores; 3) valorização da diferenciação de cada unidade produtiva.

No que se refere às práticas orientadas por esta lógica, o trabalho de reparação não promoveu mudanças significativas nas rotinas de produção da bebida. Nesse sentido, ressalta-se que algumas práticas foram reforçadas, especialmente a fermentação espontânea e a separação da destilação nas frações cabeça, coração e cauda.

As principais mudanças nesta lógica estão voltadas à incorporação de novas materialidades, orientadas por efeitos da lógica técnico-científica. Haja vista, a promoção do discurso da qualidade e da segurança alimentar foram incorporadas aos artefatos empregados na produção. Na próxima subseção serão discutidos os efeitos que estas iniciativas produziram no campo.

5.4.2 Efeitos e respostas ao processo de reparação da lógica da produção tradicional

O trabalho institucional de reparação da lógica da produção tradicional foi caracterizado pelas ações voltadas à ressignificação de elementos que fundamentam a tradição no saber-fazer e consumo de cachaça de alambique. Assim como os trabalhos de criação das lógicas da coletividade e técnico-científica, assume-se que estas práticas produziram efeitos na configuração das relações que constituem este arranjo institucional. Notadamente, o trabalho cultural permitiu que alguns os elementos simbólicos que envolvem a tradição fossem relacionados à diferenciação e sofisticação da bebida, interesse pretendido pelos produtores que se engajaram nos processos de mudança institucional a partir da década de 1980.

É reconhecido por especialistas em consumo no campo que a ruralidade e a identidade da cachaça de alambique são atributos positivos, ou seja, são características apreciadas pelos consumidores (SEBRAE, 2012). Nessa direção, como uma forma de resposta aos trabalhos institucional de reparação desta lógica, uma das práticas promovidas por produtores no processo de inserção mercadológica é exploração do *storytelling*, ressaltando as características particulares de cada cachaça.

A contação de histórias, ou *storytelling*, no contexto das estratégias mercadológicas, refere-se a uma forma de comunicação que explora estruturas e recursos narrativos com o objetivo de informar aos consumidores os valores e atributos de um produto. Esta abordagem permite que seja estreitada a relação entre a marca e o sujeito que irá consumi-la, uma vez que a história (ou estória) é narrada enfatizando aspectos emocionais, identitários e culturais (SNOWDEN, 1999, PULUZZI, 2012).

No âmbito de mercados de bebidas alcoólicas com apelo tradicional, este tipo de prática é recorrente. Lee e Shin (2015) investigaram o uso do *storytelling* como estratégia de marketing empregada na revitalização da indústria japonesa de saquê. Mora e Livat (2013), por sua vez, discorrem como a indústria de vinhos franceses, da região de Boudeaux, conseguiu aumentar seus preços por meio da contação de histórias relacionadas às marcas. Rytönen e Vigerland (2019) também discutem como esta estratégia foi empregada no mercado de vinhos produzidos

na Georgia, país localizado no Cáucaso europeu. Nestes três estudos, ressalta-se que o *storytelling* reforça a individualidade de cada marca, os valores atribuídos a estas e permite maior aumento na fidelidade dos clientes.

No âmbito do mercado da cachaça de alambique, sobretudo entre os produtores envolvidos nos processos de mudança, os fundamentos da lógica da produção tradicional reparada são empregados como pressupostos que orientam a construção das narrativas de suas marcas. As principais características tradicionais exploradas neste tipo de prática são: a pequena produção, a estética rural, a qualidade alinhada à tradição e a identidade de cada marca de cachaça. A Figura 8 ilustra como este tipo de comunicação é realizado, destacando as características do território que diferenciam à cachaça fabricada. Observou-se que neste exemplo a estética que remete aos sistemas simbólicos da lógica da produção tradicional estão relacionados à linguagem orientada pela lógica técnico-científica.

Figura 8 - Uso do *storytelling* como resposta ao trabalho de reparação da lógica da produção tradicional.



Fonte: Dados da pesquisa.

A entrevistada E2, especialista em consumo de cachaças, destaca a importância da valorização das particularidades de cada produto e como estas estão relacionadas às características identitárias do território e do saber-fazer.

Quando você toma uma cachaça, por mais que seja, se a gente pegar 5 cachaças brancas com o mesmo tempo de cinco produtores diferentes, elas vão ser diferentes... a gente vai ter percepções sensoriais delas completamente diferentes, não só porque o teor alcoólico em um ou outro é diferente, mas trazem ali, enfim, do próprio processo de fermentação, uma série de histórias... história da família que produz, a história de

como começou, como foi aquilo ali, não tem jeito, todas as histórias são belíssimas, isso que é bacana! (E2 - Jornalista).

Nesse sentido, a realização de práticas relacionadas à produção tradicional de forma ressignificada também é um tipo de efeito do trabalho de reparação desta lógica. O entrevistado E30, produtor de cachaça, defende que o uso de leveduras “caipiras” é importante para permitir que a bebida fabricada em sua unidade tenha particularidades que a diferenciam no mercado.

[...] o nosso é só fermento caipira, nós só usamos fubá, ou pode ser usado só cana se você quiser também, demora mais para fazer o fermento mas pode ser usado, mas aí o que você tá usando é um fermento caipira natural, você não tá adicionando nada... antigamente se usava até farelo de arroz, mas desde que nós assumimos nós cortamos o farelo de arroz, é só milho ou cana. É onde está a peculiaridade, o aroma e o sabor tudo da cachaça artesanal de alambique (E30 - Produtor de cachaça; Liderança política no campo).

Relacionado a isso, observou-se que a atribuição de valor às “cachaças da roça” ainda é um discurso presente no campo, sobretudo entre consumidores que não tenham familiaridade ou conhecimento das marcas mais sofisticadas de cachaça de alambique. Conforme o entrevistado E21 afirma,

Outra curiosidade é a procura pela “legítima cachaça de alambique” que, na visão dos turistas, oriundos do Rio de Janeiro e de São Paulo é rústica, não é engarrafada, não tem selo nem rótulo. Um turista se dispõe a pagar R\$ 100,00 por um garrafão com uma rolha simples ou sabugo de milho mas reluta em pagar R\$ 40,00 numa garrafa bonita, bem rotulada e embalada (E21 - Produtor de cachaça).

[...] ainda tem aquela história... se você trabalhar com um sistema organizado, com um sistema limpo... Isso pra eles é cachaça industrial, isso ainda está na mente do leigo, então ele acha que cachaça boa é aquela porcaria feita lá a céu aberto em que o cara pega qualquer garrafa, usa sabugo como rolha... isso aí ainda prevalece (E29 - Produtor de cachaça)

Esta percepção reforça que o trabalho institucional de reparação da lógica não foi incorporado de forma aquiescente (OLIVER, 1991) por uma parcela considerável de agentes do campo, especialmente os consumidores. Isso implica que esta lógica está envolvida em um cenário de complexidade institucional. Sobretudo produtores de cachaças com maior adesão à lógica técnico-científica e especialistas de mercado afirmam que este tipo de entendimento, bem como outras práticas tradicionais dificultam a concorrência da cachaça com outras bebidas. Esta crítica está relacionada principalmente ao apego ao saber-fazer transmitido entre gerações familiares em detrimento ao conhecimento técnico.

[...] tem produtor que vira e fala assim, eu herdei o conhecimento da produção do meu avô, do meu pai, etc... Então eu faço tudo igual. Aí eu falo, ‘olha, padronizar o processo produtivo é básico pra você ter sempre o mesmo produto pra colocar no mercado, isso é básico, mas se você está fazendo coisa errada’ (porque de pai pra filho você faz coisas certas e coisas erradas, e o mercado evolui, e o conhecimento técnico ele é sempre aprimorado) ‘então se você não tiver atualizado, você fica fora do mercado e fazendo coisas que hoje em dia não tem o menor sentido’... Então esse

orgulho de fazer de pai pra filho você faz coisas boas e coisas erradas, tem que viver o momento (E15 - Promotor de eventos no campo).

[...] existem produtores e produtores... quem leva mesmo com profissionalismo são poucos. É um ramo de atividade muito cheio de folclore em cima, de falta de conhecimento, com essa clandestinidade toda aí.. E você vê que a ignorância chega a tal ponto que o sujeito é capaz de chegar ali e querer te provar por “A mais B” que o produto dele é o melhor que tem na região. Agora quando você analisa tecnicamente, você vê que o cara não sabe o que que ele tá fazendo e diz que é cachaça.... (E29 - Produtor de cachaça)

Na minha percepção, assim mesmo muito superficial, a cachaça tem que necessariamente estar focada na tradição. Isso é muito forte e acho que eles pensam que tradição e inovação são incompatíveis. Porque tudo aquilo que a gente está propondo vai fazer desaparecer a tradição familiar do tataravô, do avô. Eu me lembro uma vez a cachaça [nome omitido]... Eu fui apresentar minha empresa de consultoria de fermentação e o cara ao me cumprimentar me disse, "a minha fermentação é com fubá". Aí eu pensei ‘então vamos tomar aqui uma cachaça e pronto’... Eu não vou perder meu tempo... (E25 - Pesquisador)

Com base nos efeitos destas práticas de trabalho institucional, reconhece-se que os pressupostos da lógica institucional da produção tradicional têm sido disputados, caracterizando um contexto de complexidade institucional (GREENWOOD et al. 2011). Ainda que o trabalho de reparação tenha sido desenvolvido por agentes interessados e amparados pela lógica técnico-científica, alguns pesquisadores entendem que as práticas tradicionais, em suma, deveriam ser interrompidas, a fim de se produzir uma bebida de qualidade.

Por outro lado, uma vez que parte dos consumidores ainda valoriza os atributos da ruralidade, fabricantes, em sua maioria informais, seguem adotando os fundamentos da lógica da produção tradicional, sem atender às tentativas de reparação destes aspectos. Este tipo de orientação, no entanto, está principalmente relacionado às pressões institucionais e econômicas que permeiam o mercado informal (SCOTT, 2014), o qual será discutido em momento oportuno desta tese.

Em suma, considerando os efeitos destes trabalhos institucionais, um tipo de comportamento recorrente, de modo especial entre produtores formalizados, é o desacoplamento (MEYER; ROWAN, 1977). Alguns desses sujeitos buscam explorar os aspectos identitários e da ruralidade somente na dimensão da comunicação com o mercado consumidor (a partir das práticas de *storytelling*). Esses indivíduos não praticam um processo produtivo tradicional, rejeitando, inclusive, algumas das práticas, a exemplo do uso de fubá como meio nutritivo para a proliferação de leveduras.

Com isso, ainda que o trabalho de reparação da lógica da produção tradicional não tenha produzido efeitos que mudassem o campo de forma majoritária (impactando o mercado

informal), entende-se que estas ações tenham sido bem-sucedidas em alguns contextos. Trata-se, portanto, de um trabalho institucional cujos resultados foram objetivados entre o segmento de consumidores que apreciam a qualidade e a tradição, dispostos a pagarem maiores preços por cachaças que atendam a estes requisitos. Ao se considerar os objetivos dos sujeitos envolvidos com os trabalhos de mudança no campo, estes resultados estão próximos a seus interesses. Na próxima subseção será apresentado um resumo do trabalho de reparação da lógica da produção tradicional.

5.4.3 Síntese integrativa dos aspectos da lógica institucional da produção tradicional

Conforme apresentado nesta seção, a lógica da produção tradicional tem papel de destaque na constituição das relações que permeiam o campo da cachaça de alambique. Os sujeitos interessados na promoção de mudanças neste arranjo, especialmente a partir dos trabalhos de construção da lógica da coletividade e técnico-científica, também buscaram a reparação de alguns aspectos da tradição.

Para tanto, foram realizadas práticas de trabalho cultural, voltado a duas direções: a) a interrupção de algumas práticas e discursos da lógica da produção tradicional vigente durante a década de 1980, por meio da produção de discursos que questionassem atributos de qualidade de cachaças fabricadas seguindo à lógica tradicional e dificultassem o acesso a mercados de maior potencial econômico; a problematização dos efeitos negativos à saúde que a bebida produzida sem controle dos congêneres pode acarretar; e a substituição de práticas e materialidades orientados pela tradição por outros orientados pela lógica técnico-científica; e b) a manutenção de outras práticas e discursos desta lógica, a saber: valorização da identidade da cachaça de alambique mineira como produto típico rural; e a mitologização do protagonismo de Minas Gerais na constituição identitária da bebida.

Estes trabalhos foram recepcionados pelos agentes do campo de diferentes formas. Especialmente entre produtores cujo objetivo era o alcance de consumidores de maior distinção, dispostos a pagar preços maiores pelos produtos, a reparação na lógica da produção tradicional permitiu que aspectos identitários e técnicos fossem trabalhados de forma híbrida. Nesses contextos, é comum identificar a prática do *storytelling* como forma de comunicação de marca que ressalta os valores tradicionais da bebida. Estes produtores, no entanto, muitas vezes se engajam nestas práticas de forma desacoplada, reforçando os aspectos da tradição somente nas práticas de promoção e inserção mercadológica.

Por outro lado, parte dos agentes, sobretudo pesquisadores, entendem que as tradições são barreiras para a fabricação de uma bebida que atenda aos critérios objetivos de qualidade. Para estes sujeitos, deveria haver mais esforços em direção à interrupção das práticas tradicionais.

Da mesma forma, mas em um sentido oposto, uma fração considerável do mercado consumidor de cachaças de alambique ainda valoriza a bebida fabricada conforme as práticas tradicionais não reparadas. Este cenário é representado, especialmente, pelo mercado informal, com proporções majoritárias no campo.

Finalmente, entende-se que os trabalhos narrados nesta seção estiveram, de certa forma, em conformidade com o objetivo dos sujeitos que os promoveram, ainda que não apresentem posição predominante no mercado como um todo. Na próxima seção, serão discutidos os trabalhos institucionais de reparação da lógica regulatória.

5.5 Trabalho institucional de reparação da lógica regulatória

Para além das ações direcionadas à desconstrução ou reforço de elementos lógicos da produção tradicional, agentes engajados nos processos de mudança no campo também se envolveram com formas de reparação dos mecanismos de regulação deste mercado. Estes esforços serão discutidos nesta seção.

5.5.1 Processo de reparação e características da lógica regulatória

Desde o século XVI até ao final da década 1990, a atuação do Estado neste campo, por meio da lógica institucional regulatória, apresentava maior ênfase aos processos de repressão da produção e do consumo. Os principais mecanismos para estes fins eram relacionados à tributação, ainda que não produzissem efeitos objetivos em direção à redução do número de unidades produtivas, tão pouco de consumidores (SILVA, 2015, SILVA, 2009, CHALITA, 2010).

Uma vez que os agentes envolvidos nos trabalhos institucionais de mudança deste arranjo foram se articulando, ao longo das décadas de 1980 e 1990, foi identificado que as transformações almejadas somente seriam efetivas se estas tivessem sustentação a partir do pilar regulatório das instituições. Desse modo, foram promovidos trabalhos institucionais voltados à reparação da lógica institucional regulatória vigente, em direção à nova configuração institucional pretendida.

Dispositivos regulatórios definem as regras de conduta em um determinado campo social a partir de instruções formais, muitas delas promulgadas por organizações do Estado em suas diferentes instâncias (SCOTT, 2014, MORAES, 2003, FRIEDLAND; ALFORD, 1991). No caso da cachaça de alambique, este trabalho ocorre por agentes estatais nas esferas federal, estadual e municipal. A compreensão destes mecanismos na forma lógicas institucionais regulatórias tem sido explorada por diferentes autores institucionalistas (LOUNSBURY, 2002, EDGLEY; SHARMA; ANDERSON-GOUGH, 2013, LEE; LOUNSBURY, 2015, GOTTLIEB et al. 2018, CORNFORD, 2019, entre outros). Lounsbury (2002) discute como a lógica regulatória substituiu a lógica da parcimônia no campo das finanças (sendo depois substituída pela lógica de mercado). Edgley, Sharma e Anderson-Gough (2013) investigam como a lógica regulatória produziu efeitos na construção de discursos e práticas que fundamentam a identidade profissional de contabilistas no Reino Unido, Estados Unidos e Canadá. Lee e Lounsbury (2015) destacam esta lógica na complexidade institucional envolvida na promulgação de políticas ambientais de destinação do lixo tóxico. Gottlieb et al. (2018) exploram a lógica regulatória como componente das relações desenvolvidas em parcerias público-privadas. Por sua vez, Cornford (2019) retrata a concorrência entre lógicas nos processos de compartilhamento de informações nos serviços públicos. Este autor refere-se à lógica regulatória como lógica da governança.

Os trabalhos institucionais voltados à reparação desta lógica foram caracterizados por seu caráter político, ou seja, realizados a partir da articulação entre diferentes agentes com vistas à promoção de mudanças em dispositivos regulatórios do campo (SCOTT, 2014, PERKMANN; SPICER, 2008). Assim como no trabalho de reparação da lógica da produção tradicional, os agentes envolvidos buscaram incorporar novos elementos à lógica regulatória, sobretudo por meio da promulgação de discursos, materialidades e práticas ressignificadas.

O **trabalho político** de reparação foi marcado por ações em torno da: a) criação de políticas públicas e instrumentos regulatórios que abrangiam a valorização positiva da bebida; b) construção de políticas de tributação que favorecessem a produção; c) promoção de meios para a formalização de produtores; d) promoção de ações de defesa segurança alimentar alinhada ao consumo de cachaça.

Após a constituição da AMPAQ e do desenvolvimento de estudos que sustentaram a necessidade de mudanças e o potencial deste mercado, foi identificada a demanda por apoio regulatório, a fim de institucionalizar estas iniciativas. Nesse sentido, produtores e agentes

técnicos buscaram promover articulações junto a entidades políticas, inicialmente no contexto do governo do estado de Minas Gerais.

Ressalta-se que, nesse período, os efeitos da lógica da moralidade se estendiam de forma significativa entre os agentes governamentais. Desse modo, alguns dos preconceitos relacionados à cachaça eram reproduzidos nas instâncias do Estado. Conforme relata o entrevistado E10:

[...] não havia nada em MG [no âmbito do governo estadual] sobre cachaça. O que existia era um baita preconceito da legislação e do governo mineiro contra a cachaça. Para você ter ideia, era proibido financiar cachaça pelo BDMG... a própria EMATER não aceitava trabalhar com cachaça...em toda Minas Gerais havia um preconceito danado (E10 - Liderança política no campo).

Contudo, um deputado estadual (referenciado nesta pesquisa como entrevistado E24), ciente das ações desenvolvidas em torno da AMPAQ, fundada em 1988, decidiu criar um projeto de lei voltado à construção de uma política pública específica para o campo da cachaça de alambique. O Projeto de Lei nº 800, de 1992, começou a ser discutido e caracterizou o Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardente, denominado Pró-Cachaça, aprovado naquele mesmo ano. Em relação às motivações para a criação do Pró-Cachaça, segundo o entrevistado E24:

Eu sempre achei o seguinte: O Brasil só realmente encontrará o seu destino, encontrará o seu desenvolvimento, à medida em que ele valorizar aquilo que é a nossa raiz, a nossa cultura, os nossos bens. Eu lembro que um presidente da FIEMG me procurou na época, e disse: "a única cachaça que o público conhece é a [Marca de Cachaça de Coluna], que não é uma cachaça artesanal, é uma cachaça industrial, que não tem a qualidade da cachaça artesanal". Então, assim, através da cachaça, nós colocamos o nome de Minas e do Brasil, de uma forma qualificada no mundo. Foi em função disso que a gente fez o projeto, com uma série de amigos, debatendo a importância da valorização da cachaça e de outros produtos nossos. Aí nós procuramos os produtores para discutir o projeto, para aperfeiçoar o projeto... (E24 - Liderança política no campo)).

Uma das estratégias para a aprovação do projeto foi a articulação de defesa do texto a partir da aliança entre dois outros deputados, da região Norte de Minas, com filiações partidárias e ideológicas antagônicas. Além disso, no dia da votação, foi articulado junto a deputados da bancada evangélica da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que estes se abstivessem dos votos. Com isso, foi aprovada, com unanimidade, a Lei 10.853, de 4 de agosto de 1992.

[...] nós fizemos a lei, integramos todos os setores que trabalhavam com cachaça e a lei previa um conselho onde os produtores eram sujeitos da história, como deve ser... o governo entrava com pesquisa, assistência técnica, [por meio da] secretaria de agricultura. Nós colocamos a secretaria da cultura, a secretaria da agricultura, eram seis secretarias, porque a ideia era fazer o circuito da cachaça, na questão do turismo. A pesquisa científica, para que nós pudéssemos melhorar o produto artesanal cientificamente, e tudo que foi feito (E24 - Liderança política no campo)).

O Pró-Cachaça foi constituído como uma política pública que permitia que diferentes organizações do Estado atuassem de forma integrada junto aos agentes do campo como produtores e outros membros da cadeia produtiva da bebida. Em sua redação original, faziam parte da estrutura organizacional do Pró-Cachaça:

- I – um representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- II – um representante da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio;
- III – um representante da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente;
- IV – um representante da Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo;
- V – um representante da Secretaria de Estado da Cultura;
- VI – um representante da Secretaria de Estado da Saúde;
- VII – um representante do Instituto Mineiro de Agropecuária;
- VIII – um representante do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais;
- IX – um representante da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais;
- X – um representante da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais;
- XI – um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais;
- XII – um representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais;
- XIII – um representante da Associação Comercial de Minas Gerais;
- XIV – um representante da Associação Mineira dos Produtores de Aguardente de Qualidade (MINAS GERAIS, 1993).

A partir de 2003, foram integrados agentes de outras organizações como: EMATER, EPAMIG, SEBRAE, OCEMG e Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino de Minas Gerais (ADIFES) (MINAS GERAIS, 2003). Em 2005, foram incluídos um representante do SINDIBEBIDAS e outro da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais (SFA) (MINAS GERAIS, 2005).

Considerando que o Pró-Cachaça era constituído por agentes de diferentes entidades, a política apresentava objetivos amplos em relação à promoção de mudanças que visavam o desenvolvimento do setor no estado. Por meio deste dispositivo, pretendia-se: 1) articular as ações em torno da criação de um selo de qualidade e denominação de origem para a aguardente; 2) fomentar estudos a fim de construir tecnologias e conhecimento técnico-científico na cadeia; 3) promover iniciativas de divulgação da qualidade e da tradição que caracteriza a cachaça de Minas Gerais; 4) construir mecanismos de fiscalização e controle da produção; entre outras. Ou seja, tratou-se de uma política pública que tornou objetiva a relação entre o mercado de cachaça de alambique e as instituições do Estado, notadamente do governo de Minas Gerais.

A criação do Pró-Cachaça serviu de referência para que outras políticas públicas nesse sentido fossem promulgadas. A principal delas refere-se ao Programa Brasileiro de Apoio à Aguardente, Caninha e Cachaça (PBDAC), criado em 1997, por produtores que integravam a Associação Brasileira de Bebidas (ABRABE). Diferente do Pró-Cachaça, este programa buscava envolver o campo da cachaça em todo o território brasileiro (incluindo as cachaças de

coluna), de modo que contou com a participação de agentes do MAPA, e dos, à época denominados, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) (RURAL SISTEMAS, 2002).

Além das políticas públicas de escopo mais amplo, o trabalho político de reparação da lógica regulatória também envolveu a criação de dispositivos jurídicos com o objetivo de promover a cachaça mineira. Nessa direção, foi promulgada a Lei estadual nº 13.949, de 11 de julho de 2001, regulamentada pelo Decreto 42.644, de 05 de julho de 2002, que apresenta e define as características da Cachaça Artesanal de Minas. Esta legislação estabelece o padrão de identidade da bebida fabricada no estado, incorporando, inclusive, elementos da lógica da produção tradicional, tais como: não realização da queima da cana-de-açúcar no processo de colheita; uso de variedades regionais de cana; destilação em alambiques de cobre; separação das frações “cabeça”, “coração” e “cauda”; entre outros aspectos (MINAS GERAIS, 2001, 2002).

Sant’anna (2020) argumenta que estes dispositivos legais foram criados em Minas Gerais como uma forma de preencher lacunas regulatórias no que se refere à identidade jurídica da bebida, que até aquele momento não apresentava diferenciação de outras aguardentes de cana como o rum (BRASIL, 1973, 1997). Entretanto, com a publicação do Decreto Federal 4.851, de 2 de outubro de 2003, estas regulações foram superadas, uma vez que este dispositivo definiu os parâmetros que caracterizam a identidade jurídica da cachaça (BRASIL, 2003). Ressalta-se que neste decreto, não há diferenciação entre a cachaça de alambique e a cachaça de coluna, fator que seria determinante para a criação da Instrução Normativa nº 13, de 2005, pelo MAPA (MAPA, 2005, SANT’ANNA, 2020).

No contexto estadual, todavia, outras legislações direcionadas à valorização deste mercado foram criadas. Dentre elas a Lei estadual nº 16.888, de 11 de janeiro de 2007, decreta o processo de fabricação de cachaça em alambiques de cobre como Patrimônio Cultural de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2007). O processo de criação desta lei teve atuação direta de agentes interessados nos processos de mudança institucional investigados nesta tese (SANT’ANNA, 2020). Outro dispositivo regulatório de destaque foi a incorporação da bebida aos programas de certificação de qualidade, os quais foram discutidos na seção 5.3, desta tese, ao tratar do trabalho institucional de construção da lógica técnico-científica. Afinal, as certificações foram uma forma do governo do estado de Minas “colocar produtos típicos na prateleira de cima” (E17 - Analista técnico do IMA).

O trabalho de reparação da lógica regulatória deste campo também envolveu ações voltadas à definição de mecanismos tributários que favorecessem a atividade produtiva. Especificamente, o trabalho institucional em questão está relacionado à uma disputa em torno da inclusão de produtores de cachaça, especialmente às organizações de menor porte, em políticas tributárias específicas.

No ano de 1996, foi publicada a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que implementaria um regime de tributação simplificada para micro e pequenas empresas, que teriam benefícios em relação às alíquotas e à própria incidência de alguns tributos, a depender do enquadramento de seu faturamento nas faixas definidas pela lei. Esta política foi denominada Simples Federal (BRASIL, 1996, CAMPOS, 2009). A partir deste dispositivo, a maior parte dos produtores de cachaça de alambique em Minas Gerais com registro formal optaram pela tributação simplificada.

Contudo, 10 anos depois, objetivando uma atualização desta política tributária, foi publicada a Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006. Esta lei instituiria o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, revisando o sistema de tributação simplificada ‘Simples Federal’, denominando-o Simples Nacional. Destarte outras mudanças promovidas a partir desta legislação, foram definidos alguns critérios de vedação ou exclusão à opção por este sistema, dentre eles empresas que exerçam “atividade de produção ou venda no atacado de bebidas alcoólicas” (BRASIL, 2006).

Esta impossibilidade afetou diretamente todos os produtores formalizados, de modo que a carga tributária incidida sobre a fabricação de cachaça aumentou significativamente. Segundo Sant’anna (2020) estes sujeitos deveriam incorrer no recolhimento dos seguintes tributos: Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para Financiamento da Seguridade (COFINS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (IRPJ) e Programa de Integração (PIS). Campos (2018) argumenta que a incidência destes tributos chegou a aumentar em até 70% os custos e despesas de produção e distribuição de cachaça.

Diversos agentes relatam que neste período houve um aumento na informalidade, haja vista às barreiras que a carga tributária incidida sobre a produção de cachaça estabeleceram. Em diversos momentos durante a realização desta pesquisa, produtores avaliavam a atuação do Estado em relação ao setor com grande descrença e destacam que este seria um dos maiores entraves para o sucesso dos negócios.

Neste cenário, as diferentes entidades representativas (AMPAQ e IBRAC, especialmente) iniciaram a promoção de esforços com vistas à reparação da carga tributária até então vigente. Uma das primeiras ações foi a articulação junto à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), resultando em uma redução na alíquota de ICMS incidida sobre a circulação de cachaças, de 18% para 12%, a partir do Decreto 44.754, de 14 de março de 2008 (MINAS GERAIS, 2008).

Em relação à atuação do governo do estado como promotor de políticas tributárias favoráveis ao setor, o entrevistado E4 argumenta:

[...] a gente teve também o entendimento do estado na época quanto ao Simples, de fazer um regime especial para a cachaça, o que de certa forma ajudou a gente a sobreviver, tanto é que na transição do Simples, Minas Gerais conseguiu manter mais de 200 fábricas enquanto o segundo estado colocado manteve apenas 30 fábricas... então significa que as cachaças de Minas ainda tinham um fôlego, o resto do Brasil estava praticamente minado, estava morto, entendeu? Só os caras que tinham a bala na agulha para fazer marketing que conseguiram superar (E4 - Produtor de cachaça e docente de cursos técnicos).

Contudo, a principal iniciativa nesta direção foi a disputa em torno do reenquadramento dos micro e pequenos empresários deste campo ao Simples Nacional. Conforme Sant'anna (2020), este trabalho institucional foi desenvolvido durante uma década de debates e articulações políticas junto a parlamentares e outras agências que defendiam interesses em comum. Notadamente, tiveram papel de grande relevância neste processo o IBRAC, a ANPAQ e o SINDIBEBIDAS. Conforme os entrevistados E5 e E19 afirmam:

IBRAC e AMPAQ foram fazendo gestões na frente parlamentar da agricultura, Alguns deputados estaduais, em Minas Gerais alguns até atuaram a favor, não muitos... nós nunca tivemos bancada forte em apoio à bebida... Esse é o grande problema. E o vinho sempre teve... A [deputada] Marta Suplicy também deu muita força agora no final... (E19 - Liderança política no campo).

O Ibraq teve um papel fundamental para fazer uma articulação política com as outras entidades do Rio, da cerveja artesanal para que o Simples fosse aprovado, eu participei de forma muito ativa desse processo (E5 - Liderança política no campo).

Como resultado, foi aprovada a Lei Complementar nº 155, em 27 de Outubro de 2016, por meio da qual foi permitido que microempresas, com faturamento de até R\$ 360 mil por ano, e pequenas empresas, com faturamento de até R\$, 4,8 milhões por ano, pudessem voltar a optar pelo Simples Nacional (BRASIL, 2016).

Por fim, o trabalho de reparação da lógica regulatória incorporou os dispositivos relacionados aos processos de formalização dos produtores, bem como o interesse na regulamentação do setor a fim de garantir a segurança alimentar dos consumidores. As normas que definem as exigências sanitárias e higiênicas relacionadas à fabricação de cachaça estão dispostas no Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009, que regulamentou a Lei nº 8.918, de 14

de julho de 1994. Este decreto estabelece que o processo produtivo deve seguir as boas práticas de fabricação conforme as normas do MAPA. É definido, ainda, que cabe ao MAPA a inspeção e fiscalização destas atribuições (BRASIL 2009).

Diante do exposto, reconhece-se os aspectos que representam a lógica regulatória após os trabalhos políticos de reparação. Os pressupostos desta lógica orientam que a cachaça de alambique é uma bebida típica, cujo processo produtivo deve seguir um conjunto de orientações técnicas com a finalidade de garantir a segurança alimentar dos consumidores. Este entendimento é reforçado por meio da dimensão simbólica a partir de discursos tais como: 1) a cachaça é um patrimônio cultural do estado; 2) o Estado provê os regulamentos necessários para a fabricação e comercialização da bebida; e 3) A fiscalização é fundamental para garantir que a bebida siga medidas sanitárias corretas. No âmbito das práticas informadas por meio desta lógica, figuram: a realização dos procedimentos para a formalização do negócio, o atendimento à legislação e o recolhimento de tributos incorridos sobre a atividade. Na dimensão material, a lógica regulatória reforça, sobretudo, o uso dos artefatos orientados pela lógica técnico-científica. Reconhecendo as especificidades dos regulamentos que estruturam este campo, na próxima subseção serão discutidos os efeitos dos trabalhos descritos bem como da lógica institucional regulatória reparada.

5.5.2 Efeitos e respostas ao processo de reparação da lógica regulatória

É interessante notar como alguns agentes envolvidos diretamente no trabalho institucional de mudança do campo defendem que o movimento não tinha como objetivo construir uma relação de dependência com o Estado. Entretanto, reconhecem que não seria possível promover mudanças significativas no setor sem envolver os mecanismos regulatórios promulgados por organizações estatais. Por outro lado, questiona-se o papel dos órgãos estatais, seja em sua cobrança excessiva em alguns aspectos da produção e na tributação ou na ausência de políticas de apoio ao setor.

No que se refere aos efeitos do trabalho institucional de reparação da lógica regulatória, entende-se que os agentes do campo, sobretudo produtores de cachaça de alambique, reconhecem as mudanças no regramento e no envolvimento do Estado com a atividade. Contudo, persistem questionamentos em relação a alguns aspectos desta relação, demandando outras ações de trabalho institucional.

As políticas de incentivo à cachaça de alambique são percebidas como marcos na mudança da relação das organizações do campo com o Estado. Especialmente o Pró-Cachaça é

considerado um programa que representou uma mudança na promulgação de regulamentações que favoreceram a valorização positiva da identidade da bebida e sua entrada em mercados consumidores de maior exigência.

O pró-cachaça foi importantíssimo porque ele está legitimando as ações de qualquer secretaria... Da Cultura, indústria e comércio, da agricultura, da ciência e tecnologia. Se um secretário quiser, ou se uma secretaria quiser [promover alguma ação voltada ao campo da cachaça em Minas Gerais], tem uma lei para atuar. E mesmo que não façam nada, o setor é amparado por uma lei estadual (E15 - Liderança política no setor).

Após o Pró-cachaça, a gente quebrou todas as resistências. Para você ter uma ideia, até a aprovação da lei, a cachaça não era reconhecida como cachaça. A legislação previa o nome de aguardente. Essa foi uma batalha que eu tive, e que nós ganhamos dentro do Pró-cachaça, que consagrou o nome cachaça, porque pela lei você tinha que escrever no rótulo aguardente de cana. E aguardente você tem aguardente de "N" formas. Agora a cachaça... é só a cachaça artesanal... Essas demais legislações foram exatamente um complemento ao Pró-cachaça (E24 - Liderança política no campo)).

Entretanto, existem questionamentos à atuação do Pró-Cachaça, especialmente após os esforços realizados durante a década de 1990. Ao longo dos anos 2000 e 2010, a secretaria executiva do programa passou por mudanças, de modo que a depender dos momentos e da gestão do governo estadual, esta política teve maior ou menor atenção e recursos disponíveis para a ação. Com isso, sua atuação passou a ser questionada. Um dos entrevistados ressalta: “é importantíssimo o Pró-Cachaça, mas [o programa] não tem essa atuação que a AMPAQ tem: positiva, objetiva, material [...]” (E30 - Produtor de cachaça; Liderança política no campo). Discute-se, ainda, a necessidade de se reformular e reativar as ações promovidas no escopo do Pró-Cachaça.

Os trabalhos políticos que resultaram na publicação de normas jurídicas, a exemplo da Lei estadual nº 13.949, de 11 de julho de 2001 (que estabelece os critérios para a padronização da identidade e das características produtivas da Cachaça de Minas) e da Lei estadual nº 16.888, de 11 de janeiro de 2007 (que reconhece a bebida como patrimônio cultural do estado), também foram recepcionados de forma positiva no campo. Um dos efeitos destas iniciativas foi a inclusão da bebida como aperitivo durante a realização de evento oficiais do governo estadual.

Este trabalho institucional também fez com que Minas Gerais fosse reconhecido como estado referência na construção de legislações de apoio à cachaça de alambique. As ações desenvolvidas pelos mineiros contribuíram para que fossem discutidas e promulgadas leis, decretos, instruções normativas e outras normas jurídicas nas esferas federal, estadual (em outras unidades federativas) e municipal. Conforme discutem os entrevistados E8 e E10: “Você tem uma série de avanços que foram permitidos a partir do momento em que o Estado de Minas

e depois o país assumiu a cachaça como produto estratégico e passou a ter estratégias públicas de melhoramento do setor” (E8 - Produtora de cachaça).

Quem começou a mexer com qualidade na agricultura brasileira foi Minas Gerais. E coincidentemente eu saí da secretaria da agricultura, como secretário adjunto, e fui para presidência do IMA para desenvolver o programa de qualidade em MG. E evidentemente esse programa exige fiscalização, um apoio do interior aos alambiques... Então isso aconteceu de forma natural. Minas Gerais foi se consolidando e se tornando a referência na legislação sobre cachaça (E10 - Liderança política no campo).

Além disso, a legislação passou a incorporar características referentes à qualidade da bebida nos parâmetros legais. A ênfase tem deixado de ser voltada somente ao controle por meio do “estabelecimento de limites de tolerância para possíveis contaminantes e compostos secundários possivelmente tóxicos (como metanol, álcoois superiores e outros)” (E1 - Pesquisadora). Esta questão está no cerne da discussão que marca o trabalho de reparação da Instrução Normativa nº 13, cujos debates estão mais ativos desde 2019.

Entretanto, alguns agentes do campo entendem que a lógica regulatória ainda tem como ênfase principal a difusão de mecanismos de fiscalização e tributação. Ainda que após as ações que resultaram na readequação dos fabricantes como optantes pelo Simples Nacional passou-se a perceber uma melhoria na questão tributária, ainda existem críticas a questões específicas a esse domínio.

[...] agora facilitou um pouco para quem pode estar participando do Simples Nacional... diminuiu bastante a carga tributária, ficou mais simplificada e são menos impostos, mas mesmo assim existe uma dificuldade muito grande... se você me perguntar, qual o preço do meu produto, você me liga de São Paulo, do Rio [...] Eu vou responder que eu não sei, porque pra eu saber, a primeira coisa que eu tenho que ver é o valor do ICMS lá... o valor aqui e depois lá [referindo-se à substituição tributária] (E16 - Produtor de cachaça, Liderança política no campo).

Persiste também a noção de que a configuração da carga tributária atual favorece produtores de cachaças de coluna. Haja vista, as grandes indústrias apresentam ganhos de escala e conseguem ter economias em relação aos gastos com tributos como o IPI. A questão tributária promove, ainda, no entendimento de alguns entrevistados, um reforço à informalidade no setor. O entrevistado E15 argumenta:

A Comunidade Econômica Europeia fez uma avaliação exatamente sobre o imposto sobre a bebida e eles chegaram à seguinte conclusão: quando você começa a aumentar muito o imposto, você começa a induzir a sonegação e você começa a migrar o consumidor para outras bebidas. Então você ‘poda’ uma cadeia de bebidas, você começa a prejudicar aquela cadeia produtiva, o consumidor vai mudar, vai migrar e vai haver contrabando... [...] se as pessoas fizessem uma avaliação com o que aconteceu com a lei seca nos Estados Unidos eles viriam que o dia em que eles proibiram a bebida, o crime organizado entrou no circuito e foi quando Al Capone e muitos outros começaram a produzir bebida escondidos, cresceu demais o volume de bares clandestinos e aumentou em quase 15.000% o consumo de bebidas. Muitos morreram com aquelas bebidas feitas sem nenhum controle, sem nenhuma

fiscalização. [...] Não tem como proibir determinadas coisas. E se bebida fosse ruim, Jesus não tinha transformado água em vinho. (E15 - Promotor de eventos no campo).

Os agentes do campo entendem que existem aspectos que carecem de maior atenção do Estado e de dispositivos regulatórios. Um deles refere-se à articulação entre a cachaça e o turismo no país.

[...] Eu acho que [a contribuição do Estado no setor] é menor do que poderia e deveria, dada a importância social, cultural e econômica da cachaça! Eu acho que a cachaça ainda não caiu nas graças do governo, assim como o turismo ainda não caiu... quando o governo acordar para a importância dela, porque fala-se muito e faz-se muito pouco. [...] E quando a gente fizer [a valorização do potencial turístico do Brasil], a cachaça ela tem que estar lá, porque a cachaça é um diferencial enorme! Ninguém vai para a Escócia sem comprar uma garrafinha de whisky, ninguém volta sem uma garrafa de vinho e fala: comprei na França, tem que tá ali a garrafa de cachaça tem que estar na mala de todo mundo! Todo turista leva um pedaço de Brasil com você: uma garrafa de cachaça. (E1 - Pesquisadora).

De modo geral, na percepção dos produtores (especialmente aqueles entrevistados nesta pesquisa), o Estado e as práticas regulatórias exercem efeitos negativos à produção de cachaça. Questionados sobre o papel do Estado no campo, alguns entrevistados afirmam: “Sempre foi atrapalhar! 90% das coisas da área pública ele atrapalhou ao invés de ajudar!” (E15 - Promotor de eventos no campo); “o estado só atrapalha o desenvolvimento da cachaça artesanal de alambique de MG.” (E30 - Produtor de cachaça; Liderança política no campo).

Por sua vez, existe também a percepção de que o Estado desempenha seu papel e que existem reclamações em demasia dos produtores de cachaça de alambique.

O whisky no Estados Unidos é daquele jeito porque tem estado lá? Os ‘caras’ estão sofrendo lei seca lá, quase morreram. O Estado lá foi o que mais arreventou, mas eles tomam whisky, tomam bourbon, etc. Aí já é querer colocar a culpa no sofá porque a mulher está te traindo. Vamos pensar o seguinte: isentar imposto de cachaça resolve a nossa vida? A cachaça entrou no SIMPLES em 2018 e não vi o preço da cachaça diminuir, e eles pagam menos imposto, disso eu tenho certeza, porque eu conheço disso. E ninguém repassou. Está vendo? É uma questão de valor, não uma questão de custo. Por que que o estado atrapalha? Não vejo o estado atrapalhar em nada. Ah, ‘mas tem substituição tributária, tem o Ministério da Agricultura’... É lógico! É uma bebida feita em escala, olha o caso da Backer... E assim, o povo fala que é destilada, que não tem problema, mas é lógico que tem, é metal pesado. É perigoso, produto feito em escala não é pra brincar... Eu sou consumidor, eu quero ser protegido, eu não quero essa desregulação total não... Porque na hora que morre lá, o caso da Backer aí, isso arreventa com o mercado, arreventa com o setor. Então assim, eu vejo essa história de estado é desculpa, é muleta. Aliás, muleta até o certo ponto porque eles sofrem o que todo empresário sofre, que realmente o empresário sofre com o estado, ponto. Mas não é a mais, igual eles acham. E outra, o estado não está pra ajudar setor não, está pra não atrapalhar. Aí o que o estado faz é atrapalhar, como atrapalha todo mundo, não tem a ver só com eles não, é porque eles acham que é uma marcação, que o estado ao invés de não atrapalhar devia ajudar. Eu falo assim: gente, torce pra não atrapalhar, pra ele fazer o papel dele, devolver pra sociedade o que ele tem pra devolver, e vai ser feliz. Por exemplo, o estado tem que devolver fiscalização, tirar a cachaça clandestina do circuito. Pronto, está cumprido o papel dela. Isso não é incentivo, é obrigação, não vou comprar incentivo, vou querer que o estado faz o que ele tem que fazer. O estado vai ser promovendo, gastar dinheiro pra promover bebida? (E7 Consultor técnico do SEBRAE).

Considerando os efeitos dos trabalhos políticos de reparação da lógica regulatória produziram, entende-se que especialmente entre o grupo de produtores que caracterizam o mercado formal de cachaça de alambique, esta lógica é internalizada nas práticas dos sujeitos envolvidos com algumas ressalvas. Estes agentes valorizam a existência de mecanismos de regulação e promoção do campo a partir de políticas públicas. Porém, acreditam que deveriam existir direcionamentos mais claros em relação à política tributária e à definição das normas técnicas necessárias para a formalização e registro da atividade produtiva.

Analisando este mercado como um todo, abrangendo o segmento informal, todavia, percebe-se que os produtores se esquivam (GONÇALVES; FREGONESI; MOREIRA, 2020) das pressões institucionais promovidas por esta lógica. Neste sentido, assume-se que os trabalhos institucionais de reparação aqui discutidos ainda carecem de maiores impactos. Esta discussão será aprofundada na investigação do trabalho de interrupção da lógica da informalidade. A seguir, é apresentada a síntese integrativa desta seção.

5.5.3 Síntese integrativa do trabalho de reparação da lógica institucional regulatória

O trabalho institucional de reparação da lógica regulatória do campo da cachaça foi caracterizado sobretudo por práticas de trabalho político. Foram realizadas ações tais como: elaboração, discussão e publicação de políticas públicas que regulamentaram processos produtivos e promoveram a valorização da cachaça como patrimônio cultural (o principal exemplo foi a criação do Pró-Cachaça, no início da década de 1990); formulação de políticas tributárias que buscavam integrar os produtores ao sistema formal e; promulgação de mecanismos voltados à formalização e defesa da segurança alimentar dos consumidores.

Essas práticas de trabalho institucional promoveram um maior reconhecimento da relação entre Estado e organizações do campo da cachaça de alambique em Minas Gerais. Sobretudo o Pro-Cachaça é entendido como uma política que promoveu avanços nas demandas dos agentes produtivos. Todavia, ainda existem muitas críticas voltadas à ação do Estado e dos mecanismos regulatórios. Questiona-se a política tributária, o rigor dos dispositivos que regulamentam as boas práticas de fabricação e espera-se que sejam desenvolvidas mais ações de valorização da cachaça.

Entende-se, portanto, que o trabalho institucional de reparação ainda está em andamento e alguns de seus resultados não alinhados com os objetivos esperados pelos sujeitos que se engajaram de forma mais direta ao início da década de 1990. A seguir, será apresentado o trabalho de reparação da lógica da moralidade.

5.6 Trabalho institucional de reparação da lógica da moralidade

A mobilização de diferentes sujeitos buscando produzir mudanças no mercado da cachaça de alambique também envolveu a reparação de outra ordem institucional (para além das lógicas da produção tradicional e regulatória): a lógica da moralidade. Nesta seção serão discutidas as principais práticas empregadas na promoção deste trabalho institucional e seus efeitos no campo analisado.

5.6.1 Processo de reparação e características da lógica da moralidade

Tendo em vista os desdobramentos que marcaram a história da cachaça desde o século XVI, a marginalização e a desvalorização de sua produção e consumo são crenças e valores difundidos, sobretudo, entre membros das classes mais abastadas do país. Entende-se que os pressupostos que definem a cachaça como uma bebida de qualidade inferior, nociva à saúde e consumida pelas classes mais pobres e estigmatizadas constituem as bases históricas da lógica institucional da moralidade neste campo.

No capítulo 4 foram apresentados os fundamentos desta lógica, caracterizando o contexto da cachaça de alambique em Minas Gerais até o início da década de 1980. Reconhecendo o interesse dos sujeitos envolvidos nas iniciativas de transformação deste mercado, destacam-se, também, as ações voltadas à reparação desta lógica institucional.

Entende-se que houve um trabalho institucional de reparação de práticas, discursos e materialidades, uma vez que buscou-se interromper alguns preceitos desta moralidade, bem como ressignificar outros. A principal característica deste esforço foi a promoção de ações de valorização e posituação da cachaça de alambique em Minas Gerais, bem como a mudança de foco quanto à marginalização, que passou a ser direcionada às cachaças clandestinas, reconhecendo, portanto, a bebida produzida em conformidade às boas práticas de fabricação, por produtores formalizados, como um produto de destaque.

O trabalho institucional de reparação da lógica da moralidade foi caracterizado por trabalhos de natureza cultural e educativa. O **trabalho cultural** foi desempenhado por meio de ações voltadas à desvinculação dos estigmas negativos relacionados à cachaça (tais como: a desassociação do consumo da bebida ao alcoolismo; a defesa do nome cachaça e; a mudança de foco dos preceitos moralistas para as cachaças fabricadas sem a conformidade com as boas práticas de fabricação) e **o trabalho de premiunização da bebida.**

A desvinculação de fundamentos normativos trata da reparação de conexões entre práticas e suas bases culturais e morais (ZILBER, 2002). No âmbito da cachaça, este trabalho foi entendido como um tipo de prática estratégica para a promoção das transformações do mercado de cachaça de alambique. Os preconceitos e as crenças que se referiam à cachaça como uma bebida de qualidade inferior, consumida por sujeitos marginalizados, eram vistos como impeditivos do acesso aos consumidores de maior distinção e à própria opinião pública.

Naquela época o que se tinha de mercado para cachaça eram somente os botecos de classe B (-), C e D, que tomavam as doses de cachaças industriais muito baratas e a chamada pinga da roça, quando conseguiam vender um pouquinho mais cara a dose. Não era consumida em classes B(+) e A. Pelo contrário, quando bebiam era escondido das esposas porque cachaça era para cachaceiro, bebum e pião. (E8 - Produtora de cachaça).

[...] haviam muitos empresários em Minas Gerais que tinham vencido na cidade. Eram médicos, advogados, juízes, engenheiros, dono de empresa, pessoas que saíram da roça na década de 60, vieram para a cidade e, criticados, não falavam que bebiam cachaça, mas continuaram bebendo em casa” (E14 - Liderança política no setor).

Ressalta-se que, embora o consumo de cachaça fosse elevado, a venda da bebida nestes canais era direcionada pela competição pelo menor preço, o que caracterizava uma maior vantagem às aguardentes de coluna frente às cachaças de alambique, fabricadas em pequenas unidades produtivas, orientadas pelas práticas tradicionais. Ou seja, as condições do ambiente técnico e institucional (SCOTT, 2014) não se apresentavam favoráveis à comercialização de cachaças de maior valor agregado percebido e, portanto, maior preço.

Por sua vez, no entendimento dos sujeitos que se envolveram nas iniciativas de transformação do campo, a criação da AMPAQ e dos padrões de qualidade fundamentos pela lógica técnico-científica, por si só não seriam suficientes para que a bebida fosse consumida por este perfil de cliente almejado. Seria necessário interromper os preconceitos por meio da desvinculação de fundamentos normativos que atribuíam valor negativo à cachaça de alambique. Esse trabalho foi realizado principalmente por meio de campanhas de promoção de discursos voltados aos consumidores de bebidas alcoólicas e à sociedade em geral.

Uma das ações de defesa estava relacionada à desassociação do consumo de cachaça de alambique ao alcoolismo. Historicamente, a repressão à bebida estava relacionada ao seu consumo entre grupos marginalizados, o que remete às iniciativas de proibição destas práticas desde o período colonial, até meados do século XX (SCHWARTZ, 2001, SILVA, 2015, SILVA, 2016). Ressalta-se, conforme Souza (2004), que a estigmatização era voltada às bebidas ingeridas por estes sujeitos, sobretudo a cachaça, existindo uma relativização da embriaguez provocada pelo consumo de vinhos e *whiskey*, normalmente associados a pessoas de maior *status* social. Nessa direção, a associação do alcoolismo ao consumo de cachaça estava

presente na cultura popular em diversas ocasiões, a exemplo de canções como “Marvada Pinga”¹ e no próprio uso do termo “cachaceiro” como sinônimo de alcoólatra, bêbado e, conseqüentemente, pária social (CAMPOS, 2004). Dias (2015) argumenta que, devido à estigmatização e aos preconceitos, o termo “cachaceiro” passou a representar qualquer sujeito com comportamento disfuncional induzido pelo consumo de qualquer bebida alcoólica.

No contexto de Minas Gerais, desde a criação da AMPAQ, buscou-se promover campanhas que defendiam a valorização da cachaça de alambique como um produto de qualidade. Estes sujeitos se apoiavam em um discurso que pressupunha que a qualidade envolvida no processo de fabricação técnico-científico garantiria a redução dos efeitos negativos à saúde dos consumidores, desde que fosse promovido o consumo consciente.

Defendia-se que a cachaça não se resumia a uma bebida alta concentração alcoólica. Haja vista, haviam outros componentes e atributos que resultavam em uma experiência de consumo com significados ampliados, incorporando valores tradicionais, identitários e de distinção social. Propagava-se que:

[...] não é somente álcool, pelo contrário, álcool é somente um componente. Você tem todo o status, as questões sociais [positivas] associadas à cachaça, a bebida de maneira geral. Isso faz a bebida mais famosa, mais cara, como tem a apresentação delas em belas peças, garrafas, rótulos, formas de degustação, formas de promoção nos vários bares, etc. (E10 - Liderança política no campo).

Este tipo de defesa discursiva esteve presente nas discussões em torno da aprovação do Pró-Cachaça. Sobretudo deputados relacionados a grupos religiosos não gostariam de vincular seus nomes a uma política de incentivo à cadeia produtiva de bebidas alcoólicas. Com isso, houve um trabalho de persuasão destes em relação aos objetivos do programa.

[Nas primeiras sessões na Assembleia Legislativa] nós tivemos um debate aprofundado e até acalorado porque alguns deputados evangélicos, inicialmente, se opuseram ao projeto. Depois, não... Nós mostramos que não estávamos fazendo o projeto para poder fazer com que pessoas bebessem, nós queríamos, acima de tudo, dar qualidade, dar valorização para um produto que é nosso. (E24 - Liderança política no campo)).

Esse tipo de narrativa também esteve presente em campanhas de divulgação de marcas e em comunicações apresentadas por especialistas do setor.

Eu estou incentivando o consumo responsável. Se beber, não dirija... Só maiores de 18 anos... E isso é uma bandeira que a gente fala o tempo inteiro. Pelo contrário, eu quero que as pessoas bebam menos e bebam melhor e o melhor seria uma boa de alambique ou uma industrial. Eu não vou entrar nesse mérito, nesse ponto... Mas beba apreciando, não é pra encher a cara, isso é doença, isso não é legal (E2 - Jornalista).

¹ “Marvada Pinga” ou “Moda da Pinga”. Composição de Ochelsis Laureano. RCA Victor, 1953.

Outra prática desempenhada no escopo deste trabalho cultural foi a busca pelo reconhecimento e positivação do nome ‘cachaça’. Entendia-se que a bebida não seria apreciada de forma ampla sem que a dimensão simbólica que caracterizava a cachaça como um nome estigmatizado fosse reparada. Esta percepção também foi defendida por Dias (2015), ao investigar a construção social da imagem do cachaceiro.

Existem vários nomes que se referem à bebida. No âmbito da cultura popular, eram (e ainda são) empregados diferentes denominações, tais como pinga, caninha, canjebrina, cachaça, entre outros (CÂMARA CASCUDO, 2015, DIAS, 2015, SILVA, 2016). No escopo de textos técnicos e acadêmicos, o nome mais utilizado era aguardente de cana (CARDOSO, 2000, MAIA, 1994), em referência à forma como a bebida era reconhecida pelos dispositivos regulatórios anteriores à década de 2000 (BRASIL 1994).

A esse respeito, a entrevistada E1, pesquisadora que atuou desde o início na promoção dos trabalhos institucionais de criação da lógica técnico-científica e na reparação das demais lógicas do campo, argumenta:

[...] vale notar que, a princípio, usávamos a denominação “aguardente de cana artesanal”. Talvez porque soasse como algo mais “acadêmico”, menos estigmatizado. Pois havia um histórico social de muitos preconceitos, tanto acerca do produto em si (“baixa qualidade”) como dos produtores (“clandestinos”) e consumidores (“cachaceiros”). Pensando sobre isso agora, lembro-me de que, quase sempre, os produtores se apresentavam como “profissionais bem sucedidos em outras áreas” que produziam cachaça para “honrar tradições familiares, como hobby ou como atividade comercial secundária (E1 - Pesquisadora).

A própria definição inicial do nome AMPAQ (Associação Mineira de Produtores de Aguardente de Qualidade), criado em 1988, reflete como o termo “cachaça” não era comumente empregado em instâncias formais devido ao não reconhecimento desta denominação pelas estruturas do Estado brasileiro. Aliás, este processo somente ocorreu por meio da publicação do Decreto 4.062 de 21 de Dezembro de 2001, que estabeleceu a expressão “cachaça” como indicação geográfica do Brasil, passando a incorpora-la em outros dispositivos legais (BRASIL, 2003, 2009).

Reconhece-se, nesta direção, que a promulgação do Pró-Cachaça, em 1993, representou uma ação significativa em defesa desta denominação, ainda que o nome oficial da política fosse “Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardente” (MINAS GERAIS, 1993).

Segundo o entrevistado E19, que teve atuação direta no processo de criação do programa:

[...] não podia colocar [o termo] cachaça [no nome do Programa]... Não tinha uma lei... [O termo] era proibido, não tinha lei brasileira... Programa de cachaça não existe... Existiam dois nomes: aguardente ou caninha... Eram produtos da aguardente de cana. Não tinha essa alternativa [referindo-se ao termo ‘Cachaça’... Produzia-se

um produto que não era nem conhecido pelo MAPA... Era um produto da roça (E19 - Liderança política no campo).

Todavia a manutenção do nome “Pró-Cachaça” foi uma escolha importante para trabalho cultural de desvinculação de fundamentos normativos da lógica da moralidade (ZILBER, 2002). Destaca-se, ainda, que a AMPAQ, em 1999, também incorporou a expressão “cachaça” em seu nome, tornando-se a Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade (SANT’ANNA, 2020). Outras entidades também passaram a utilizar esta denominação, a exemplo do SEBRAE, que em 2001 publicou o “Diagnóstico da Cachaça de Minas Gerais”, um dos principais estudos setoriais sobre este mercado já realizado (SEBRAE, 2001).

Por fim, o trabalho cultural de desvinculação de fundamentos normativos envolveu um esforço de ressignificação da moralidade que permeia este campo (RONZANI; FURTADO, 2010, OLIVEIRA et al. 2019). Considerando que este tipo de estigma é comum em mercados de bebidas alcoólicas em todo o mundo (SILVEIRA; MARTINS. RONZANI, 2009, LIU, 2018, LOCKE, 2021), os agentes do campo da cachaça de alambique buscaram evidenciar que existem cachaças cujos processos produtivos e de inserção no mercado são diferenciados e, portanto, de maior valor.

Desse modo, os mecanismos de coerção à produção e ao consumo deveriam, no entendimento destes sujeitos, estar voltados às cachaças que não estão em conformidade com as boas práticas de fabricação. Estas bebidas, em sua grande maioria, representam a informalidade no mercado. Os esforços produzidos nesta direção serão discutidos em maior profundidade na seção 5.7 desta tese.

Outro tipo de trabalho cultural realizado para a reparação da lógica da moralidade foi o trabalho de ‘*premiunização*’ da bebida. No contexto de bens alimentícios e bebidas, existe a classificação dos produtos em: comum, luxo e *premium* (CALÇADA; TIRELLI, 2013). Segundo D’Angelo (2004), produtos *premium* são caracterizados por apresentarem qualidade superior em comparação aos produtos comuns. A diferença destes para com produtos de luxo é dada pelo componente da exclusividade, da existência de um mercado específico e pelos meios de produção diferenciados relacionados a este último grupo (VIEIRA, 2020). Os agentes entendiam que para alcançar consumidores de maior distinção seria necessário promover ações que promulgariam a cachaça como um produto cujo consumo estava vinculado a um *status* elevado.

Este trabalho foi realizado a partir da utilização de mecanismos tais como a certificação e a construção de marcas que destacariam os atributos de maior qualidade das cachaças. A

Figura 9 representa o uso de embalagens que remetem às bebidas *premium*, tais como o *whiskey*, *vodka* e vinhos refinados, como uma forma de promoção deste trabalho institucional.

Figura 9 - Embalagens de cachaças que remetem à bebidas *premium*.



Fonte: Papo Com Cris (2017). Disponível em: < <https://papocomcris.com.br/cachaca-ganha-selo-premium-e-torna-se-opcao-de-presente-no-natal/>>.

Este trabalho institucional de *premiunização* também foi fundamentado no pilar regulatório (SCOTT, 2014). A Instrução Normativa nº 13, de 29 de junho de 2005, publicada pelo MAPA define cachaca *premium* como a bebida “que contém 100% (cem por cento) de Cachaca ou Aguardente de Cana envelhecidas em recipiente de madeira apropriado, com capacidade máxima de 700 (setecentos) litros, por um período não inferior a 1 (um) ano” (MAPA, 2005). Este dispositivo estabelece, ainda, a classificação ‘extra *premium*’ para as cachaças 100% envelhecidas em tonéis/barricas de madeira por um período superior a 3 anos (MAPA, 2005). Entende-se, a partir dessas definições que o segmento de cachaças *premium* é marcado, essencialmente, pelos processos de envelhecimento, o que confere características sensoriais de maior valor ao destilado (SOUZA et al. 2013). Ressalta-se que um produtor somente poderá utilizar esta denominação nos rótulos das bebidas cujo armazenamento tiver sido acompanhado e fiscalizado por autoridades competentes do MAPA.

Para além dos esforços de natureza cultural, o trabalho institucional de reparação da lógica da moralidade também envolveu ações de **trabalho de comunicação**. Estas iniciativas foram estruturadas em dois escopos: a difusão de atributos positivos relacionados à bebida e a promoção do consumo consciente.

As práticas empenhadas na difusão de valores e materialidades que positivassem a cachaca de alambique estão alinhadas ao trabalho de comunicação uma vez que tinham como objetivo a difusão de novos entendimentos quanto à dimensão simbólica da bebida para

potenciais consumidores, bem como a sociedade (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Nessa direção, envolveram especialmente: o desenvolvimento de eventos específicos para a promoção de cachaças; a veiculação de campanhas publicitárias segmentadas a públicos de maior distinção; e a criação/participação em concursos de degustação e *rankings*.

A organização de eventos voltados à comunicação de consumidores em relação às cachaças foi uma das ações seminais dos trabalhos de mudança nesse campo institucional. No ano de 1986, foi realizada a 1ª edição do Festival da Cachaça de Sabará-MG. Este evento ainda contou com ampla divulgação da imprensa local (Cobertura de redes de jornalismo como a TV Globo Minas, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil, Estado de Minas). Alguns agentes entendem que esta foi uma das primeiras vezes em que a cachaça de alambique teve exposição midiática no estado e isso auxiliou na promulgação do trabalho cultural de reparação da lógica da moralidade.

Sabará é uma cidade com forte tradição histórica, localizada a aproximadamente 20 quilômetros de Belo Horizonte, o que fez com que o festival também recebesse o público da capital do estado. Uma das principais atrações do evento era a divulgação de um *ranking* das melhores cachaças ali expostas, escolhidas pela preferência de consumidores e especialistas. Foram realizadas 10 edições do festival, entre 1986 e 2005. A Figura 10 ilustra a realização do evento, no ano de 1988.

Figura 10 - III Edição do Festival da Cachaça de Sabará.



Fonte: Sabará Gente. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/sabaragente/photos/a.677561225630900/2509742269079444/>>

A recepção em relação ao Festival da Cachaça de Sabará, bem como o trabalho desempenhado em outras frentes (discutidos nas seções anteriores desta tese) chamaram a atenção de outros atores para a criação de eventos direcionados à cachaça. Como exemplo de maior repercussão, figura a Expocachaça, criada em 1997. O entrevistado E15, fundador deste evento, discorre acerca dos objetivos almejados com a criação deste evento.

Eu falei, nós precisamos ter uma vitrine para mostrar a cadeia produtiva do produto e começar a trabalhar a elitização e glamourização do produto. Começar a buscar o produto, o valor agregado do produto e mostrar o que nós temos no mercado o que as pessoas não conhecem (E15 - Promotor de eventos no campo).

A Expocachaça foi planejada como um evento de porte nacional, realizada anualmente (entre 1997 e 2019 foram realizadas 22 edições), em um grande centro de exposições em Belo Horizonte. Assim como no Festival da Cachaça de Sabará, a Expocachaça realiza um *ranking* das melhores marcas da bebida escolhidas por um júri especialista. A exposição também promove palestras envolvendo temas de natureza técnica e que englobam toda a cadeia produtiva da cachaça. A Figura 11 representa uma das edições.

Figura 11 - Expocachaça realizada em Belo Horizonte-MG.



Fonte: Hoje em Dia (2019) Disponível em: < <https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/expocacha%C3%A7a-movimentar-55-milh%C3%B5es-a-partir-desta-quinta-feira-1.719058>>

Os eventos foram importantes para a apresentação da cachaça para outros perfis de consumidores. Entretanto, a fim de difundir estes novos discursos, outra forma de trabalho de comunicação realizado pelos agentes deste mercado foi a criação de campanhas publicitárias veiculadas em canais de mídia segmentados a consumidores que tanto não tinham o hábito de consumir cachaças quanto difundiam os preconceitos relacionados ao produto. Este perfil de consumidor é caracterizado por pessoas das classes A e B, incluindo mulheres, cujo consumo de cachaça foi historicamente reprimido (MARTINS, 2014).

O principal exemplo de ação neste âmbito foi a criação de uma campanha publicada na Revista Marie Claire. Esta campanha foi financiada pelo governo do estado de Minas Gerais, como parte das ações desenvolvidas no âmbito do Pró-Cachaça. A peça publicitária também foi veiculada em outras revistas.

Além disso, o trabalho de comunicação de valores positivos relacionados à cachaça também envolveu a criação de concursos especializados que classificariam as cachaças de maior qualidade por meio de avaliações técnicas e/ou de consumidores. Esta prática consistiu na criação de *rankings*, entendidos como formas de classificação e estratificação que permitem a construção de identidades, posições e *status* entre organizações, pessoas ou marcas em um campo (WEDLIN, 2007). Conforme Rindova et al. (2017), pesquisadores dos campos da

Administração e Sociologia entendem os *rankings* como mecanismos de ordenamento comparativo. Com isso, a classificação torna-se uma referência para a definição do *status* dos produtos em um mercado (SAUDER; LYNN; PODOLNY, 2012), o que vai de encontro ao interesse dos agentes envolvidos neste trabalho institucional de reparação da lógica da moralidade.

Rankings também desempenham um papel no trabalho de padronização (SLAGER; GOND; MONIN, 2012). Segundo Wedlin (2007), os mecanismos de classificação são importantes para a institucionalização de campos sociais, uma vez que permitem que certas práticas e padrões sejam reconhecidas e tenham valor normativo. Neste entendimento, os *rankings* permitiram que a cachaça de alambique passasse a ser reconhecida como produto de destaque no campo da cachaça e das bebidas alcoólicas em geral.

Apesar de apresentarem pequenas diferenças nos procedimentos metodológicos durante a avaliação, a maioria dos *rankings* e concursos realiza avaliações às cegas das amostras das bebidas. Estas degustações são feitas por especialistas do setor, com experiência técnica na produção, comercialização e/ou no consumo. Dentre os concursos e *rankings* criados para o mercado de cachaças, destacam-se: *Ranking Playboy* de Melhores Cachaças, publicado na revista *Playboy* entre os anos 2003 e 2011 (BEBIDA EXPRESS, 2013); Concurso Mundial de Bruxelas, uma das maiores competições de avaliação de bebidas alcoólicas do mundo, que também classifica cachaças desde 1999 (CLIMENT-LOPÉZ, 2014); *Ranking Expocachaça*, realizado a cada edição do evento (EXPOCACHAÇA, 2020); *Ranking Cúpula da Cachaça*, publicado anualmente desde 2016 (CÚPULA DA CACHAÇA, 2021); entre outros.

O outro tipo de trabalho de comunicação relacionado à lógica da moralidade refere-se às estratégias de reparação das práticas de consumo de cachaça de alambique. Esse trabalho foi produzido a partir da construção de novas formas e ritos de se consumir a bebida, da realização de cursos de especialização no consumo e da criação de confrarias e espaços destinados a consumidores da aguardente. Warde (2005) ressalta que mudanças nas redes de significados e valores envolvidas em uma prática podem resultar em novas formas de se consumir um produto. Estas transformações podem ser produzidas a partir de práticas de trabalho institucional (HOMBOURGER-BARÈS; THEVENOT; SCHULTZ, 2019, SLIMANE et al. 2019).

No que se refere à construção de práticas de consumo que reduzissem o estigma negativo da cachaça, foram realizadas ações voltadas à defesa do consumo consciente, ou moderado, da bebida. Nessa direção, passou-se a difundir em veículos especializados deste setor os efeitos negativos do consumo exagerado de álcool e, por outro lado, os benefícios que o consumo

moderado pode trazer à saúde. O portal ‘Mapa da Cachaça’ publicou um artigo chamado ‘Cachaça: Consumo Consciente e Saúde’, de autoria de Aline Bortoletto, pesquisadora e especialista na bebida. Em um dos trechos, destaca-se:

A ingestão moderada de álcool tem a capacidade de dilatar a parede das veias e artérias, elevar a temperatura corpórea e facilitar o fluxo sanguíneo, prevenindo coágulos e doenças, como trombose. Estudos apontam que pessoas que consomem bebida alcoólica moderadamente possuem o HDL (colesterol bom) mais elevado que as demais, e o risco de infarto é indiretamente reduzido. A capacidade intelectual e raciocínio também podem ser melhorados com o consumo moderado, diminuindo até mesmo o risco de Alzheimer. A quantidade ideal de cachaça a ser consumida varia de acordo com o metabolismo de cada indivíduo, assim como entre homens e mulheres. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declara que o consumo diário ideal é cerca de 30g de álcool (etanol), o que corresponde à praticamente duas doses de cachaça (BORTOLETTO, 2014).

Em uma das edições da revista ‘Cachaça com Notícias’, publicada pela ANPAQ, em 2019, é ressaltada a importância da promoção destas ações junto aos consumidores para que a cachaça seja mais valorizada. A autora do artigo argumenta:

Como fazer com que mais e mais pessoas vivenciem a experiência sensorial da cachaça e a inclua no seu dia a dia, com moderação e consciência? Se nada fizermos, nada teremos. Hora de atuar forte “porteira para fora” para promover o produto cachaça, as marcas de excelência e vender mais e melhor... (ANPAQ, 2019, p. 7).

A defesa do consumo moderado também passou a ser relacionada a mudanças na performance de consumo, de modo esta conduta favoreceria a valorização de atributos sensoriais da bebida. Estas características seriam identificadas em cachaças fabricadas seguindo os padrões de qualidade definidos por especialistas. Entretanto, para que consumidores e baristas pudessem incorporar estes novos valores e significados, seria necessário que fossem educados para esta finalidade.

Para tanto, foram criados cursos voltados ao treinamento de consumidores e especialistas em consumo a fim de que estes sujeitos pudessem compreender as características sensoriais agradáveis em uma cachaça de alambique. Pesquisadores e outros agentes envolvidos nos trabalhos institucionais de natureza técnica tiveram papel relevante neste processo. Como evidência recente disso, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), em parceria com a ANPAQ e com uma escola especializada no setor da cachaça de alambique promoveram um curso denominado “Análise Sensorial e Classificação de Cachaças”, no ano de 2018. Segundo o entrevistado E4:

[...] a gente tá procurando buscar formadores de opinião que não tenham uma marca por trás deles, ou seja, a gente quer treinar pessoas experts em cachaça mas que não sejam produtoras. É uma coisa que falta! Como começou a surgir muitas confrarias de cachaça aqui em Minas, a gente começou a chamar essa galera e treinar eles pra eles falarem com propriedade, sabendo o que estão falando (E4 - Produtor de cachaça e docente de cursos técnicos).

Os especialistas passaram a ser vistos como pessoas cuja atuação seria de grande relevância ao nível do campo, uma vez que teriam maior poder de influência, sobretudo entre as classes A e B, historicamente mais interessadas na crítica gastronômica (OLIVEIRA, 2018). Quanto a esse aspecto, o entrevistado E4 argumenta:

A gente procura esses formadores de opinião, faz um treinamento com eles, explica quais são os malefícios da cachaça de má qualidade, da cachaça informal, quais são os riscos que estão correndo, para a partir daí esses formadores de opinião passarem esse conceito para os consumidores... porque a maioria desses formadores de opinião estão na linha de restaurante, de bar, da *delicatessen*... (E4 - Produtor de cachaça e docente de cursos técnicos).

O entrevistado E7, consultor do SEBRAE-MG, reforça que o trabalho direcionado a influenciadores e especialistas de consumo é uma prática que pode contribuir para a valorização positiva da cachaça e sua consolidação no mercado. É destacada a ação promovida pela agência junto a produtores de Salinas-MG e baristas de São Paulo-SP.

[É importante] trabalhar com assessoria de imprensa, influenciar. Aí é o mundo. Pagar treinamento para o *bartender*. Porque as vezes a formação dele pode ser, por exemplo, na linha da vodka. O cara manja tudo de vodka. Ele está na zona de conforto dele. Quem é que tira ele da zona de conforto da vodka pra cachaça? Se não for a indústria, você acha que vai ser o distribuidor? Jamais! A gente já fez isso com Salinas. Uma vez nos levamos lá um pessoal, os principais *bartender* de São Paulo pra conhecer e tal. Pra fazer esse meio de campo... Para os caras acreditarem, pra ver o porquê é diferente. Um cara desse quando ele vai [nas empresas que fabricam marcas reconhecidas] e pega na mão dos caras lá, você vê pelas postagem no Insta e tal, os caras fazendo stories e aquela coisa toda, e tem trezentos mil seguidores. É esse tipo de relacionamento (E7 - Consultor técnico do SEBRAE).

Por fim, este trabalho de comunicação também envolveu a criação de confrarias e de outros espaços dedicados à comercialização e consumo de cachaça. As confrarias referem-se a organizações associativas cujos membros compartilham o interesse pelo consumo de um determinado produto e reúnem-se a fim de realizar estas práticas de forma coletiva, compartilhando valores, significados, fazeres e dizeres (FREITAS, 2019). Uma das características distintivas deste tipo de associação é o perfil dos confrades, comumente pertencentes às classes média e alta (MARQUES, 2017).

Segundo Dias (1998), confrarias de consumo de bebidas são tradicionalmente relacionadas aos vinhos. Entretanto, existem organizações desta natureza especializadas em outros produtos, tais como a cachaça. Em Minas Gerais, este movimento tem histórico relativamente recente, de modo que foram criadas duas confrarias: a Confraria Mulheres da Cachaça (Convida), fundada em 2016, reunindo sobretudo mulheres e a Confraria Mineira da Cachaça (Confala), criada em 2017.

Estas organizações representam as práticas de trabalho institucional de reparação da lógica da moralidade. Os principais direcionamentos promulgados por seus membros envolvem

a promoção do consumo consciente, a difusão de conhecimentos relacionados à análise e classificação de cachaças e o compartilhamento de experiências durante o ato de beber cachaça (FREITAS, 2019). Na próxima subseção serão discutidos os efeitos destes trabalhos institucionais no campo.

5.6.2 Efeitos e respostas ao processo de reparação da lógica da moralidade

O trabalho de reparação da lógica da moralidade foi realizado tendo em vista a busca por clientes cujo perfil social e econômico não estava associado historicamente ao consumo de cachaças de alambique. Entende-se que estas iniciativas de trabalho institucional foram importantes para a promoção de formas de diferenciação de práticas de inserção mercadológica (BRITO et al. 2020). A partir disso, muitos produtores passaram a desenvolver trabalhos de gerenciamento de marca voltados à exploração dos atributos positivos da cachaça e sua sofisticação. Estas mudanças ocorreram sobretudo na materialidade que caracteriza as marcas a partir das embalagens e das instalações físicas de produção. A Figura 12 exemplifica como diferentes empresas tem incorporado símbolos que remetem à sofisticação e requinte em suas cachaças.

Figura 12 - Marcas e embalagens de cachaças de alambique de Minas Gerais.

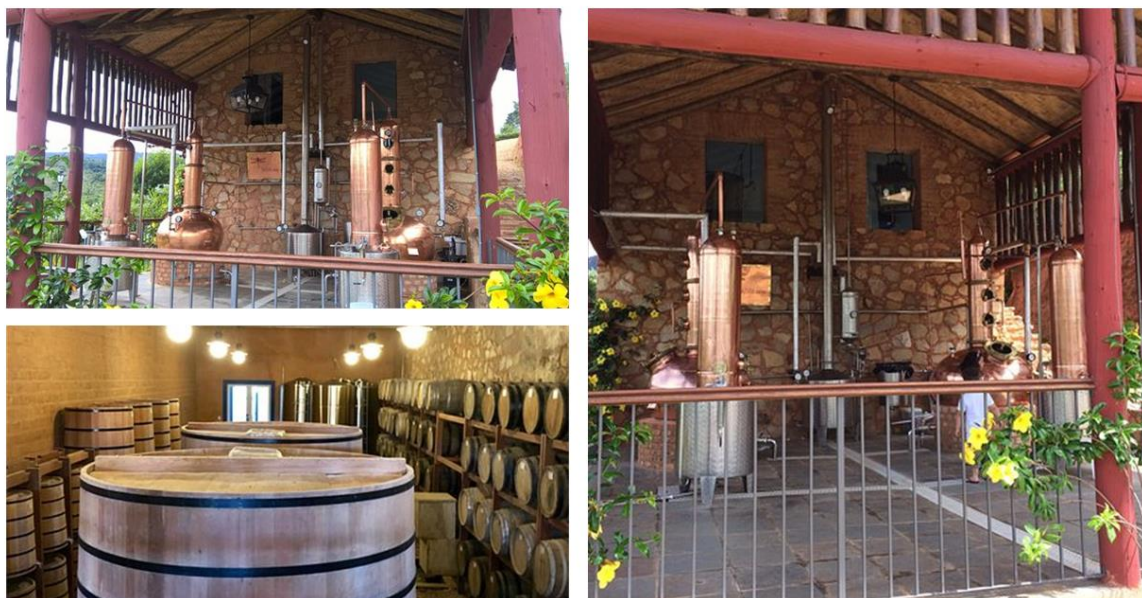


Fonte: Dados da Pesquisa.

A Figura 13 apresenta as instalações físicas de uma organização produtora de cachaça. Chama atenção o cuidado dos fabricantes com a limpeza e a apresentação do local, remetendo,

ao mesmo tempo, a uma estética de cuidados sanitários (sobretudo pela limpeza do ambiente) e sofisticação (escolha das cores, iluminação, cercado por belezas naturais).

Figura 13 - Instalações de produção de cachaça que incorporam uma estética mais sofisticada.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Os esforços empenhados nos trabalhos culturais de desvinculação de fundamentos normativos da lógica da moralidade (ZILBER, 2002) e valorização de atributos positivos (BOUTY; GOMEZ; DRUCKER-GODDARD, 2013) da cachaça tem produzido efeitos reconhecidos pelos agentes deste mercado. Estes efeitos envolvem a percepção de uma redução no estigma negativo da bebida, conforme apresentado pelo entrevistado E4.

Hoje a estigmatização da imagem da cachaça felizmente tem diminuído muito. [...] Hoje, com os eventos, com os cursos, com a qualidade dos produtos, veja quantas cachaças nós temos aqui na prateleira, conhecidas em todo o Brasil... as pessoas já estão procurando um produto legal, formal. Porque sabem que estão ingerindo um produto com moderação, com inteligência, que mal algum lhe fará... Poderá trazer, exatamente o sabor, o aroma, tudo isso (E4 - Produtor de cachaça e docente de cursos técnicos).

Estes sujeitos acreditam que as estratégias de aproximação com veículos de mídia jornalística e a promoção de campanhas publicitárias em canais segmentados a grupos sociais de maior distinção foram positivas para a redução de preconceitos e divulgação da qualidade do produto. Outro mecanismo que, no entendimento dos agentes do mercado, também contribuiu para uma maior aceitação das cachaças de alambique foram os selos de certificação, especialmente o selo emitido pela AMPAQ.

A mídia desse selo divulgou muito a AMPAQ e seus outros trabalhos em prol da melhora da qualidade das cachaças... aí era o começo da entrada das cachaças da AMPAQ no mercado com o valor agregado em Minas Gerais e em outros estados também, com a ressonância pela mídia (E8 - Produtora de cachaça).

A aproximação junto a especialistas, dentre eles jornalistas, permitiu que mais conteúdos fossem criados em torno do trabalho de divulgação de atributos positivos da cachaça de alambique.

E aí a gente foi fazer as coisas. Eu ganhei uma coluna no jornal O Dia, do Rio de Janeiro para falar sobre cachaça. Depois, uma coluna na Revista Bula, que era uma revista de gastronomia muito importante... a nossa união [entre especialistas e entusiastas da bebida] fez com que cada um de nós ficasse mais forte e conseguissem fazer coisas em prol da cachaça, tanto separados quanto juntos... As nossas principais ações: A Cachaça em Revista, aquela publicação que tem no nosso site, com artigos que a gente escreve, e o Ranking Cúpula da Cachaça, que realmente ganhou uma visibilidade bem grande. E toda edição ele consegue trazer um público que só ouve falar de cachaça nessa época do ano, tanto que a gente tem gente que tem mais de 40 mil pessoas votando no último ano (E9 - Jornalista).

Esses esforços têm feito com que os consumidores de cachaça se interessem por aspectos relacionados à identidade de origem e a qualidade das bebidas por eles ingeridas. Segundo o entrevistado E18 (Empresário no setor de suprimentos para organizações do campo), “[...] a própria população vem valorizando o consumo e consumindo mais, de forma consciente, buscando um produto bom, analisando os registros. O reconhecimento da cachaça envelhecida em diferentes madeiras é um exemplo disso”.

O objetivo de reparar a lógica da moralidade, bem as mudanças em outras lógicas, tem possibilitado que, de fato, novos sujeitos se interessem por cachaças. Dentre eles figuram os consumidores de classes A e B e, especialmente, as mulheres. Em uma entrevista realizada com um produtor, foram destacadas as seguintes características do negócio:

É um nicho de mercado. [...] se eu não tivesse saído dessas entregas de bombona [referindo-se ao comércio informal em pequenos bares], não existia isso aqui mais. O meu cliente é diferenciado. Você vai ver ali no meu livro de visitas que tem gente do Brasil inteiro que passa aqui e compra. E você tem hoje, de maneira geral, nos grandes centros, as cachaçarias, que são recintos de alto nível (E29 - Produtor de cachaça).

Se você tem uma estrutura capaz de atender esse tipo de público, ele vai te procurar. Eu tenho cliente, por exemplo, lá de Belém. De vez em quando ele liga aqui e pede 10, 15 caixas, quer dizer, caixas de uma dúzia, de uma reserva aí que eu vendo hoje a 160 reais a garrafa. [...] O cara chega aqui e compra 500, compra 1000 reais de cachaça pra dar de presente, pra tomar. A gente tem esse tipo de cliente, assim como tem o cara do vinho, o cara do uísque que paga não sei quantos lá numa garrafa de uísque, da cachaça também tem (E29 - Produtor de cachaça).

Outro entrevistado ressalta o interesse das mulheres pela cachaça:

[...] hoje a cachaça tá saindo desse estigma e passando até a ser um produto da elite. Vou dar um exemplo: essas confrarias hoje, minha mulher inclusive é presidente de uma delas... e tem gente do mundo inteiro, e gente de um nível altíssimo, que degusta a cachaça mesmo! Então tá mudando, por exemplo, há dez anos, falar que uma mulher

ia tomar uma cachaça era coisa de... de... irreal, né? Hoje já tem! (E16 - Produtor de cachaça, Liderança política no campo)

O trabalho realizado em Minas Gerais tem gerado efeitos em direção à valorização da cachaça. Entretanto, segundo o entrevistado E9, este não é um entendimento que se estende a todo o país. Este fragmento tanto reforça que os esforços produzidos em Minas são reconhecidos, ao passo que destaca que são necessárias mais ações a fim de consolidar este pressuposto.

A valorização cultural da cachaça ainda não é um debate fechado. Eu vi na Expocacahaça um debate em que se discutia que ‘as pessoas não precisam falar que cachaça é um bom produto’. Eu falei, ‘rapaz isso é uma realidade mineira, essa é uma realidade paraibana’. Essa não é uma realidade, por exemplo, aqui no Rio de Janeiro, em circuitos de pessoas bem-informadas como os jornalistas. O preconceito contra a cachaça ainda existe. Você colocar a cachaça no mesmo patamar de uma bebida como o vinho, como o whiskey, ou como Gim, você é recebido com extrema desconfiança. Então esse circuito ainda não se completou, da valorização cultural (E9 - Jornalista).

Esse argumento pode estar relacionado a uma percepção dos produtores e promotores de eventos especializados no estado de Minas Gerais, em que este segmento de produtos apresenta maior consolidação e reconhecimento (SILVA, 2009, COUTINHO, 2001. Outra perspectiva argumenta que a valorização da cachaça de alambique teve maior recepção entre consumidores localizados em grandes centros urbanos, especialmente Belo Horizonte. De modo geral, no interior do estado ainda é muito comum a associação negativa.

[...] o que a gente percebe é que a cachaça como bebida fina é algo que está vindo dos grandes centros para o interior... no passado ela saiu da periferia até atingir os grandes centros, só que isso ficou parado ainda no interior, porque o sujeito ainda tem aquela história que, se ele chegar aqui, ele fala: ‘eu quero minha cachaça artesanal’; se você trabalhar com um sistema organizado, com um sistema limpo... Isso para eles é cachaça industrial, isso ainda está na mente do leigo... então ele acha que cachaça boa é aquela porcaria feita a céu aberto, o cara pega qualquer garrafa lá... isso aí ainda prevalece (E29 - Produtor de cachaça).

Considerando este fragmento, apesar dos efeitos promovidos em direção à reparação dos preconceitos e da ressignificação da moralidade neste campo, os agentes ainda apontam a necessidade de se promoverem outras ações com a finalidade de valorizar positivamente a cachaça de alambique.

Existe um bom nome pra cachaça mineira, todo mundo reconhece que ela é um produto de qualidade, mas o que é que foi feito até hoje para promover ou para manter esse bom nome no mercado? ainda existe uma lacuna nesse sentido (E5 - Liderança política no campo).

Muitos mineiros não sabem o que é uma cachaça de alambique mesmo, artesanal mesmo, como que é o processo. E tem a questão mesmo de geração, que vai entrando uma geração nova. Porque a geração minha, a gente via os nossos avós, nossos pais bebendo... A geração nova não está tão habituada a isso ainda porque é uma gama muito grande de produtos que entraram na geração deles... tem Catuaba, tem Ice, tem Vodka, tem outros produtos que estão mais presentes. Na época do nosso pai era

cachaça, *whiskey* e acabou... Nem vinho tinha porque vinho é coisa nova também. Então falta esse entendimento de setor (E28 – Produtor de cachaça).

De modo geral, observou-se que o trabalho de reparação da lógica discutida nesta seção tem influenciado na construção de respostas (OLIVER, 1991) variadas, sobretudo, nos consumidores e na sociedade, em sentido amplo. Alguns sujeitos reconhecem a cachaça de alambique como um produto cuja qualidade é legítima e que as práticas que envolvem os ritos de consumo não devem ser estigmatizadas. Entretanto, não é possível assumir que este trabalho produziu efeitos macro significativos e que, portanto, está encerrado. A seguir será apresentada a síntese da discussão neste tópico.

5.6.3 Síntese integrativa dos aspectos da lógica da moralidade

O trabalho institucional de reparação da lógica da moralidade foi caracterizado por trabalhos de natureza cultural e educativa. O trabalho cultural foi desempenhado por meio de ações voltadas à desvinculação dos estigmas negativos relacionados à cachaça (tais como: a desassociação do consumo da bebida ao alcoolismo; a defesa do nome cachaça e; a mudança de foco dos preceitos moralistas para as cachaças fabricadas sem a conformidade com as boas práticas de fabricação) e o trabalho de *premiunização* da bebida.

Para além dos esforços de natureza cultural, o trabalho institucional de reparação da lógica da moralidade também envolveu ações de **trabalho de comunicação**. Estas iniciativas foram estruturadas em dois grupos escopos: a difusão de atributos positivos relacionados à bebida e a promoção do consumo consciente.

As práticas empenhadas na difusão de valores e materialidades que positivassem a cachaça de alambique está alinhada ao trabalho de comunicação uma vez que tinham como objetivo a comunicação de novos entendimentos quanto à dimensão simbólica da bebida para potenciais consumidores, bem como a sociedade (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Nessa direção, envolveram especialmente: o desenvolvimento de eventos específicos para a promoção de cachaças; a veiculação de campanhas publicitárias segmentadas a públicos de maior distinção; e a criação/participação em concursos de degustação e *rankings*. Na próxima seção será discutido o trabalho institucional de interrupção da lógica da informalidade.

5.7 Trabalho institucional de interrupção da lógica da informalidade

No penúltimo tópico deste capítulo, explorou-se o trabalho de interrupção da lógica da informalidade, considerado um dos pilares do movimento de renovação deste campo. A seguir, serão investigados os principais eventos e práticas que marcam as iniciativas de interrupção desta lógica, bem como os efeitos destas iniciativas e as respostas dos agentes neste campo institucional.

5.7.1 O processo de interrupção da lógica da informalidade

A conjuntura que caracterizou a evolução do campo da cachaça de alambique desde o século XVI foi marcada por disputas que posicionaram neste arranjo institucional um conjunto de práticas, discursos e materialidades. Estes elementos incorporaram à bebida tanto tradições com forte apelo identitário quanto preconceitos e repressões por parte de mecanismos regulatórios e da sociedade como um todo. Uma das principais características resultantes desta dinâmica foi a informalidade nas relações econômicas, o que constituiu a denominada lógica institucional da informalidade.

Seguindo a perspectiva apresentada por Hart (1985), a informalidade refere-se a um conjunto de condições e práticas que caracterizam organizações ou sujeitos que estão inseridos em um mercado sem o devido registro de suas atividades junto ao Estado e às agências controladoras daquele setor. A partir deste entendimento, o mercado informal recorrentemente é percebido como algo marginal, ilegal, atrasado e sem qualidade (DARBI; HALL; KNOTT, 2018). Entretanto, Pinheiro-Machado (2008) argumenta que a dualidade ‘formal-informal’ não deve ser compreendida como estática e intransponível, ou, ainda, como uma condição de países subdesenvolvidos e emergentes, que seria suplantada à medida em que as economias se tornassem mais desenvolvidas. Haja vista, segundo Chen (2006) o setor informal é importante para a provisão de produtos e serviços relevantes para a sociedade, além de empregar uma grande força de trabalho (CHEN, 2006).

De modo geral, organizações informais seguem um conjunto de práticas características (BLUNCH et al. 2001). Estas unidades comumente: não utilizam ferramentas gerenciais normativas (direcionadas ao planejamento, organização, direção e controle); não empregam e não atraem profissionais com maior nível de qualificação; não desenvolvem planos de longo prazo e; tem distribuição local ou regional. Empresas e profissionais informais tendem a permanecerem pequenas devido às vantagens percebidas por estes sujeitos, tais como: baixa

visibilidade perante o Estado (o que implica na falta de compromisso às obrigações tributárias), facilidade de realocação e deslocamento, bem como de encerramento das atividades. Além disso, é comum que grandes empresas formais integrem organizações informais em suas cadeias de suprimento (explorando vantagens de baixos custos de mão-de-obra e maior flexibilidade), o que evidencia a relação tênue entre estas dimensões (DARBI; HALL; KNOTT, 2018).

O pressuposto básico da lógica institucional da informalidade no campo da cachaça de alambique em Minas Gerais refere-se à produção e venda da bebida sem o devido registro formal das atividades das organizações da cadeia, envolvendo tanto as unidades produtivas quanto os pontos de venda. Este cenário, amplamente difundido no estado de Minas Gerais desde o período colonial, foi sendo construído como uma resposta às ações de repressão e não reconhecimento da bebida por parte do Estado, bem como pelas pressões oriundas da lógica da moralidade e da própria concorrência das cachaças de alambique com as cachaças de coluna industrializadas em grande escala (COUTINHO, 2001). Nesse último aspecto, ao não promover a distinção de cargas tributárias entre os sistemas produtivos, ocorria uma maior vantagem às indústrias que fabricavam grandes quantidades em comparação aos pequenos produtores (CAMPELO, 2002).

Na percepção dos agentes envolvidos com as iniciativas de mudança neste campo a partir de década de 1980, a grande proporção da informalidade seria um empecilho para que a cachaça penetrasse em mercados de maior exigência de qualidade, assim como constituía uma condição de competitividade que apresentaria vantagens em relação aos produtores que registrassem suas atividades, adequando-se às regras formais para o funcionamento e às obrigações fiscais. Além disso, tornaria mais difícil que políticas públicas de apoio ao setor impactassem os pequenos produtores informais (MORAIS, et al. 2020). Estas percepções permanecem entre os sujeitos entrevistados nesta pesquisa.

[...] todo mundo tem que ter padrão de qualidade. Quando você cai na informalidade, não tem padrão de qualidade (E24 - Liderança política no campo)).

[A informalidade é] extremamente prejudicial para nós... Porque o custo para você vender uma cachaça no mercado é bem alto. Se você chega em um supermercado e vê vendendo [uma garrafa] pet com dois litros de cachaça lá dentro, vendendo muitas vezes por um valor abaixo do custo de produção, porque eles não sabem o custo de produção, eu não consigo competir com ele... (E16 - Produtor de cachaça, Liderança política no campo).

O mercado clandestino é alimentado sobretudo pela ideia do preço baixo. Não necessariamente pela baixa qualidade, porque eventualmente podem ter cachaças com alguma qualidade. Mas é extremamente difícil. Eu fico tentado a dizer impossível, mas não é possível encontrar o mesmo padrão de qualidade da cachaça informal numa

cachaça formal, de alto nível, entre as 400 melhores marcas do mercado. Porque eles não trabalham com análise química periódica que vai mostrar eventuais problemas que eles teriam que corrigir. Eles não trabalham com profissionais que já viram determinado problema e sabem como resolver (E9 - Jornalista).

Com isso, reconhecendo os efeitos que a informalidade provoca na dinâmica técnica e simbólica deste mercado (SCOTT, 1995), nesta seção serão apresentados os esforços direcionados à desconstrução esta lógica. Ressalta-se que estas ações, assim como aquelas de criação de lógicas, tinham como fundamento a promoção de transformações orientadas ao futuro do campo, portanto, representam efeitos de uma agência projetiva (EMIRBAYER; MISCHE, 1998).

O trabalho institucional de interrupção da lógica da informalidade envolveu ações de natureza política e educativa. O **trabalho político** consistiu na promoção de mecanismos de fiscalização da informalidade e na defesa da flexibilização das normas para a formalização.

A fiscalização consiste na prática de controle e inspeção, a partir da estrutura do Estado, buscando identificar se as organizações de um determinado setor atendem aos requisitos definidos em regulamentos para realização de atividade produtiva. Nos casos em que não há conformidade nestes aspectos, os envolvidos estão sujeitos a sanções punitivas (MAPA, 2020). Conforme Lawrence e Suddaby (2006), fiscalizar é um tipo de trabalho de policiamento empregando tanto com o objetivo de manter ou interromper ordens institucionais.

Uma vez que a cachaça é caracterizada como um produto de origem vegetal, cabe ao MAPA a competência para a realização dos processos de fiscalização das atividades produtivas desta cadeia (BRASIL, 2009). Para além da realização de visitas junto às unidades de fabricação com registro ativo, é também responsabilidade do MAPA proceder a autuação de organizações que estejam produzindo cachaças em situação de informalidade.

Esta atribuição tornaria o MAPA uma entidade percebida como estratégica na promulgação deste trabalho de interrupção, uma vez que apresentaria poderes normativo e coercitivo (SCOTT, 2014, CHAVES, 2012) diante daqueles indivíduos que produzissem ou distribuíssem cachaças sem o registro formal. Este poder representa um dos principais mecanismos discutidos por Suddaby e Lawrence (2006) em direção à disrupção de instituições.

Desde o surgimento da AMPAQ e do Pró-Cachaça, agentes deste mercado destacavam a importância do ministério neste âmbito. Entretanto, como efeitos das condições que as lógicas regulatória e da moralidade promoviam no campo, poucos recursos eram endereçados à fiscalização efetiva e ao combate à informalidade no estado. O entrevistado E4 destaca que mesmo após os trabalhos direcionados à reparação destas lógicas, o número de fiscais

credenciados pelo MAPA para a atuação no campo da cachaça não era suficiente para a cobertura em todo o território do estado. Essa configuração reforçava a percepção quanto às dificuldades na interrupção desta lógica institucional.

A informalidade prejudica todos os produtores que são regularizados. Mas infelizmente não tem fiscalização nenhuma do órgão do estado, nem municipal nem estadual. Então isso dificulta muitas vezes e exige mais de nós produtores regularizados... (E11 - Liderança política no campo).

Diante deste contexto, diversas negociações foram realizadas ao longo das décadas de 2000 e 2010 por entidades como AMPAQ, SINDIBEBIDAS e IBRAC. No ano de 2015, um esforço voltado à promoção de mudanças nos mecanismos de fiscalização merece destaque. À época, um dos diretores do IMA, que era ex-servidor do MAPA, iniciou conversas entre estas duas agências à fim de construir um convênio para que o Instituto Mineiro de Agropecuária passasse a integrar o esforço de fiscalizações do setor da cachaça em Minas Gerais. Este convênio teria respaldo legal uma vez que o Decreto nº 6871, de 4 de junho de 2009, permitia a descentralização das atividades fiscalizatórias do MAPA para entidades competentes, como o IMA (BRASIL, 2009). Sant’anna (2020) ressalta que o histórico de parcerias entre estas duas agências foi importante para o avanço desta proposta.

Após a realização de diversas reuniões, algumas delas em ambientes como a Expocachaça, foi instalado um grupo de trabalho por meio do qual seriam definidas as diretrizes para a atuação do IMA junto ao MAPA no serviço de inspeção. Esta iniciativa foi, enfim, promulgada pela portaria nº 01, de 26 de Junho de 2018, publicada pelo MAPA (SANT’ANNA, 2020, SEAPA, 2020, IMA, 2019). Com relação a esta parceria, o entrevistado E10 argumenta:

O MAPA não tinha outra saída a não ser fazer um convênio de cooperação com o IMA . O IMA tem uma presença no interior de MG que o MAPA não tem. Você tem que controlar, por exemplo, fazer a lacração das dornas para acompanhar o envelhecimento da cachaça. Você tem que ter o fiscal que vai lá lacrar e também para abrir aquele alambique para engarrafar. Então houve um esforço fiscal de mãos dadas do MAPA com o IMA . aí não tem briga, não tem confusão dos dois lados. Nunca teve confusão. Cada qual respeitou o seu espaço e se vê claramente que IMA não vive sem o MAPA e que o MAPA não vive sem IMA (E10 - Liderança política no campo).

Este convênio foi recepcionado por agentes do campo como um avanço na relação entre o trabalho de fiscalização e a redução da informalidade. Alguns dos entrevistados destacam que seria fundamental que o IMA utilizasse uma abordagem mais instrutiva do que punitiva durante as abordagens, bem como passassem a atender mais denúncias direcionadas a fabricantes informais.

Agora com essa promessa aí do IMA, se for uma coisa correta e se for da forma que eu acho que deveria ser, eu acho que vai contribuir muito, mas se for entrar de uma forma, grosseira, não for instrutiva... (E16 - Produtor de cachaça, Liderança política no campo).

Isso é uma questão fundamental que nós colocamos principalmente na tentativa de trazer a fiscalização, do âmbito federal para o estadual, eu disse isso: Vocês não vão ser uma fábrica, uma indústria de multas... vocês têm que levar uma orientação, levar um ensinamento, uma proposta para adequações, e se aquilo não for cumprido, aí sim, multar. Não é chegar multando, não! Pode ser que exista alguma ineficiência aqui ou ali, no caso dos formais, da pessoa não detectar, mas a fiscalização pode detectar, então, detectando e sendo realmente confirmada e analisada, ela terá que ser sim sanada pelo produtor. E se tiver acontecendo isso a ANPAQ estará de cima na defesa dos produtores. Nós não somos contra a fiscalização, nós queremos a fiscalização. Mas queremos dessa forma que estou lhe dizendo (E30 - Produtor de cachaça; Liderança política no campo).

Eu espero que haja uma fiscalização e que ela trate o produtor rural com respeito. Eu acho que isso que é fundamental. Trate-o como alguém que está fazendo um serviço e não como um inimigo. O fiscal não é inimigo de quem ele fiscaliza. Principalmente quando o fiscal tá fiscalizando empresa, tem que ser fiscalizado mesmo, eu acho que as pessoas têm que prestar contas, assim como o cidadão exige que o Estado preste contas, as empresas tem que prestar contas, o controle tem que ser rigoroso mesmo, de qualidade, de tudo (E24 - Liderança política no campo)).

A partir desta parceria, outras ações de natureza política foram realizadas a fim de promover mecanismos de fiscalização que permitissem a redução da informalidade. Uma delas foi a mobilização em torno de visitas junto a varejistas que comercializam cachaças informais. Nesse sentido, um dos eventos refere-se a uma ação promovida no Mercado Central de Belo Horizonte. Em novembro de 2018, agentes do IMA se reuniram junto a cerca de 30 comerciantes com atuação naquele ponto, considerando um dos principais mercados da capital mineira. Foi realizada uma palestra, na qual buscou-se esclarecer os malefícios da venda de cachaças sem registro formal e os modos de identificá-las (CACHACIÊ, 2018). Segundo o entrevistado E4.

A gente quis começar no Mercado Central [de Belo Horizonte] porque ali é o polo onde se vende mais cachaça em Minas Gerais... E depois nós vamos partir para outros estabelecimentos. O que vai começar a acontecer é que a partir do momento que o vizinho viu que o cara a três quarteirões dele foi fiscalizado e teve problema no bar dele, ele também vai ser cobrado. Nós vamos atacar duas frentes, uma é quem compra, porque é igual droga, se você acabar com quem compra a droga, o vendedor de droga não vai ter pra quem vender... e a outra é que o IMA vai atuar buscando o produtor informal... se você for numa cidade que tem oitenta alambiques clandestinos e fiscalizar um, todos vão ficar sabendo! Fechou um, todos vão ficar sabendo! Não precisa ir nos 80, aí daqui um mês fecha mais um, daí a pouco tá todo mundo correndo atrás (E4 - Produtor de cachaça e docente de cursos técnicos).

O trabalho político de interrupção da lógica da informalidade envolveu também a defesa de uma reparação nas normas e regulamentos exigidos para o registro formal de um fabricante de cachaças de alambique. Essa disputa engloba tanto aspectos fiscais quanto técnicos. Conforme discutido no trabalho de reparação da lógica regulatória, produtores argumentam que a carga tributária incidida sobre este setor é uma barreira à formalização. Por isso, entende-se

que as ações voltadas à defesa de alterações nesta legislação também produziriam efeitos na interrupção da lógica da informalidade.

O principal problema que a gente vê é a tributação. Porque é alta. A gente sabe que a grande maioria [das organizações registradas] são só produtores. Eles comercializam a granel. Essa comercialização a granel já é comercialização em receita. Teoricamente, ela tinha que ser somente pra engarrafadores registrados, que vão comercializar engarrafados, ou como matéria prima para outra bebida que utiliza cachaça. Só que a gente sabe que quase todos eles vendem para botecos, para o consumidor, que vai lá comprar em garrafa pet, essas coisas. Aí [o problema] seria mais a parte de tributação. Não a parte do controle do Ministério da Agricultura (E13 - Agente técnico do MAPA)).

Por outro lado, existe, também, o entendimento em torno da necessidade de revisão de algumas das normas técnicas que definem os requisitos mínimos necessários para o registro das atividades junto ao MAPA. Por se tratar de uma bebida cuja fabricação é caracterizada pela produção familiar, em pequena escala, estes sujeitos produtores, muitas vezes, apresentam dificuldades em proceder o ajuste a estas normas e, por isso, permanecem na informalidade. O entrevistado E21 argumenta que “o pequeno fazendeiro que monta um alambique informal na sua fazenda não se dispõe a fazer nem a pagar por toda esta burocracia. De certa forma, ele não está errado porque não vai conseguir emitir nota para o comércio” (E21 - Produtor de cachaça).

Entretanto, apesar do interesse, foram realizadas poucas ações efetivas em relação à reparação dos mecanismos regulatórios a fim de induzir da formalização de pequenos produtores. Dois exemplos mais significativos, embora não sejam específicos do campo de Minas Gerais, são: o Projeto de Lei 1.269, apresentado em 24 de abril de 2015, pelo Deputado Federal João Daniel (PT-SE), que visa a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para agricultores familiares fabricantes de cachaça artesanal, bem como trata de outros benefícios aos pequenos produtores (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015; o Projeto de Lei nº 77, de 12 de março de 2014, de autoria do Senador Vital do Rêgo (MDB-PB), que versa sobre a especificação de atributos da cachaça, de critérios para o uso de indicações geográficas e cria a categoria ‘cachaça artesanal produzida por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural’ (SENADO, 2020). Estas duas propostas, no entanto, não avançaram no trâmite legislativo. Neste escopo, o entrevistado E4 ressalta a importância da diferenciação deste perfil de produtores e da criação de formas de financiamento específicas para esta atividade econômica.

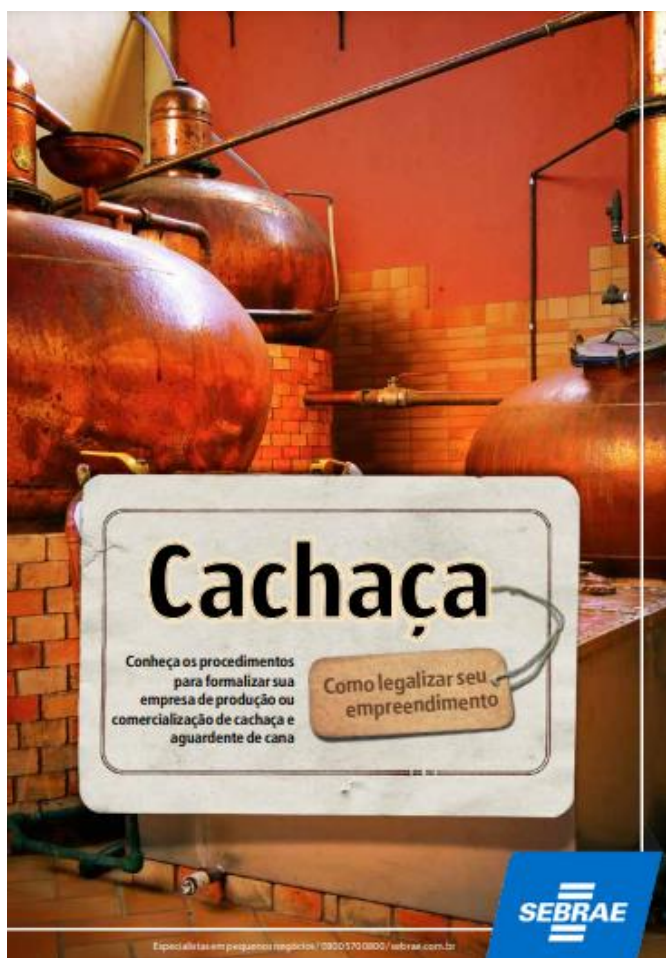
[...] muitas destas pequenas indústrias clandestinas não atendem essas normas [técnicas para padronização da fabricação]. Eles usam caixa d’água para fermentar, usam materiais que não são adequados, tubos de PVC, bombonas para guardar cachaça. Isso daí gera uma dificuldade, um tramite financeiro pro cara legalizar. Então muitas vezes a gente pensa pro lado desse camarada. Temos que procurar uma parceria com o PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], alguma coisa assim, para possibilitar para o cara que tenha intenção de legalizar... Porque tem o cara que é vagabundo mesmo e não quer de jeito nenhum melhorar e

tal. Esse cara a gente tem que tirar ele do mercado... Agora tem o cara simples, lutador, com a família dele ali... Como é que a gente vai fazer? Tem que dar para ele uma condição de financiamento né... uma condição de juros legal, acredito que o PRONAF encaixe bem nisso... (E4 - Produtor de cachaça e docente de cursos técnicos).

Por sua vez, o **trabalho de comunicação** envolveu o desenvolvimento de cursos e ações de orientação aos produtores informais, destacando as vantagens da formalização, e a produção de discursos de conscientização dos consumidores em relação aos riscos do consumo de cachaças informais. A partir da interpretação destas iniciativas sob as lentes do institucionalismo, entende-se que a interrupção da informalidade seria mais efetiva se houvesse a desconstrução de fundamentos que sustentam esta lógica em seu pilar cultural-cognitivo (SCOTT, 2014, THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012).

Uma vez que buscava-se valorizar o saber-fazer tradicional, agregado a um padrão de qualidade técnico-científico, a fim de acessar clientes que outrora não consumiam cachaças por meio do mercado formal, seria necessário que esses produtores reconhecessem o valor da formalização. Portanto, desde o surgimento da AMPAQ, foram desenvolvidos cursos e apostilas voltadas ao ensino de produtores quanto aos benefícios do registro da cachaça. Esses materiais também foram produzidos em parceria com agentes como o SEBRAE e o SENAR (MORAIS et al. 2020). A Figura 14 representa a capa de uma cartilha publicada pelo SEBRAE, em 2013, direcionada à divulgação dos procedimentos necessários para a formalização do negócio.

Figura 14 - Publicação realizada pelo Sebrae voltada à educação de produtores de cachaça quanto à formalização do negócio.



Fonte: SEBRAE (2013).

Uma das principais estratégias discursivas empregadas nestas ações foi a vinculação da cachaça informal ao preço baixo e, portanto, a um lucro reduzido para as empresas. Nessa direção, difundia-se que as cachaças com registro formal teriam maiores mecanismos de promoção da qualidade e, por isso, teriam maior valor no mercado. Seguindo a proposição de van Leeuwen (2007), foram adotadas as estratégias de avaliação moral (baseada na adjetivação e construção de analogias que definem a cachaça informal como algo ruim comparada à cachaça registrada) e racionalização (a partir explicação das vantagens de se formalizar e acessar outros mercados). Nesta direção, Souza (2018) explora como diferentes práticas discursivas têm sido empregadas para a promoção de ações educativas e com objetivo de interromper o estigma negativo relacionado à bebida, incorporando a informalidade neste escopo (FAIRCLOUGH, 2001, 2003).

É importante destacar que estas práticas de trabalho de comunicação estavam alinhadas ao trabalho político que defendia a necessidade de maior flexibilidade na realização de visitas

de inspeção, especialmente entre os pequenos produtores. O Entrevistado E16 argumenta que é importante que o Estado reconheça as condições características dos pequenos produtores, adequando as exigências legais às suas peculiaridades. Nesse ínterim, as ações educacionais contribuiriam para que estes sujeitos, em situação de informalidade, compreendessem as vantagens que o mercado formal poderia proporcionar à organização.

[...] a partir do momento em que você tem o seu produto e o preço dele é competitivo no mercado, um preço que tem retorno para o produtor... quando você conseguir demonstrar o lucro sendo legal, a informalidade acaba! Ele sai da informalidade, porque ele vai ver que o seu produto dá lucro... E já está começando a acontecer isso, porque a cachaça tá atingindo um patamar que os preços são mais altos que antigamente. Hoje uma cachaça boa ela tem um valor agregado maior então já começa a ter retorno. E está na hora do produtor informal começar a visualizar isso aí... Porque ele sabe fazer! A única coisa que ele tem que fazer, considerar importante, é fazer os cursos que a gente oferece e aí vai fazer a coisa de uma forma correta. Ele adequando a forma correta e ele sabendo que vai vender esse produto por um preço muito maior do que ele vende - ele vai vender no pet dele lá por 6 reais, por 8 reais, quando ele tiver vendendo a garrafa por 30,00, 40,00 reais ele vai ver que compensa formalizar, legalizar. Por isso é que eu acho que o governo deveria trabalhar com a gente nesse sentido: facilitar para o pequeno produtor, não é deixar que ele faça a coisa de forma irregular, mas que você pode chegar no produtor e falar: vou te dar um prazo aqui de um ano para você legalizar, ninguém vai fechar sua fábrica não! Desse um ano você vai prometer fazer tais e tais cursos, desenvolver tais e tais metas e dentro de um ano eu venho e vou cobrar de você, e a ANPAQ vai te apoiar nisso tudo! No máximo que ela puder nesse sentido de educar! (E16 - Produtor de cachaça, Liderança política no campo)

A outra direção do trabalho de comunicação da interrupção da lógica da informalidade está relacionada às práticas de conscientização dos consumidores em relação à redução do consumo de cachaças fabricadas na informalidade. Com relação a estes esforços, foram realizadas campanhas publicitárias e publicados textos jornalísticos buscando conscientizar o público sobretudo quanto aos malefícios oriundos das cachaças que não atendem aos padrões de qualidade. A exemplo destas ações, foram divulgados resultados de estudos científicos evidenciando os riscos à saúde associados ao consumo de cachaças “clandestinas” (AGÊNCIA BRASIL, 2012, CANAL SAÚDE, 2012, VEJA, 2018, entre outros), bem como apresentado o trabalho realizado pelas agências de fiscalização (DEVOTOS DA CACHAÇA, 2020, ENCONTRO, 2018, GONTIJO, 2018, etc.). Nestes exemplos, observou-se a presença do discurso que advoga que os consumidores devem conhecer quem fabrica a bebida que eles consomem. Uma vez apresentadas as ações realizadas em direção à interrupção da lógica da informalidade, na próxima subseção serão discutidos os efeitos destas práticas de trabalho institucional.

5.7.2 Efeitos e respostas ao processo de interrupção da lógica da informalidade

A produção de ações coletivas interessadas na interrupção da lógica da informalidade consistiu em uma das principais formas de trabalhos institucionais voltados à transformação do campo da cachaça de alambique em Minas Gerais. Entretanto, por mais premente que seja considerada a necessidade de redução da informalidade, é possível afirmar que este trabalho institucional tenha sido aquele que tenha gerado menor impacto na desconstrução dos fundamentos desta lógica.

Como evidência disso, estima-se que o grau de informalidade neste mercado ainda permanece em condições semelhantes às do final da década de 1990 e início dos anos 2000 (GONTIJO, 2018). O portal “Devotos da Cachaça” apresentou uma estima com base em dados do Anuário da Cachaça divulgado pelo MAPA, em 2020, e o Censo Agropecuário, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2017 (DEVOTOS DA CACHAÇA, 2020). O Anuário da Cachaça informa que existiam 375 estabelecimentos produtores da bebida com registro ativo em Minas Gerais (MAPA, 2020). Por sua vez, o Censo Agropecuário de 2017 evidenciou a presença de 5.512 estabelecimentos que fabricam cachaça no estado (IBGE, 2019). Considerando estes dados, assume-se que 91,26% dos produtores de cachaça em Minas estejam na informalidade.

Diante deste contexto, muitas são as manifestações de agentes do campo questionando o sucesso no combate à informalidade. Ou seja, esta lógica ainda exerce efeitos significativos na constituição dos modelos de negócio predominantes no mercado de cachaça de alambique em Minas Gerais.

Alguns sujeitos discutem que a dificuldade na interrupção da informalidade está relacionada à complexidade das práticas e sistemas simbólicos que a sustentam. Entende-se que as relações informais estão presentes em toda a cadeia, inclusive entre as organizações que estão registradas, mas comercializam cachaça de modo informal.

Quando eu olho para a informalidade, a questão é muito complexa. Eu vejo um informal, que nasceu informal e vai morrer informal se alguém não for lá falar com ele. Provavelmente, ele herdou um alambique de péssima qualidade, da família, e continua fazendo a cachaça dele. O que ele faz, ele vende naquela região e acabou, esse é um informal. Existe outro informal que é um informal que tem a preocupação com a qualidade, faz uma boa cachaça investe e tudo mais, só que quando ele faz a conta, pelo tanto de imposto e tudo mais, não vale a pena ele se formalizar... É o segundo nível, na minha visão, de informal, ele faz a conta e fala, ‘não gente, eu até queria, mas não dá’, aí ele continua vendendo a cachaça dessa forma. É uma cachaça melhor, ela as vezes tem até um nome, mesmo que seja informal, que seja ‘Cachaça do Seu Zé’, mas ela começa mostrar a cara... E outra, os informais são pessoas que, na maioria das vezes vivem daquilo... Pode ser que ele tem mais uma terra com um gadinho ali, mas é diferente do médico que tem uma cachaça, do fulano que tem uma cachaça. Então, ele precisa daquilo ali e aquela conta ali, do que sobra para ele é

importante para sobrevivência da família, do negócio e tudo mais. E tem o terceiro nível, que é o produtor que tem tudo arrumadinho, mas que além de fazer a venda formal ali, faz venda pra caramba sem nota, na informalidade... Apesar de ser formal! Ele cria um paralelo ali... Os produtores não gostam de falar nisso, mas ele é real!! (E2 - Jornalista).

Acredito que o problema da informalidade dos alambiques se estende por toda cadeia de consumo da cachaça, desde os trabalhadores informais que cortam a cana, ao alambique, aos distribuidores e comércio e aos consumidores. Ninguém quer os ônus da formalidade e os impostos decorrentes e a fiscalização é inexistente. Em resumo: Toda cadeia prefere a informalidade. Os patrões produtores, os empregados, os distribuidores e os consumidores. [...] É uma ótima notícia saber que alguém vai fiscalizar o setor. Pessoalmente conheço muitos alambiques que terão que ser fechados. Não só não oferecem qualquer condição de higiene, como são poluidores. O pior, no entanto, é a absoluta falta de preparo dos proprietários para gerir uma empresa. Existe uma absoluta descrença na necessidade de se pagar um contador e de se ter contabilidade formal. Contadores e contabilidade são considerados um luxo e coisa de gente rica. O negócio é todo operado em dinheiro vivo, entrega em bombonas. Alguns alambiques sequer possuem conta corrente bancária, só aceitando pagamento em dinheiro vivo. Curiosamente os comerciantes recusam-se a ter contabilidade formal também. Não querem de forma alguma que um alambique emita nota fiscal em vista gerar, da parte deles, uma obrigação de contabilizar e dar saída nas vendas. Sinto-me no **Brasil Colonial** quando converso com os donos de bares nas pequenas cidades da minha região (E21, ênfase adicionada).

A informalidade presente entre as práticas dos produtores com registro é um forte indicador da predominância dos pressupostos desta lógica no campo e da complexidade institucional (GREENWOOD et al. 2011). Esta característica evidencia que uma das repostas dos agentes do campo em relação ao trabalho de interrupção da informalidade é o desacoplamento (MEYER; ROWAN, 1977) alinhado ao hibridismo de lógicas institucionais (REAY; JONES, 2010). Ou seja, adotam-se práticas alinhadas aparentemente à lógica regulatória reparada e à própria lógica técnico-científica, embora, no cotidiano, seguem os fundamentos da lógica da informalidade. Conforme o entrevistado E30:

[O produtor formalizado...] começa com isso e vê que o lucro dele vendendo mais barato, clandestinamente, é muito maior do que o formal. Existem vários, eu não vou informar, mas tem um dos cooperados que saiu da formalidade, e é um dos maiores..., porque o formal não vai para a informalidade, ele vai pra clandestinidade, então esse não é que eu julgue (E30 - Produtor de cachaça; Liderança política no campo).

Apesar dos esforços direcionados à reparação nas formas de se promover a fiscalização, muitos agentes ainda não reconhecem os efeitos deste trabalho, destacando aspectos negativos das práticas realizadas por fiscais. Uma das questões refere-se a um discurso desmoralizante da atuação do Estado (LEEuwEN, 2007). Um dos entrevistados afirma: “O setor é forte, gera muito emprego, você paga muito tributo, mas infelizmente, quando você chega na parte que ele deveria dar em cima mesmo, combater a clandestinidade, ele deixa correr solto” (E29 - Produtor de cachaça). Outro entrevistado afirma:

Fomos visitados por fiscais corruptos que queriam nos vender proteção (ou seja, mediante pagamento de quantias regulares, os fiscais se comprometeriam em arquivar

as denúncias ‘mesmo que fossem verdadeiras’). Nunca demos atenção para este tipo de corrupção e a fiscalização é tão desmoralizada em Minas que nunca sofremos qualquer tipo de retaliação por parte dos fiscais. É curioso que, com isto, a fiscalização atua a favor dos poluidores e dos contraventores, criando meios dos alambiques irregulares continuarem irregulares fazendo o que querem sem preocupação com denúncias e irregularidades. É, portanto, uma ação de agentes do Estado promovendo a ilegalidade e a informalidade (E21 - Produtor de cachaça).

Um questionamento recorrente refere-se à percepção de que a fiscalização, especialmente o trabalho realizado pelo MAPA, direciona-se mais às unidades produtivas com registro, em detrimento das organizações que produzem na informalidade. Ressalta-se, todavia, que este fenômeno está em processo de revisão devido ao convênio entre o IMA e o MAPA para a realização da inspeção e fiscalização. Dado que esta política foi promulgada recentemente, não é possível afirmar que seus efeitos já tenham sido percebidos.

Observamos que a fiscalização só é feita em alambiques regulares e formais. Os inúmeros vizinhos nossos informais nunca nos relataram qualquer tipo de fiscalização. Nunca ouvimos falar de algum alambique informal ter sido fechado em nossa região nestes 30 anos que estamos no ramo (E21 - Produtor de cachaça).

[...] além da gente trabalhar bonitinho... imagina aonde a fiscalização vai? Aqui! A fiscalização não vai ali no cara, por exemplo, que coloca [a fração da destilação denominada] cauda na cachaça dele pra baixar o teor [alcoólico]... Ele usa a cauda da cachaça para baixar o teor na cachaça do coração. Ele faz isso aqui [ao lado] e vende! (E20 - Produtor de cachaça).

Por sua vez, os sujeitos que compõem o esforço das agências de fiscalização justificam que não tem estrutura e recursos o suficiente para realizar inspeções de forma ampla, abrangendo produtores informais, sem que sejam feitas denúncias formais (Entrevistado E18 - Empresário no setor de suprimentos para organizações do campo). Esta característica é reconhecida como uma espécie de valor compartilhado entre os produtores, incluindo aqueles com registro no MAPA, o que representa uma forma de resistência ao trabalho de interrupção da lógica da informalidade (OLIVER, 1991).

[...] eu sinto que ainda não há uma vontade ainda do setor para que isso aconteça [referindo-se ao combate à informalidade], muito em função da característica de subsistência... Ninguém tem coragem de denunciar o vizinho porque o pobre coitado vive daquele produto e ele vai passar fome. Então ninguém tem coragem de encarar essa realidade e fiscalizar e criar condições para que ele se torne formal, o que é muito importante. E obviamente tem uma parcela que se for incentivada ele vai se formalizar e fiscalizar aquele que não quer se formalizar (E5 - Liderança política no campo).

Diante disso, acredita-se que não existam mecanismos que consigam pressionar os produtores informais a registrarem suas atividades. Isso implica, inclusive, que o trabalho institucional educativo não consegue ter significado efetivo a estes agentes. O entrevistado E3 argumenta que o fato desse perfil de fabricantes de cachaça estar localizado em uma pequena

propriedade rural, muitas vezes distante de grandes centros urbanos, existe uma dificuldade na assimilação das ações realizadas em direção à interrupção da informalidade.

[...] esses produtores informais, a maioria deles estão no meio do mato, para você chegar neles é mais difícil, então quem tá na legalidade tem mais contato com a ANPAQ. Os informais, na maioria dos casos, estão na roça e eles não têm esse acesso a essas informações, a esses trabalhos... Eles nem buscam... Eles não procuram... Eles estão acomodados... Isso só vai mudar a partir do momento em que sentirem que o negócio está apertando para o lado deles. Aí provavelmente eles vão conhecer a ANPAQ. Mas se eu falar de ANPAQ para a turma informal, a maioria não conhece... (E3 – Especialista técnico em produção).

[Existe] a sensação de segurança de que não corre risco nenhum... Qual o conceito que se tinha? Se você é legalizado, você vai ser fiscalizado, se você é clandestino nunca ninguém vai aparecer... é como se você não existisse, então tinha-se uma total liberdade de trabalhar na informalidade... A sensação da impunidade era muito grande... Tem cara que ficou a vida inteira na informalidade e nunca recebeu fiscal... (E4 - Produtor de cachaça e docente de cursos técnicos)

Além disso, é comum o entendimento de que as normas exigidas para a operação formal de uma indústria de cachaça de alambique são barreiras que dificultam a formalização.

Para quem não quer formalizar, uma pedrinha no bolso eles acham custoso. ‘Ah, tem que informar não sei o que’, e eles falam, ‘ah, não vou fazer isso não’. Por exemplo. Precisa fazer uma análise da água, eles já falam, ‘Por que eu vou fazer? Para que eles querem saber disso?’ Então isso tudo vai trazendo dificuldade... (E27 – Liderança política)

No entanto, uma das entrevistadas, que atua como fiscal do MAPA, reforça que a abordagem desempenhada apresenta maior enfoque na orientação do que na punição.

Nossa fiscalização hoje ainda é mais orientativa do que punitiva. A gente procura mais orientar o produtor nessa etapa em que a gente está tentando melhorar a qualidade do produto, impor as boas práticas de fabricação. A gente orienta no processo produtivo, ‘oh não faz assim, não joga a cachaça ali’, quando a gente vai lá fiscalizar e ver como que ele está produzindo né. O manual de boas práticas, normalmente eu peço uma cópia, para eu dar uma lida, para ver se está correto o que ele escreveu ali, o que que ele tá fazendo. E depois quando eu vou fiscalizar, eu vejo se ele já começou a implantar. E explico o porquê eu estou exigindo cada coisa. Na verdade, isso seria função do responsável técnico. Por isso que a gente exige o responsável técnico, para que dê assistência técnica ao produtor. Principalmente os pequenos que não tem muita informação (E13 - Agente técnico do MAPA)).

De modo geral, a percepção geral dos entrevistados é que não foram percebidas mudanças na configuração da informalidade neste campo.

Ao longo destes anos que nos dedicamos à produção de cachaça, não sentimos que tenha ocorrido qualquer avanço EFETIVO para tirar os alambiques da informalidade. Na minha região (Barbacena, Ibertioga, Piedade, Santana do Carambéu, Santa Rita de Ibitipoca, São João Del Rey, Tiradentes, Prados, Conceição de Ibitipoca) existem centenas de alambiques informais operando há mais de 20 ou 30 anos. A maioria é muito mais lucrativa que os alambiques formais. Trabalham sem registro, não possuem CNPJ, não registram os empregados, não pagam contador, produzem e vendem sem qualquer fiscalização (E21 - Produtor de cachaça).

Está faltando muita fiscalização, pelo IMA, o MAPA... É porque está correndo solto. Basta ver às margens da Rodovia Fernão Dias o tanto de cachaça sem selo, cachaça fechada com rolha e muita cachaça clandestina que é vendida hoje a 3 reais o litro, 4 reais o litro, ao passo que essas artesanais [registradas] aí de alambique, o mais barato vai ser ali em torno de 15 reais a garrafa. Então a concorrência é muito grande esse mercado aí precisará acabar (E22).

Por isso, alguns sujeitos entendem que a informalidade nunca será efetivamente interrompida.

No ramo da cachaça é muito difícil dela [a informalidade] parar, até porque você tem muita gente que fabrica 1500 litros, 800 litros, para consumo próprio. Ele vende alguma coisa e não existe nenhuma irregularidade nisso. Se o cara tem lá um canavialzinho e ele lá mói, coloca no barril dele, tá produzindo pra ele, não tem comércio oficial... Aí você leva, vai levando... Acredito que não acabe não. Eles falam, por exemplo, a última informação que eu tive... Existe no Brasil em torno de 4 a 6 mil rótulos oficiais, mas a informalidade é muito maior. (E20 - Produtor de cachaça)

Por outro lado, outros apontam que é possível reduzir os efeitos da informalidade. O entrevistado E30 argumenta que essa condição permanece devido à:

[...] burocracia, pela falta de conhecimento, e na maioria das vezes até pela falta de condição financeira. Mas a educação, eu acho que ela é predominante... porque se ele tivesse o conhecimento e fosse reduzida a burocracia, eu acredito que ele teria, se não, se formalizar, pelo menos a intenção de fazê-lo (E30 - Produtor de cachaça; Liderança política no campo).

Em suma, o trabalho institucional de interrupção da informalidade permanece como um esforço considerado estratégico para a promoção da renovação deste mercado. Entretanto, com base nos processos que foram desenvolvidos até então e nas respostas que o campo tem produzido, este trabalho ainda não provocou mudanças significativas. Na próxima subseção será apresentada a síntese desta discussão.

5.7.3 Síntese integrativa dos aspectos da lógica da informalidade

O trabalho institucional de interrupção da lógica da informalidade envolveu ações de natureza política e educativa. O trabalho político consistiu em na promoção de mecanismos de fiscalização da informalidade (aumento no número de fiscais, parceria entre IMA e MAPA, fiscalização mais instrutiva que punitiva, promoção de inspeções no varejo) e na defesa da flexibilização das normas para a formalização.

Por sua vez, o trabalho de comunicação envolveu o desenvolvimento de cursos e ações de orientação aos produtores informais, destacando as vantagens da formalização, e a produção de discursos de conscientização dos consumidores em relação aos riscos do consumo de cachaças informais. Na próxima seção será procedida a discussão dos resultados trabalhados

nesta tese, promovendo a articulação da realidade empírica com o arcabouço teórico que sustenta este estudo.

5.8 Discussão dos resultados

Os trabalhos institucionais desenvolvidos pelos agentes do campo da cachaça de alambique evidenciam a dinâmica existente nos processos de construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais. A partir desta realidade, é possível produzir *insights* relevantes para o entendimento da relação entre os conceitos teóricos explorados nesta pesquisa e da forma com que este mercado está estruturado.

Nesta seção, foi desenvolvida uma discussão que percorrerá a compreensão de processos de mudança e da dinâmica institucional que constitui o objeto de análise desta pesquisa. Esta reflexão envolverá a forma com que o pluralismo de lógicas produz efeitos nas práticas e discursos dos agentes no campo; a relação entre trabalho institucional, lógicas, agência e materialidade; e as resistências que dificultam com que práticas de trabalho institucional sejam bem-sucedidas.

5.8.1 Compreendendo a mudança institucional a partir do caso da cachaça de alambique em Minas Gerais

Ao se comparar a configuração sistema institucional (FRIEDLAND; ALFORD, 1991) da cachaça de alambique em Minas Gerais no início da década de 1980 com sua caracterização mais recente, é perceptível que ocorreram mudanças significativas nas práticas, discursos e materialidades deste arranjo. As mudanças socialmente construídas neste campo emergiram dos esforços realizados por diferentes agentes envolvidos em práticas de trabalho institucional.

Estas práticas resultaram na construção, reparação e nas tentativas de interrupção de lógicas institucionais. Ou seja, foram empregadas diversas formas de trabalho institucional que produziram efeitos nas lógicas institucionais que servem como referência para os agentes deste mercado (ZILBER, 2013; LAWRENCE; TRACEY; LAMPELL, 2017).

Considerando o recorte temporal analisado, entende-se que a mudança institucional neste campo foi desencadeada por diferentes momentos de maior ou menor movimentação dos atores envolvidos. Dentre os eventos indutores da mudança, se destacam: a publicação do estudo do INDI, em 1982, à criação do Pró-Cachaça, em 1993; a promulgação das legislações de reconhecimento da cachaça, em 2001; a construção dos mecanismos de certificação de

qualidade, no final da década de 2000; o retorno ao Simples Nacional, em 2016 e as discussões em torno da mudança da IN nº 13, no início da década de 2020. Estes eventos foram estratégicos para o entendimento da dinâmica histórica que permeia as práticas e os processos institucionais (THORNTON; OCASIO, 1999, GOODRICK; REAY, 2011, COFFMAN, 2012, ROWLINSON; HASSARD, 2013).

Ao se identificar estes eventos e seus resultados, observou-se que, sobretudo as ações desenvolvidas nesta primeira fase, até meados dos anos 1990, foram marcadas pelo envolvimento de agentes que, até aquele momento, assumiam posições periféricas no campo. Alguns dos sujeitos de maior relevância neste processo (notadamente motivados pela liderança institucional de Sr. João) não possuíam experiência de longa data no mercado de cachaça, incluindo neste grupo: pesquisadores acadêmicos e jovens adultos, com carreiras já construídas em outras áreas, mas que possuíam algum laço com a bebida (normalmente relacionado à tradição rural). Estes últimos representavam o perfil almejado para a constituição da AMPAQ.

Estes resultados corroboram o entendimento de que atores periféricos podem desencadear processos de mudança institucional (HARDY; MAGUIRE, 2008; SEO; CREED, 2002). Coule e Patmore (2013) argumentam que a falta de conectividade desses sujeitos com as organizações e as práticas institucionalizadas do campo os tornam menos aquiescentes em relação às normas e expectativas informadas pelas lógicas predominantes.

Observou-se, ainda, que no caso da cachaça de alambique, os agentes periféricos envolvidos com as iniciativas de transformação do mercado, naquele momento, não apresentavam muitos recursos que poderiam desencadear as práticas de trabalho institucional. Por mais que Sr. João fizesse parte do INDI, durante a década de 1980, este sujeito precisou construir redes de contatos e relacionamentos junto a acadêmicos interessados na bebida enquanto campo de pesquisas e produtores que gostariam de atuar de forma alternativa às práticas institucionalizadas no campo (orientadas pelas lógicas da produção tradicional, informalidade e moralidade). Portanto, este *insight* também evidencia a mudança a partir de agentes com menor poder (MARTÍ; MAIR, 2009).

Essa característica da realidade investigada evidenciou o porquê o trabalho de construção da lógica da coletividade foi um dos esforços iniciais e estratégicos para a renovação deste mercado. Este trabalho representa uma forma de mobilizar esforços e poder suficientes para pleitear as mudanças almeçadas na configuração institucional. Iniciativas semelhantes foram destacadas em Novicevic et al. (2017), que discutem como uma associação coletiva entre atores periféricos (ex-escravos afro-americanos) permitiu a construção de uma cidade. Kroezen

e Heugens (2019) também evidenciam como a constituição de uma associação de consumidores, foi importante para o trabalho institucional de regeneração da lógica da produção tradicional de cervejas na Holanda.

Por sua vez, a partir da década de 1990, especialmente após a criação do Pró-Cachaça, nota-se que agentes de maior poder e centralidade neste campo passaram a se interessar e se engajaram em práticas de trabalho institucional. Estas práticas estão voltadas, sobretudo, aos trabalhos políticos de reparação da lógica regulatória e à lógica da moralidade. Dentre estes, figuravam grandes indústrias de cachaça de coluna, representadas por meio do IBRAC (embora esta entidade não advogue de forma exclusiva pelos interesses deste segmento do mercado) e da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça. Com isso, entende-se que um processo de mudanças ao nível do campo que se estende ao longo de diferentes décadas pode envolver tanto momentos de maior atividade de atores periféricos quanto transformações provocadas pelas ações de atores centralizados (GREENWOOD et al. 2002).

Diferentes autores da perspectiva institucionalista discutem que mudanças ocorrem em cenários de contradições entre instituições/lógicas (SEO; CREED, FRIEDLAND; ALFORD, 1991, GAWER; PHILLIPS, 2013, COULE; PATMORE, 2013). No caso da cachaça de alambique, estas contradições foram percebidas, sobretudo por agentes externos ao campo, como alguns produtores com perfis diferentes daqueles já inseridos nesta atividade produtiva, bem como pesquisadores e outros agentes de perfil técnico. Com isso, observou-se que o campo apresentava uma certa coesão interna até o início da década de 1980, a qual passou a ser questionada por agentes externos, especialmente a partir dos trabalhos de construção da lógica técnico-científica.

Em outras palavras, o trabalho institucional realizado pelos atores nesta fase inicial do recorte analisado tornou mais evidente um cenário de complexidade institucional, em que a lógica técnico-científica passou a prover fundamentos contrários às lógicas da produção tradicional, da informalidade, da moralidade e da própria lógica regulatória. Como resultado disso, foram desenvolvidos trabalhos de reparação/interrupção destas lógicas. Conforme Hardy e Maguire (2008), a existência de contradições (e a exploração destas contradições) é uma das condições para o desenvolvimento de mudanças institucionais.

Ressalta-se que os trabalhos de reparação realizados investigados nesta tese são diferentes da proposta apresentada por Micelotta e Washington (2013), que reconhecem as práticas voltadas à reversão das transformações e reestabelecimento do *status quo* em um cenário de transformações institucionais. Por sua vez, as práticas de reparação desta realidade

estudada se aproximam do trabalho institucional discutido por Herepath e Kitchener (2016), que apresentam as ações desempenhadas em um campo a fim de promover uma forma de evolução de instituições que estão sendo ameaçadas por mudanças. Este trabalho ocorre por meio dos modos de elaboração ou eliminação. Contudo, o trabalho de reparação analisado no caso da cachaça de alambique tratou de um conjunto de ações promovidas de forma intencional, buscando fortalecer os pressupostos das lógicas emergentes do campo e, assim, prover maior legitimidade ao movimento de transformações do campo como um todo. Com isso, argumenta-se que esta tipologia ainda não apresenta ampla discussão na literatura institucionalista.

No que se refere às características deste processo, observou-se que alguns dos trabalhos institucionais foram essenciais para o desenvolvimento de outros. Os trabalhos de criação das lógicas da coletividade e técnico-científica permitiram que fossem articulados recursos políticos e técnicos que desencadearam os trabalhos de reparação da lógica da produção tradicional, da moralidade e da lógica regulatória. Por meio destas práticas também se iniciou o esforço em direção à interrupção da lógica da informalidade.

Aliás, desse grupo, entende-se que, possivelmente, o trabalho institucional de maior relevância neste campo, até o momento, tenha sido a criação da lógica técnico-científica que passou a orientar novos parâmetros para a produção e consumo de cachaça. Especialmente o trabalho técnico de criação desta lógica foi essencial para a transformação de práticas cotidianas, sistemas simbólicos e da materialidade que envolvem o saber-fazer cachaça de alambique legitimado atualmente.

A constituição destas práticas, seguindo o entendimento de Thornton, Lounsbury e Ocasio (2012), de fato promoveu novas regras generalizadas que passaram a ditar os modos de se produzir cachaça (reforçados pela lógica regulatória), haja vista os manuais e trabalhos de padronização realizados. Ademais, formou-se uma nova base de identidade relacionada aos sujeitos produtores de cachaça, ampliando as fronteiras do campo (ZIETZMA; LAWRENCE, 2010), bem como ofereceu a estes indivíduos uma linguagem (HARDY; PHILLIPS, 2004) e materialidade (MONTEIRO; NICOLINI, 2015) características.

Entretanto, essas mudanças deram origem à complexidade institucional neste mercado (GREENWOOD et al. 2011, MCPHERSON; SAUDER, 2013). As disputas em torno dos parâmetros técnicos que definem um padrão normativo necessário para formalização dos estabelecimentos evidenciam o fenômeno. Esse embate entre pressupostos das lógicas técnico-científica e da produção tradicional (mesmo após os trabalhos de reparação) persiste e é uma das principais forças que mantém a proeminência da lógica da informalidade.

O conflito existente entre os valores orientados pelas lógicas da coletividade e da produção tradicional também pode ser considerado um elemento estruturante da complexidade organizacional. Esta primeira ordem institucional pressupõe que uma das formas de acesso ao mercado formal, de maior valor, seria por meio do cooperativismo e da constituição de marcas coletivas (BORG; GRATZER, 2013, BARBOSA; REGALADO, 2015). Por sua vez, a lógica da produção tradicional reforça a marca individual como um valor que provê legitimidade para as pequenas unidades produtivas (SILVA, 2019, SILVA, 2009). Diante deste embate de pressões institucionais configurou-se um cenário de complexidade que exige que os agentes do mercado produzam respostas estratégicas (VERMEULEN et al. 2016).

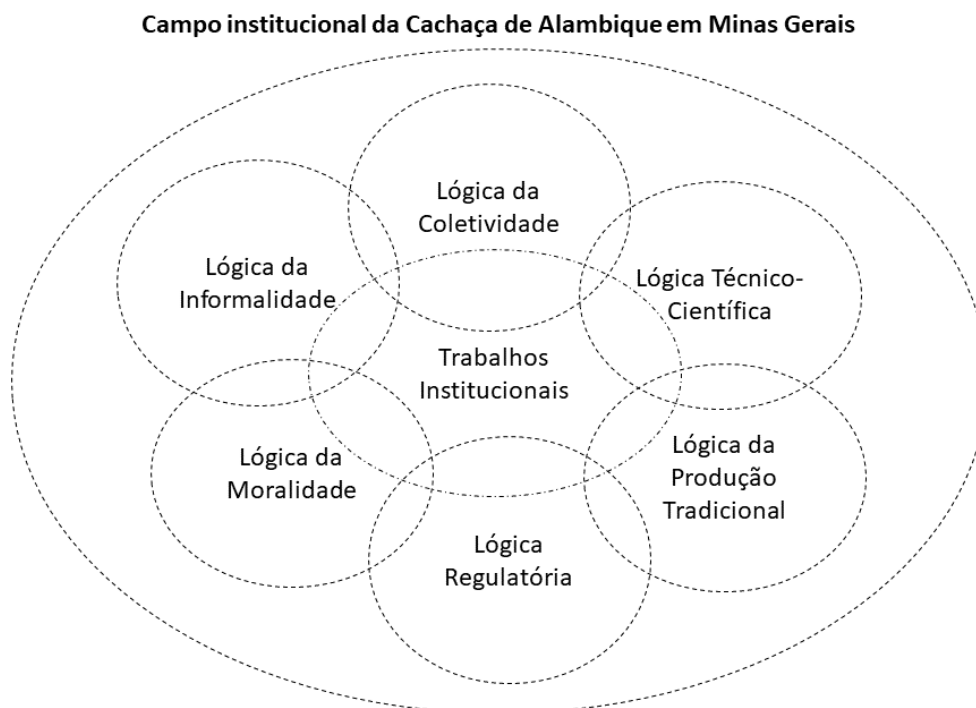
Por outro, ocorrem também situações em que lógicas institucionais distintas são empregadas de modo plural (RAO; MONIN; DURAND, 2003, YU, 2015, PACHE; SANTOS, 2013). Como evidência destas situações, nota-se: a convergência entre as lógicas técnico-científica e regulatória (pós trabalho de reparação) na promoção da reparação da lógica da moralidade; ou ainda a junção de aspectos que provêm valor e distinção à cachaça a partir da articulação entre fundamentos das lógicas técnico-científica e da produção tradicional.

Este resultado fundamenta o reconhecimento do trabalho institucional como indutor de processos de pluralismo de lógicas, em que agentes do mercado se apoiam em diferentes estruturas a fim de promoverem hibridismos, cuja compreensão se aproxima daquela formulada por Smets e Jarzabkowski (2013). Estas práticas híbridas são direcionadas à construção/ressignificação de valores, crenças e artefatos que permitem a ampliação das fronteiras do campo. A prática da certificação, por exemplo, representou uma forma de envolver pressupostos técnico-científicos a práticas e discursos tidos como tradicionais, atraindo consumidores que outrora não ingeririam cachaça de alambique. Esse tipo de ação, inclusive, é importante para o trabalho de reparação da lógica da moralidade.

A realidade deste mercado corrobora o argumento de Besharov e Smith (2014), que reconhecem que é possível a coexistência tanto de lógicas concorrentes quanto de lógicas complementares entre si. Aliás, esta pesquisa vai além e explora como este processo ocorre a partir da condução de práticas de trabalho institucional promovidas ao nível do campo.

Embora não existam evidências na literatura quanto à existência de um *framework* geral das formas com que um mercado pode ser moldado a partir de trabalhos institucionais (BAKER; NENONEN 2020, BAKER et al. 2019), o caso da cachaça de alambique em Minas Gerais seguiu um curso de ações que pode ser sistematizado. A figura 15 representa esta relação entre os trabalhos e as lógicas institucionais que demarcam os processos de mudança neste arranjo.

Figura 15 - Relação entre tipos de trabalho e as lógicas institucionais do campo da cachaça alambique em Minas Gerais.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da publicação do estudo do INDI, em 1982, foi entendido que o processo de transformação de produto e de imagem da cachaça de alambique deveria ter sustentação em fundamentos técnico-científicos. Entretanto, estes agentes não possuíam poder suficiente para produzir esta mudança. Desse modo, a primeira iniciativa efetiva de trabalho institucional envolveu a **criação da lógica da coletividade**. Esta lógica permitiu que mais esforços fossem direcionados e que o processo de **criação da lógica técnico-científica** deste campo tivesse maior impacto. A conjunção dos trabalhos que resultaram nestas lógicas, portanto, foi significativa para a promoção dos demais de trabalhos de: **reparação das lógicas da produção tradicional, regulatória e da modalidade**. Nesse sentido, todos estes trabalhos buscaram, em alguma medida promover a **interrupção da lógica da informalidade**.

Notadamente, os agentes do campo reconhecem que o trabalho institucional de criação e difusão da lógica técnico-científica foi, possivelmente, o mais importante para o desencadeamento das mudanças institucionais. Nas palavras da entrevistada E2, este trabalho permitiu “consolidação do setor da cachaça de alambique” uma vez que:

O desenvolvimento da cachaça de alambique, a partir da década de 1980, deu-se a partir da identificação de valores (e penso que aí se situa o documento do INDI), busca

de conhecimentos (pesquisas nas universidades e órgãos governamentais) e divulgação para a sociedade (cursos para os produtores). Uma vez iniciadas, as pesquisas tiveram longa duração, e continuam sendo feitas até hoje, quase quarenta anos depois. Nessa linha, a cachaça de alambique se atrelou ao conhecimento científico do âmbito acadêmico (ou seja: não se afirmou a partir de uma valorização ou pressão do mercado consumidor). Na sequência [destes trabalhos] é que o produto assumiu sua identidade (como “cachaça de alambique”) e o setor assumiu sua dignidade, a exemplo dos destilados tradicionais de outros países. Pois “aguardente” é nome genérico, atribuído a todas as bebidas destiladas. E “artesanal” é produto feito informalmente, sem compromisso com a padronização. Os fabricantes que alavancam a cachaça de alambique são empresas registradas, dotadas de CNPJ, têm responsável técnico, são fiscalizados pelo MAPA e outras Instituições governamentais, pagam impostos e outros tributos. Participam em cursos, aprimoram seus equipamentos e procedimentos, têm abertura e receptividade aos avanços tecnológicos. Identificam-se com seus pares. E percebem que compartilham objetivos e valores nitidamente diferenciados da cachaça industrial. O setor passou a ter orgulho do nome “cachaça de alambique”. Ousou participar em concursos internacionais, concorrendo com os destilados mais famosos. Conquistou reconhecimento, ganhou medalhas. Presenciei inúmeras celebrações de compartilhamento dessas conquistas, e avalio que foram importantes fatores de na fixação dos valores e consolidação do setor (E2 - Jornalista).

Como resultado destes esforços, ocorreram mudanças significativas na forma com que a cachaça de alambique é produzida, distribuída e consumida não só em Minas Gerais mas em todo o país. Segundo o entrevistado E22:

Eu comecei [a atuar neste mercado] em 1991... Antes, o mercado da cachaça era uma coisa mais regional. Poucos produtores traziam [a bebida para Belo Horizonte] ou levavam para os grandes centros. Até pela dificuldade de transporte que existia antigamente. Não tinha aquela coisa a nível nacional que existe hoje (E22).

O reconhecimento deste processo é importante para a comparação com outros tipos de trabalhos desenvolvidos em outros campos semelhantes. Um caso que traz muitas similaridades à realidade da cachaça de alambique em Minas Gerais é o processo de renovação e recategorização de *status* da *grappa*, bebida destilada a partir do mosto fermentado do bagaço de uvas (incluindo semente, casca e polpa), originária da Itália (DELMESTRI; GREENWOOD, 2016). Esta bebida, assim como a cachaça, apresentava alta estigmatização e pouco valor de mercado. Delmestri e Greenwood (2016) discorrem acerca das ações realizadas inicialmente por um fabricante de *grappa* nas décadas de 1960 e 1970. Este sujeito promoveu um tipo de trabalho institucional de teorização, o qual recategorizou a bebida por ele fabricada como um produto de qualidade superior, que teria o mesmo *status* de outros destilados como *whiskey* e *cognac*. Este trabalho teve como principal ênfase o reconhecimento no valor cultural e nas tradições incorporadas ao produto. Uma vez que esta iniciativa foi bem-sucedida, outros fabricantes de *grappa*, também interessados em acessar este mercado de destilados *premium*, passaram a adotar práticas semelhantes. Desse esforço, iniciou-se um movimento de estruturação do campo institucional, que envolveu a criação de entidades de representação (a

exemplo da AMPAQ, IBRAC, Câmaras Setoriais, etc.) e padronização, o que resultou na criação de dispositivos regulatórios.

Ainda no campo de bebidas alcoólicas, Hills, Voronov e Hinnings (2013) investigaram como a indústria de vinhos da província de Ontário, no Canadá, passou por um processo de mudança de lógicas institucionais. Até o final da década de 1980, este campo foi marcado pela lógica comercial da produção de bebidas alcoólicas, que preconizava a eficiência sobre a qualidade e o valor simbólico na fabricação de vinhos (semelhante à configuração da produção de cachaças de coluna). Por meio de um conjunto de práticas discursivas retóricas empregadas por agentes específicos deste campo, esta indústria passou por um processo de mudança institucional. A partir de então, emergiu a lógica estética da produção de vinhos finos, cujos pressupostos estavam mais voltados à exploração do território, da produção com alto valor agregado e da cultura vitivinícola (HILLS. VORONOV; HINNINGS, 2013). Assim como no caso da cachaça de alambique, a renovação deste mercado também explorou os valores tradicionais alinhados à qualidade técnica.

Em suma, a experiência apresentada conforme o caso da cachaça de alambique em Minas Gerais também apresenta desafios que são evidências da complexidade dos esforços que permeiam os trabalhos e as lógicas institucionais. Estes aspectos serão discutidos na próxima subseção.

5.8.2 Efeitos não esperados e trabalhos institucionais não concluídos

As análises realizadas nesta tese evidenciam também que nem todos os esforços voltados à criação, reparação e interrupção de lógicas institucionais apresentaram os efeitos esperados pelos agentes envolvidos. Em alguns casos, os trabalhos institucionais realizados nem mesmo foram significativos para trazer mudanças efetivas nos pressupostos de uma lógica (a exemplo da lógica da informalidade). A reflexão em torno destes resultados é importante para a compreensão das principais resistências e a dificuldade inerente à promoção de mudanças institucionais.

A definição de trabalho institucional faz referência direta à intencionalidade dos sujeitos engajados nas práticas de criação, manutenção e interrupção de instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Entretanto, Pawlak (2011) discute que apesar dos interesses das pessoas, estas práticas podem resultar em efeitos inesperados e/ou indesejados. Este entendimento é essencial para uma compreensão mais aprofundada da dinâmica entre pessoas, agência e instituições.

Lawrence, Suddaby e Leca (2009) argumentam que estudos sobre trabalho institucional devem ter seu foco no conjunto de atividades que caracterizam as práticas realizadas pelos sujeitos ao invés do conjunto de realizações destes trabalhos. Para tanto, reconhece-se que processos de mudança institucional não se resumem à investigação de seus resultados objetivos, mas sim, à compreensão dos esforços cujos efeitos estão dispostos em um contínuo, ou seja, estão em constante transformação, cujo momento de conclusão é incerto (PAWLAK; MICHA, 2017).

Pawlak (2011) argumenta que em contextos de mudanças, como na realidade aqui estudada, as consequências dos trabalhos institucionais são, comumente, resultados de ações de muitos sujeitos cujas intenções podem ser variadas em relação à própria instituição ou lógica institucional. Para este autor, as consequências dos trabalhos institucionais podem envolver: 1) um contínuo de compromissos, ou acordos, institucionais, que variam desde os casos em que os atores conseguem realmente alcançar seus objetivos no trabalho institucional, até as situações que caracterizam a 2) falha institucional, quando ocorre o “abandono” do que se interessava construir, manter ou interromper; e a 3) reinstitucionalização constante, cenário que o trabalho institucional não produz um cenário de equilíbrio no campo devido à disputas mais acirradas e sem resolução (o que pode ser alcançado ao longo dos anos). Com relação aos dois primeiros aspectos, a falha institucional é um tipo de proto-instituição² apoiada por alguns atores, mas que não consegue ser estabelecida no campo. A falha ocorre quando estes sujeitos decidem que não são bem-sucedidos em seus objetivos relacionados à instituição. Por sua vez, os compromissos institucionais referem-se às consequências não esperadas dos trabalhos institucionais situadas em um contínuo que vai do alcance às consequências intencionais, de um lado, às falhas institucionais, por outro lado. É a “prática ou regra tecnológica relativamente institucionalizada em um campo iniciada por um trabalho institucional, que durante este processo tomou uma forma que foi não intencional aos atores envolvidos” (PAWLAK, 2011, p. 363, tradução própria). Este tipo de resultado é marcado pela negociação entre os atores, em uma relação dialética constante.

Partindo do reconhecimento deste contínuo, torna-se mais evidente a noção de que embora o campo da cachaça de alambique tenha passado por mudanças significativas ao longo das últimas quatro décadas, muitas práticas, sistemas simbólicos e materialidades que remetem

² Proto-instituições referem-se a “práticas, tecnologias e regras que são estreitamente difundidas e fracamente enraizadas, mas que têm o potencial de se tornarem amplamente institucionalizadas” (LAWRENCE, HARDY, PHILLIPS, 2002, p. 283, tradução própria).

à trajetória centenária da bebida não foram transformadas significativamente. Como exemplos, permanece a existência da configuração das pequenas unidades produtivas locais (caracterizando um contexto de pulverização das fábricas) e a sazonalidade na produção (reforçada pela noção de que a cachaça é um negócio secundário em muitas organizações) (PAIVA; GODOY, 2001, SOUZA, 2004). Ainda que tenham sido desenvolvidos trabalhos institucionais para a reparação da lógica da produção tradicional, estes aspectos não foram ressignificados ou, ainda, interrompidos.

Outra evidência de trabalho institucional cujos resultados não produziram efeitos conforme os interesses dos sujeitos que os promulgaram referem-se à interrupção da lógica da informalidade. Apesar de mobilizações de natureza política e educativa, bem como mudanças em estruturas regulatórias, não é possível afirmar que os pressupostos desta lógica tenham reduzido sua legitimidade e poder neste campo. Pelo contrário, com exceção de alguns períodos, acredita-se, inclusive, que os números do mercado informal tenham crescido ao longo dos últimos 40 anos (O TEMPO, 2018, CÚPULA DA CACHAÇA, 2020). Este efeito é entendido como uma das principais frentes de disputas para o desenvolvimento do mercado de cachaça.

[...] a cachaça clandestina dominou o mercado. Tem gente que compra caminhão pipa de rejeito da cachaça 51 e leva para Salinas, mistura lá e volta [para o mercado] como Cachaça de Salinas... E não é só em Salinas. Todas as regiões hoje têm essa cachaça informal, essa cachaça a granel. Isso é uma coisa que precisa acabar (E22).

Buscando reconhecer ações que podem ser realizadas em direção à continuação deste trabalho institucional, alguns entrevistados ressaltam a necessidade de se produzirem pesquisas exploratórias a fim de compreender o panorama real da informalidade. Ainda hoje, é comum que seja utilizada uma estimativa feita no Diagnóstico da Cachaça, publicado em 2001, pelo Sebrae (SEBRAE, 2001). Uma das entrevistadas chama atenção, ainda, para a necessidade de aproximação do relacionamento da ANPAQ com esta questão.

[...] será que eles [a ANPAQ] já visitaram alguns exemplos que estão aqui em [cidade de localização da entrevistada]? Já procuraram saber deles porque que eles não estão [formalizados]? Tinham que ouvi-los! Mesmo que não seja para eles mudarem de ideia, mas escutá-los irá ajudar a definir melhor a estratégias para que eles consigam enfrentar a informalidade... (E31 - Produtora de cachaça)

As justificativas para a dificuldade na interrupção desta lógica são várias. A própria relação de complexidade e pluralismo institucional deste mercado contribuem para este cenário. Crenças que remetem à lógica da produção tradicional reforçam características da informalidade, bem como a relação com a moralidade e a dificuldade no acesso a mercados de maior distinção.

Uma característica que chama atenção neste processo trata de um possível efeito não intencional dos trabalhos institucionais técnicos e de padronização (desenvolvido no contexto da criação da lógica técnico-científica), bem como do trabalho de reparação da lógica regulatória. Este efeito trata da definição das normas e procedimentos necessários para a formalização de uma unidade produtiva. Devido à natureza restritiva destas regras, esta iniciativa passou a ser entendida como uma barreira que reforça a informalidade.

Neste escopo, outra contradição que alguns sujeitos do campo ressaltam recorrentemente refere-se à dificuldade, sobretudo de produtores, de profissionalizarem as práticas de gestão de negócios. Apesar de se empenharem em atender aos fundamentos técnicos necessários para se produzir uma cachaça de alambique de forma padronizada e em conformidade às boas práticas de fabricação, existe uma dificuldade constante em promover práticas de *marketing*, estratégia e outros controles gerenciais normativos da administração profissional (SROUR, 2012). Esta, inclusive, pode ser uma fronteira importante para o futuro deste campo, alcançada por meio de trabalhos institucionais técnicos e educativos.

Considerando ainda os resultados dos trabalhos institucionais discutidos nesta pesquisa, a maior parte dos agentes entrevistados entendem que ainda existem lacunas e que outras ações desta natureza devem ser desenvolvidas. Segundo o entrevistado E22, “o setor da cachaça começou a ficar mais organizado, mas ainda é muito barulho e pouca ação”. Reconhecendo as nuances que demarcam a dinâmica institucional deste campo, é importante compreender a relação entre trabalho institucional, agência e materialidade neste processo. Na próxima subseção serão discutidos estes aspectos.

5.8.3 Trabalho institucional, agência e materialidade

A reflexão apresentada até aqui permite compreender que as mudanças que marcaram o campo da cachaça de alambique em Minas Gerais foram promulgadas por trabalhos institucionais direcionados à construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais. O entendimento destes processos, segundo Micellota, Lounsbury e Greenwood (2017), não se encerra na análise de seus efeitos e nas respostas dos agentes do mercado (OLIVER, 1991). É necessário também investigar os microfundamentos que permitiram que estas transformações ocorressem (TRACEY; HEMPELL; LAWRENCE, 2017, THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012). Neste escopo, é importante destacar como as práticas de trabalho

institucional foram mediadas pela agência dos sujeitos e a materialidade (RAO; MONIN; DURAND, 2003, MONTEIRO; NICOLLINI, 2014).

O trabalho institucional pressupõe a intencionalidade dos atores envolvidos e esta, por sua vez, está relacionada às suas agências. Reconhecendo que este comportamento é manifestado de forma imersa no contexto institucional (LECA; LAWRENCE; SUDDABY, 2009), é necessário explorá-la a partir de uma perspectiva relacional (BATTILANA; D'AUNNO; 2009).

Emirbayer e Mische (1998) argumentam que a agência (no sentido das intenções) deve ser considerada em relação à situação social e à temporalidade que os sujeitos estão vivenciando. Com isso, propõem três dimensões para compreender este fenômeno. São elas: projetiva, iterativa/habitual e prático-avaliativa. A análise dos resultados desta pesquisa permite a identificação destas dimensões em diferentes momentos e situações, o que sustenta as contribuições desta perspectiva teórica para ao institucionalismo organizacional (LAWRENCE; LECA; ZILBER, 2013).

Nas situações em que as intenções dos agentes do mercado foram direcionadas ao futuro, ou seja, buscavam promover transformações significativas na configuração institucional, identifica-se a manifestação da agência projetiva (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). Este comportamento esteve presente sobretudo entre aqueles sujeitos engajados nos trabalhos de criação das lógicas da coletividade e técnico-científica e na interrupção da informalidade. Possivelmente, o exemplo mais evidente de agência projetiva neste caso refere-se à atuação de Sr. João e sua visão do mercado da cachaça de alambique como um produto de maior valor. Certamente, a liderança institucional (WASHINGTON; BOAL; DAVIS, 2008) deste ator estava alinhada a uma orientação projetiva quanto aos trabalhos que seriam necessários para a promoção da mudança.

Com base na análise dos relatos e narrativas dos entrevistados, enquadram-se neste tipo de comportamento os esforços que resultaram na criação da AMPAQ, na realização de estudos científicos, na criação de cursos de formação de produtores, nos programas de certificação de qualidade, nos eventos de divulgação da bebida, entre outros. Estes trabalhos institucionais foram, em sua maioria, 'projetados' por pessoas que ocupavam posições periféricas, o que corrobora a associação entre a agência projetiva e este perfil de ator social, argumentada por Battilana e D'Aunno (2009).

No entanto, a dinâmica social nos campos institucionais envolve o embate entre as intenções de diferentes sujeitos (ADLER; LALONDE, 2019). Nestas disputas, nem sempre os

interesses projetivos daqueles que iniciam as práticas de trabalho institucional prevalecem e os resultados no campo são fruto de negociações e ajustes (PAWLAK, 2011). Diante destas situações de ambiguidade e dilemas, as pessoas buscam realizar avaliações práticas, orientadas para o presente, manifestando sua agência prático-avaliativa (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998).

Este tipo de comportamento se mostrou presente nos momentos em que os pressupostos das lógicas institucionais já estabelecidas no campo impuseram barreiras para a realização das transformações projetadas. Nesta direção, os trabalhos institucionais de reparação das lógicas da produção tradicional, da moralidade e regulatória foram orientados pela agência prático-avaliativa. Notadamente, os agentes periféricos compreenderam que a renovação do mercado somente seria concluída mediante a reparação destas estruturas, e que não necessariamente todas os sistemas simbólicos, práticas e materialidade que as caracterizavam naquele momento seriam interrompidos. Por exemplo, uma vez que parte do mercado consumidor valorizava práticas tradicionais historicamente difundidas (como o uso de alambiques de cobre e a estética rural), os agentes técnicos passaram a incorporá-las na construção dos trabalhos técnicos, como uma forma de realizá-los, na prática. Da mesma forma, considerando que a moralidade produzia efeitos significativos neste campo, produtores engajados nos movimentos de mudança buscaram direcionar as pressões normativas morais para outros estratos deste mercado, tais como as cachaças fabricadas sem registro formal.

Estes resultados estão alinhados com o entendimento de que as ações prático-avaliativas são conduzidas em situações em que se busca resolver problemas por meio de julgamentos práticos diante de conflitos que acontecem no cotidiano (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). Destaca-se, ainda, que alguns sujeitos, cujas ações iniciais foram orientadas por uma agência projetiva, passaram a tomar decisões e mobilizar trabalhos institucionais a partir da agência prático-avaliativa. Isso evidencia como o comportamento agêntico é relacional e pode variar ao longo do tempo, permitindo, contudo, que trabalhos institucionais sejam promulgados (SMETS; JARZABKOWSKI, 2013).

As resistências aos trabalhos institucionais criam as condições de ambiguidade que resultam na aplicação da agência prático-avaliativa. Estas resistências, por sua vez, também envolvem a manifestação de intenções e, portanto, da agência dos envolvidos. Estas situações são mediadas pela agência iterativa, ou habitual, cujas orientações são direcionadas à manutenção das estruturas sociais, de forma reflexiva (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998).

No caso da cachaça de alambique, este tipo de comportamento está presente principalmente nas ações dos sujeitos que resistem aos trabalhos de interrupção da

informalidade. A partir da compreensão multidimensional da agência, assume-se que estes produtores informais são sujeitos conscientes de suas posições neste mercado e que suas escolhas são ancoradas tanto por aspectos técnicos quanto institucionais que reforçam as vantagens percebidas em relação à informalidade.

Em suma, os agentes engajados nas práticas de trabalho institucional (seja a criação, reparação, interrupção ou, ainda, na manutenção/resistência) devem ser entendidos como sujeitos conscientes, dotados de habilidades e reflexividade (PAWLAK, 2011). Esta reflexividade é representada nas situações em que alguns produtores reconhecem os avanços no mercado, mas ainda projetam mudanças necessárias, em um processo contínuo de monitoramento entre os fins pretendidos e os resultados alcançados (GIDDENS, 2003). Além disso, considerando que a agência é contextual (SMETS; JARZABKOWSKI, 2013), entende-se as orientações podem mudar e o campo passar por outros momentos de maior movimentação em direção à promoção de transformações institucionais.

Outro aspecto relevante para um entendimento mais aprofundado dos trabalhos institucionais em questão é a relação entre estes processos e a materialidade. O conceito de domínio material, para Fenwick (2014) refere-se às ‘coisas’, ou artefatos (BHASKAR, 1998), que permeiam a vida dos indivíduos, podendo ser orgânicas ou inorgânicas, tecnológicas ou naturais. Leonardí (2012) amplia o conceito, ressaltando que a materialidade não necessariamente deve ser ‘física’.

A relação entre a materialidade, a partir dos artefatos, e as instituições foi sugerida na própria definição do conceito de lógicas institucionais apresentado por Friedland e Alford (1991, p. 232) a partir da noção de “práticas materiais”. Este entendimento pressupõe que os objetos são os meios pelos quais as instituições são ancoradas, afetadas e orientadas (FRIEDLAND, 2013).

O domínio material atua como catalizador de mudanças institucionais, uma vez que a dimensão simbólica das lógicas somente produz efeitos mediada por estes artefatos (PINCH, 2008). Com isso, quando ocorrem mudanças na materialidade, a relação entre os papéis e as práticas também tende a ser alterada (JONES; BOXENBAUM; ANTHONY, 2013).

Apesar desta relação, institucionalistas tem focado na influência de estruturas culturais, históricas e cognitivas nas ações as pessoas e negligenciado a dimensão material. Para Monteiro e Nicolini (2015), materiais e indivíduos compartilham as práticas de trabalho institucional. Como ilustração disso, espaços e objetos permitem que processos sociais e organizações sejam promulgados e estabilizados junto aos contextos institucionais. Estes autores, investigaram o

papel que a criação de dois prêmios de melhores práticas no setor público promoveu na dinâmica institucional italiana. Estes prêmios (enquanto espaços e materiais) foram relevantes para a institucionalização dos modelos de administração pública pretendidos por alguns grupos de atores. Portanto, entidades materiais fazem parte do esforço dos humanos no agenciamento do trabalho institucional (PINCH, 2008).

No contexto dos trabalhos institucionais relatados nesta pesquisa, é possível identificar a atuação de diversos elementos materiais. Sem os equipamentos específicos de laboratório (cuja utilização foi mobilizada pelo trabalho político junto a pesquisadores), não seria possível a realização do trabalho técnico de construção da lógica técnico-científica. A seu turno, as práticas de pesquisa científica foram fundamentais para o entendimento dos agenciamentos biológicos e químicos que constituem a bebida (BRITO et al. 2020).

Por meio destas pesquisas, identificou-se que a construção de equipamentos como o filtro de resina catiônica (utilizado para reduzir a concentração de cobre na destilação), uso de tubulações de inox e de instrumentos de mensuração e controle do processo de fabricação produziram mudanças na própria definição de qualidade da cachaça. Como evidência desta rede sociomaterial (LEONARDI, 2012), estas mudanças de natureza material sustentaram as transformações nos dispositivos regulatórios do campo. Ou seja, também foram marcantes no trabalho de reparação da lógica regulatória.

Esta relação também se manifestou em outros eventos. No processo de renovação da lógica da moralidade, a materialidade apresentou papel de destaque por meio da criação de garrafas e rótulos que remetiam à maior sofisticação e contribuíram para a redução da estigmatização do produto. Este tipo de efeito foi discutido por Demil e Lecocq (2015) ao investigarem como a criação de novos artefatos promulgou a renovação da imagem e identidade de uma indústria.

A materialidade que caracteriza o saber-fazer tradicional também exerceu efeitos em direção à resistência aos trabalhos de interrupção desta lógica. Este agenciamento dos artefatos tais como leveduras selvagens, uso de fubá como meio de cultura e do próprio ambiente rural foi essencial para a realização do trabalho de renovação destas lógicas. Estas características também estão relacionadas aos trabalhos de interrupção da informalidade.

Em suma, o caso da cachaça de alambique em Minas Gerais reforça a tese de que o trabalho institucional depende da ‘colaboração’ de um conjunto de materialidades (MONTEIRO, NICOLINI, 2015). De modo geral, os resultados desta pesquisa são importantes para uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos que permeiam processos de mudança

institucionais, destacando a relação entre agência e materialidade na promulgação destes eventos. O próximo capítulo traz as considerações finais deste estudo.

CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consumo de bebidas alcoólicas é uma prática milenar, que envolve uma ampla gama de significados e caracteriza a cultura material e imaterial de grupos sociais. A cachaça se enquadra como um produto desta natureza e é considerada um símbolo representativo do Brasil. Mais especificamente, a cachaça destilada em alambiques de cobre (que incorpora um saber-fazer típico) é definida como patrimônio cultural do estado de Minas Gerais.

Todavia, o *status* atual desta bebida resulta de esforços coletivos direcionados à construção contínua de um mercado cuja origem remete ao século XVI. Neste processo, é marcante a complexidade do conjunto de práticas, sistemas simbólicos e materialidades que permeiam as relações de produção e consumo. Haja vista, ao mesmo tempo em que existem ações direcionadas à renovação da imagem e valorização do produto, são perceptíveis as resistências a estas transformações, fundamentadas em valores e crenças centenárias que conferem à cachaça um estigma negativo. Esta trama torna a cachaça de alambique um importante tema de investigações no escopo dos estudos organizacionais e da Administração.

Nesta tese de Doutorado buscou-se compreender esta dinâmica, destacando as ações realizadas por diferentes sujeitos a fim de produzir mudanças em disposições estruturantes deste mercado. Para tanto, foram empregados pressupostos e conceitos próprios do institucionalismo organizacional a partir das perspectivas do trabalho institucional e das lógicas institucionais. Assumiu-se, portanto, que este arranjo (entendido como um campo institucional) é organizado a partir de um conjunto de lógicas institucionais que servem como referência para as práticas desempenhadas pelos atores que o compõem. Os esforços direcionados à manutenção ou produção de transformações neste campo foram induzidos por trabalhos institucionais realizados por estes sujeitos.

A articulação entre estas correntes teóricas foi importante para um entendimento mais aprofundado destas relações e para a produzir conhecimentos que pudessem responder ao seguinte problema de pesquisa: Por que e como o trabalho institucional realizado por diferentes atores tem contribuído para a construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais?

Com isso, esta pesquisa teve como objetivo geral compreender o trabalho institucional de construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais. De modo específico, pretendeu-se: a) retratar o contexto sócio-histórico do campo da cachaça de alambique em Minas Gerais particularizando as lógicas institucionais características deste mercado até o início da década de 1980; b) desvendar e

interpretar, sob a ótica de diferentes agentes, as especificidades dos trabalhos institucionais de construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais do mercado da cachaça e; c) mapear os efeitos e respostas de agentes do campo da cachaça de alambique em relação aos trabalhos institucionais direcionados às transformações das lógicas desse mercado.

A fim de conduzir este estudo, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, tendo como *locus* o campo da cachaça de alambique em Minas Gerais. O entendimento do conceito de campo permitiu que fossem demarcados os sujeitos, envolvidos em diferentes organizações, cujas trajetórias e percepções fossem relevantes para a produção desta pesquisa. Foram empregadas como estratégias para coleta de dados o registro a partir de fontes documentais (textos publicados em jornais, revistas, periódicos acadêmicos, páginas eletrônicas, redes sociais, entre outros canais) e a condução de entrevistas em profundidade. Este *corpus* textual foi sistematizado e analisado por meio da técnica da análise de conteúdo temática.

Neste capítulo, serão apresentadas as considerações finais acerca desta pesquisa. Inicialmente, destaca-se que o problema de pesquisa foi discutido a partir do alcance dos objetivos específicos desta tese. Considerando o primeiro destes objetivos, no Capítulo 4 foi retratado o contexto sócio-histórico do campo da cachaça de alambique em Minas Gerais, particularizando as lógicas institucionais deste mercado até o momento em que as principais transformações analisadas ocorreram. A partir do conceito de campo institucional, demarcou-se um conjunto de organizações e pessoas envolvidas com a produção, distribuição, regulação e consumo de cachaça de alambique orientadas por ordens institucionais mais ou menos estáveis.

Foi realizada uma investigação de natureza histórica que remontou aos primeiros registros de produção deste destilado no Brasil, durante o século XVI. Naquele período, apesar de apresentarem variações pontuais no processo produtivo, fabricavam-se bebidas a partir da extração do caldo de cana de açúcar cujos nomes eram referidos como cachaça (ou cagassa ou, ainda, aguardente da terra). Devido às relações coloniais e à estrutura social da época, este produto passou a ser amplamente consumido pela população mais pobre da colônia, especialmente os escravos. Este cenário contribuiu para a estigmatização da cachaça, cuja produção e consumo passaram a ser combatidos pelos mecanismos regulatórios da Coroa. Mesmo assim, tornou-se a bebida alcoólica mais consumida no território brasileiro.

Com o declínio do ciclo da cana-de-açúcar e emergência do ciclo do ouro, a atividade econômica no Brasil passou a ser direcionada a outras regiões, de modo que Minas Gerais tornou-se um território proeminente da colônia. Devido ao emprego extensivo da mão-de-obra

escrava, bem como do surgimento de comunidades com maior densidade populacional nesta capitania, a fabricação de cachaça difundiu-se, concentrando uma grande quantidade de produtores, em sua maioria, proprietários de pequenos engenhos, com atuação local.

Durante todo o período que envolveu os séculos XVI até meados do século XX, o mercado da cachaça foi marcado por contradições. Ao mesmo tempo em que havia um amplo consumo (por todos os grupos sociais brasileiros), reproduzindo saberes e fazeres cada vez mais tradicionalizados, permaneciam os preconceitos e a valoração negativa (especialmente pelas elites), bem como a repressão e o não reconhecimento por parte do Estado. Ressalta-se que a partir das primeiras décadas do século XX surgiram novas tecnologias direcionadas à fabricação, o que caracterizou a indústria de cachaças destiladas por meio de colunas de fracionamento contínuo. Estas inovações permitiram que fossem produzidos grandes volumes da bebida, a um custo reduzido, o que contribuiu para um posicionamento cada vez maior das cachaças de alambique no mercado informal, limitado às fronteiras mais próximas às unidades produtivas.

Por meio da análise deste contexto sócio-histórico, foi possível identificar quatro lógicas institucionais que estruturavam o campo da cachaça de alambique em Minas Gerais até o início da década de 1980 (recorte temporal definido para o estudo das mudanças no mercado). Estas lógicas eram: lógica da produção tradicional, lógica regulatória, lógica da moralidade e lógica da informalidade.

A apreensão das lógicas institucionais que permeavam as práticas de produção e consumo de cachaça de alambique no estado foi fundamental para o entendimento dos trabalhos institucionais conduzidos em direção às transformações sociomateriais, dos efeitos que estes trabalhos produziram, bem como das respostas dos agentes envolvidos. Este movimento permitiu o alcance do segundo e terceiro objetivos específicos desta tese, uma vez que se compreendeu como diferentes sujeitos se envolveram em trabalhos de construção, reparação e interrupção de lógicas institucionais. Estes trabalhos, por sua vez, desencadearam efeitos e respostas nos agentes que performam este mercado.

Tais ações tiveram início a partir da movimentação promovida por um sujeito, interessado em desenvolver um estudo setorial sobre este mercado, como parte de suas responsabilidades enquanto técnico do Instituto de Desenvolvimento Integral de Minas Gerais (INDI). Uma vez realizado este diagnóstico, o pesquisador projetou que este campo apresentava potenciais econômicos relevantes, embora demandasse investimentos em tecnologia e gestão. Desse modo, este sujeito conduziu um trabalho de liderança, por meio do qual reuniu produtores

e outros agentes que compartilhavam de uma visão semelhante para o desenvolvimento do setor.

A partir destes eventos, foram realizados trabalhos institucionais direcionados à: criação das lógicas da coletividade e técnico-científica, reparação das lógicas da produção tradicional, da moralidade e da lógica regulatória e a interrupção da lógica da informalidade. A criação da lógica da coletividade se deu por meio de trabalhos políticos e educativos. Dentre as práticas empregadas pelos sujeitos no trabalho político, destacam-se: a reunião de diferentes sujeitos interessados em ‘organizar o setor’; a criação de entidades representativas (a exemplo da AMPAQ, do SINDIBEBIDAS e do IBRAC); a defesa junto ao Estado a fim de efetivar mudanças nas regulações que envolviam a constituição de cooperativas e; a prática da criação de cooperativas de produção e/ou distribuição de cachaças de alambique. Ao mesmo tempo, o trabalho de comunicação foi promovido a partir da: criação de discursos voltados à divulgação da coletividade e seus benefícios e; a realização de eventos pelos quais eram difundidos os pressupostos desta lógica institucional. Estes trabalhos possibilitaram o reconhecimento da ação coletiva como uma orientação válida para a atuação neste campo. Como evidências disso, foram criadas associações, cooperativas e é possível identificar cooperações entre produtores de modo informal. Entretanto, estes efeitos não necessariamente afetam, ou são recepcionados, por todos os atores. Haja vista, existem muitas críticas direcionadas ao trabalho realizado pelas entidades representativas e as cooperativas (a maioria destas inclusive não conseguiram se sustentar por muitos anos ou mesmo operarem efetivamente).

O trabalho institucional de criação da lógica técnico-científica foi marcado por práticas de trabalho político, técnico, de padronização e educativo. O trabalho político foi realizado a partir da mobilização de pesquisadores(as) e agências técnicas voltadas à produção de conhecimento sobre o produto e da criação de organizações e entidades formais para a promoção do trabalho técnico (a exemplo da Rede Mineira de Tecnologia da Cachaça). Este trabalho técnico refere-se à realização de pesquisas e experimentos científicos e no desenvolvimento de estudos setorializados (sendo estes mais voltados às ciências econômicas e gerenciais). Este esforço foi direcionado à promoção do trabalho de padronização, representado pela criação de mecanismos de certificação de qualidade e da definição Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ) para a cachaça. Tais práticas também foram difundidas em trabalhos educativos voltados à realização de cursos técnicos, desenvolvimento de consultorias e da publicação de artigos científicos, livros e manuais. A lógica técnico-científica foi importante para legitimar a cachaça enquanto produto com qualidade e conformidade a processos e conhecimentos técnicos. Além disso, seus pressupostos permitiram a ocorrência de mudanças

nos dispositivos regulatórios e simbólicos relacionados à bebida. Alguns produtores a incorporam de forma aquiescente, contudo, outros praticam uma espécie de desacoplamento em relação a seus fundamentos (sobretudo ao participarem dos programas de certificação). Outros ainda se recusam a atender aos efeitos produzidos por esta ordem institucional, especialmente aqueles cujas práticas são orientadas em grande medida pela lógica da informalidade.

Além dos trabalhos de criação, também foram realizados trabalhos institucionais direcionados à reparação das lógicas já estabelecidas. O trabalho de reparação da lógica da produção tradicional foi fundamentado sobretudo em práticas de natureza culturais. Estas práticas são classificadas em dois grupos: aquelas voltadas à interrupção de certos aspectos da lógica da tradição e aquelas empenhadas na manutenção de outros elementos desta lógica. Neste primeiro grupo, buscou-se desvincular fundamentos normativos da tradição a partir da produção de discursos que questionavam atributos da qualidade de cachaças fabricadas seguindo a lógica da produção tradicional; e problematização dos efeitos negativos à saúde desencadeados pelo consumo de bebidas produzidas sem conformidade. Por sua vez, nesse segundo grupo figuram ações tais como: valorização da identidade da cachaça de alambique mineira como produto típico rural e do trabalho de mitologização da relevância de Minas Gerais para o campo ao nível nacional (nesse sentido, destacam-se os esforços desenvolvidos na região de Salinas-MG). Estas iniciativas desencadearam efeitos no mercado. Os principais deles referem-se à exploração do *storytelling* como prática de inserção mercadológica e do reconhecimento da dimensão simbólica e material, que integra de forma híbrida, a junção entre tradição e inovações técnicas. Este efeito, entretanto, só apresenta maior aquiescência entre aqueles produtores e consumidores interessados em cachaças de maior valor agregado.

O trabalho de reparação da lógica regulatória, a seu turno, foi marcado por práticas políticas. Nessa direção, ressaltam-se: a criação de políticas públicas endereçadas à regulamentação e valorização da cachaça enquanto patrimônio cultural (especialmente a partir da criação do Pró-Cachaça, em 1993); a formulação de políticas tributárias que favorecessem a formalização das unidades produtivas (a exemplo do trabalho em torno da inclusão desta indústria ao Simples Nacional) e; a difusão de mecanismos voltados à defesa da segurança alimentar dos consumidores. Com base nestes trabalhos, entende-se que houveram mudanças no relacionamento entre o Estado e os atores deste campo, em direção à maior valorização do mercado. Contudo, muitos produtores advogam que ainda são necessárias mais políticas favoráveis à esta atividade (sobretudo em relação ao combate à informalidade e aos incentivos fiscais).

O trabalho de reparação da lógica da moralidade foi promulgado por meio de trabalhos culturais e educativos. Os primeiros envolveram a desvinculação dos estigmas negativos relacionados à cachaça (tais como: a desassociação do consumo da bebida ao alcoolismo; a defesa do nome cachaça e; a mudança de foco dos preceitos moralistas para as cachaças inconformes às boas práticas de fabricação) e o trabalho de *premiunização* da bebida (com base no o desenvolvimento de eventos específicos para a promoção de cachaças; a veiculação de campanhas publicitárias segmentadas a públicos de maior distinção; e a criação/participação em concursos de degustação e *rankings*). Os trabalhos educativos foram feitos a partir da difusão de atributos positivos relacionados à bebida (empregando diferentes estratégias discursivas) e a promoção do consumo consciente. Como efeitos destas ações, reconhece-se, principalmente em Minas Gerais, que o estigma relacionado à cachaça de alambique tem diminuído e que novos grupos sociais, que outrora reforçariam a moralização do campo, passaram a consumir cachaças publicamente. Porém, esta mudança ainda está em andamento e demanda maiores esforços.

Finalmente, esta pesquisa também investigou os trabalhos voltados à interrupção da informalidade. Estes envolveram práticas de natureza política e educativa. O trabalho político foi marcado pela promoção de mecanismos de fiscalização da informalidade (com destaque para um aumento no esforço de pessoal para a fiscalização, a partir de uma parceria firmada entre IMA e MAPA; a mudança no foco da fiscalização, que buscou ser mais instrutiva que punitiva e passou a ampliar sua atuação na cadeia produtiva, a exemplo da realização de inspeções no varejo) e na defesa da flexibilização das normas para a formalização (estas ainda sem efeitos objetivos). A seu turno, o trabalho de comunicação foi baseado no desenvolvimento de cursos e ações de orientação aos produtores informais, destacando as vantagens da formalização e; na produção de discursos de conscientização dos consumidores em relação aos riscos do consumo de cachaças informais. Entretanto, apesar destes trabalhos institucionais serem considerados estratégicos para a promoção de transformações neste arranjo, a interrupção da informalidade não parece ter sido alcançada até o momento. Estima-se, inclusive, que os números do mercado informal sejam superiores atualmente em comparação com o panorama do final da década de 1980. Ou seja, embora as práticas tenham sido de fato conduzidas, os resultados não estão alinhados aos objetivos dos envolvidos.

A investigação dos processos de mudança institucional no campo da cachaça de alambique de Minas Gerais por meio dos fundamentos conceituais, metodológicos e do recorte empírico que orientaram esta tese permite que sejam tecidas algumas contribuições. A discussão dos resultados traz reflexões importantes para o avanço do campo do

institucionalismo sociológico, dos estudos organizacionais e dos mercados de produtos típicos. Além disso, são oferecidos direcionamentos para a compreensão da dinâmica que rege as práticas gerenciais dos agentes envolvidos na produção e consumo da bebida.

Acredita-se que esta tese tenha contribuído para a compreensão da relação entre trabalho institucional e lógicas institucionais, atendendo a agendas do campo científico. Foi possível explorar como práticas de trabalho institucional permitem a modelagem de lógicas de mercado e como este processo é complexo e relacional. Observou-se que, ao mesmo tempo, este campo é regido por relações de complexidade (conflitos entre orientações das lógicas técnico-científica e da produção tradicional) e hibridismo institucional (associações entre as mesmas lógicas técnico-científica e da produção tradicional).

Reconhecendo a imersão da agência dos sujeitos que constituem esta realidade, percebeu-se que as lógicas institucionais servem como referência para as práticas cotidianas e que a promoção de mudanças incorre em esforços voltados a construção, manutenção, reparação e interrupção de práticas, sistemas simbólicos e materialidades que caracterizam os pressupostos destas lógicas. Estes esforços emergem da própria dinâmica institucional. Por vezes, são conduzidos por atores periféricos (como as iniciativas promulgadas na década de 1980), sobretudo nos trabalhos de construção e interrupção de lógicas. Outras vezes, envolvem atores centrais do campo (a exemplo das coalizões formadas por agentes de grandes indústrias de cachaça de coluna e entidades governamentais, como o IMA e o MAPA), buscando reparar (como um tipo de trabalho de manutenção) as condições estruturantes.

Com isso, ressalta-se a reflexividade e a intencionalidade destes sujeitos, presentes tanto nos processos de (des)construção quanto de reparação de lógicas institucionais, bem como nas respostas aos efeitos promovidos neste arranjo. Identificou-se, ainda, que estas categorias se manifestam mesmo em contextos em que os resultados não estão alinhados com os objetivos pretendidos pelos agentes (e que estes efeitos não devem ser compreendidos por uma leitura binária que reconhece apenas sucesso ou fracasso). De fato, a multidimensionalidade da agência humana é um conceito que favorece a compreensão da complexidade e da relação dialógica entre estrutura e agência.

Nessa direção, buscando apreender esta realidade de forma integrada e plural, a dimensão material também é de grande relevância para a promoção de mudanças (e suas resistências). Esta tese chama atenção para a relação entre materialidade, trabalho e lógicas ao evidenciar como diferentes artefatos foram empregados como incorporadores de um conjunto de pressupostos socializadores de conhecimentos e de novas práticas, a exemplo dos

instrumentos de pesquisa, o equipamento empregado na destilação, as madeiras utilizadas no envelhecimento, as garrafas que conferiram novos significados e maior *status* à bebida etc.

Estes resultados também trazem contribuições para os estudos organizacionais. A partir de uma matriz epistêmica sócio-construcionista, compreende-se como processos de mudanças organizacionais são marcados pela ação de sujeitos reflexivos situados em contextos plurais. O caso da cachaça de alambique em Minas Gerais mostra a historicidade de práticas e discursos e como tradições são reproduzidas, reforçando comportamentos que não necessariamente são guiados por uma instrumentalidade econômica. Haja vista, alguns dos entraves ao desenvolvimento deste mercado estão fundamentados em crenças que remetem a preconceitos centenários, muitos deles sintomáticos das condições estruturantes que marcaram a história do Brasil. Além disso, este estudo foi realizado mediante uma postura reflexiva dos pesquisadores, a qual permitiu o reconhecimento dos contextos pelos quais os sujeitos participantes estão vinculados. Com isso, a busca pela diversidade de saberes e dizeres na composição do *corpus* de análise foi relevante para a produção deste relatório.

Além disso, a realidade investigada permite a produção de *insights* para o entendimento de mercados de produtos típicos, ou com forte apelo identitário, a exemplo de outras bebidas e comidas nacionais/regionais. A partir das experiências no campo da cachaça de alambique mineira, observou-se que a dimensão simbólica é um componente essencial para a construção deste tipo de mercado. Esses elementos, invariavelmente, estão relacionados a práticas e discursos que remetem a tradições, compartilhadas ao longo de gerações. Argumenta-se que a promoção de mudanças, especialmente aquelas de natureza técnica e/ou burocrática, tendem a ter maior aceitação - ou institucionalização - quando estão alinhadas a essas características. Desse contexto, são construídos segmentos de mercado, ou, ainda, nichos em que inovações estão vinculadas a tradições, agregando valor e alcançando consumidores com maior poder aquisitivo.

Por outro lado, as experiências em torno da cachaça também evidenciam que esses sistemas simbólicos podem difundir estigmas na forma de práticas e discursos, o que, geralmente, incorre em preconceitos e em alta informalidade do setor (embora esta última característica não seja exclusiva de mercados estigmatizados). Esta condição certamente contribui para a dificuldade na condução de trabalhos institucionais interruptivos.

Esta pesquisa também oferece direcionamentos prático-gerenciais relevantes para empresários, especialistas e consumidores do campo da cachaça de alambique. É fundamental destacar como um grupo de pessoas, com posições periféricas e sem grandes concentrações de recursos, conseguiu produzir mudanças significativas neste arranjo. Ainda que transformações

radicais (como a interrupção da informalidade) não tenham acontecido, até o momento, os efeitos dos trabalhos institucionais narrados nesta pesquisa são merecedores de reconhecimento dada a história centenária da bebida e seus estigmas.

Considerando as mudanças com maior impacto, a exemplo da emergência da lógica técnico-científica e seus efeitos, ressalta-se como o trabalho político realizado de forma integrada pode ser importante. Trata-se de uma evidência de esforço coletivo envolvendo a relação Estado, iniciativa privada e universidades, a qual tem sido investigada em áreas como inovação e desenvolvimento social. Outro aspecto é fundamental para esta reflexão: a promulgação da lógica da coletividade, a partir da qual, foram articulados movimentos políticos que produziram outros trabalhos institucionais.

Entretanto, apesar dos avanços, existe uma percepção generalizada quanto à necessidade de se promoverem outros esforços ou reforçarem aqueles trabalhos institucionais em andamento. Para além dos questionamentos discutidos no Capítulo 5, destaca-se a demanda pela profissionalização da gestão das organizações, o que seria entendido como um gargalo para que estas empresas se consolidem. Nesse sentido, torna-se fundamental produzir conhecimentos em torno de áreas como Construção de Marcas, Inovação, Inteligência de Mercados, entre outras. Este pode inclusive ser um chamado para contribuições de administradores e administradoras ao campo.

Diante das contribuições apresentadas, é importante, porém, ressaltar algumas limitações do estudo. Primeiramente, diante dos fundamentos epistemológicos e metodológicos apresentados no Capítulo 3, ressalta-se que não se buscou a produção de conhecimentos com pretensões generalizáveis. Ainda que tenham sido empregados mecanismos que promovem o rigor científico, os resultados discutidos estão vinculados às escolhas dos pesquisadores, as quais estão sujeitas às suas próprias percepções em relação à realidade e às suas trajetórias sócio-históricas.

Ademais, adverte-se que nem todos os sujeitos que atuaram nos trabalhos institucionais investigados foram acessados (seja por entrevistas ou fontes documentais). Neste âmbito, destacam-se alguns atores representantes das grandes indústrias de cachaça de coluna (que embora não estejam localizadas em Minas Gerais produzem efeitos diretos neste campo), bem como produtores em situação de informalidade. Justifica-se estas limitações devido ao cronograma de execução da pesquisa, bem como o cenário de restrições de locomoção e contato com outras pessoas devido à pandemia de COVID-19 que, infelizmente, impactou negativamente na condução da pesquisa de campo.

Reconhece-se, ainda, que embora a descrição das lógicas institucionais deste campo tenha sido representativa das principais estruturas que permeiam este mercado, é possível outras lógicas institucionais (de atuação mais restrita ou mesmo mais ampla) não tenham tido maior enfoque neste trabalho. Da mesma forma, não foram investigados outros aspectos que envolvem a dinâmica institucional, a exemplo das relações cotidianas entre os indivíduos nas organizações.

Estas limitações, bem como os *insights* produzidos na condução desta tese, chamam atenção para que uma agenda de pesquisas seja apresentada. Nessa direção, sugere-se alguns tópicos que podem contribuir para o avanço nos estudos sobre o campo do institucionalismo, da cachaça e de outros mercados, a saber: 1) Investigar como a dinâmica entre trabalho institucional e lógicas institucionais acontece no interior de uma organização, com praticantes em seu cotidiano; 2) Aprofundar a relação entre sociomaterialidade e trabalho institucional; 3) Analisar as disputas discursivas em torno da questão da moralidade e da informalidade; 4) Investigar com maior profundidade as disputas de poder existentes no campo e como estas são manifestas na dinâmica institucional; 5) Compreender os processos de mudança em outros campos de produtos típicos de Minas Gerais como queijos, doces, cafés especiais, entre outros; 6) Proceder uma análise comparativa entre o mercado de cachaças e o de outras bebidas a partir de experiências internacionais, tais como a tequila, no México, e a *grappa*, na Itália.

Em suma, a melhoria no campo da cachaça é importante para a preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais e do Brasil. Espera-se que o reconhecimento do valor desta bebida seja alcançado, o consumo consciente seja promovido e que sua história centenária seja forte o suficiente para sobreviver pelos séculos que seguirão. Que não falte cachaça e boa prosa...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Chloé; LALONDE, Carole. Identity, agency and institutional work in higher education: a qualitative meta-synthesis. **Qualitative Research in Organizations and Management**, v. 15, n. 2, p. 121-144, 2019.

ALGRANTI, Leila Mezan. Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América portuguesa. Álcool e drogas na história do Brasil. Belo Horizonte: Editora da PUC Minas, p. 71-92, 2005.

ALMEIDA, Camila Souza de. **Determinação social do uso de álcool e outras drogas na visão dos adolescentes**. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2019.

AMARANTE, J. M. Institutional Pressures, Institutional Work And The Triple Helix Of Innovation: A Case Study On The Development Of Stanford University's Entrepreneurial Turn, Dissertação de Mestrado, UEM. 2018.

AMORIM, A. L. M.; GODRI, L. Institutional Work: Uma Ponte entre Estudos Críticos e Institucionais? . **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 9, n. 4, p. 0-0, 2015.

ANACLETO, Adilson et al. Production chain of artisanal sugar cane spirit in Paraná State: A Porter taxonomy application/Cadeia produtiva de aguardente artesanal no litoral do Paraná: Uma aplicação da taxonomia de Porter. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 6, n. 2, p. 301-312, 2017.

ANDERSSON, Thomas; GADOLIN, Christian. Understanding institutional work through social interaction in highly institutionalized settings: lessons from public healthcare organizations. **Scandinavian Journal of Management**, v. 36, n. 2, p. 101107, 2020.

ANPAQ. Associação Nacional dos Produtores de Cachaça de Qualidade. **Release**. 2018. Disponível em: <<https://www.anpaq.com.br/a-anpaq/release-da-anpaq.html>>.

ANVISA - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/biblioteca-de-normas-vinhos-e-bebidas/portaria-no-326-de-30-de-julho-de-1997.pdf>

ARAÚJO, Leandro Dias. Descriptive sensory evaluation of sugar cane spirits: preliminary protocol for the quality evaluation. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciência de Alimentos; Tecnologia de Alimentos; Engenharia de Alimentos) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

ARMSTRONG, Elizabeth A. et al. **Forging gay identities**: Organizing sexuality in San Francisco, 1950-1994. University of Chicago Press, 2002.

ASSUMPÇÃO, Marcio Luiz Marques et al. Desenvolvimento de sistema de supervisão e controle de uma planta de produção de cachaça tradicional: inovação e multidisciplinaridade na abordagem de identificação e controle de processos. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, [S.l.], n. 39, p. 101-112, abr. 2018. ISSN 2447-9187

AVELAR, L. E. B. **A moderação em excesso**: estudo sobre a história das bebidas na sociedade colonial. 2011. 153 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010.

AZEVEDO, Sebastião Márcio de et al . Levantamento da contaminação por cobre nas aguardentes de cana-de-açúcar produzidas em Minas Gerais. *Ciênc. agrotec.*, Lavras , v. 27, n. 3, p. 618-624, June 2003 .

BAKER, Jonathan J.; NENONEN, Suvi. Collaborating to shape markets: Emergent collective market work. **Industrial Marketing Management**, v. 85, p. 240-253, 2020.

BAKER, Jonathan J.; STORBACKA, Kaj; BRODIE, Roderick J. Markets changing, changing markets: Institutional work as market shaping. **Marketing Theory**, v. 19, n. 3, p. 301-328, 2019.

BAKER, Jonathan J.; STORBACKA, Kaj; BRODIE, Roderick J. Markets changing, changing markets: Institutional work as market shaping. **Marketing Theory**, v. 19, n. 3, p. 301-328, 2019.

BARBOSA, P. M. S.; REGALADO, P. F. Uma solução inovadora no agronegócio: a união de sistema de certificação à Marca Coletiva. In: BUAINAIN, A. M.; BONACELLI, M. B. M e MENDES, C. I. C. (editores técnicos) *Propriedade Intelectual e Inovação na Agricultura*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento – INCT/PPED, CNPq, Faperj. Editora IdeaD, 2015. Cap. 13, p. 237-254.

BARLEY, Stephen R.; TOLBERT, Pamela S. Institutionalization and structuration: Studying the links between action and institution. **Organization studies**, v. 18, n. 1, p. 93-117, 1997.

BARNES, Barry. Practice as collective action. In: T. R. SCHATZKI, K. KNORR CETINA, AND E. VON SAVIGNY (eds.), *The Practice Turn in Contemporary Theory*. London: Routledge, 2001, p. 17–28.

BATTILANA, J.; D'AUNNO, T. Institutional Work and the Paradox of Embedded Agency. In: LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R.; LECA, B. **Institutional work**: actors and agency in institutional studies of organizations. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. Cap. 2, p. 31-59.

BEBIDAS EXPRESS, <https://www.bebidaexpressblog.com.br/cachacas/historia/conheca-o-ranking-playboy-de-melhores-cachacas>

BECKERT, Jens. Agency, entrepreneurs, and institutional change. The role of strategic choice and institutionalized practices in organizations. **Organization studies**, v. 20, n. 5, p. 777-799, 1999.

BEIMS, Fabian Udo. **A tomada de decisão estratégica pela alta direção em uma perspectiva bourdiesiana na ótica da estratégia com prática**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: um livro sobre a sociologia do conhecimento. 2ed. Dinalivro: Lisboa, 2004.

BERTONCELLO, Alexandre Godinho; SILVA, Kelle Fernanda Rodrigues; GODINHO, Ângela Madalena Marchizelli. Indicação Geográfica Protegida: Agrega Valor ao Produto e Induz ao Desenvolvimento Regional? O Caso da Cachaça de Paraty. **Desafio Online**, v. 4, n. 1, p. 1-27, 2016.

BESHAROV, M. L.; SMITH, W. K. Multiple institutional logics in organizations: Explaining their varied nature and implications. **Academy of Management Review**, v. 39, n. 3, p. 364-381, 2014.

BHASKAR, R. Philosophy and scientific realism. In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A; LAWSON, T. & NORRIE, A. (Ed.). **Critical realism**: essential readings. London; New York: Routledge, 1998.

BIERNACKI, P. & WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, vol. n° 2, November. 141-163p, 1981.

BINDER, A. For love and money: Organizations' creative responses to multiple environmental logics. **Theory and society**, v. 36, n. 6, p. 547-571, 2007.

BIYGAUTANE, Mhamed; CLEGG, Stewart; AL-YAHYA, Khalid. Institutional work and infrastructure public-private partnerships (PPPs): the roles of religious symbolic work and power in implementing PPP projects. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 2020.

BLUNCH, Niels-Hugo et al. The informal sector revisited: A synthesis across space and time. **World Bank Social Protection Discussion Papers**, v. 119, 2001.

BONFIM, L. R. C.; ABIB, G.; GONÇALVES, S. A. . Lógicas institucionais no estudo da estratégia como prática: Uma proposta de relação entre o conceito e a abordagem. In: 8th Iberoamerican Academy Conference, 2013, São Paulo - SP. **Anais do 8th Iberoamerican Academy Conference**, 2013. v. 8.

BONFIM, Leandro Rodrigo Canto. **The emergence of hybrid markets from urban innovations**: the case of the bus rapid transit market in Curitiba, Brazil. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração. 223 f. 2020.

BORG, Erik A.; GRATZER, Karl. Collective brand strategy, entrepreneurship, and regional growth: The role of a protected designation of origin (PDO). **Journal of World Economic Research**, v. 2, n. 3, p. 26-38, 2013.

BORGES, A. F. **Empreendedorismo como prática**: um estudo em organizações produtoras de cachaça artesanal. 2017. 178 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

BORGES, Rafael Jefferson. Processo de institucionalização da estrutura de gestão educacional: uma análise da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa/PR. Londrina: 2017, 146 p. Orientador: Prof. Dr. Saulo Fabiano Amâncio Vieira.

BORTOLETTO, Aline. Cachaça: Consumo Consciente e Saúde. **Mapa da Cachaça**. 2014. <https://www.mapadacachaca.com.br/artigos/cachaca-consumo-consciente-e-saude/>

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BOUTY, Isabelle; GOMEZ, Marie-Léandre; DRUCKER-GODARD, Carole. Maintaining an institution: The institutional work of Michelin in haute cuisine around the world. ESSEC. **Working Paper**, n. 1302, 2013.

BOXENBAUM, Eva; BATTILANA, Julie. Importation as innovation: Transposing managerial practices across fields. **Strategic organization**, v. 3, n. 4, p. 355-383, 2005.

BOXENBAUM, Eva; PEDERSEN, Jesper Strandgaard. Scandinavian institutionalism—a case of institutional work. In: LAWRENCE, THOMAS B.; SUDDABY, ROY; LECA, BERNARD (Org.). **Institutional work: Actors and agency in institutional studies of organization**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2009. p. 178–204.

BRAGA, M. V. F.; KIYOTANI, I. B. A cachaça como patrimônio: turismo cultura e sabor. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, v. 3, n. 2, p. 254-275, jul./dez. 2015.

BRASIL, 1988. CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

BRASIL. **Decreto nº 11.951, de 16 de Fevereiro de 1916**. Approva o regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo. 1916. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11951-16-fevereiro-1916-512010-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. **Decreto nº 4.062, de 21 de dezembro de 2001**. Define as expressões "cachaça", "Brasil" e "cachaça do Brasil" como indicações geográficas e dá outras providências. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D4062.html.

BRASIL. **Decreto nº 4.851, de 2 de outubro de 2003**. Altera dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.314, de 4 de setembro de 1997, que dispõe sobre a padronização, a

classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4851-2-outubro-2003-497513-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. **Decreto nº 6.871 de 4 de junho de 2009**. Regulamenta a Lei no 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6871.htm.

BRASIL. **Decreto nº 73.267, de 6 de dezembro de 1973**. Regulamenta a Lei nº 5.823, de 14 de novembro de 1972. 1973. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73267-6-dezembro-1973-422072-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.981, De 26 De Janeiro De 1940**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de contadores automáticos nas fábricas de aguardentes e de álcool, e da outras providência. 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-1981-26-janeiro-1940-411984-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 5.678, de 17 de julho de 1943**. Isenta do imposto de consumo o açúcar e a aguardente requisitados pelo Instituto do Açúcar e do Álcool e destinados à produção de álcool motor. 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5678-17-julho-1943-415696-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 123, de 14 de Dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 155, de 27 de Outubro de 2016**. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de

1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp155.htm>.

BRASIL. **Lei Nº 3.070-A, de 31 de Dezembro de 1915.** Orça a Receita Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1916. 1915. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3070-a-31-dezembro-1915-573259-publicacaooriginal-96588-pl.html>>.

BRASIL. Lei Nº 9.317, de 5 de Dezembro de 1996. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19317.htm>.

BRASIL. **Projeto de Lei Nº 1531, de 13 de dezembro de 1951.** Proíbe a Fabricação, Transporte, Venda, Compra e Uso da Aguardente de Cana. 1951. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_imp.jsessionid=E681A45D63B9D38DF69E4C7C32A65C20.proposicoesWebExterno2?idProposicao=193259&ord=1&tp=completa>

BRYMAN, A. **Social Research Methods.** 6ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Cachaça é atração entre turistas em Minas Gerais. https://www.youtube.com/watch?v=UEnXQwziLNw&ab_channel=TVBrasilGov

CACHACIÊ, 2018. **Mercado Central de BH e a venda de Cachaça registrada.** Disponível em: <<http://cachacie.com.br/ultimas-noticias/mercado-central-de-bh-e-venda-de-cachaca-registrada/>>.

CAETANO, Elisa. Produtores de cachaça lançam marca em evento em Minas. **Agência Sebrae de Notícia.** 01 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.mg.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/MG/produtores-de-cachaca-lancam-marca-em-evento-em-minas.4bdd0e3402236410VgnVCM1000003b74010aRCRD>.

CALÇADA, Clarissa de Oliveira; TIRELLI, Christian. O consumo de produtos alimentícios premium em porto alegre (RS) e região metropolitana: um estudo exploratório. **REN-Revista Escola de Negócios**, v. 1, n. 1 jul/dez, p. 209-234, 2013.

CALHOUN, Laurie. Legitimate authority and “Just War” in the modern world. **Peace & Change**, v. 27, n. 1, p. 37-62, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015 <https://www.camara.leg.br/noticias/474338-projeto-isenta-de-ipi-cachaca-produzida-por-agricultor-familiar/>

CAMPELO, E.A.P. Agronegócio da cachaça de alambique de Minas Gerais: panorama econômico e social. **Revista Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 23, n. 217, p. 7-18, setembro/outubro 2002.

CAMPOS, Carolina Silva. **As micro e pequenas produtoras de bebidas alcoólicas artesanais excluídas do Simples Nacional e os custos tributários**: uma necessidade de revisão legislativa. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

CAMPOS, Edemilson Antunes de. As representações sobre o alcoolismo em uma associação de ex-bebedores: os Alcoólicos Anônimos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, p. 1379-1387, 2004.

CAMPOS, Mário Hermes Soares. **O “Simples Nacional” como imposto único incidente sobre a renda e consumo das microempresas e das empresas de pequeno porte no Brasil**. Dissertação (Mestrado). Nova Lima: Faculdade de Direito Milton Campos / FDMC, 2009.

CANAL SAÚDE, 2012 <https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/bebidas-alcoolicas-clandestinas-podem-conter-substancias-toxicas-aponta-estudo-2012-10-31>

CARDIERI, Marília Inês Naves. **Impactos da indicação geográfica na sustentabilidade regional**: estudo de caso na região de Salinas. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Florianópolis, 2013

CARDOSO, Maria das Graças. **Produção artesanal de aguardente**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.

CARDOSO, Maria das Graças. **Produção de Aguardente de Cana**. Lavras, MG: Editora UFLA, 2006.

CARNEIRO, João de Deus et al. Opiniões e atitudes dos consumidores em relação a embalagens e rótulos de cachaça. **Ciência e tecnologia de alimentos**, v. 30, n. 3, 2010.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SARAIVA, Luiz Alex Silva; PIMENTEL, Thiago Duarte. A institucionalização da feira hippie de Belo Horizonte. *Organizações & Sociedade*, v. 15, n. 44, p. 63-79, 2008.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOUZA, Eloisio Moulin de; AGUIAR, Ana Rosa Camillo. Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 18, n. 1, p. 78-95, 2014.

CARVALHO, C. A. P., VIEIRA, M. M. F., & LOPES, F. D. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. In **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. PR, Brasil: Foz do Iguaçu, 1999.

CARVALHO, Virgínia Donizete. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos organizacionais. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 12, n. 4, p. 583-607, 2011.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Prelúdio da cachaça**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

CASTRO, Murilo Cardoso de. Qualidade Sob Medida. **UNIFESO-Humanas e Sociais**, v. 3, n. 03, 2016.

CATÃO, Catarina G. et al. Qualidade da madeira de cinco espécies florestais para o envelhecimento da cachaça. **Rev. bras. eng. agríc. ambient.**, Campina Grande , v. 15, n. 7, p. 741-747, July 2011 .

CENTER FOR ORGANIZATION STUDIES (CORS). **Planejamento Estratégico para a Cadeia Produtiva da Cachaça**, São Paulo: USP, 2014

CERTIFICAÇÃO de cachaça alcançou 133 marcas em 2009. Cidade. **Diário do Aço**, 22 de janeiro de 2010. Disponível em: <<https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0027658-certificacao-de-cachaca-alcancou-133-marcas-em-2009>>

CERTIFICAÇÃO é meta para oficialização do novo Circuito Turístico da Cachaça. **Agência Minas Gerais**. Belo Horizonte, 19 de agosto de 2016. Turismo. Disponível em:

<<http://static.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/certificacao-e-meta-para-oficializacao-do-novo-circuito-turistico-da-cachaca>>. Acesso em: 25 mar 2021.

CHALITA, M. A. N.. A construção social e econômica do gosto e da preferência, o valor simbólico da mercadoria e o desempenho das exportações de cachaça. **Informações Econômicas**, SP, v.38, n.5, maio 2008.

CHALITA, M. A. N.; SILVA, C. R. L. Cachaça: desempenho comercial e qualidade de uma bebida genuinamente brasileira. **Instituto de Economia Agrícola- IEA, Textos para discussão**, n. 21, 2010.

CHANG, Shen-Chen William; HUANG, Hsini. Institutional logics, work, and outcomes: The case of Sony and Toshiba in the HD optical disc standard war. **The Journal of High Technology Management Research**, v. 27, n. 1, p. 37-52, 2016.

CHAVES, Arthur Pinheiro. O direito à segurança alimentar no Brasil. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, v. 24, n. 3, 2012.

CHEN, Martha Alter. **Rethinking the informal economy**: Linkages with the formal economy and the formal regulatory environment. WIDER Research Paper, 2005.

CHRISTIANSEN, Lærke Højgaard; KROEZEN, Jochem J. Institutional maintenance through business collective action: The alcohol industry's engagement with the issue of alcohol-related harm. In: GEHMAN, Joel; LOUNSBURY, Michael; GREENWOOD, Royston. **How institutions matter**, v. 48B. Emerald Group Publishing Limited, 2016.

CLEGG, S. R. et al. (Eds.). **The Sage handbook of organization studies**. 2ed. London: Sage, 2006.

CLEGG, Stuart; HARDY, Cynthia; LAWRENCE, Thomas; NORD, Walter. **The sage handbook of organizational studies**. 2a ed. Londres: Sage Publications, 2006.

CLIMENT-LÓPEZ, Eugenio et al. Measuring quality conventions in the food industry: Applications to the wine sector in Spain. **Geoforum**, v. 56, p. 148-160, 2014.

CLOUTIER, Charlotte; LANGLEY, Ann. The logic of institutional logics: Insights from French pragmatist sociology. **Journal of Management Inquiry**, v. 22, n. 4, p. 360-380, 2013.

COFFMAN, Stephanie Ann. **Institutionalism to contextualism**: modifying the institutional theory of art into a historical/cultural contextualist account. 2012.

CORAIOLA, D. M.; JACOMETTI, M.; BARATTER, M. A.; GONÇALVES, S. A. Conciliando agência e contexto na dinâmica da mudança institucional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 4, p. 701-726, 2015.

CORNFORD, James. Competing institutional logics of information sharing in public services: Why we often seem to be talking at cross-purposes when we talk about information sharing. **Public Money & Management**, v. 39, n. 5, p. 336-345, 2019.

CORVI, Roberta. **An introduction to the thought of Karl Popper**. New York: Routledge, 2005.

COSTA, E. F. et al. Eficiência Econômica e Competitividade da Cadeia Produtiva da Cachaça em Alagoas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 36, n. 2, 2005.

COSTA, Ewerton Reubens Coelho; PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Por uma dose de cachaça brasileira: indicações geográficas e o decreto da cachaça como mecanismos de preservação do patrimônio cultural brasileiro. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 209, 2015.

COULE, Tracey; PATMORE, Beth. Institutional logics, institutional work, and public service innovation in non-profit organizations. **Public administration**, v. 91, n. 4, p. 980-997, 2013.

COUTINHO, E. P. Aspectos da evolução do mercado da cachaça. In: XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção. **Anais...** Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 out. 2003.

COUTINHO, E. P. **Dinâmica da modernização do setor de produção de aguardente de cana-de-açúcar no Brasil**: construindo uma cachaça de qualidade. 2001. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry & research design**: Choosing among five approaches (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage, 2007.

CRUZ, Fernanda. Bebidas alcoólicas clandestinas podem conter substâncias tóxicas. **Portal EBC**. 30 de outubro de 2012. Saúde. Disponível em:

CRUZ, Luciano Barin et al. Institutional resilience in extreme operating environments: The role of institutional work. **Business & Society**, v. 55, n. 7, p. 970-1016, 2016.

CRUZ, R. C. **Narrativas de consumidores de cachaça e representações sociais**: construção negociada de significados. 2009. 131f. Dissertação (Mestrado) - UFMG, Belo Horizonte, 2009.

CZARNIAWSKA, B. Social constructionism and organization studies. In: WESTWOOD, R.; CLEGG, S. **Debating organization**: point-counterpoint in organizations studies. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2003.

CZARNIAWSKA, Barbara (Ed.). **A narrative approach to organization studies**. Sage Publications, 1997.

CZARNIAWSKA, Barbara. **A tale of three cities**: Or the glocalization of city management. Oxford University Press on demand, 2002.

CZARNIAWSKA, Barbara; SEVÓN, Guje. **Translating organizational change**. Berlin and New York: Walter de Gruyter, 1996. v. 56.

D'ANGELO, André Cauduro. **Valores e significados do consumo de produtos de luxo**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

DANIEL, R. C. **Pequena produção de cachaça no interior paulista**: a informalidade em questão. 2016. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Araraquara, 2016.

DANTAS, José da Paz. **Um brinde à cachaça**: o patrimônio históricocultural e seus usos turísticos nos alambiques do Rio Grande do Norte. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2016.

DARBI, William Phanuel Kofi; HALL, C. Michael; KNOTT, Paul. The informal sector: A review and agenda for management research. **International Journal of Management Reviews**, v. 20, n. 2, p. 301-324, 2018.

DE SOUZA, Ricardo Luiz. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 33, p. 56-75, 2004.

DEBOÇÃ, Leonardo Pinheiro; HOCAYEN-DA-SILVA, Antônio João. Aspectos de estruturação organizacional em cooperativas agropecuárias: um estudo de caso. **Revista de Economia e Administração**, v. 8, n. 4, 2009.

DELMESTRI, Giuseppe; GREENWOOD, Royston. How Cinderella became a queen: Theorizing radical status change. **Administrative Science Quarterly**, v. 61, n. 4, p. 507-550, 2016.

DEMIL, Benoît; LECOCQ, Xavier. Crafting an innovative business model in an established company: The role of artifacts. In: **Business models and modelling**. Emerald Group Publishing Limited, 2015.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Eds.), **The sage handbook of qualitative research** (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage, 2005.

DEVOTOS DA CACHAÇA. 2020 <https://xn--devotosdacachaa-rmb.com.br/2020/07/22/informalidade-na-cachaca-e-de-90-revelam-dados-do-mapa-e-do-ibge/>

DEVOTOS DA CACHAÇA. 2020. <https://devotosdacachaça.com.br/2020/01/09/fiscalizacao-em-alambiques-faz-produtores-buscarem-legalizacao/>.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. As confrarias báquicas: sua natureza e função associativa. **Douro: estudos & documentos**, vol. 3, n. ° 6, p. 17-24, 1998.

DIAS, Nathália Caroline et al. **Uma dose “Paraty”**: estudo de caso sobre a reinvenção dos significados da cachaça. 2016.

DIAS, Nathália Caroline. Entre a memória coletiva e a história da nação: a construção social da imagem do cachaceiro. **Faces de Clio**, v. 1, n. 1, p. 123-149, 2015.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. Introduction. The new institutionalism in organizational analysis. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**, University of Chicago Press, Chicago, IL, p. 1-38, 1991.

DIMAGGIO, Paul. Interest and agency in Institutional Theory. In: ZUCKER, LYNNE (Org.). **Institutional Patterns and Organizations: Culture and Environment**. Cambridge, MA: Ballinger, 1988. p. 3–22.

DIMAGGIO, Paul; POWELL, Walter. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, p. 147–160, 1983.

DOMINGOS, H. M. G.; BAETA, F. M. C.; BARBOSA, M. A. A cachaça artesanal mineira: internacionalização e alianças estratégicas. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2002.

DONINI, MARIA SANTINA DE CASTRO et al. Cultura De Cana-De-Açúcar No Brasil: Manejo, Impactos Econômicos, Sociais E Ambientais. **Cana-de-açúcar e seus impactos: uma visão acadêmica**, 2017.

DUFOUR, Mary C. What is moderate drinking?: Defining “drinks” and drinking levels. **Alcohol Research & Health**, v. 23, n. 1, p. 5, 1999.

DUNN, Mary B.; JONES, Candace. Institutional logics and institutional pluralism: The contestation of care and science logics in medical education, 1967–2005. **Administrative science quarterly**, v. 55, n. 1, p. 114-149, 2010.

DURAND, Rodolphe; THORNTON, Patricia H. Categorizing institutional logics, institutionalizing categories: A review of two literatures. **Academy of Management Annals**, v. 12, n. 2, p. 631-658, 2018.

EDGLEY, C.; SHARMA, N.; ANDERSON-GOUGH, F. Constructing the diverse accountant: An examination of the logics influencing diversity discourses and practices. In: **European Accounting Association annual congress, Paris: France, May**. 2013.

EISENSTADT, S. N. The Process of Absorbing New Immigrants in Israel. In: EISENSTADT, S. N. **Integration and Development in Israel**. Jerusalem: Israel Universities Press. Pp. 341–367, 1970.

EISENSTADT, Shmuel N. Cultural orientations, institutional entrepreneurs, and social change: Comparative analysis of traditional civilizations. **American Journal of Sociology**, v. 85, n. 4, p. 840–69, 1980.

ELDER-VASS, Dave. Towards a realist social constructionism. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 70, p. 9-24, 2012.

EMIRBAYER, Mustafa; MISCHE, Ann. What is agency?. **American journal of sociology**, v. 103, n. 4, p. 962-1023, 1998.

ENCONTRO. 2018 <https://www.revistaencontro.com.br/canal/gastro/2018/12/cachacarias-clandestinas-estao-na-mira-do-ima.html>

ESTEVANIM, Mayanna. A cachaça como produto da cultura maranhense. **Revista Cambiassu**, v. 17, n. 4, p. 158-273, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. **Methods of critical discourse analysis**, v. 5, n. 11, p. 121-138, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. Psychology Press, 2003.

FEHRER, Julia A. Rethinking marketing: back to purpose. **AMS Review**, v. 10, n. 3, p. 179-184, 2020.

FEIN, E. Strategy as emergence: Reviewing the practice turn in social, organizational and leadership studies from an integral perspective. **INTEGRAL REVIEW**, v. 11, n. 3, p. 93-116, 2015.

FENWICK, Tara. Sociomateriality in medical practice and learning: attuning to what matters. **Medical education**, v. 48, n. 1, p. 44-52, 2014.

FERREIRA, Marcos Aurélio de Araújo; DUTRA, Joel Souza. Trajetória de carreira: a pessoa e a carreira em uma visão contextualista. **Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe)**, São Paulo, v. 3, n. 01, 2013.

FERREIRO, Maria de F. et al. Tradition and innovation: Between dynamics and tensions. **African Journal of Science, Technology, Innovation and Development**, v. 11, n. 5, p. 533-542, 2019.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Tradução: Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FLIGSTEIN, Neil. **Fields, power and social skill**: A critical analysis of the New Institutionalisms. Berkeley, CA: University of California Press, 1999.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, p. 61-80, 2007.

FLIGSTEIN, Neil. Markets as politics: A political-cultural approach to market institutions. **American sociological review**, p. 656-673, 1996.

FLIGSTEIN, Neil. Social skill and the theory of fields. **Sociological theory**, v. 19, n. 2, p. 105-125, 2001.

FLIGSTEIN, Neil; CALDER, Ryan. Architecture of markets. **Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences: An Interdisciplinary, Searchable, and Linkable Resource**, p. 1-14, 2015.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. **A theory of fields**. Oxford University Press, 2012.

FONSECA, Maria Angélica Pompéu da; MARTINS, Maria de Fátima. Produção mais limpa no setor de cachaça: estudo em engenho no estado da Paraíba. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 12, n. 1, p. 117-130, 2018.

FREITAS, Lauro Soares de. **A institucionalização do modelo de gestão CompStat na Polícia Militar de Minas Gerais sob a perspectiva teórica do Translation e Trabalho Institucional**. 2015. Tese (Doutorado em Administração). UFMG, Belo Horizonte: 2015.

FREITAS, R. C. de. **Cachaça de alambique**: desvelando as práticas de consumo em confrarias sob a ótica das ontologias do lugar. 2019. 245 p. Tese (Doutorado em Administração)– Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019.

FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. R.. Bringing society back in: Symbols, practices and institutional contradiction. In: W. W. Powell & P. J. DiMaggio. **The new institutionalism in organizational analysis**: 232-263. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1991.

FRIEDLAND, Roger. God, love, and other good reasons for practice: Thinking through institutional logics. In: **Institutional logics in action, part A**. Emerald Group Publishing Limited, 2013.

GAMA, A. T. et al. Sustentabilidade da cadeia produtiva da cachaça de alambique na região de Brejo do Amparo distrito de Januária-MG. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**, Goiânia, v. 6, n. 11, p. 1, 2010.

GARCIA, Tito; CELIA, Carolina; JANZANTTI, Natalia Soares. Influência da expectativa do consumidor na aceitação de cachaça orgânica. **Semina: Ciências Agrárias**, p. 1069-1081, 2011.

GAWER, Annabelle; PHILLIPS, Nelson. Institutional work as logics shift: The case of Intel's transformation to platform leader. **Organization studies**, v. 34, n. 8, p. 1035-1071, 2013.

GHERARDI, Silvia. Prática? É uma questão de gosto!. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 1, 2013.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, p. 80-89, 2005.

GODOY, Marcelo Magalhães. Os engenheiros entre a norma e a clandestinidade—as relações entre o Estado e a agroindústria canavieira de Minas Gerais no século XIX. **Anais do IX Seminário sobre a economia mineira**, p. 213, 2000.

GOLDER, Peter N.; MITRA, Debanjan; MOORMAN, Christine. What is quality? An integrative framework of processes and states. **Journal of Marketing**, v. 76, n. 4, p. 1-23, 2012.

GONÇALVES, Luís Otávio P; GRAVATÁ, Carlos Eduardo. **Almanaque da cachaça**. Belo Horizonte: Formato, 1991.

GONÇALVES, Rosana Carmen de Meiroz Grillo; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral; MOREIRA, Vanessa Berlato. Respostas a lógicas institucionais conflitantes: um estudo da participação nos lucros e resultados. **Organizações & Sociedade**, v. 27, p. 70-94, 2020.

GONTIJO, Juliana. Em Minas, 90% da produção de cachaça é clandestina. **Economia. O Tempo**. 30 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/em-minas-90-da-producao-de-cachaca-e-clandestina-1.2074488>.

GONZÁLEZ-GONZÁLEZ, José María; GARCÍA-FÉNIX, Manuel Jesús. The implementation of Cost-Effective in Spanish local governments: Analysis of institutional work in a case study. **Revista De Contabilidad-Spanish Accounting Review**, v. 23, n. 1, p. 75-90, 2020.

GOODRICK, Elizabeth; REAY, Trish. Constellations of institutional logics: Changes in the professional work of pharmacists. **Work and Occupations**, v. 38, n. 3, p. 372-416, 2011.

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. 6ª Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2001.

GOTTLIEB, Stefan Christoffer et al. Institutional logics and hybrid organizing in public-private partnerships. In: **Proceedings 34th Annual ARCOM Conference**. 2018. p. 3-5.

GRAND, S.; RÜEGG-STÜRM, J.; VON ARX, W. Constructivism epistemologies in Strategy as Practice research. Em: GOLSORKHI, D.; ROULEAU, L.; SEIDL, D.; VAARA, E. (eds.) **Cambridge Handbook of Strategy as Practice**. 2ed. Cambridge University Press: Cambridge, pp.63-78, 2015.

GRAVATÁ, Carlos Eduardo S. **Manual da cachaça artesanal**. 2.ed. Belo Horizonte: [s.n.], 1992. 78p.

GRAVATÁ, Carlos Eduardo; GONÇALVES, LOP. **Almanaque da cachaça**. Belo Horizonte: Formato, 1990.

GREEN, Stuart D.; KAO, Chung-Chin; LARSEN, Graeme D. Contextualist research: iterating between methods while following an empirically grounded approach. **Journal of Construction Engineering and Management**, v. 136, n. 1, p. 117-126, 2009.

GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. Introduction. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. (Orgs.). **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**. 2. ed. Sage, 2017. p 1-46.

GREENWOOD, R.; RAYNARD, M.; KODEIH, F.; MICELOTTA, E.; LOUNSBURY, M. Institutional complexity and organizational responses. **The Academy of Management Annals**. v.5, n.1, p.317-371, 2011.

GREENWOOD, Royston; SUDDABY, Roy. Institutional entrepreneurship in mature fields: The big five accounting firms. **Academy of Management journal**, v. 49, n. 1, p. 27-48, 2006.

GREENWOOD, Royston; SUDDABY, Roy; HININGS, Christopher R. Theorizing change: The role of professional associations in the transformation of institutionalized fields. **Academy of management journal**, v. 45, n. 1, p. 58-80, 2002.

GRIX, J. Introducing Students to the Generic Terminology of Social Research. **Politics**, v. 22, n. 3, p. 175-186, 2002.

GUARIDO FILHO, E. R.; MACHADO-DA-SILVA, C. The development of institutional theory in the field of organization studies in Brazil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, n. 2, art. 6, p. 278-301, 2010.

GUIMARÃES, C. M. Os quilombos, a noite e a aguardente nas Minas colonial. In: CARNEIRO, Henrique Soares Carneiro (org.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

GUTIERREZ, Luiz Homero Silva. Recursos Humanos: uma releitura contextualista. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 35, n. 4, p. 72-82, Aug. 1995 .

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary CR. Political science and the three new institutionalisms. **Political studies**, v. 44, n. 5, p. 936-957, 1996.

HARDY, C.; MAGUIRE, S.; Institutional Entrepreneurship. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. **The Sage Handbook of Organizational institutionalism**. Sage Publications, London, v.822, p. 2008.

HARGRAVE, Timothy J.; VAN DE VEN, Andrew H. Embrace of contradiction. In: LAWRENCE, THOMAS B.; SUDDABY, ROY; LECA, BERNARD (Org.). **Institutional work: Actors and agency in institutional studies of organization**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2009, p. 120.

HART, Keith. The informal economy. **Cambridge Anthropology**, p. 54-58, 1985.

HEAPHY, Emily D. Repairing breaches with rules: Maintaining institutions in the face of everyday disruptions. **Organization Science**, v. 24, n. 5, p. 1291-1315, 2013.

HELFEN, Markus; SYDOW, Jörg. Negotiating as institutional work: The case of labour standards and international framework agreements. **Organization Studies**, v. 34, n. 8, p. 1073-1098, 2013.

HEMPEL, C, LARWENCE, T ;TRACEY, P. Institutional work: taking stock and making it matter. In R. GREENWOOD, C. OLIVER C., LAWRENCE T B; MEYER R (Eds.) “**SAGE Handbook of organizational institutionalism** (2nd ed.)” London, UK: Sage, 2018.

HEREPATH, Andrea; KITCHENER, Martin. When small bandages fail: The field-level repair of severe and protracted institutional breaches. **Organization Studies**, v. 37, n. 8, p. 1113-1139, 2016.

HILLS, S.; VORONOV, M.. HINNINGS, C. R. Putting New Wine in Old Bottles: Utilizing Rhetorical History to Overcome Stigma Associated with a Previously Dominant Logic. In: **Institutional Logics in Action**, Part B (Research in the Sociology of Organizations, Volume 39 Part B) Emerald Group Publishing Limited, v. 39, p. 99-137, 2013.

HIRSCH, Paul M.; LOUNSBURY, Michael. Ending the family quarrel: Toward a reconciliation of “old” and “new” institutionalisms. **American Behavioral Scientist**, v. 40, n. 4, p. 406-418, 1997.

HOJE EM DIA. 2019. <https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/riscos-%C3%A0-cacha%C3%A7a-com-eventual-alta-de-tributo-produtores-mineiros-temem-maior-clandestinidade-1.757224>

HOMBOURGER-BARÈS, Sabrina; THEVENOT, Geraldine; SCHULTZ, Maryline. Sustainable Food Consumption Practices: How Marketing can Contribute to Institutional Change: An Abstract. In: **Academy of Marketing Science World Marketing Congress**. Springer, Cham, 2019. p. 501-502.

IBGE. SENSO AGROPECUÁRIO. 2019 <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>

IBRAC. **Instituto Brasileiro da Cachaça**. 2019. Disponível em: <<http://www.ibraccachacas.org/>>.

IEL/NC; SEBRAE. O novo ciclo da cana: estudo sobre a competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar e prospecção de novos empreendimentos. Brasília: IEL/NC; SEBRAE, 2005. 337p.

IMA, 2019 https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/cachaca/2019/57deg-ro/apresentacao_ima_2019_07_10-convertido.pdf

INDI – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS. **Aguardante em Minas Gerais**: estudo setorial. Belo Horizonte: INDI, 1982. 90p.

JACOMETTI, M. **Institutional work na conformação do conhecimento difundido em redes interorganizacionais**: estudo de APLs no Estado do Paraná. 402 f. Tese (Doutorado em Administração) Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil. 2013.

JÄRVINEN, Janne T. Role of management accounting in applying new institutional logics: A comparative case study in the non-profit sector. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 29, n. 5, pp. 861-886, 2016.

JARZABKOWSKI, P, MATTHIESEN, J; VAN DE VEN, AH. A practice approach to institutional pluralism. In: LAWRENCE, THOMAS B.; SUDDABY, ROY; LECA, BERNARD (Org.). **Institutional work**: Actors and agency in institutional studies of organization. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2009.

JEPPERSON, Ronald. Institutions, institutional effects, and institutionalism. **The new institutionalism in organizational analysis**, p. 143-163, 1991.

JONES, Candace; BOXENBAUM, Eva; ANTHONY, Callen. The immateriality of material practices in institutional logics. In: **Institutional logics in action, Part A**. Emerald Group Publishing Limited, 2013.

JOVCHELOVICH S, BAUER MW. Entrevista Narrativa. In: BAUER MW, GASKELL G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

Kalant, H., & Poikolainen, K. (1999). Moderate drinking: concepts, definitions and public health significance. *Health Issues Related to Alcohol Consumption*, 2, 1- 25.

KJELDGAARD, Dannie et al. Consumers' collective action in market system dynamics: A case of beer. **Marketing Theory**, v. 17, n. 1, p. 51-70, 2017.

KJELLBERG, Hans; HELGESSON, Claes-Fredrik. On the nature of markets and their practices. **Marketing theory**, v. 7, n. 2, p. 137-162, 2007.

KRAATZ, Matthew S. Leadership as institutional work: A bridge to the other side. In: T. B. LAWRENCE, R. SUDDABY; B. LECA (Eds.), **Institutional work: actors and agency in institutional studies of organizations** (pp. 59-91). Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press. 2009.

KROEZEN, Jochem J.; HEUGENS, Pursey PMAR. What Is Dead May Never Die: Institutional Regeneration through Logic Reemergence in Dutch Beer Brewing. **Administrative Science Quarterly**, p. 0001839218817520, 2018.

LANGLEY, Ann. Strategies for theorizing from process data. **Academy of Management review**, v. 24, n. 4, p. 691-710, 1999.

LATOUR, B. **Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAURA, Ana. A Cachaça na Cidade Criativa da Gastronomia. **Cachaça Com Notícias**. n. 62. Belo Horizonte: ANPAQ, 2019, p. 7.

LAWRENCE, T. B., & SUDDABY, R. Institutions and Institutional Work. In S. CLEGG, C. HARDY, T. B. LAWRENCE & W. R. NORD (Eds.), **The SAGE handbook of organization studies** (2nd ed., pp. 215-254). London: Sage, 2006.

LAWRENCE, T. B., SUDDABY, R.,; LECA, B. Introduction: theorizing and studying institutional work. In T. B. LAWRENCE, R. SUDDABY; B. LECA (Eds.), **Institutional work: actors and agency in institutional studies of organizations** (pp. 1-27). Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press. 2009.

LAWRENCE, T., SUDDABY, R.; LECA, B. Institutional work: Refocusing institutional studies of organization. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 1, p. 52-58, 2011.

LAWRENCE, Thomas B.; HARDY, Cynthia; PHILLIPS, Nelson. Institutional effects of interorganizational collaboration: The emergence of proto-institutions. **Academy of management journal**, v. 45, n. 1, p. 281-290, 2002.

LAWRENCE, Thomas B.; LECA, Bernard; ZILBER, Tammar B. Institutional work: Current research, new directions and overlooked issues. **Organization studies**, v. 34, n. 8, p. 1023-1033, 2013.

LAWRENCE, Thomas B.; LECA, Bernard; ZILBER, Tammar B. Institutional work: Current research, new directions and overlooked issues. **Organization Studies**, v. 34, n. 8, p. 1023-1033, 2013.

LEE, Min-Dong Paul; LOUNSBURY, Michael. Filtering institutional logics: Community logic variation and differential responses to the institutional complexity of toxic waste. **Organization Science**, v. 26, n. 3, p. 847-866, 2015.

LEE, Yong-sook; SHIN, Woo-jin. Marketing tradition-bound products through storytelling: a case study of a Japanese sake brewery. **Service Business**, v. 9, n. 2, p. 281-295, 2015.

LEONARDI, Paul M. Materiality, sociomateriality, and socio-technical systems: What do these terms mean? How are they different? Do we need them. **Materiality and organizing: Social interaction in a technological world**, v. 25, p. 10.1093, 2012.

LEONEL JUNIOR, R. S.; CUNHA, C. R. Atores, trabalho institucional e a institucionalização da estratégia de diversificação em uma cooperativa agroindustrial. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 10, n. 1, p. 81-98, 2013.

LIMA, Ana Maria de. **A institucionalização da cooperação por meio de práticas de trabalho entre atores locais**: um estudo de caso em uma comunidade vulnerável da região amazônica. Tese (Doutorado em Administração). Unisinos: São Leopoldo, 2017.

LIMA, Annete de J. Boari et al. Efeito de substâncias empregadas para remoção de cobre sobre o teor de compostos secundários da cachaça. **Química Nova**, v. 32, n. 4, p. 845-848, 2009.

LIMA, Carlos Eduardo; AMANCIO-VIEIRA, Saulo Fabiano. A institucionalização da temática da sustentabilidade no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 5, p. 20-36, 2017.

LIMA, Caroline M. et al. Efeitos Nocivos Causados por Bebidas Industrializadas. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, v. 2, n. 2, p. 58-70, 2013.

LIMA, I. B.; SILVA, L. H.; ROCHA, L. E. V. "Cachaça de minas" e desenvolvimento rural: Uma análise para o cooperativismo e agronegócio. **Embrapa**, 2010. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/>>.

LINO, André Feliciano; CARVALHO, Luciano Bastos; AQUINO, André Carlos Busanelli; AZEVEDO, Ricardo Rocha. Lack of institutional work and organizational change failure in Brazilian local governments. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 375-391, 2019.

LISCHKA, Juliane A. Strategic communication as discursive institutional work: a critical discourse analysis of mark zuckerberg's legitimacy talk at the european parliament. **International Journal of Strategic Communication**, v. 13, n. 3, p. 197-213, 2019.

LIU, Franklin. Sin Taxes: Have Governments Gone Too Far in Their Efforts to Monetize Morality. **BCL Rev.**, v. 59, p. 763, 2018.

LIU, Yuhuan; ZHANG, Chenjian; JING, Runtian. Coping with multiple institutional logics: Temporal process of institutional work during the emergence of the one foundation in China. **Management and Organization Review**, v. 12, n. 2, p. 387-416, 2016.

LIZ, Cassiano Nogueira, et al. Produção De Cachaça Artesanal e Seu Contexto: Um Estudo De Caso Com Alambiques Do Sul De Minas Gerais. **Revista da UIIPS**, v. 4, n. 4, 2016.

LOCATELLI, Patrícia Augusta Pospichil Chaves; DE OLIVEIRA, Josiane Silva; CAVEDON, Neusa Rolita. A construção do sentido de envelhecimento para os assistentes sociais: uma abordagem contextualista das emoções a partir do cotidiano de trabalho. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 38, p. 77-92, 2014.

LOCKE, Joseph L. THE PROHIBITION CRUSADE AND AMERICAN MORAL POLITICS. **A Companion to American Religious History**, p. 252-264, 2021.

LOK, Jaco; DE ROND, Mark. On the plasticity of institutions: Containing and restoring practice breakdowns at the Cambridge University Boat Club. **Academy of Management Journal**, v. 56, n. 1, p. 185-207, 2013.

LOUNSBURY, M.; BOXENBAUM, E. Institutional Logics in Action. In: LOUNSBURY, M.; BOXENBAUM, E (ed.) **Institutional Logics in Action**, Part A (Research in the Sociology of Organizations, Volume 39 Part A) Emerald Group Publishing Limited, 2013, p. 3-22.

LOUNSBURY, Michael. Institutional transformation and status mobility: The professionalization of the field of finance. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 255-266, 2002.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; DA FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, Agência e Interpretação: Elementos para uma Abordagem Recursiva do Processo de Institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, v.1, n. 1, p. 9, 2005.

MAGUIRE, Steve; HARDY, Cynthia; LAWRENCE, Thomas B. Institutional entrepreneurship in emerging fields: HIV/AIDS treatment advocacy in Canada. **Academy of management journal**, v. 47, n. 5, p. 657-679, 2004.

MAIA, Amazile B.R.A. Componentes secundários da aguardente. **Soc. Técn. Açuc. Alcooleiros Bras.**, v. 12, p. 29-34, 1994.

MAIA, Amazile Biagioni Ribeiro de Abreu; CAMPELO, Eduardo A. P. **Tecnologia da Cachaça de Alambique**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG; SINDIBEBIDAS, 2005. 129 p.

MAIA, André B.; RIBEIRO, João C. G.; SILVEIRA, Lucimar C. I. 1º **Curso AMPAQ de produção artesanal de aguardente de qualidade**. Belo Horizonte: AMPAQ, 1995, 106p.

MAIR, Johanna; MARTI, Ignasi. Entrepreneurship in and around institutional voids: A case study from Bangladesh. **Journal of business venturing**, v. 24, n. 5, p. 419-435, 2009.

MAPA, Anuário da Cachaça 2020. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/publicacoes/anuario-cachaca2020-web.pdf>

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **A cachaça no Brasil: Dados de Registro de Cachaças e Aguardentes**. 2ª ed. Brasília: MAPA, 2020.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **A Instrução Normativa 56, de 30 de outubro de 2002**. 2002. Disponível em: <http://coad.com.br/files/trib/html/pesquisa/lc/em17265.htm>.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 13, de 29 de junho de 2005.** 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/biblioteca-de-normas-vinhos-ebebidas/instrucao-normativa-no-13-de-29-de-junho-de-2005.pdf/view>.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 20, de 25 de outubro de 2005.** 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/biblioteca-de-normas-vinhos-e-bebidas/instrucao-normativa-no-20-de-25-de-outubro-de-2005.pdf>.

MARQUES, Gonçalo Nuno. "As Confrarias Báquicas E As “Enomemórias” Na Promoção Do Turismo. **PASOS. Revista De Turismo Y Patrimonio Cultural**, 15, no. 3, 2017..

MARS, Matthew M.; BRESONIS, Kate; SZELÉNYI, Katalin. Science and engineering doctoral student socialization, logics, and the national economic agenda: Alignment or disconnect?. **Minerva**, v. 52, n. 3, p. 351-379, 2014.

MARTINS, Amilcar de Souza. Os amigos da branquinha: entre a repressão e a resistência. **Nova Revista Amazônica**, v. 2, n. 2, p. 32-41, 2014.

MATURANA, H.; VARELLA, Francisco. **The Tree of Knowledge: The Biological Roots of Human Understanding**, Shambhala, Boston, 1987.

MCKENDRICK, David G.; HANNAN, Michael T. Oppositional identities and resource partitioning: Distillery ownership in Scotch whisky, 1826–2009. **Organization Science**, v. 25, n. 4, p. 1272-1286, 2014.

MCLACHLAN, Milla et al. Fostering innovation for sustainable food security: the Southern Africa Food Lab. In: **The Business of Social and Environmental Innovation**. Springer, Cham, 2015. p. 163-181.

MCPHERSON, Chad Michael; SAUDER, Michael. Logics in action: Managing institutional complexity in a drug court. **Administrative science quarterly**, v. 58, n. 2, p. 165-196, 2013.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. **American journal of sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. **American journal of sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MEYER, John; ROWAN, B.; SCOTT, W. R. **Organizational Environments**. Beverly Hills. 1983.

MICELOTTA, Evelyn R.; WASHINGTON, Marvin. Institutions and maintenance: The repair work of Italian professions. **Organization Studies**, v. 34, n. 8, p. 1137-1170, 2013.

MICELOTTA, Evelyn; LOUNSBURY, Michael; GREENWOOD, Royston. Pathways of institutional change: An integrative review and research agenda. **Journal of Management**, v. 43, n. 6, p. 1885-1910, 2017.

MICELOTTA, Evelyn; LOUNSBURY, Michael; GREENWOOD, Royston. Pathways of institutional change: An integrative review and research agenda. **Journal of Management**, v. 43, n. 6, p. 1885-1910, 2017.

MICHEL, Sophie. Collaborative institutional work to generate alternative food systems. **Organization**, v. 27, n. 2, p. 314-336, 2020.

MINAS Gerais já conta com 251 cachaças certificadas. Agricultura. **Agência Minas Gerais**. 17 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.2005-2015.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/minas-gerais-ja-conta-com-251-cachacas-certificadas/>>.

MINAS GERAIS. **Decreto 44.069, de 08 de julho de 2005**. 2005. Disponível em: <http://www.informanet.com.br/Prodinfo/boletim/2005/mg/dec44069-30-2005.htm>.

MINAS GERAIS. **Decreto 44.754, de 14 de março de 2008**. 2008. Disponível em: http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/decretos/2008/d44754_2008.html#:~:text=Alterar%20o%20Regulamento%20do%20ICMS,o%20inciso%20VII%20do%20art.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 42.644, de 05 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 13.949, de 11 de julho de 2001, que estabelece o padrão de identidade e as características do processo de elaboração da Cachaça Artesanal de Minas e dá outras providências. 2002. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-novamin.html?tipo=Dec&num=42644&comp=&ano=2002&texto=original>.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 34.645, de 14 de abril 1993**. 1993. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5034>.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 43.407, de 02 de julho de 2003**. 2003. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5033>.

MINAS GERAIS. **Lei n. 13.949, de 11 de julho de 2001**. Estabelece o padrão de identidade e as características do processo de elaboração da cachaça de Minas e dá outras providências. 2001. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Lei&num=13949&comp=&ano=2001>

MINAS GERAIS. **Lei nº 16. 688, de 11 de janeiro de 2007**. Declara patrimônio cultural de Minas Gerais o processo tradicional de fabricação, em alambique, da cachaça de Minas. 2007. Disponível em: <http://ns.ima.mg.gov.br/intranet/nova/gec/Legislacao/lei16688.pdf>.

MINTZBERG, H. **The structuring of organizations**. Englewood Cliffs NJ: Prentice Hall. 1979.

MIRANDA, Mariana Branco de et al. Qualidade química de cachaças e de aguardentes brasileiras. **Food Science and Technology**, v. 27, n. 4, p. 897-901, 2007.

MONTEIRO, Pedro; NICOLINI, Davide. Recovering materiality in institutional work: Prizes as an assemblage of human and material entities. **Journal of Management Inquiry**, v. 24, n. 1, p. 61-81, 2015.

MORA, Pierre; LIVAT, Florine. Does storytelling add value to fine Bordeaux wines?. **Wine Economics and Policy**, v. 2, n. 1, p. 3-10, 2013.

MORAES, Reginaldo. Estado, mercado e outras instituições reguladoras. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 121-140, 2003.

MORAIS, R. **A interrupção da informalidade no campo da cachaça de alambique**: uma análise sob a ótica do trabalho institucional de participantes de uma associação. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019.

Disponível

em:

http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/34467/1/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O_A%20interrup%20c3%a7%20c3%a3o%20da%20informalidade%20no%20campo%20da%20cacha%20cacha%20c3%a7a...pdf

MORAIS, R.; BRITO, V. G. P.; BRITO, M. J.; PINHEIRO, D. C. Interruption of Informality in Artisanal Cachaça: An Analysis from the Perspective of Institutional Work. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 18, n. 1, p. 107-122, 2020.

MUNCK, Luciano; DE SOUZA, Rafael Borim. Estudos organizacionais: uma relação entre paradigmas, metanarrativas, pontos de interseção e segmentações teóricas. **Revista Pretexto**, v. 11, n. 2, 2010.

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, p. 184-189, 2014.

NEVES, Delma Pessanha. Alcoolismo: acusação ou diagnóstico?. **Cadernos de saúde pública**, v. 20, p. 7-14, 2004.

NITE, Calvin. Message framing as institutional maintenance: The National Collegiate Athletic Association's institutional work of addressing legitimate threats. **Sport Management Review**, v. 20, n. 4, p. 338-351, 2017.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. **Gestão de Membresia: A relação entre associação e associados em três casos brasileiros**. 2014. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**, Cambridge: Cambridge University. Press, 1990.

NOVICEVIC, Milorad M. et al. Collective leadership as institutional work: interpreting evidence from Mound Bayou. **Leadership**, v. 13, n. 5, p. 590-614, 2017.

O TEMPO. 2018 <https://www.revistaencontro.com.br/canal/gastro/2018/12/cachacarias-clandestinas-estao-na-mira-do-ima.html>

OCASIO, W., THORNTON, P. H., & LOUNSBURY, M. The institutional logics perspective. In R. Greenwood, T. B. Lawrence, C. Oliver, & R. Meyer (Eds.), **The SAGE handbook of organizational institutionalism**, 2nd ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications. 2017.

OLIVEIRA, A. R. D.; GAIO, L. E.; JOÃO, I. D. S.; BONACIM, C. A. G. Análise da cadeia produtiva da cachaça em Minas Gerais sob a ótica da Economia dos Custos de Transação. **Revista Custos e @gronegocio**, online, v. 4, n.3, p. 72-97, 2008.

OLIVEIRA, Aislan José et al. A Construção Histórica do Estigma sobre o Conceito de Dependência de Álcool/The Historical Construction of Stigma on the Concept of Alcohol Dependence. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 13, n. 44, p. 253-275, 2019.

OLIVEIRA, Aryeverton Fortes et al. Sistema agroindustrial da cachaça e potencialidades de expansão das exportações. 2001.

OLIVEIRA, Brigitte Renata Bezerra de et al. Processo de formação de estratégias internacionais na fruticultura brasileira: uma abordagem integrada. **Cadernos Ebape. BR**, v. 7, n. 2, p. 294-313, 2009.

OLIVEIRA, C. R.; GARÍGLIO, H. A. A.; RIBEIRO, M. M.; ALVARENGA, M. S. P. MAIA, F. X. **Cachaça de Alambique: Manual de Boas Práticas Ambientais e de Produção**. Convênio de Cooperação Técnica SEAPA / SEMAD / AMPAQ / FEAM / IMA. 2005.

OLIVEIRA, Elias Rodrigues de; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Indústria rural, agricultura familiar e desenvolvimento local: o caso da produção de cachaça artesanal em Salinas–Minas Gerais. **Centro**, v. 551, n. 54, p. 14, 2002.

OLIVEIRA, Franklin Meireles de. **Arranjo produtivo de cachaça da região Salinas-MG: aprendizagem, tecnologia e viabilidade econômica**. 2017.

OLIVEIRA, Gabriel Henrique de Lima et al. Práticas alimentares e estilos de vida: a distinção operada pelo/no campo da gastronomia. 2018.

OLIVEIRA, Itamaury Teles de. **Determinantes da formulação de estratégia em indústrias emergentes: Análise do setor de destilarias de cachaça artesanal de qualidade (AMPAQ)**. Belo Horizonte – MG, 224p. 2004. Dissertação de Mestrado (Mestre em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

OLIVEIRA, L. M. B. **Inovação em um Produto Típico: A Cachaça Artesanal Certificada de Minas Gerais**. 2012. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2012.

OLIVEIRA, Mauro Wagner de et al. Produção e qualidade de três variedades de cana-de-açúcar cultivadas no nordeste de Minas Gerais. *Revista Ciência Agrícola*, v. 12, n. 1, p. 17-20, 2014.

OLIVEIRA, Michelly da Silva; SANTOS, Patriciane Xavier Moreira dos; MORAIS, Christianni Cardoso. Carnes Verdes E Aguardentes: Arrecadação Do Subsídio Literário E Investimento Em Educação Na Capitania De Minas Gerais (1772-1777). *e-hum*, v. 5, n. 2, 2012.

OLIVEIRA, V. A. de. Seleção e caracterização de cepas de *Saccharomyces cerevisiae* utilizadas na produção de cachaça de alambique no Estado de Minas Gerais. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2005.

OLIVER, Christine. Strategic responses to institutional processes. **Academy of management review**, v. 16, n. 1, p. 145-179, 1991.

OLIVIERI, Francesco Maria et al. Food and wine tourism: An analysis of Italian typical products. **Almatourism: Journal of Tourism, Culture and Territorial Development**, v. 6, n. 11, p. 11-35, 2015.

OLSON, Mancur. Collective action. In: **The invisible hand**. Palgrave Macmillan, London, 1989. p. 61-69.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action**. Cambridge university press, 1990.

PACHE, A-C; SANTOS, F. Inside the hybrid organization: Selective coupling as a response to competing institutional logics. **Academy of Management Journal**, v. 56, n. 4, p. 972-1001, 2013.

PAES DE PAULA, Ana Paula. Estudos organizacionais críticos e pensadores nacionais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. 3, p. 410-413, 2015.

PÁGINA RURAL, 2005 <https://www.paginarural.com.br/noticia/27119/minas-gerais-coocachaca-aposta-em-novo-quotblendquot>

PAHNKE, Emily Cox; KATILA, Riitta; EISENHARDT, Kathleen M. Who takes you to the dance? How partners' institutional logics influence innovation in young firms. **Administrative Science Quarterly**, v. 60, n. 4, p. 596-633, 2015.

PAIVA, A. L. P. Lógicas institucionais e Estratégia como Prática: Um estudo em organizações constitutivas do campo da cachaça de alambique. Mestrado (Administração). Universidade Federal de Lavras: Lavras, 2017.

PAIVA, André Luiz de et al . Fluxo das Exportações Brasileiras de Cachaça: traços da influência do Estado no setor. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 55, n. 4, p. 733-750, Dec. 2017.

PAIVA, André Luiz de; BRITO, Mozar José de. A Configuração das Lógicas Institucionais do Campo da Cachaça de Alambique em Minas Gerais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 56, n. 4, p. 701-718, Oct. 2018.

PAIVA, C. A.; GODOY, M. M. Os 300 anos da atividade canavieira em Minas Gerais. In: SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Diagnóstico da Cachaça de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2001, p. 105-108.

PAWLAK, Mikołaj. Unintended consequences of institutional work. 2011.

PAWLAK, Mikołaj; MICA, Adriana. Coping with the unintended consequences of institutional work. In: **New Themes in Institutional Analysis**. Edward Elgar Publishing, 2017.

PEMER, Frida; SKJØLSVIK, Tale. Adopt or adapt? Unpacking the role of institutional work processes in the implementation of new regulations. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 28, n. 1, p. 138-154, 2018.

PENTLAND, Brian T. Building process theory with narrative: From description to explanation. **Academy of management Review**, v. 24, n. 4, p. 711-724, 1999.

PEREIRA, Fernando Antonio de Melo. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Revista Organizações em Contexto**, v. 8, n. 16, p. 275-295, 2012.

PEREIRA, Maria Odete. **Análise da política do Ministério da Saúde do Brasil para a atenção integral dos usuários de álcool e outras drogas**. 2009. Tese (Doutorado em Cuidado

em Saúde) - Escola de Enfermagem, University of São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.7.2009.tde-11012010-145632.

PEREIRA, Mauricio Alves de Souza et al. **O léxico da cachaça em Salinas-MG**. 2021.

PERKMANN, Markus; SPICER, André. How are management fashions institutionalized? The role of institutional work. **Human Relations**, v. 61, n. 6, p. 811-844, 2008.

PIMENTEL, Marcelo Gulão. Mercês, pactos e conflitos. **Navigator**, v. 12, n. 24, p. 113-124, 2016.

PINCH, Trevor. Technology and institutions: Living in a material world. **Theory and society**, v. 37, n. 5, p. 461-483, 2008.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 23, p. 117-133, 2008.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2007, 567 p.

POSTILL, John. Introduction: Theorising media and practice. **Theorising media and practice**, p. 1-32, 2010.

POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1991.

PULIZZI, Joe. The rise of storytelling as the new marketing. **Publishing research quarterly**, v. 28, n. 2, p. 116-123, 2012.

RAMOS, Pedro; BELIK, Walter. Intervenção estatal e a agroindústria canavieira no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 27, n. 2, p. 197-214, 1989.

RAO, H.; MONIN, P.; DURAND, R. Institutional Change in Toqueville: Nouvelle Cuisine as an Identity Movement in French Gastronomy. **American Journal of Sociology**, v. 108, n. 4, p. 795-843, 2003.

REAY, T.; HININGS, C. R. Managing the rivalry of competing institutional logics. **Organization studies**, v. 30, n. 6, p. 629-652, 2009.

REAY, Trish; JONES, Candace. Qualitatively capturing institutional logics. **Strategic Organization**, v. 14, n. 4, p. 441-454, 2016.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.R; HARDY, C.; NORD, W.R. (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007, p.61-97.

RESULTADO oficial do IV Ranking Cúpula da Cachaça. **Cúpula da Cachaça**. 2020. Disponível em: <<http://www.cupuladacachaca.com.br/tag/ranking-cupula-da-cachaca/>>.

RIBEIRO, José Carlos. **Fabricação Artesanal da Cachaça Mineira**. Belo Horizonte: Ed. Perform, 1997.

RIBEIRO, José Carlos. Uma Reflexão: Cachaça – De Destilado Nacional Para Bebida Mundial. **Cana Brasil**. 2020. Disponível em: < <https://canabrasil.com.br/cachaca/a-nova-historia-da-cachaca-de-alambique/>>.

RICARDO, Raphael Martins. A cachaça nos dois lados do Atlântico: produção comércio e proibição. 2014. Dissertação (mestrado em História). Unesp: Assis. 2014

RINDOVA, Violina P. et al. The good, the bad, and the ugly of organizational rankings: A multidisciplinary review of the literature and directions for future research. **Journal of Management**, v. 44, n. 6, p. 2175-2208, 2018.

RODRIGUES NETO, Antonio; SANTANA DE FREITAS, Lucia. Análise do processo de adaptação estratégica de uma empresa produtora de cachaça à luz da teoria institucional e da visão baseada em recursos. **REAd-Revista Eletrônica de Administração**, v. 18, n. 1, 2012.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental. 2020.

RODRIGUES, J. ; AOQUI, C. ; SIQUEIRA, A. C. F. ; FISCHER, R. M. . A Dor da Mudança: Estudo de Caso sobre a Transição de um Modelo Sem Fins Lucrativos para um Negócio Social. In: **SEMEAD**, 2016, São Paulo. XIX SEMEAD - Anais, 2016.

RONZANI, Telmo Mota; FURTADO, Erikson Felipe. Estigma social sobre o uso de álcool. **Jornal brasileiro de psiquiatria**, v. 59, n. 4, p. 326-332, 2010.

ROSSONI, Luciano. O que é Legitimidade Organizacional?. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, 2015.

ROSSONI, Luciano. What is organizational legitimacy?. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, p. 110-129, 2016.

ROWLINSON, Michael; HASSARD, John S. Historical neo-institutionalism or neo-institutionalist history? Historical research in management and organization studies. **Management & Organizational History**, v. 8, n. 2, p. 111-126, 2013.

RUPP, Luísa Millan. O Hibridismo De Lógicas Institucionais E A Configuração Da Avaliação Periódica Da Capes: Um Estudo De Caso Em Programas De Pós-Graduação Stricto Sensu. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual De Maringá. 2018.

RURAL SISTEMAS. Presidente do Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Cachaça recebe homenagem. Agronegócio. **AgroLink**. 28 de outubro de 2002. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/presidente-do-programa-brasileiro-de-desenvolvimento-da-cachaca-recebe-homenagem_4328.html.

RYTKÖNEN, Paulina; VIGERLAND, Lars; BORG, Erik A. Georgia Tells its Story: Wine Marketing Through Storytelling. In: American Association Of Wine Economists. New York. **Anais...** 240, New York, 2019.

SAHLIN-ANDERSSON, Kerstin; ENGWALL, Lars. Carriers, Flows, and Sources of Management Knowledge. **The expansion of management knowledge: Carriers, flows and sources**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2002a. p. 2–32.

SAHLIN-ANDERSSON, Kerstin; WEDLIN, Linda. Circulating Ideas: Imitation, Translation and Editing. In: GREENWOOD, ROYSTON *et al.* (Org.). . **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. Thousand Oaks: Sage, 2008. p. 218–42.

SALES, Eliana. Aspectos da história do álcool e do alcoolismo no século XIX. **Cadernos de História UFPE**, v. 7, n. 7, 2010.

SANDER, Josué Alexandre; CUNHA, Cleverson Renan da. Atores sociais e campo organizacional: estratégias discursivas e de mobilização de recursos na construção do complexo

avícola na Cooperativa Agroindustrial Copagril. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, p. 189-221, 2013.

SANT'ANNA, Lindsay Teixeira. Criação, renovação e interrupção de instituições jurídicas: um estudo no campo da cachaça de alambique. 2020. 420 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2020.

SANTIAGO, R. C. M. **O mito da cachaça Havana**. Belo Horizonte: Cuatiara, 2006.

SANTIAGO, Wilder Douglas et al. Comparação do perfil físico-químico de cachaças envelhecidas em tonéis de carvalho (*Quercus* sp) e amburana (*Amburana cearensis*). **e-xacta**, v. 7, n. 2, p. 17-29, 2014.

SANTOS, Leonardo Lemos da Silveira; DA SILVEIRA, Rafael Alcadipani. Por uma epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, 2015.

SAUDER, Michael; LYNN, Freda; PODOLNY, Joel M. Status: Insights from organizational sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 38, p. 267-283, 2012.

SCHATZKI, T. R. A new societist social ontology. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 33, n. 2, p. 174-202, 2003.

SCHATZKI, T. R. Practice Mind-ed Orders. In: SCHATZKI, T.R.; KNORR-CETINA, K.; VON SAVIGNY, E. (eds.) **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001.

SCHMITT NETO, Julio Cesar; CORRÊA, Cínthia Regina; DE LORENZI CANCELLIER, Everton Luis Pellizzaro. O Processo de internacionalização de empresas sob uma ótica contextualista. **Revista Ciências Administrativas ou Journal of Administrative Sciences**, v. 12, n. 2, 2006.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SCOTT, R. W. **Institutions and Organizations: Ideas and Interests**. 4a. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.

SCOTT, W. R. **Organizations: rational, natural, and open systems**. 3. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1992.

SEAPA, 2020 <http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/component/gmg/story/3928-ima-estimula-regularizacao-da-cachaca-mineira?layout=print>

SELZNICK, P. **Leadership in administration**. Evanston, IL: Row, Peterson and Company, 1957.

SENADO. 2020. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/116409>

SENADO. **Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2014**. 2014. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/116409>.

SEO, Myeong-Gu; CREED, WE Douglas. Institutional contradictions, praxis, and institutional change: A dialectical perspective. **Academy of Management Review**, v. 27, n. 2, p. 222–47, 2002.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – SEBRAE **Cachaça artesanal**: Série Estudos Mercadológicos, SEBRAE 2012 – Relatório Completo. Disponível em: [http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/444c2683e8debad2d7f38f49e848f449/\\$File/4248.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/444c2683e8debad2d7f38f49e848f449/$File/4248.pdf):

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – SEBRAE. Diagnóstico da Cachaça de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001, 259 p.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – SEBRAE. Cachaça artesanal. Série **Estudos Mercadológicos**, SEBRAE 2012 – Relatório Completo. Disponível em: [http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/444c2683e8debad2d7f38f49e848f449/\\$File/4248.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/444c2683e8debad2d7f38f49e848f449/$File/4248.pdf)>

SHANMUGAM, Anisha. **Exploring institutional change through practice-based institutional work**: the emergence and decline of activity based learning (ABL) in Tamilnadu, India. 2020. Tese de Doutorado. University of Bristol. 2020.

SHEIKH, Fayaz Ahmad et al. Tradition and innovation: Between dynamics and tensions. **African Journal of Science, Technology, Innovation and Development**, v. 11, n. 5, p. 533-542, 2019.

SHOVE, Elizabeth; PANTZAR, Mika; WATSON, Matt. **The dynamics of social practice: Everyday life and how it changes**. Sage, 2012.

Silva CAB, Chaves JBP & Fernandes AR (2003) Produção Artesanal de Cachaça de Qualidade. In: Chaves JBP, Fernandes AR & Silva CAB (Eds.) Projetos de Empreendimentos Agroindustriais. Produtos de origem vegetal. Viçosa, Editora UFV. p.59-118.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. Movimentos de intervenção no marco regulatório das organizações da sociedade civil no Brasil [manuscrito]: trabalho e lógicas institucionais. 2014.

SILVA, Djanilson Amorim da. **Antropologia da cachaça: um estudo sobre produção, circulação e consumo do destilado brasileiro**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2019.

SILVA, F. R. **Na embriaguês da cachaça: produção, imaginário e marketing**. 111 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SILVA, Givanildo. **Mudanças estratégicas em instituição de ensino superior no período 1986 a 2010**. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, 2010.

SILVA, Renata de Oliveira. **Building collaboration in humanitarian operations: the role of institutional work**. 2016. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2016.

SILVA, V. F. **De cabeça de porco à bebida de negro: um estudo sobre a produção e o consumo da aguardente nas Minas Gerais no século XVIII**. 2015. 247 f. Dissertação (Mestrado) - UFMG, Belo Horizonte. 2015.

SILVEIRA, Lidiane Nunes; FIÚZA, Ana Louise Carvalho; BRITO, Lélis Maia. A ROÇA COMO ATRIBUTO QUALIFICATIVO DOS PRODUTOS ALIMENTARES NATURAIS E TRADICIONAIS EM MINAS GERAIS, BRASIL. **Agroalimentaria**, v. 24, n. 46, p. 133-148, 2018.

SILVEIRA, Pollyanna Santos da; MARTINS, Leonardo Fernandes; RONZANI, Telmo Mota. Moralização sobre o uso de álcool entre agentes comunitários de saúde. **Psicologia: teoria e prática**, v. 11, n. 1, p. 62-75, 2009.

SILVOLA, Hanna; VINNARI, Eija. The limits of institutional work: a field study on auditors' efforts to promote sustainability assurance in a trust society. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 2020.

SINGH, Jagdip; JAYANTI, Rama K. When institutional work backfires: Organizational control of professional work in the pharmaceutical industry. **Journal of Management Studies**, v. 50, n. 5, p. 900-929, 2013.

SINGULANO, Marisa. Um mercado controlado por intermediários: padrões de qualidade e formas de coordenação das transações em uma região produtora de café em Minas Gerais. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 33, p. 11–45, 2016.

SIQUEIRA E. D.; DIAS N. C. “A cachaça é nossa”: cultura e ideologia na construção da identidade nacional brasileira. In: VII Jornadas Santiago Wallace de Investigación en Antropología Social. Sección de Antropología Social 2013, **Anais...** UBA, Buenos Aires, 2013.

SLAGER, Rieneke; GOND, Jean-Pascal; MOON, Jeremy. Standardization as institutional work: The regulatory power of a responsible investment standard. **Organization Studies**, v. 33, n. 5-6, p. 763-790, 2012.

SLIMANE, Karim Ben et al. Bringing institutional theory to marketing: Taking stock and future research directions. **Journal of Business Research**, v. 105, p. 389-394, 2019.

SMETS, Michael.; GREENWOOD, Royston.; LOUNSBURY, Michael. An institutional perspective on strategy as practice. In D. GOLSORKHI, L. ROULEAU, D. SEIDL, E. VAARA (Eds.), **The Cambridge handbook of strategy as practice**, 2 ed.: 283-300. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

SMETS, Michael.; JARZABKOWSKI, Paula. Reconstructing institutional complexity in practice: A relational model of institutional work and complexity. **Human Relations**, v. 66, n. 10, p. 1279-1309, 2013.

SMINIA, Harry. Andrew M. Pettigrew: A Groundbreaking Process Scholar. **The Palgrave Handbook of Organizational Change Thinkers**, p. 1-17, 2017.

SNOWDEN, David. Story telling: an old skill in a new context. **Business information review**, v. 16, n. 1, p. 30-37, 1999.

SORATTO, A. N.; VARVAKIS, G.; HORII, J. A Certificação Agregando Valor à Cachaça do Brasil. **Revista Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v. 27, n. 4, p. 681-687, out./dez. 2007.

SOUZA, L. M.; ALCARDE, R. A.; LIMA F. V.; BORTOLETTO A. M. Produção de cachaça de qualidade. Piracicaba - ESALQ, 2013 - 72p.

SOUZA, R. B. de. **Padronização e certificação da cachaça de alambique mineira**: um estudo sob a perspectiva da análise de discurso crítica. 2018. 286 p. Tese (Doutorado em Administração)–Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 33, p. 56-75, 2004.

SPINK, M. J. (org). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 3. ed., 2004.

SROUR. R. H. **Poder, Cultura e Ética Nas organizações**. 3ed. Elsevier: São Paulo, 2012.

STAKE, Robert E. **Qualitative research**: Studying how things work. Guilford Press, 2010.

STEINBACH, Malte; SÜß, Stefan. Administrators' identities and strategies in the e-participation innovation process: A qualitative analysis of institutional logics and institutional work in German municipalities. **Information Polity**, v. 23, n. 3, p. 281-305, 2018.

STINCHCOMBE, Arthur L. **Constructing social theories**. University of Chicago Press, 1968.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of management review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

SUDDABY, R.; FOSTER, W. M.; MILLS, A. J. Historical institutionalism. **Organizations in time**: History, theory, methods, v. 100, p. 123, 20143.

SUDDABY, Roy; FOSTER, William M.; MILLS, Albert J. Historical institutionalism. **Organizations in time**: History, theory, methods, v. 100, p. 123, 2014.

SUDDABY, Roy; GANZIN, Max; MINKUS, Alison. Craft, magic and the re-enchantment of the world. **European Management Journal**, v. 35, n. 3, p. 285-296, 2017.

SUDDABY, Roy; GREENWOOD, Royston. Rhetorical strategies of legitimacy. **Administrative science quarterly**, v. 50, n. 1, p. 35-67, 2005.

SÜNDERMANN, Jorge. **ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA, LÓGICAS INSTITUCIONAIS E DISCURSO**: estudo em organizações produtoras de cachaça artesanal de Minas Gerais. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2017.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Estudos avançados*, v. 5, n. 11, p. 57-79, 1991.

SZTOMPKA, Piotr. **Society in action**: The theory of social becoming. University of Chicago Press, 1991.

TAVARES, Amada Gama; DA PAZ DANTAS, José; DE MENDONÇA NÓBREGA, Wilker Ricardo. A cachaça como patrimônio cultural e turístico. **Revista Hospitalidade**, n. 1, p. 387-410, 2015.

TEIXEIRA, João R.F. **Alcoolismo**: doença no mundo do direito. Curitiba: Juruá, 1993, p.23.

TEIXEIRA, M. G.; ROGLIO, K. D. As influências da dinâmica de lógicas institucionais na trajetória organizacional: o caso da Cooperativa Veiling Holambra. **Brazilian Business Review**, v. 12, n. 1, p. 1-37, 2015.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 82-103.

THORNTON, P. H.; OCASIO, W. Institutional Logics. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY; R. (Orgs.). **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**. 1. ed. Sage, 2008. p 99-129.

THORNTON, P. H; OCASIO, W.; LOUNSBURY, M. **The institutional logics perspective**: a new approach to culture, structure and process, London: Oxford University Press, 2012.

THORNTON, Patricia H.; OCASIO, William. Institutional logics and the historical contingency of power in organizations: Executive succession in the higher education publishing industry, 1958–1990. **American journal of Sociology**, v. 105, n. 3, p. 801-843, 1999.

TOLBERT, P.; ZUCKER, L. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARD, C.; NORD, W. (Eds.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. v. 1. p. 196-219.

TRINDADE, Alessandra Garcia. **Cachaça, um amor brasileiro**. Melhoramentos, 2006.

TURETA, C.; JÚLIO, A. C. Estratégia como Prática Social e Trabalho Institucional: Uma Proposta de Articulação Teórica. **Teoria e Prática em Administração**, v. 6, n. 2, p. 26-53, 2016.

URIARTE, Yesim Tonga; DEFILLIPI, Robert; RICCABONI, Massimo; CATONI, Maria Luisa. Projects, institutional logics and institutional work practices: The case of the Lucca Comics & Games Festival. **International Journal of Project Management**, v. 37, n. 2, p. 318-330, 2019.

VAISMORADI M, BONDAS T, TURUNEN H. Content analysis and thematic analysis: implications for conducting a qualitative descriptive study. **Journal of Nursing & Health Science**, Sep;15(3):398-405, 2013.

VALADARES, Virginia Maria Trindade . O consumo de aguardente em Minas Gerais no final do século XVIII. In: CARNEIRO, Henrique Soares Carneiro (org.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005. p. 123-139.

VAN LEEUWEN, T. J. Legitimation in discourse and communication. **Discourse & Communication**, Londres, v. 1, n. 1, p. 91-112, 2007.

VEBLEN, Thorstein. **The vested interests and the state of the industrial arts**: The modern point of view and the new order. BW Huebsch, 1919.

VEJA, 2018. <https://veja.abril.com.br/saude/ingerir-alcool-ilegal-pode-trazer-riscos-a-saude/>

VENÂNCIO, Renato Pinto & GONÇALVES, Andréa Lisly. “Aguardente e sedição em Ouro Preto, 1831- 1833”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto & CARNEIRO, Henrique (orgs.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005, p.185-202.

VERGARA, Sylvia Constant; PECCI, Alketa. Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 10, p. 13-26, 2003.

VERMEULEN, Patrick et al. Strategic responses to institutional complexity. **Strategic Organization**, v. 14, n. 4, p. 277-286, 2016.

VIEIRA, Camilla Wanick. **Organic vs premium products: when pride is more important than product quality**. 2020. Tese de Doutorado.

VILELA, Anderson Ferreira. Estudo da adequação de critérios de boas práticas de fabricação na avaliação de fábricas de cachaça de alambique. **Belo Horizonte: UFMG**, 2005.

WAHID, Fathul; SEIN, Maung K. Steering institutionalization through institutional work: The case of an eProcurement system in Indonesian local government. In: 2014 47th **Hawaii International Conference on System Sciences**. IEEE, 2014. p. 4264-4274.

WARDE, Alan. Consumption and theories of practice. **Journal of consumer culture**, v. 5, n. 2, p. 131-153, 2005.

WASHINGTON, Marvin; BOAL, Kimberly B.; DAVIS, John N. Institutional leadership: Past, present, and future. **The SAGE handbook of organizational institutionalism**, p. 721-735, 2008.

WEBER, Max. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

WEDLIN, Linda. The role of rankings in codifying a business school template: Classifications, diffusion and mediated isomorphism in organizational fields. **European management review**, v. 4, n. 1, p. 24-39, 2007.

WEICK, Karl. **Sensemaking in organizations**. Thousands Oaks, CA: Sage, 1995.

WHITTINGTON, R. Completing the practice turn in strategy research. **Organization Studies**, v. 27, n. 5, p. 613-634, 2006.

YEE, Helen. Institutional logics and institutional work: radical reform of the Chinese public accounting profession in the 1990s. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 2020.

YU, K. Institutional Pluralism, Organizations, and Actors: A Review. **Sociology Compass**, v. 9, n. 6, p. 464-476, 2015.

ZARPELON, Felipe de Mattos; BITTENCOUT, Anelise Caon; FACCIN, Kadigia; BALESTRIN, Alsones. A decade of institutional work: context and opportunities for research. **Organizações & Sociedade**, v. 26, p. 750-775, 2019.

ZIETSMA, Charlene; LAWRENCE, Thomas B. Institutional work in the transformation of an organizational field: The interplay of boundary work and practice work. **Administrative science quarterly**, v. 55, n. 2, p. 189-221, 2010.

ZIETSMA, Charlene; MCKNIGHT, Brent. Building the iron cage: institutional creation work in the context of competing proto-institutions. In: LAWRENCE, THOMAS; SUDDABY, ROY; LECA, BERNARD (Org.). **Institutional work: Actors and agency in institutional studies of organizations**. [S.l: s.n.], 2009. p. 143–77.

ZILBER, T B. Institutional logics and institutional work: Should they be agreed?. In: **Institutional logics in action**, Part A. Emerald Group Publishing Limited, 2013. p. 77-96.

ZILBER, Tammar B. Institutional maintenance as narrative acts. **Institutional work: Actors and agency in institutional studies of organizations**, p. 205-235, 2009.

ZILBER, Tammar B. Institutionalization as an interplay between actions, meanings, and actors: The case of a rape crisis center in Israel. **Academy of management journal**, v. 45, n. 1, p. 234-254, 2002.

ZUCKER, L. G. The role of institutionalization in cultural persistence. **American sociological review**, p. 726-743, 1977.

ZUCKER, William V. Tannins: does structure determine function? An ecological perspective. **The American Naturalist**, v. 121, n. 3, p. 335-365, 1983.

ANEXO

Anexo 1 – Lista de Conceitos-Chave

A fim de prover um entendimento mais objetivo acerca das perspectivas teóricas que orientaram a realização desta pesquisa, neste tópico será apresentada uma descrição resumida dos principais conceitos abordados.

Instituições: Referem-se a “comportamentos sociais repetitivos mais ou menos tidos como verdadeiros, apoiados por sistemas normativos e entendimentos cognitivos que fornecem significado às trocas sociais e, assim, permitem a autorreprodução da ordem social” (GREENWOOD et al. 2008, p. 22, tradução própria).

Campo institucional: Conceito fundamental no institucionalismo sociológico, remete à ideia de um “espaço social” constituído por diferentes orientados por conjunto mais ou menos coeso de instituições. Segundo Phillips, Lawrence e Hardy (2002, p. 28, tradução própria), o campo institucional “é delimitado pela distribuição particular de regras institucionalizadas e recursos”.

Lógicas institucionais: Dizem respeito aos conjuntos de “padrões históricos, socialmente construídos, de símbolos culturais e práticas materiais, pressupostos, valores e crenças pelas quais os indivíduos produzem e reproduzem sua subsistência material, organizam seu tempo e espaço e dão significado à suas atividades cotidianas” (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012, p. 45).

Trabalho institucional: Refere-se às “ações intencionais de indivíduos e organizações que visam criar, manter e dirimir instituições” (LAWRENCE; SUDDABY, 2006, p. 216, tradução própria). Neste trabalho foram considerados sobretudo os trabalhos de criação, reparação e interrupção de instituições.

Agência: É empregada uma perspectiva multidimensional para a compreensão da agência, especialmente a partir do reconhecimento do paradoxo da agência imersa (BATILLANA; D’AUNNO, 2009). Nessa direção, agência é entendida como: “O engajamento construído temporalmente por atores de diferentes ambientes estruturais - os contextos relacionais

temporais de ação - que, através da interação de hábito, imaginação e julgamento, reproduz e transforma essas estruturas em resposta interativa aos problemas colocados pelas mudanças nas situações históricas” (EMIRBAYER; MISCHE, 1998, p. 970, tradução própria).

Práticas: Entendidas como o conjunto de “formas corporificadas de atividades, processos cognitivos, coisas e seus usos, conhecimentos na forma entendimentos, saberes, emoções e motivações” (RECKWITZ, 2002, p. 249, tradução própria). Na perspectiva do trabalho e das lógicas institucionais, as práticas são responsáveis pela promulgação das instituições.

Materialidade: Trata-se do domínio material (FENWICK, 2014), envolvendo as ‘coisas’, ou artefatos (BHASKAR, 1998), que permeiam a vida dos indivíduos, podendo ser orgânicas ou inorgânicas, tecnológicas ou naturais, ou ainda virtuais (LEONARDI, 2012). A dimensão material tem papel destacado na relação entre os agentes e as instituições.

APÊNDICE

Apêndice I

ROTEIRO GENÉRICO DE ENTREVISTAS NARRATIVAS EM PROFUNDIDADE

1. O(A) senhor/senhora poderia contar brevemente sua trajetória neste mercado da cachaça? Por que se interessou pelo setor?
2. Como era o mercado de cachaça em Minas Gerais antes do desenvolvimento do “Diagnóstico da Cachaça de Alambique”, em 1982? Quem eram os produtores? Como era o processo produtivo antigamente? Como estes saberes eram transmitidos (como uma pessoa entrava no mercado)? Qual é a diferença entre cachaça de alambique e cachaça industrial? Qual era o perfil dos consumidores?
3. Existe um padrão para a fabricação de cachaça atualmente? Qual são as principais práticas? Por que este padrão foi criado? Como foi a aceitação dos produtores em relação a estas práticas durante as décadas de 1980 e 1990? E atualmente?
4. A cachaça de alambique de qualidade traz algum tipo de prática tradicional (práticas que eram realizadas ao longo dos séculos)? Caso sim, quais são? Por que são empregadas ainda hoje?
5. Por que a AMPAQ foi criada? Quais foram os interesses mobilizados na criação da associação? Quem foram os principais sujeitos envolvidos nesta formação? Quais foram os principais efeitos da AMPAQ neste mercado?
6. Como o(a) senhor(a) enxergava o papel do Estado (União, governo de MG e prefeituras) neste processo? E ao longo dos anos? Como foi o papel do Estado no mercado da cachaça? Quais são os interesses envolvidos?
7. Como e por que foi realizado o Pro Cachaça? E o PBDAC? Quem foram as pessoas responsáveis? Quais foram seus resultados?
8. A partir de 1997 verifica-se a criação de um conjunto de leis para padronizar o conceito de cachaça. Além dos decretos federais, o MAPA na instrução normativa 13/2005 criou ainda os conceitos de cachaça premium e extra premium e limites para contaminantes como chumbo, carbamato de etila, cobre, etc. Considerando esse contexto, na sua opinião, por que essas leis foram criadas e como aconteceu o trabalho para que fossem aprovadas?
9. Há um conjunto de leis tributárias que impactam o campo da cachaça de alambique. Uma questão recente foi o a possibilidade de produtores serem inseridos no SIMPLES NACIONAL. O senhor poderia nos dizer por que a cachaça ainda é uma bebida de significativa tributação e como aconteceu o trabalho para o retorno da cachaça para o SIMPLES NACIONAL?
10. Por que, na sua opinião, muitos alambiques em Minas Gerais não seguem o que está previsto nas legislações para funcionamento e comércio da cachaça?
10. O(A) senhor(a) acredita que os consumidores reconhecem uma cachaça de qualidade? Existiu alguma iniciativa de treinamento ou educação destes consumidores? A imagem da cachaça de alambique mudou ao longo dos anos?
11. Em seu entendimento, qual é o papel das feiras e mostras neste mercado? E de mecanismos como certificação e identificação de origem? Por que existem estes mecanismos?
12. Como o(a) senhor(a) visualiza o mercado da cachaça nos próximos 10 anos? E nos próximos 30 anos? Poderia nos indicar outras pessoas que participaram destes movimentos?